

Cristina Teixeira Vieira de Melo

**"CARTAS À REDAÇÃO":
UMA ABORDAGEM DISCURSIVA**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1999

1829156



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
	Melo, Cristina
	M491c
V.	Ex.
Entrev.	BC/38.554
PROD.	229/99
	<input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> X
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	27/08/99
N.º CPD	

CM-00125853-0

M491c

Melo, Cristina Teixeira Vieira de
"Cartas à redação": uma abordagem discursiva / Cristina Teixeira
Vieira de Melo. - - Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Sírio Possenti
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Subjetividade. 2. Análise do discurso. 3. Jornalismo. 4.
Linguística. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sírio Possenti (UNICAMP)

Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi (UFPE)

Profª. Dra. Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP)

Profª. Dra. Maria Cecília Perez de Souza e Silva (UNICAMP)

Profª. Dra. Maria Tereza Fraga Rocco (USP)

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Cristina Teixeira

Jiêira de Melo

e aprovada pela Comissão Julgadora em

30 / 03 / 99.

Dr. Sílio Possenti

Esta tese é dedicada à memória de:

Carmem Dores Teixeira Zíropoli

AGRADECIMENTOS

- Ao professor Sírio Possenti, pela orientação segura e sempre aberta ao diálogo;
- Ao professor Luiz Antônio Marcuschi, pelo longo convívio intelectual e por ter me despertado para o estudo científico da língua;
- Às professoras Maria Piedade Sá e Doris Arruda da C. Cunha, pela leitura de parte do trabalho, rica em sugestões e estímulos;
- Às professoras Isaltina de Melo Gomes, Wilma Peregrino de Moraes e Dilma Luciano, pelo apoio e incentivo, fundamentais ao prosseguimento da pesquisa;
- Aos amigos Paulo André Bione, Marianne Carvalho Cavalcante e Carla Almeida, pelo "abrigo" seguro e presença afetiva;
- A Paulinho Macedônia, Vera Lúcia Teixeira Carneiro e Ednar Domingues de Araújo, interlocutores sempre disponíveis a longas conversas que me fizeram seguir em frente - não só na pesquisa;
- Aos meus pais, Laécio e Ilda, aos meus filhos, Rodolfo e Bárbara, e aos meus irmãos, Laécio Júnior e Luciana, por estarem sempre presentes e pela compreensão que têm comigo.

SUMÁRIO

. INTRODUÇÃO	001
. Hipótese	006
. Procedimentos Metodológicos	007

I PARTE

ASPECTOS TEÓRICOS

. **CAPÍTULO 1**

. A “CARTA À REDAÇÃO”	012
1.1. O Gênero Discursivo “Carta à Redação”	014
1.2. Gêneros do Discurso: Aspectos Formais, Funcionais e Interacionais	015
1.3. Uma Classificação das Cartas à Redação	018
1.4. A “Carta à Redação” no Contexto Jornalístico	023
1.5. Por Que os Leitores Escrevem Cartas à Redação	024
1.6. Quem Escreve Cartas à Redação	026
1.7. O Processo de Edição das Cartas	028

. CAPÍTULO 2

. CONCEPÇÃO DE LÍNGUA, DO SISTÊMICO AO SOCIAL 033

2.1. A Visão de Saussure: A Língua como Sistema 034

2.2. A Visão de Bakhtin: A Língua como Interação Social 041

. CAPÍTULO 3

. A LÍNGUA COMO DISCURSO 061

3.1. A Abordagem da Análise do Discurso Francesa 066

3.1.1. As Condições de Produção do Discurso 067

3.1.2. O Assujeitamento Ideológico 071

3.1.3. O Papel do Sujeito no Discurso 077

3.1.4. A Questão do Sentido 082

3.1.5. A Memória Discursiva 087

3.1.6. A Dispersão do Sujeito e a Interdiscursividade 092

3.1.7. A Heterogeneidade Discursiva 097

II PARTE
OS FATOS DISCURSIVOS

. CAPÍTULO 4

. A GREVE DOS PETROLEIROS	111
4.1. O Fato	111
4.2. A Repercussão do Fato	112
4.3. Os Principais <i>Topoi</i> Discursivos	114
4.3.1. A Questão do Monopólio: Entreguismo X Corporativismo	116
4.3.2. O acordo Itamar/Petroleiros	122
4.3.3. A Ilegalidade	129
4.3.4. O Prejuízo da População	127
4.4. A Cadeia Argumentativa	131
4.5. O Percorso Discursivo do Enunciado “O Petróleo é Nosso”	133

. CAPÍTULO 5	
. A TESE SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE DE ZUMBI	143
5.1. A Questão da Identidade Social: Negros X Homossexuais	153
5.2. A Preocupação com o Discurso “Politicamente Correto”	156
. CAPÍTULO 6	
. A AGRESSÃO À IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA	161
6.1. Os Outros Atos de Fala	175
6.1.1. O Culto a Imagens	177
6.1.2. A Liberdade de Crença	182
6.1.3. O Perdão Católico	185
6.1.4. O Ataque aos Umbandistas	185
6.1.5. O Envolvimento das TVs Globo e Record	187
. CONCLUSÕES	195
. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
. ANEXOS	214

RESUMO

Este trabalho é uma análise discursiva das **cartas à redação**. Analisamos 293 cartas publicadas nos jornais **O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo**, **O Globo** e **Jornal do Brasil** sobre importantes fatos ocorridos em 1995: greve dos petroleiros, tese sobre possível homossexualidade de Zumbi, agressão à imagem de Nossa Senhora.

Cada um desses temas diz respeito a um espaço discursivo distinto: política, sexualidade e religião. Política é um assunto considerado do domínio da esfera pública; religião e sexualidade estão associadas à esfera privada. Percebemos que, nas cartas, efeito ou não de subjetividade e de heterogeneidade podem ser considerados marcas enunciativas que caracterizam o domínio do público e do privado.

No caso da greve, embora cada um dos grupos rivais tenha interesses particulares no monopólio do petróleo, nenhum deles assume quais os **seus** interesses reais. Falam em nome do povo e buscam a adesão do leitor. Para conseguir este efeito de persuasão, imprimem ao texto um tom impessoal. Uma consequência é que pouco aparecem, nas cartas, verbos em 1ª pessoa e pronomes de 1ª pessoa. Da mesma forma, os outros discursos não aparecem marcados como sendo outros na superfície textual.

Em relação à religiosidade e à sexualidade, as opções dos sujeitos não são consideradas mutáveis com base em argumentos objetivos: ou é fé ou é preferência. Os leitores que escrevem a respeito do caso Zumbi e do chute na santa supõem não poder mudar a opinião do outro. Preocupam-se em marcar sua posição no texto. Nesses dois conjuntos de cartas, é mais freqüente o emprego de pronomes e verbos em 1ª pessoa para

marcar a subjetividade no discurso. A heterogeneidade também aparece de maneira marcada na superfície textual.

Palavras-chave: gêneros do discurso, heterogeneidade enunciativa, efeito de subjetividade, discursos público e privado.

"... será antes um reflexo de má consciência que leva a dar às coisas, não o nome que lhes cabe mas o nome que as nega, como se essa operação de mágica lingüística extraísse o veneno da serpente? Se eu tiver um palácio e lhe chamar "a minha barraca", afasto com isso o raio que é atraído pelos lugares altos?

Em grande conta eu me teria se fosse capaz de dar resposta a tais perguntas. Mas não será melhor deixá-las intactas? Se o leitor as considerar ociosas, facilmente as esquecerá, depois de protestar contra a perda do meu tempo e do seu tempo. Mas se murmurar: "É boa! Nunca tinha pensado nisso", então ganhei bem o meu dia. O que, posso garantir, não é todos os dias que acontece."

José Saramago

A Bagagem do Viajante

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa volta sua atenção para um gênero discursivo ainda pouco estudado pelas áreas de Comunicação e Linguística: a CARTA À REDAÇÃO ou CARTA DE LEITOR, seção fixa de jornais e revistas reservada à correspondência dos leitores. Como nesta seção os leitores tratam dos mais variados assuntos, uma maneira de unificar o *corpus* foi delimitar temas, fatos jornalísticos específicos em torno dos quais foi feita a coleta de dados. Assim, as cartas aqui analisadas estão divididas em três grupos temáticos, que correspondem a três assuntos bastante focalizados pela imprensa nacional no ano de 1995. São eles:

- 1) **a greve dos petroleiros**, iniciada no mês de maio de 1995, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso,
- 2) a tese do antropólogo Luiz Mott sobre **a possível homossexualidade de Zumbi dos Palmares**,
- 3) **a agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida** pelo bispo Sérgio von Helde, da Igreja Universal do Reino de Deus.

Seguem, logo adiante, alguns comentários sobre o contexto histórico-situacional em que cada um desses fatos discursivos tomou corpo. Essas informações contextuais e históricas contribuirão para que melhor se possa entender as análises das cartas que integram o *corpus* da pesquisa. Nos capítulos 4, 5 e 6 encontra-se, respectivamente, uma contextualização mais detalhada de cada um desses temas.

1) Em 1995, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, os petroleiros entraram em greve reivindicando o cumprimento de um acordo de reposição salarial assinado pelo presidente anterior, Itamar Franco, de quem Fernando Henrique havia sido ministro da Fazenda.

À época da greve, o governo de FHC havia enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei que tinha por objetivo abrir a outras empresas, nacionais e estrangeiras, a atividade de exploração de petróleo no Brasil - até então monopólio da Petrobrás. Diante deste quadro, a greve dos petroleiros deixou de ter caráter meramente salarial e adquiriu um caráter político, especificamente, de defesa do monopólio do petróleo.

O projeto do governo fez voltar à cena o antigo debate entre privatistas e não-privatistas. Recolocou-se em pauta a questão do monopólio estatal e, associadas a ela, outras questões como entreguismo e corporativismo. Se, de um lado, os petroleiros eram acusados de corporativismo e de lutar apenas em prol de seus privilégios, de outro, o governo era acusado de entregar o petróleo ao capital estrangeiro.

As cartas enviadas aos jornais a respeito desse assunto, quer fossem em defesa do movimento grevista e da manutenção do monopólio do petróleo, quer fossem contrárias à greve e a favor dos planos de privatização da Petrobrás, sempre buscavam a adesão do público.

2) Em maio de 1995, o antropólogo Luiz Mott escreveu um artigo afirmando que Zumbi dos Palmares, o herói dos quilombos, teria sido homossexual. Muitas pessoas, em particular membros de entidades de militância negra, mostraram-se indignadas com a tese de Mott, que chegou a ter casa e carro pichados e apedrejados.

Vale frisar que o artigo de Mott foi publicado no período em que o movimento negro se preparava para comemorar os 300 anos do fim do Quilombo dos Palmares. Ao publicar em mídia

nacional - e justamente naquela data - a tese sobre a homossexualidade de Zumbi, o objetivo do antropólogo era chamar atenção para a discriminação que os homossexuais sofrem no Brasil.

Zumbi dos Palmares é um dos símbolos da resistência negra. A tese de Mott abriria aos homossexuais a possibilidade de também elegerem Zumbi como símbolo na luta contra o preconceito que sofrem, mas os negros não aceitaram pacificamente esta idéia. Para muitos membros da comunidade negra, a tese de Mott soou como um insulto e deu início a uma briga acirrada entre negros e homossexuais.

A disputa criada em torno de Zumbi teve uma natureza essencialmente simbólica, colocando em pauta a questão da identidade social de Zumbi. A qual grupo social ele pertencia, ao dos negros, com o qual estava tradicionalmente associado, ao dos homossexuais, ou a ambos? Mesmo sendo detentor, ao menos supostamente, das duas características, negro e homossexual, na opinião de movimentos negros, apenas uma delas deveria aparecer como representação de sua imagem.

Nas suas cartas aos jornais, a prioridade dos leitores não foi discutir a validade da tese de Mott, mas chamar atenção para a reação da comunidade negra em relação ao assunto. Colocou-se em pauta a questão da liberdade de expressão. A maioria dos leitores alegava que, antes de discutir a veracidade da tese de Mott, devir-lhe-ia ser assegurado o direito de expressão.

3) O terceiro tema diz respeito a um confronto ocorrido, também no ano de 1995, entre católicos e pentecostais. No dia 12 de outubro daquele ano, durante um programa de televisão exibido pela TV Record, de propriedade do bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo Sérgio von Helde, da mesma igreja, qualificou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida de "boneco tão feio, tão horrível, tão desgraçado", enquanto batia na imagem da santa. Tal atitude provocou uma reação em cadeia por parte da comunidade católica. O discurso contra von Helde uniu católicos tradicionalistas e progressistas, que obtiveram também o apoio da mídia e o de membros de outras

religiões - incluindo a maioria dos grupos evangélicos -, além de dividir as opiniões dentro da própria Igreja Universal.

Após o "chute na santa", como ficou conhecido o episódio, a Igreja Católica mobilizou a opinião pública contra a Igreja Universal, pedindo ao governo que cancelasse a concessão da Rede Record, de propriedade do bispo Edir Macedo, fundador da Universal.

A Rede Globo de Televisão tornou-se agente importante no confronto entre católicos e pentecostais, até porque não passava despercebido da Globo o crescimento da audiência da Rede Record, que já contabilizava um aumento significativo no seu número de emissoras, ameaçando um mercado até então dominado tranquilamente pela Globo.

Na época do chute na imagem de Nossa Senhora, a Globo transmitia a minissérie "Decadência", cujo personagem principal era um pastor sem escrúpulos, interessado apenas em dinheiro. As comparações que a Globo fazia entre a personagem da minissérie e Edir Macedo eram evidentes, irritando os membros da Universal. A ira dos pastores da Igreja Universal contra Roberto Marinho ganha um peso ainda maior quando se sabe que o presidente das Organizações Globo mantém estreitas ligações com a ala conservadora da Igreja Católica, que vem perdendo fiéis para a Igreja de Edir Macedo e, por isso mesmo, não vê com bons olhos as iniciativas da Igreja Universal na televisão. O episódio do chute na santa só veio acirrar a briga entre a Globo e a Record e entre católicos e pentecostais. Os conflitos entre Igreja Católica, Igreja Universal, TV Globo e TV Record envolvem interesses religiosos e comerciais fortemente imbricados.

Em suas cartas, os leitores são unânimes em condenar a atitude de von Helde, e grande parte escreve para lembrar que, no Brasil, a liberdade religiosa é um direito garantido por lei. Como no caso de Zumbi, mais uma vez se coloca a questão da liberdade de expressão.

Como se vê, a correspondência jornalística aqui estudada diz respeito a temas polêmicos, que suscitaram grandes discussões na imprensa escrita e levaram pessoas a manifestarem publicamente suas opiniões nas cartas à redação. Os temas escolhidos apontam para situações de conflito entre grupos sociais distintos, a saber, privatistas x não-privatistas, negros x homossexuais, católicos x evangélicos.

Eis os universos de disputa que aparecem nas cartas de leitores aqui analisadas. Nas cartas, além de se definirem como pertencentes a determinado grupo, os leitores procuram legitimar o seu poder através da tese que defendem.

Esse jogo e essa disputa, que se estabelecem entre os diferentes grupos, envolvem necessariamente a construção de uma imagem de si e do outro que incorpora representações sociais. Buscamos identificar quais os mecanismos lingüísticos e discursivos que cada grupo usa para definir sua identidade e a dos demais, o que se faz analisando a forma como os leitores se apresentam nas cartas; como se mostram ou se escondem; a partir de que lugar falam; qual a imagem que têm de seu lugar e do lugar do outro; quais as diferentes esferas de apresentação do “eu”. Ou seja, procuramos examinar, sob o aspecto discursivo, o problema da constituição e expressão do sujeito, como o indivíduo se percebe como unidade diferenciada ao lado de outros com os quais partilha o mesmo espaço social de confrontos e coerções. Em suma: analisamos os modos como os leitores se posicionam, se expressam e se representam nas cartas, e como se estabelecem as relações sociais neste espaço discursivo.

- HIPÓTESE

Cada um dos temas analisados - greve dos petroleiros, sexualidade de Zumbi e chute na santa - diz respeito a um espaço discursivo distinto, respectivamente, política, sexualidade e religião. Política é um assunto tradicionalmente inserido no domínio da esfera pública, enquanto religião e sexualidade estão mais associadas ao domínio da esfera privada.

Segundo Gomes (1998:01),

“a esfera pública é o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional. A sua primeira característica é a palavra e a comunicação: interesses, vontades, pretensões dos cidadãos podem ser levados em consideração apenas quando ganham expressão em proposições ou discursos. Estes, por sua vez, destinam-se a convencer interlocutores servindo-se de procedimentos demonstrativos na forma de argumentos (...) Participar da esfera pública, portanto, significa comprometer-se com a racionalidade e a discursividade.”

Com relação aos assuntos da esfera privada, não se quer convencer o outro exclusivamente através da argumentação lógica, e assim o debate não se centra na suposta objetividade; precisa, isto sim, da simpatia, da boa vontade e da adesão do interlocutor, não importando se a origem do debate é objetiva ou subjetiva, racional ou do domínio da crença. Por exemplo, com relação aos temas religiosidade e sexualidade, as opções dos sujeitos não são consideradas mutáveis com base apenas em argumentos: ou é fé ou é preferência.

Partindo dessas noções de público e de privado, levantamos a hipótese de que cada tipo de discurso apresenta marcas textuais próprias, ou seja, discursos que abordam temas de caráter público

têm características "x", diferenciando-se de discursos que abordam temas de caráter privado que, por sua vez, têm características textuais "y". Tentamos verificar se isso realmente ocorre e como as características se materializam nas cartas. Chegamos à conclusão de que efeitos diversos de subjetividade e de heterogeneidade podem ser considerados marcas enunciativas que caracterizam o domínio do público e do privado.

- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para integrar a pesquisa, foram escolhidos os quatro jornais de maior circulação nacional. São eles: **O Estado de São Paulo** (OESP), **Folha de São Paulo** (FSP), **O Globo** (Globo) e **Jornal do Brasil** (JB) .

Em cada um desses órgãos de imprensa, a seção cartas à redação é nomeada de maneira diferente. Na **FSP** recebe o nome de 'Painel do Leitor', no **OESP** de 'Fórum de Debates', no **Globo**, de 'Cartas dos Leitores' e no **JB** de 'A Opinião dos Leitores'.

O período de tempo estipulado para pesquisa das cartas nos jornais estendeu-se aos três meses subseqüentes a cada um dos fatos que originaram as manifestações. Ao final, tínhamos um total de 293 cartas, que constituem o *corpus* ampliado do trabalho. Diante de um arquivo composto de 293 cartas, compreende-se que não foi possível analisar minuciosamente cada uma delas. Trabalhamos com dois tipos de *corpus*, um ampliado e outro restrito. Todas as cartas coletadas na pesquisa constam no *corpus* ampliado, que segue em anexo. O *corpus* ampliado, inicialmente dividido por temas (greve dos petroleiros, hipótese sobre homossexualidade de Zumbi e chute na santa), foi sendo reagrupado levando-se em consideração diferentes categorias de análise (atos de fala básicos, *topoi* discursivos,

posição enunciativa do sujeito, heterogeneidade discursiva). A partir dessas re-categorizações e, à medida que íamos discutindo as questões teóricas, fomos selecionando o *corpus* restrito, que corresponde as cartas que aparecem ao longo da tese. Deve ficar claro que a análise mais detalhada das cartas, de caráter qualitativo e interpretativo, limitou-se a este *corpus*, o restrito.

Em alguns momentos, só aparece no corpo do trabalho o trecho da carta que interessava para análise, enquanto que em outros a carta é reproduzida por inteiro. A seqüência numérica das cartas que consta no corpo do trabalho é a mesma dos anexos, onde se encontra a íntegra de todas as cartas coletadas. Nos anexos, mesmo estando reunidas por temas - greve dos petroleiros, homossexualidade de Zumbi e chute na santa -, as cartas seguem uma ordem seqüencial única. Antes do número que identifica a carta, aparece a sigla do jornal no qual a carta foi publicada (FSP, OESP, JB, GLOBO). As datas em que as cartas foram originalmente publicadas nos jornais não constituiu um dado significativo para pesquisa. Portanto, a ordem em que as cartas aparecem aqui não corresponde à ordem cronológica em que foram publicadas.

Como já explicitamos, além de estarem agrupadas por temas, as cartas foram continuamente reagrupadas a partir de recortes metodológicos distintos. O primeiro deles levou em consideração os **atos de fala** básicos.

O segundo recorte metodológico efetuado no *corpus* tomou por base o conceito de **formação discursiva** proposto por Michel Foucault (1969): sistema de enunciados dispersos, correlativos a uma regularidade de objetos, temas, conceitos e modos de enunciação. Maingueneau (1990) explicita que esse conceito orienta a relação dos enunciados agrupados em uma análise com um lugar de enunciação determinado. Portanto, dependendo da formação discursiva do sujeito, determinados *topoi* discursivos eram ressaltados, enfraquecidos ou até mesmo apagados. Nos termos de Maingueneau (1990), entendemos que as cartas que integram o *corpus* em análise nesta pesquisa são

parte de um conjunto de enunciados cujo modo de estruturação complexo e relativamente estável possui um valor para uma coletividade e denota um posicionamento num **campo discursivo**. De acordo com Maingueneau (1987:116-7):

"O campo discursivo é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. (...) O espaço discursivo delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõem-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para compreensão dos discursos considerados."

Seguindo este conceito de campo discursivo, as cartas do nosso *corpus* estão agrupadas da seguinte forma: cartas contra ou a favor a greve dos petroleiros, contra ou a favor do monopólio do petróleo, contra ou a favor da privatização da Petrobrás, contra ou a favor a tese sobre a possível homossexualidade de Zumbi, contra ou a favor a discriminação de grupos minoritários, contra ou a favor ao culto de imagens religiosas etc.

No caso da greve dos petroleiros, após a classificação das cartas em formações discursivas (FDs) distintas, voltamos a atenção para o aspecto argumentativo, sublinhando qual o argumento base presente em cada uma das FDs (*topoi discursivo*), para em seguida perceber como os diferentes argumentos mesclavam-se nos textos, formando uma **cadeia argumentativa**. Com relação aos temas "possível homossexualidade de Zumbi" e "chute na santa", não chegamos a organizar um modelo para a cadeia argumentativa. Ao nosso ver existem, nesses dois conjunto de cartas, aspectos discursivos de maior proeminência que mereciam ser analisados.

Em um outro momento, procuramos também esclarecer a maneira como a **heterogeneidade discursiva** se manifestava nas cartas para, a partir daí, classificá-las como predominantemente monofônicas ou polifônicas.

O quadro abaixo resume os diferentes recortes metodológicos aos quais o *corpus* foi submetido:

Quadro 01 - Recortes Metodológicos

ATOS DE FALA
FORMAÇÃO DISCURSIVA
TOPOI DISCURSIVO
CADEIA ARGUMENTATIVA
HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

A tese compõe-se de seis capítulos nos quais se encontram o arcabouço teórico da pesquisa e as análises das cartas. No primeiro capítulo, tecemos considerações a respeito da carta à redação como um gênero discursivo. A questão dos gêneros do discurso é desenvolvida tomando por base os estudos de Mikail Bakhtin (1979). Ainda no primeiro capítulo, inserimos a carta à redação em seu contexto institucional, isto é, no contexto jornalístico.

No segundo capítulo, expomos as concepções de língua de Saussure e Bakhtin. A referência, em um capítulo específico, a essas duas perspectivas de estudo do fenômeno lingüístico, já tão conhecidas e discutidas, reflete o meu percurso pessoal nos estudos da linguagem. De Saussure (1916), destacamos a idéia de língua como sistema, como estrutura, para, em seguida, mostramos que a língua não pode ser vista como uma estrutura rígida, como um código. A tese aqui defendida é a de que a língua é indeterminada. De Bakhtin, como não poderia deixar de ser, retomamos o conceito de língua como interação social. Neste ponto apresentamos as noções de *dialogismo*, *alteridade*, *interdiscursividade* e *polifonia* (Bakhtin, 1929, 1975, 1979, 1963).

No terceiro capítulo, apresentamos a abordagem da Análise do Discurso Francesa, com seus conceitos de *condições de produção, formação discursiva, formação ideológica e ilusão discursiva do sujeito* (Pêcheux, 1969; Pêcheux e Fuchs, 1975). Questionamos a noção clássica de sujeito assujeitado da escola da análise do discurso francesa. Como se verá, defendemos a idéia de que o sujeito de linguagem exerce uma atividade no discurso (Franchi, 1977; Possenti, 1993, 1996a, 1996b). Ainda no terceiro capítulo, abordamos a questão da heterogeneidade discursiva, como conceituada por Jacqueline Authier-Revuz (1982).

Embora tenhamos optado por ir analisando o *corpus* ao longo do trabalho, a segunda parte da tese reúne um maior número de análises de cartas. Os capítulos 4, 5 e 6 correspondem, respectivamente, às análises das cartas sobre a greve dos petroleiros, a hipótese sobre a homossexualidade de Zumbi e o chute na santa. Por fim, seguem-se as conclusões, a bibliografia e os anexos.

I PARTE
ASPECTOS TEÓRICOS

... e as palavras, será que a gente pode brincar com elas? Ou será que elas são tão envergonhadas que vão correndo se esconder no meio do dicionário ou da gramática?

Luiz de Camargo

Folhinha de São Paulo

CAPÍTULO 1

"A CARTA À REDAÇÃO"

Segundo Bakhtin (1979:279)¹, "todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Portanto, não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados quanto as próprias esferas da atividade humana". Conforme este autor, nessa mesma obra, cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que ele denomina de **gêneros do discurso**.

"Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da palavra, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível" (Bakhtin, 1979:302).

Da leitura desta passagem de **Estética da Criação Verbal**, concluímos que a comunicação verbal supõe a existência de gêneros. Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação. Como afirma o próprio Bakhtin, a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros que vai-se diferenciando e ampliando à medida que a própria esfera

¹ As obras de Bakhtin, como todas as demais, são citadas pelo ano da publicação original.

se desenvolve e fica mais complexa. Segundo Bakhtin, o indivíduo pode ignorar totalmente a existência teórica dos gêneros do discurso (orais e escritos), mas, na prática, usa-os com segurança e destreza.

Bakhtin distingue os **gêneros de discursos primários** (simples) e os **gêneros de discursos secundários** (complexos). Segundo ele (1979:281), os gêneros primários se constituem em circunstâncias de comunicação verbal espontânea (cartas, diários íntimos, documentos, réplicas de diálogos etc). Já os gêneros secundários (o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc.) aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica.

"Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies. (...) Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios - por exemplo, inserida no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance em seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado secundário (complexo)" (Bakhtin, 1979:281).

1.1. O GÊNERO DISCURSIVO “CARTA À REDAÇÃO”

Como define Bakhtin, a carta é um gênero primário do discurso, é uma unidade funcional da língua, empregada em situações características - ausência de contato imediato entre emissor e destinatário. Trata-se, porém, de um gênero complexo, muito amplo, incluindo uma diversidade de textos e de propósitos nela encontrados.

Conforme Paredes Silva (1997)², o gênero "carta" é abrangente. O corpo da carta permite qualquer tipo de comunicação: desde as vantagens de um determinado cartão de crédito até informações sobre o condomínio, passando pelas esperadas novidades do amigo que mora no exterior. Segundo ela, todas são cartas, mas não devem ser agrupadas na mesma categoria. Estes exemplos nos remetem a diferentes campos de atividades: a propaganda, os negócios, a correspondência pessoal. Ou seja, tais categorias na verdade relacionam-se ao papel da carta na interação social, definem em que atividade os participantes estão engajados - nos negócios, nas relações pessoais, na burocracia. Nesse sentido, como propõe a autora, podem ser tratados como subgêneros do gênero carta.

Seguindo orientação de Paredes Silva, classificamos a “carta à redação” como um gênero secundário do gênero maior “cartas”, pois, não se trata aqui de uma carta qualquer, mas de um tipo específico de interação social, aquela que se estabelece entre o leitor e o jornal. Além disso, mesmo sendo uma comunicação verbal espontânea e, portanto, a primeira vista, um gênero primário do discurso (cf. Bakhtin, 1979), inserida dentro do jornal, a “carta do leitor” adquire características

² Mesmo cientes de que Paredes Silva (1997) trabalha numa perspectiva bem mais próxima da Pragmática e da Linguística de Texto (portanto, numa perspectiva teórica diferente da nossa, que se insere na linha da Análise do Discurso), nos valem de suas pesquisas sobre cartas pessoais no sentido de estabelecer uma comparação com às cartas à redação.

particulares, isto é, a carta pode sofrer modificações, pode vir a ser editada antes de sua publicação, o que implica na reformulação do texto original.

1.2. GÊNEROS DO DISCURSO: ASPECTOS FORMAIS, FUNCIONAIS E INTERACIONAIS

Paredes Silva (1997:118) lembra que uma categorização dos gêneros dos discursos ou uma tipologia textual pode envolver critérios de diferentes ordens. Em busca de esclarecer os diferentes aspectos das categorizações existentes, propõe uma classificação em diferentes níveis, contemplando critérios formais (plano dos construtos teóricos) e funcionais (plano das unidades de uso) que necessariamente se associam na classificação dos gêneros de discurso. Nesse sentido, alinha-se a Dell Hymes (1974), que, em suas considerações sobre gênero, leva em conta as atividades comunicativas em que se dá o discurso, mas não deixa de lado seu aspecto formal. Hymes relaciona os gêneros ao que ele denomina de "eventos de fala", embora reconheça sua independência face a eles; ao mesmo tempo, considera as convenções de organização da estrutura. Resumimos abaixo a proposta de Paredes Silva (1997). Não vamos desenvolver os itens 1 e 2. Nossa atenção volta-se, em especial, para o item 3, o mais relevante para as análises aqui feitas.

1. Num primeiro momento, a partir de propriedades formais do texto, a autora distingue um nível de estruturas discursivas, entendidas como modos de organização de informação, que representam as potencialidades da língua, as rotinas retóricas ou formas convencionais que o falante tem a sua disposição na língua quando quer organizar o discurso. Segundo Paredes, para cada uma dessas estruturas haverá um conjunto de traços lingüísticos característicos. Esta perspectiva valoriza as estruturas discursivas disponíveis na língua, que não passariam de uma lista limitada de tipos,

correspondentes em linhas gerais ao que tradicionalmente se identifica como estruturas narrativas, descritivas, expressivas, procedurais e dialógicas.

Paredes Silva observa que, dentro da carta, não há correspondência preferencial a alguma estrutura discursiva (narração, descrição, argumentação etc): ela pode apresentar todos os tipos básicos de estruturas, o que se constata pelo conjunto de traços lingüísticos como tempo/aspecto/modo, pessoa focalizada, etc.

2. De acordo com Paredes Silva, o nível seguinte de identificação de gêneros/tipos de texto deixa o plano das potencialidades da língua para voltar-se para o uso dessas estruturas em situações reais de comunicação. Corresponde à atualização dos conjuntos de traços lingüísticos acima descritos em unidades comunicativas bem delimitadas, ocorrendo em contextos específicos - instâncias de uso das estruturas, em que elas aparecem sob organizações típicas. Paredes afirma que haveria aqui um número bem maior de possibilidades do que no nível anterior, já que esses tipos relativamente estáveis de enunciados (cf. Bakhtin, 1979) estão associados às diversas atividades que desenvolvemos. Por exemplo, a conferência, a estória, a piada, a reportagem policial, o editorial, a carta, o sermão, a receita etc.

Ao distinguir esses dois níveis, Paredes Silva está ao mesmo tempo estabelecendo critérios formais, internos (para as estruturas discursivas do nível 1) e funcionais, do âmbito do discurso, para as unidades comunicativas.

Relacionando os dois níveis propostos e ilustrando esta concepção, a autora mostra que se tem estruturas do tipo narrativo realizando-se em unidades como estórias, novelas, etc; estruturas procedurais aparecendo em receitas; estruturas expositivas, em artigos acadêmicos, e assim por diante. Neste nível, há alguns exemplares prototípicos. Assim, a estória ilustra, tipicamente, a concretização de

uma estrutura narrativa. A receita, de uma estrutura procedural. Ainda conforme Paredes Silva, outras unidades discursivas serão, certamente, mais problemáticas pela variedade de estruturas que podem incorporar: a entrevista, entre os gêneros orais; a carta, entre os escritos.

3. Paredes Silva considera que há ainda a possibilidade de examinar os tipos de discurso de uma perspectiva funcional-interativa - um nível que leve em conta a função/propósito comunicativo com que dada unidade discursiva é empregada, sua força ilocucionária ou a variedade de eventos comunicativos a que se associa. Por exemplo, uma unidade discursiva como uma estória pode ser utilizada para dar um conselho. Deste ponto de vista, portanto, ela afirma que dificilmente encontraremos um gênero "puro".

Além disso, segundo Paredes Silva, a carta não corporifica um tipo específico de estrutura, diferenciando-se da estória e da receita (exemplos prototípicos das respectivas estruturas). Na carta podem conviver em harmonia sequências narrativas, descritivas, argumentativas, etc. Por essa razão, muitas vezes é difícil delimitar as proporções de cada tipo de discurso. Portanto, ela afirma que o aspecto formal não constitui o melhor critério para se tentar uma classificação das cartas.

A sugestão de Paredes Silva é a de que o melhor critério para se fazer uma categorização do gênero "cartas", apesar das dificuldades, é o propósito (ou os variados propósitos) a que se destinam: carta de pedido, de cumprimentos, de conselho, de envolvimento, etc.

1.3. UMA CLASSIFICAÇÃO DAS CARTAS À REDAÇÃO

Aproximando-nos do que sugere Paredes, as cartas do nosso *corpus* foram classificadas a partir dos **atos de fala** estabelecidos. Os atos de fala definem-se como uma atividade pragmática intencional que surge como efeito (força performativa) dos textos ao lado das possíveis informações (força locucional) por eles veiculadas.

"O que se chama de 'sentido' de um enunciado associa dois componentes: ao lado do conteúdo proposicional, de seu valor descritivo (que será o mesmo em 'Paulo vai embora' e 'Vá embora Paulo'), existe uma força ilocutória que indica que tipo de ato de linguagem é realizado quando se enuncia, como ele deve ser recebido pelo destinatário: pode se tratar de uma súplica, de uma ameaça, de uma sugestão, etc. Falar é, portanto, comunicar igualmente o fato de que estamos nos comunicando, integrar na enunciação a maneira como esta deve ser apreendida pelo destinatário. A interpretação do enunciado só se remata, o ato de linguagem só é bem-sucedido quando o destinatário reconhece a intenção associada convencionalmente à sua enunciação" (Maingueneau, 1990:7-8).

Compreende-se, então, que usar a língua não se resume a comunicar mensagens, transmitir informações, exteriorizar pensamentos, mas implica realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor. Ou seja, a língua é usada para convencer, elogiar, criticar, ironizar, lamentar, suplicar, advertir, comandar, etc. Assim, fazer uso da palavra "é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc..." (Orlandi, 1988: 17).

Segundo Maingueneau (1990:14), "a pragmática textual é confrontada com seqüências mais ou menos longas de atos de linguagem que permitem estabelecer num nível superior um valor ilocucionário global, os dos macroatos de linguagem". Como afirma este mesmo autor, reencontramos aqui a problemática dos gêneros de discurso; se o destinatário compreende a que gênero pertence um

conjunto de enunciados, tem deles uma interpretação adequada, que não resulta da simples soma dos atos de linguagem elementares. A problemática dos gêneros revela-se portanto crucial; a partir do momento em que se identifica a que gênero pertence um texto, o receptor é capaz de interpretá-lo e comportar-se de modo adequado a seu respeito.

A análise das 293 cartas à redação publicadas nos jornais **OESP, FSP, JB e O Globo** revelou a existência de uma lista bastante variada de atos de fala presentes nas cartas: reclamações, críticas, protestos, denúncias, lamentações, pedidos, respostas, informações, esclarecimentos, correções, elogios, congratulações, agradecimentos, apoio etc.

Observamos que a grande maioria dos leitores escreve para se queixar, especialmente para se queixar do poder público, representado pelos três poderes constituídos (Executivo, Legislativo, Judiciário). Os protestos e as reclamações são mais abundantes do que as aprovações expressas. Por exemplo, com relação ao tema "greve dos petroleiros", de um total de 184 cartas, 70,11% são de reclamações, seja contra o movimento grevista (54,26% dos casos das reclamações), seja contra o Governo (45,74% dos casos das reclamações).

O fato de as reclamações serem uma constante é facilmente explicado: como os leitores desconhecidos não desfrutam de privilégio junto à imprensa, as cartas à redação representam um espaço importante para que eles possam protestar contra as autoridades e reivindicar ações. Isto é, os leitores se dirigem ao jornal como se estivessem recorrendo ao "quarto poder". As cartas representam o meio pelo qual as reclamações podem se tornar conhecidas e, talvez, atendidas. Neste sentido, escrever significa fazer uso do direito à palavra. Mais do que isso, escrever significa agir.

Ou seja, através das cartas à redação, os leitores comuns podem participar do debate público, podem-se fazer ouvir, opinar sobre o que está acontecendo nas diferentes esferas sociais,

podem tomar parte nas discussões de caráter político, econômico e social que estão em foco. A carta à redação transforma-se, portanto, num espaço de discussão, de embate de opiniões. Nas cartas, os leitores defendem idéias, doutrinas, crenças, ou seja, posicionam-se publicamente como sujeitos. A carta de leitor constitui-se, assim, um espaço privilegiado de diálogo entre discursos distintos. Para o analista de discurso, o interessante é perceber como se dá o cruzamento das diferentes vozes discursivas neste espaço textual.

Vale frisar que os (macro)atos de fala não são excludentes. A presença de um deles não inviabiliza o aparecimento de um outro na mesma carta. Ao contrário, o mais comum é diferentes atos de fala virem mesclados numa única carta, podendo haver algum que se pode destacar como o predominante. Numa carta, por exemplo, pode-se informar sobre a má conservação de uma estrada e, paralelamente, reclamar e pedir que as autoridades tomem uma atitude em relação ao problema. Paredes Silva (1997) classifica cartas desse tipo como de **propósito variado**. Vejamos o exemplo abaixo:

[JB 003]- Que credibilidade pode ter um presidente que desrespeita negociações patrocinadas pelo então presidente Itamar Franco - de quem FHC era ministro - e que levou ao fim a greve dos petroleiros, antes das eleições presidenciais do ano passado? E ainda se recusa a conversar com eles! A greve é justa e esse governo não merece confiança.

O autor da carta [003] escreve, especialmente, para manifestar seu apoio à greve dos petroleiros. Em paralelo, critica as atitudes de Fernando Henrique Cardoso, qualificando-o de oportunista por ele ter, na época em que era ministro de Itamar Franco e futuro candidato à

Presidência da República, negociado com os petroleiros e, posteriormente, quando já ocupava a cadeira de presidente, ter-se recusado a negociar com a categoria.

Ao contrário das cartas de propósito variado, algumas vezes, o autor deixa claro o motivo pelo qual está escrevendo, ou seja, o propósito da carta é explicitado pelo emissor no próprio texto, aparecendo em posições de destaque - logo no começo ou no fim da carta, como em [254]. O mais freqüente, porém, é que o propósito não seja claramente indicado, devendo ser inferido, como no exemplo [112].

[GLOBO 254]- Poderia dirigir-me diretamente a Sandra Cavalcanti, **elogiando** o seu belo artigo (O Globo, 22/10). Preferi, entretanto, fazê-lo publicamente para que as pessoas que ainda não o leram procurem conhecer seu texto primoroso.

[OESP 112]- Ao ler o Estado de 18/5, me pergunto: em março de 1964 foi a marcha das mulheres; em maio de 95 será a marcha das mulheres com botijão de gás?

Em [254], fica claro que a pessoa escreveu para elogiar o artigo de Sandra Cavalcanti ("Poderia dirigir-me diretamente a Sandra Cavalcanti, **elogiando** o seu belo artigo (O Globo, 22/10). Preferi, entretanto, fazê-lo publicamente"). Já na carta [112], é necessário fazer uma série de inferências para se concluir que esta é uma carta de reclamação, de protesto. O autor da carta lembra um movimento de mulheres de 1964, quando elas foram às ruas com panelas nas mãos para protestar contra Jango (Marcha da Família com Deus pela Liberdade). Na carta [112], o autor **sugere** que as

mulheres voltem às ruas para protestar contra a greve dos petroleiros, que estava afetando o abastecimento de gás de cozinha.

Segundo Paredes Silva (1997), a definição do propósito na carta ainda se torna mais complexa quando seu conteúdo informacional é secundário, se comparado ao peso do envolvimento interpessoal. Nesse caso, o que é dito importa pouco. O que conta é a comunicação em si, o contato entre emissor e destinatário. Neste tipo de carta, o escritor lança mão de estratégias que dêem ao leitor a impressão de que estão bem próximos um do outro, quase conversando. Paredes Silva opta por rotular este tipo de carta como de envolvimento, na linha de Tannen (1985). Vejamos este exemplo:

[OESP 105]- Greves nos transportes. Greves nas escolas. Greve no gás. Greve! Greve!
Quem é que sofre? O povo, que paga todas as contas dos desmandos dos governos.

Na carta [105], acima, a estratégia de envolvimento se evidencia pela presença de paralelismos em nível lexical e sintático. O fenômeno lingüístico do paralelismo é assinalado pela repetição e, devido a sua natureza espontânea, é associado à tradição oral. Ochs (1979) identifica-o como uma das características do discurso não-planejado, ou seja, um discurso não-premeditado e desorganizado. Na escrita, os paralelismos são usados como recursos lingüísticos de coesão e como recursos que favorecem propósitos comunicativos definidos, a saber: destaque de elementos-chave, relevância na avaliação, ênfase nos detalhes responsáveis pelas cenas em que se passam os eventos, envolvimento interpessoal e efeitos estilísticos.

A seguir, comentaremos algumas características da carta à redação dentro do contexto do jornal. A ênfase maior recai sobre o perfil do leitor que escreve cartas à redação e o processo de

edição das cartas. Como se verá, fazemos poucas referências a obras e autores, pois, trata-se, essencialmente, de um comentário a respeito do cotidiano jornalístico.

1.4. A CARTA À REDAÇÃO NO CONTEXTO JORNALÍSTICO

A carta à redação guarda pouca semelhança (ou melhor, tem diferenças relevantes!) com o gênero epistolar carta. Diferentemente das cartas pessoais, de cunho privado, a carta de leitor tem um caráter público, eminentemente aberto. Não se escreve para um parente querido, um amigo próximo, ou um jornalista em especial, mesmo quando parece ser o caso. Escreve-se para os possíveis leitores, que, podendo ser qualquer um, são todos, é o público leitor, heterogêneo e bastante indeterminado.

A carta de leitor é uma correspondência entre estranhos; enquanto a relação que se estabelece entre os indivíduos através das cartas pessoais costuma ser constante, permanente, a relação que se estabelece entre os leitores e deles com o jornal é ocasional, esporádica. Por exemplo, das 293 cartas analisadas no nosso *corpus*, apenas 16,72% fazem referência a algum tipo de texto publicado no jornal. Este percentual está assim distribuído: 5,46% cartas fazem referência a artigos; 5,46% a reportagens; 1,70% a editoriais, 1,70% a outras cartas; 1,02% a entrevistas e 1,02% a informações veiculadas em colunas.

Existem aquelas pessoas que têm por hábito escrever cartas à redação, mas isso não é uma regra, é uma exceção. No nosso *corpus*, aconteceu, por exemplo, de uma mesma assinatura figurar em três diferentes cartas publicadas no jornal **OESP** a respeito do mesmo assunto - a greve dos petroleiros. Este fato poderia caracterizar o sujeito que escreveu as cartas como um obstinado que escreve constantemente ao jornal. No entanto, não deve ser descartada a possibilidade de o jornal ter cortado e reformulado a carta, publicando, em edições distintas, trechos do que antes constituía um

único texto, apesar desta não ser uma prática comum. Ocorreu também de uma mesma carta ser publicada em jornais diferentes, configurando casos em que o leitor enviou a mesma carta a mais de um jornal.

1.5. PORQUE OS LEITORES ESCREVEM CARTAS À REDAÇÃO

Em suas cartas aos jornais, os leitores podem tratar dos mais variados temas, dos particulares aos gerais. Embora não tenhamos quantificado, tendo em vista o fato de nosso *corpus* ser composto exclusivamente por cartas que dizem respeito a grandes discussões de caráter nacional postas no centro do debate público pela própria imprensa brasileira, afirmamos que os assuntos mais freqüentes na seção cartas à redação não são os problemas particulares (como por exemplo a falta de calçamento e saneamento da rua), mas, justamente, os grandes debates de caráter nacional e internacional.

Como já dissemos, as cartas funcionam como reclamações dos leitores, em especial contra o poder público. Alguns leitores escrevem com o propósito de corrigir determinadas informações, ou para corrigir a "gramática", o "português" do jornal. São os perfeccionistas, que não deixam passar equívocos, erros, falhas ou omissões, e exigem a necessária retificação. Nos casos de correção de informações, é usual que a assinatura das cartas seja acompanhada da identificação do cargo que o indivíduo ocupa. Instaura-se, assim, um discurso de autoridade, de poder, como no exemplo seguinte, que é uma carta-resposta do superintendente de planejamento da Petrobrás ao jornalista Alberto Tamer, do OESP. Reproduzimos a carta na íntegra:

[OESP 012]- Com relação à coluna de Alberto Tamer de 13/4, vale comentar: 1) É equivocado comparar duas empresas de atuação distinta, só porque exploram o mesmo ramo, 2) A Shell, empresa certamente eficiente, opera no mundo no ramo de distribuição e comercialização com muita intensidade, agregando altos resultados da venda por empregado - vende-se muito com poucas pessoas. Por exemplo, no faturamento da Shell mundo está o faturamento da Shell Brasil, em função de sua participação de 20% no mercado interno. Nesse caso, os mesmos 20% do mercado nacional que demandam poucos funcionários para cuidar representam, na Petrobrás, para pesquisar e produzir óleo, transportar, refinar, entregar às distribuidoras e cuidar do abastecimento nacional, realizar pesquisa tecnológica e conduzir os investimentos do País, mais que o número de pessoas de que uma distribuidora precisa para receber os produtos prontos das refinarias e entregá-los nas bases de recebimento para outros empresários transportarem. Só por este lado, a crítica do caro jornalista estaria equivocada, comparando empregados nas duas empresas versus faturamento. Por outro lado, modelos distintos de terceirizações e automação, muito mais abrangentes em empresas do Primeiro Mundo, por trocarem cara mão-de-obra própria por custos de investimentos e de terceiros, alteram radicalmente o perfil na comparação. Não bastasse isso, a Petrobrás, com o monopólio, não escolhe produtos mais vantajosos para vender, nem que mercados atender, muito menos que melhores campos de petróleo deve pôr em operação. E ainda vende seus produtos na porta das refinarias por um preço entre 10% e 30% mais baixo. Essas comparações só aparecem nos textos dos críticos da Petrobrás. Por exemplo, a BR abastece até 100% de alguns Estados na Amazônia e as multinacionais concentram suas atividades no Sudeste. **José Fantine, superintendente de Planejamento da Petrobrás, Rio de Janeiro.**

1.6. QUEM ESCREVE CARTAS À REDAÇÃO

Qual o perfil do leitor que escreve cartas à redação? Qual é a parcela da população que está representada nas cartas? Após a análise do *corpus*, verificamos que, na maioria das vezes, são leitores anônimos que assinam as cartas. No nosso *corpus*, apenas 7,5% das cartas levam a assinatura de "autoridades"³ No entanto, uma matéria publicada no jornal FSP, em 19/04/98, revela que as cartas de "autoridades" recebem um tratamento privilegiado na imprensa. Normalmente são mais longas do que as dos outros leitores. Este fato mostra a preocupação da empresa jornalística com o discurso dos poderosos.

O fato de as cartas de pessoas famosas receberem um tratamento privilegiado não passa despercebido dos leitores comuns. Um leitor do jornal FSP demonstrou que, em 11/02/98, dos 97 cm de espaço disponível aos leitores, apenas 21% (20cm) foram realmente ocupados por cartas de leitores comuns; 79% foram destinados a longas cartas do assessor do Banco Central, Gustavo Franco, do deputado federal Luciano Pizzato e do ex-prefeito Salim Curiati. Diante de tal acontecimento, segundo nos revela a *ombudsman* da FSP, Renata Lo Prete (19/04/98), os leitores rebatizaram a seção como 'Painel da Autoridade' e 'Painel dos Notáveis'.

A mesma Renata Lo Prete, após analisar as cartas publicadas durante a primeira quinzena de abril de 1998 na seção 'Painel do Leitor' da FSP, chama a atenção para o fato de que, neste período, entre os 27% das cartas assinadas por "notáveis", 15,4% correspondem a direitos de resposta. O direito de resposta é um dispositivo legal ao qual as pessoas recorrem quando citadas nas páginas de

³ Qualificamos como "autoridades" aquelas pessoas que ocupam cargos públicos ou são conhecidas da população.

um jornal, caso sintam-se injustiçadas. Qualquer pessoa, seja ela uma autoridade ou não, tem sempre, assegurado por lei, o direito de resposta, que pode vir a ser publicado no espaço das cartas à redação.

Muitas vezes, a própria empresa jornalística faz os reparos necessários, identifica, reconhece e corrige erros publicados nas matérias. As correções, alterações e complementações feitas também podem ser veiculadas no espaço reservado aos leitores. Este procedimento implica perda de espaço para o leitor.

A pesquisa aqui realizada mostra que, embora possam receber um tratamento privilegiado da imprensa, as cartas de "autoridades" não estão presentes de maneira significativa na seção cartas à redação. No nosso *corpus*, 92,5% das cartas são assinadas por leitores anônimos. Isto revela que não é na seção cartas que o discurso de poder se faz presente de maneira significativa no jornal.

Algumas pessoas poderiam estranhar o fato de o universo do poder não ocupar um espaço maior nas cartas, já que seria bastante interessante para um determinado veículo publicar, nas cartas à redação, textos assinados por autoridades, mostrando que estas se interessam em ler e escrever para o jornal. No entanto, é sabido que, quando personalidades falam, suas declarações viram notícia, ganham destaque. A imprensa dá sempre um tratamento privilegiado ao discurso das pessoas que ocupam cargos importantes ou são figuras de prestígio na sociedade. As autoridades não procuram o jornal, mas são procuradas por ele, são fontes de informação. Ou seja, as autoridades não têm necessidade de escrever cartas à redação, pois elas têm um espaço garantido e significativo na imprensa. Por exemplo, se o Presidente da República escreve uma carta a um jornal, muito provavelmente, esta não será veiculada na seção cartas, mas transformada em notícia ou artigo.

1.7. O PROCESSO DE EDIÇÃO DAS CARTAS

Nem todas as cartas recebidas por um jornal são publicadas. Há uma triagem, uma seleção. É a redação que decide qual carta publicará, salvo alguns casos explicitamente previstos por lei, como o direito de resposta comentado anteriormente. Vale lembrar que o direito de resposta pode ser publicado na seção cartas ou em outra parte do jornal.

Em sua coluna de 01/12/96, o jornalista Marcelo Leite, da **FSP**, revelou que a **FSP** despreza cerca de 4/5 das cartas que chegam à sua redação. "Se, de um lado, existe o interesse particular do leitor, que dispôs de seu tempo para escrever o que julgou imprescindível levar a conhecimento do público, de outro, existe o interesse do próprio público, pelo qual deve zelar o editor, publicando as cartas mais relevantes", escreveu Leite. Na opinião do jornalista, o trabalho de um editor não é escolher o que deve sair em um jornal, mas o que deve ficar fora dele. Portanto, ao escrever uma carta, o sujeito deve ter claro que seu primeiro obstáculo é, justamente, convencer o jornal de que é a sua carta, no meio de tantas outras, que merece ser publicada; é fazer com que, no processo de edição, o veículo preserve ao máximo seu texto para que suas opiniões cheguem aos demais leitores da forma mais fiel possível.

Após passarem pelo processo de seleção, as cartas podem ainda ser editadas, ou seja, reformuladas antes da publicação. Se, no entanto, o autor da carta seguir certas regras, como por exemplo escrever textos curtos, poderá evitar a edição. Quando as cartas são longas, por uma questão de espaço, são cortadas. Nesse corte pode haver um novo direcionamento argumentativo, por isso, afirmamos que o jornal também controla o conteúdo da carta (como ficará claro na análise dos exemplos A, A1, B, B1 mais adiante).

O fato de o jornal se reservar o direito de poder modificar a forma de uma carta, cortar trechos, introduzi-la por um título de sua escolha, acompanhá-la de comentários ou de uma resposta a uma queixa do leitor, mostra a assimetria deste tipo de interação. É o jornal que coordena o diálogo entre os leitores. É bem verdade que o leitor também tem o seu poder, pois tudo começa a partir dele, do que ele escreve, daquilo sobre o que lhe interessa escrever, mas seu poder é pequeno quando comparado ao do jornal.

No intuito de ilustrar como é feita a edição das cartas dos leitores pela imprensa, tomamos a liberdade de, mesmo não fazendo parte do *corpus*, utilizar um material publicado na revista **Veja**⁴. Estabelecemos uma comparação entre duas cartas originais enviadas à revista **Veja** e o texto efetivamente publicado na seção "cartas". Verificamos que o recurso usado na hora da edição, nestes casos e em alguns outros, foi o de eliminação de informações. Acreditamos, sem podermos ser categóricos nesta afirmação, que este seja o processo mais utilizado na edição de cartas, seguido da sintetização e da paráfrase.

Os exemplos abaixo são bastante interessantes, pois mostram que, ao eliminar a maior parte das informações contidas na carta original, selecionando apenas uma ou duas frases, o editor dá uma novo direcionamento argumentativo ao texto. Chama atenção o fato de, em ambas as cartas, a crítica a **Veja** (em negrito) ter sido anulada na hora da publicação. Cabe, então, perguntar se o que se publica na seção carta do leitor realmente equivale ao discurso dos leitores. O processo de edição que as cartas sofrem deixa claro que nem sempre o discurso do leitor é preservado. Muitas vezes, o editor intervém de tal forma a ponto de mudar a orientação argumentativa da carta, como nos exemplos abaixo. A questão é complexa, e mostra que a carta de leitor é um discurso heterogêneo por natureza,

⁴ Não foi possível obter os originais das cartas publicadas nos jornais que compõem o *corpus* da pesquisa. À época em que estávamos realizando a coleta dos dados, tínhamos acesso as cartas originárias dos leitores enviadas à revista **Veja**, por isso a opção pela revista para este argumento.

onde leitor e jornalista são co-autores do texto. Neste ponto, vale lembrar ainda que, para a perspectiva teórica da Análise do Discurso, o mais interessante não é verificar a verdade ou falsidade do discurso, mas se as condições de produção de tal discurso permitem dizer o que se diz (e também o que se deixa de dizer), ou seja, o que vale é o efeito-verdade do discurso (desenvolveremos mais detalhadamente esta idéia adiante). Vejamos os exemplos:

Carta original:

VejaA- Não sei como uma revista séria como é **Veja**, pode abrir espaço para uma entrevista como o Sr./Sra. **Luiz Mott**. A Senhora Luiz Mott tem uma imaginação fértil ao afirmar que Zumbi dos Palmares, grande herói negro, era gay. Não contente ainda com suas fantasias, colocou o capitão Virgulino Ferreira da Silva "Lampião" como boneca deslumbrada. Ele tem sorte, pois se "Lampião" fosse vivo o caçaria no mundo inteiro, e ao achá-lo faria com ele pior do que fizeram com o/a vereador/a de Coqueiro Seco, em Alagoas. Tem mais, estudioso da causa do Cangaço no Brasil, especialmente no Nordeste, não tenho notícias de que "Lampião" se dava a corte de costura, ou a cafunés em seus cabras. Não tenho ainda notícias de algum cabra conhecido por Cascavel, tinha sim "Jararaca" que foi morto em um tiroteio, ou melhor após um tiroteio ficou ferido e foi assassinado pelos membros da Polícia Militar do Rio Grande do Norte em Mossoró/RN. Todo gay é como drogado, "encontra" gente como ele em todos os lugares, talvez para justificar sua conduta, que sua própria consciência reprovava. José de A Sousa Freire/MG.

Trecho publicado:

VejaA1- A senhora Luiz Mott tem uma imaginação fértil para afirmar que Zumbi dos Palmares, grande herói negro, era gay.

Carta original:

VejaB- Gostaria de registrar minha repúdia como leitor, cidadão baiano e pai de família, em relação à entrevista publicada em "páginas amarelas" na edição da VEJA de 31.05 - ano 28 - número 22. Embora o Sr. Entrevistado a quem me recuso citar o nome seja possuidor de uma cultura e de um vocabulário "ASTROMARLIANO", chega a beirar a mediocridade a abordagem e as insinuações que o mesmo faz. Não há crime algum em cada um ser o que quer que seja, o que não se pode deixar de reconhecer a contribuição que cada um dos nomes citados pelo entrevistado nos deu, seja em relação às artes, aos inventos, à cultura etc. **O que não concordo é com o espaço que se abre em tão importante revista, para se discutir de forma tão medíocre um assunto que tenho certeza, a comunidade leitora desta revista tem seu juízo de valor e discernimento para discutir. Não é o tema que critico, e sim a forma como foi abordado.** Proponho que o Sr. Entrevistado, pendure uma melancia no pescoço, vista uma calcinha vermelha, e se coloque no alto de elevador Lacerda em Salvador, e diga que é a maçã do amor, pois assim ele irá aparecer mais. O que é inaceitável, é que se exponha a imagem de um Estado, de pessoas, que significam muito para os brasileiros, de forma tão vulgar, o problema não é o que eles são ou deixam de ser, a questão é o que eles representam para todos nós brasileiros. Gostaria de saber o que as filhas deste senhor acham e como se sentem como suas filhas? Ou será que a genética também influenciou na formação de suas sexualidades, se assim foi, isto só a elas interessa, nem por isso elas são melhores ou piores do que qualquer um de nós. Não vejo defeitos nas pessoas que por qualquer motivo, seja homossexual, bissexual, heterossexual ou o raio que o parta, pederastia, frescura, vulgaridade é que não combinam com nada. Vergonha tem quem aos outros não envergonha. Gilberto Carvalho Martins/BA.

Trecho publicado:

VejaB1- Proponho ao entrevistado que pendure uma melancia no pescoço, vista uma calcinha vermelha, suba no alto do elevador Lacerda, em Salvador, e diga que é a maçã do amor.

Essas duas cartas se referem a uma entrevista publicada na revista *Veja*, em 31.05.95, com o antropólogo Luiz Mott, homossexual assumido. Na entrevista, Mott defende a tese de que Zumbi dos Palmares era gay, e afirma que é importante revelar estes fatos, pois configura uma forma de combater o preconceito em relação aos homossexuais. Ainda nesta entrevista, ele cita nome de artistas famosos - homens e mulheres - que também seriam homossexuais. No capítulo 5, damos mais detalhes sobre este tema.

CAPÍTULO 2

CONCEPÇÃO DE LÍNGUA, DO SISTÊMICO AO SOCIAL

O objetivo deste capítulo é mostrar, sucintamente, duas grandes perspectivas de estudo do fenômeno lingüístico. Uma que privilegia a estrutura interna da língua e outra, cada vez mais forte em nossos dias, que busca relacionar o lingüístico e o social.

Num primeiro momento, fazemos referência a Ferdinand Saussure, que procura desvendar a língua em sua estrutura interna, e, num segundo, a Mikhail Bakhtin, que coloca a interação social como principal foco dos estudos da linguagem.

Ao nosso ver, é importante comentar como o estruturalismo contribuiu, e muito, para a expulsão do sujeito dos estudos lingüísticos. Para os estruturalistas, a língua é um sistema autônomo que preexiste ao falante, ou seja, o sujeito a recebe pronta. Ele não a muda, não interfere nela, no máximo, a apreende. A relação que o falante estabelece com a língua é uma relação na qual ele é o produto: é a língua que o constitui como sujeito, isto é, como assujeitado; ela o conforma. Como se verá adiante, questionamos esta concepção de língua como estrutura rígida.

Contrapomos o lugar reservado ao sujeito pelo estruturalismo, ao papel que o sujeito exerce dentro da perspectiva bakhtiniana de linguagem. O leitor perceberá que, neste capítulo, o espaço dedicado a Bakhtin é bem maior do que o dedicado a Saussure. Isto se dá porque são a perspectiva bakhtiniana de linguagem e os postulados básicos da Análise do Discurso Francesa que orientam a presente pesquisa e determinam seu direcionamento metodológico.

Seguimos Bakhtin (1929), quando conceitua a língua como produto sócio-histórico, como forma de interação social realizada por meio de enunciações. A concepção de língua como

interação social influenciou os estudos que hoje se desenvolvem sobre a interação verbal, como a pragmática, a teoria da enunciação e a análise do discurso, e que adotam o princípio de que linguagem é ação e não meramente instrumento de comunicação. Dentro dessas perspectivas teóricas, o sujeito volta a ocupar uma posição privilegiada no discurso, e a linguagem passa a ser considerada o lugar de constituição da subjetividade.

Ficará claro portanto que, a língua não pode ser entendida apenas como um objeto aceito *a priori*, um acervo depositado na memória coletiva, uma herança ou um mecanismo inato ao cérebro do falante (cf. Saussure e Chomsky, respectivamente), mas que há vantagens em concebê-la como uma forma de ação, um modo de vida social, no qual a situação da enunciação e as condições discursivas são determinantes de sua função e, logo, de seu significado e de sua interpretação. Ou seja, é relevante ter em conta a diversidade interna e externa da língua. Deve-se levar em consideração seu caráter histórico-social e sua indeterminação sintática e semântica. Conseqüentemente, não é produtivo compreendê-la como uma unicidade imanente, como um signo inerte, como um código. Privilegiamos a idéia de que a linguagem é uma **atividade** humana cujas categorias observáveis se modificam no tempo e apresentam um funcionamento profundamente interdependente em relação ao contexto social em que ocorrem.

2.1. A VISÃO DE SAUSSURE: A LÍNGUA COMO SISTEMA

O movimento estruturalista encontra sua base unificadora no modelo da lingüística moderna e na figura daquele que é apresentado como o seu iniciador: o genebrino Ferdinand de

Saussure, que ganhou maior notoriedade e reputação após a publicação de sua obra póstuma **Cours de Linguistique Générale (CLG)**⁵.

Segundo François Dosse (1991:67), mesmo que certos especialistas discordem, Saussure representa um real corte nos estudos lingüísticos, sendo necessário partir dele para compreender o paradigma estruturalista.

Françoise Gadet (1989) é uma das que defendem a idéia de um corte muito claro entre a lingüística pré- e pós-saussuriana. Segundo Gadet (1989), a nova orientação oferecida por Saussure está na prevalência do sistema, na abordagem descritiva da língua. Em vez de se preocupar com a evolução histórica das línguas, o mestre genebrino passa a priorizar a função que os elementos lingüísticos desempenham dentro de um sistema.

"O estudo do comportamento humano perde suas melhores oportunidades quando tenta traçar as causas históricas dos acontecimentos individuais. Em vez disso, ele deve concentrar-se em primeiro lugar nas **funções** que os eventos têm numa estrutura social geral. **Deve tratar os fatos sociais como parte de um sistema de convenções e valores.**" (Saussure, 1916: 93, grifos nossos).

Desta forma, Saussure rompe com seus antecessores imediatos (os comparatistas), rompe com o evolucionismo e privilegia a investigação sincrônica para ter acesso ao sistema. Essa mudança de perspectiva coloca a diacronia como simples derivada. A evolução de uma língua passa a ser concebida como a passagem de uma sincronia para uma outra sincronia. Saussure ilustra esse privilégio do aspecto sincrônico da linguagem com a metáfora do jogo de xadrez:

"Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; **é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou**

⁵ Como se sabe, o **Cours de Linguistique Générale** não foi realmente escrito por Saussure, é uma obra oral, resultado dos cursos que ministrou em 1907 e 1911, e da coleta, depuração e ordenamento dos raros escritos deixados pelo mestre genebrino, assim como dos apontamentos recolhidos por seus alunos durante as aulas. Charles Bally e Albert Séchehayé publicaram o CLG em 1916.

outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; **para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes**. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico" (Saussure, 1916: 104, grifos nossos).

Como observa Dosse (1991), esse novo paradigma metodológico possibilitou a realização de grandes progressos na descrição das línguas, permitiu à lingüística libertar-se da tutela historicista, favorecendo a sua autonomização como ciência, mas tudo isso, segundo alguns de seus críticos, como os marxistas por exemplo, ao alto custo de uma a-historicidade.

Da mesma maneira que reserva à diacronia um *status* secundário dentro dos estudos lingüísticos, Saussure defende a idéia de que a fala também constitui um objeto sem grande interesse para o lingüista. Nos termos saussurianos, a fala é heterogênea, multifacetada e a-sistemática, é a realização concreta, circunstancial e variável da língua. A língua, por sua vez, é conceituada como sendo "a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la".

Apesar de não afirmar explicitamente que a língua é um sistema abstrato, a noção de sistema de Saussure expressa uma postura abstrata conceitual da língua. Saussure deixa claro que a ciência lingüística só tem acesso ao estágio de ciência na condição de delimitar muito bem o seu objeto de estudo: a língua. Para tanto, a lingüística deve desembaraçar-se dos resíduos da fala.

"A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente/.../. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos que ouve. **A língua, distinta da fala, é um**

objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos perfeitamente assimilar-lhes o organismo lingüístico. A língua, não menos a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo" (Saussure, 1916: 22-23, grifos nossos).

A consequência desta posição de Saussure é a exclusão do sujeito falante por parte da lingüística. A descoberta saussuriana de que a língua tem um funcionamento que independe do falante, independe do indivíduo, constitui o ponto chave para a expulsão do sujeito das preocupações científicas com a linguagem. Nesta perspectiva, por detrás da língua não estariam falantes, motivações, etc, estariam outras estruturas. Como já dissemos, Saussure conceitua a língua como sistema e como fato social. É, essencialmente, por ser um sistema auto-suficiente, não por ser social, que a língua independeria do indivíduo.

O lingüista genebrino trata a língua como um sistema monológico e ideal, a construir um sistema sincrônico e homogêneo. Para Saussure (1916: 102), "a língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica."

"Na língua só existem diferenças. (...) Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema. O que haja de idéia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido modificação" (Saussure, 1916:139).

O essencial da teoria saussuriana está, portanto, em mostrar que a língua é um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras. De fato, Saussure estabelece a idéia de que cada elemento da língua só adquire valor na medida em que se relaciona com o todo de que faz parte. Para ele, não se pode tratar o signo como entidade autônoma,

mas deve-se vê-lo como parte de um sistema, onde as distinções é que são importantes e, por tal razão, ele afirma que as unidades lingüísticas têm uma identidade puramente relacional.

Ainda de acordo com Saussure, enquanto todas as inovações da fala permanecerem individuais, não há porque levá-las em conta, pois o objeto de estudo da lingüística é a língua; as inovações da fala só entram no campo de observação do lingüista no momento em que a coletividade as acolhe.

"Tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala. É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso" (Saussure, 1916:115).

Ao separar a língua da fala, Saussure separou ao mesmo tempo o social do individual, o essencial do acessório. Conforme Dosse (1991), a oposição formulada por Saussure entre língua e fala, entre um código objetivo e a utilização desse código pelos sujeitos, resulta no anti-humanismo teórico, e essa negação do homem (como também da história) vai passar a ser um elemento essencial do paradigma estruturalista, "tudo se passa como se ninguém falasse". De fato, o estruturalismo caracteriza-se tanto por abstrair a língua da prática social na qual ela se manifesta como por destituí-la de seu caráter histórico, como se a língua estivesse desvinculada da sociedade e imune às contingências do tempo. É como a história SE fizesse, designando este SE algo absolutamente anônimo. Althusser (1970) já afirmava que "a história não tem, no sentido filosófico do termo, um Sujeito, mas um motor: a luta de classes". Diante disso, Sartre (1966, apud Possenti, 1993) afirma que o verdadeiro problema dos estruturalistas, então, é esclarecer como se passa de uma estrutura a outra. O próprio Sartre sugere que a mudança se dá pela *práxis*, isto é, pela ação humana. Por conta disso, é acusado de proceder a interpretações fenomenológicas pré-husserianas e pré-kantianas, de aderir a uma vulgar psico-sociologia filosófica que nada teria a ver com o marxismo.

Com relação a isto, Pêcheux (1969:71) explica que a dicotomia língua/fala proposta por Saussure passou a ser lida "como se a lingüística científica ... liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema".

"mesmo que explicitamente ele (Saussure) não o tenha desejado, é um fato que esta oposição (língua/fala) autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam por meios colocados a sua disposição" (Pêcheux, 1969:71).

A citação de Pêcheux mostra que, assujeitado na língua, o falante é libertado na fala. Diante de tal interpretação, Possenti (1993) levanta a questão de como pode ser livre na fala alguém que, em todos os outros lugares da vida social, está sujeito a regras. Segundo o próprio Possenti (1993), a solução mais radical vem da Análise do Discurso (AD), em especial na sua recusa do sujeito. A AD trata de mostrar que este sujeito livre é um equívoco e, a melhor maneira de fazê-lo é destruir sua condição de possibilidade: a fala. Para a AD, a fala não existe, o que existe é o discurso. Ato individuais, de inteligência e de vontade são uma ilusão: sempre se está numa ordem, numa ideologia, num sistema simbólico. Em resumo, trata-se de mostrar que o discurso tem um funcionamento (como a língua) que independe do indivíduo. Ele tem sua própria ordem. A AD mostra que há outros sistemas que inibem os espaços não cobertos pelos sistemas lingüísticos (os aparelhos ideológicos, o inconsciente, etc)⁶.

Diante da predileção de Saussure pelo estudo da língua, Dosse (1991) afirma que a lingüística limitou-se no estudo restritivo do código, separada de suas condições de aparecimento e de sua significação. Assim, Saussure escapa a toda e qualquer correlação entre duas de suas proposições: aquela segundo a qual a língua é um sistema de signos, e aquela segundo a qual a língua é um fato social, privilegiando o signo e não o sentido. Esta opção pelo signo se converterá numa das principais

⁶ Sobre essas questões ver o capítulo 3.

características do paradigma estruturalista e num de seus principais "furos" teóricos. Ao conceber a língua como estrutura, como código, deixa-se de lado o fato de uma palavra ou enunciado poder ter vários sentidos. De Saussure, portanto, decorre o postulado da monofonia, através do conceito de sintagma. Este é um dos pontos em que Saussure e Bakhtin se distanciam. Para Bakhtin, como veremos adiante, o signo lingüístico, longe de ser algo inerte, é dialético, vivo, dinâmico.

No entanto, como lembra o próprio Dosse, se a postura saussuriana é por definição restritiva, ela se inscreve num projeto muito amplo de construção de uma semiologia geral que integra todas as disciplinas que se interessam pela vida dos signos no seio da vida social: "A lingüística é apenas uma parte dessa ciência geral" (Saussure, 1916). É na realização desse ambicioso programa que se insere o estruturalismo, reagrupando em torno de um mesmo paradigma todas as ciências do signo. É esse impulso que irá colocar a linguagem no centro do projeto estruturalista.

As categorias saussurianas serviram de instrumento epistemológico ao estruturalismo em geral. Uma vez estabelecidas as regras próprias da lingüística, ela, por seu rigor e seu grau de formalização, arrastou em sua esteira todas as outras disciplinas e fazendo-as assimilar seu programa e seus métodos, mesmo que os diversos trabalhos tomassem certas liberdades com a letra saussuriana a fim de adaptá-la à especificidade de seus respectivos campos. Tornou-se corrente aceitar que tudo funciona mais ou menos como uma linguagem (os sistemas de parentesco, o inconsciente, a troca de bens, etc). Mas nem todos aceitaram esta idéia de bom grado.

"Não resta dúvida de que esta transformação dos sistemas simbólicos simples em linguagens tenha uma importância muito positiva para quem quer descrever e explicar os fatos humanos; mas uma determinação correta do objeto científico exige que a distinção seja feita, e que não se reduza o "estruturalismo" metodológico a qualquer asneira engenhosa e provocante do gênero: "Tudo o que é humano está estruturado como língua". Truísmo, se com isso se quer indicar que a formulação

lingüística implica, em todo o significado, algo de sua estrutura; erro, se se quer afirmar que todos os sistemas de símbolos, de que é feito o mundo humano, não são outra coisa senão pequenas e obscuras linguagens, que uma espécie de pan-lingüística devesse tomar por objeto" (Granger, 1960; apud Possenti, 1993).

Mesmo assim, a lingüística, na sua fase pós-saussuriana, serviu de ciência-piloto em domínios variados: na antropologia (Lévi-Strauss), na psicanálise (Lacan), na literatura (Barthes), dentre outros.

2.2. A VISÃO DE BAKHTIN: A LÍNGUA COMO INTERAÇÃO SOCIAL

Assim como Saussure, Bakhtin também parte do princípio de que a língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. No entanto, segue outro rumo ao ver a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando, dessa forma, a enunciação, o evento lingüístico.

"a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. **A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua**" (Bakhtin/Voloshinov, 1929:123, grifos nossos).

Da mesma forma que critica Saussure por ver a língua como algo abstrato e ideal, a constituir um sistema sincrônico e homogêneo, Bakhtin também diverge da concepção de linguagem segundo a qual o enunciado é a expressão da consciência individual, dos desejos, intenções, gostos e impulsos criadores do sujeito falante (a corrente do subjetivismo individualista de Vossler).

"o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. **A enunciação é de natureza social**" (Bakhtin-Voloshinov, 1929:109, grifos nossos).

Assim, segundo o ponto de vista de Bakhtin (1929:34) "os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra". Bakhtin (1929:112) explica inclusive que, a expressão

"é tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores. A expressão comporta, portanto, duas facetas: o conteúdo (interior) e sua objetivação exterior, para outrem (ou também para si mesmo). Não existe atividade mental sem expressão semiótica. Consequentemente, é preciso eliminar de saída o princípio de uma distinção qualitativa entre o conteúdo interior e a expressão exterior. Além disso, **o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior**. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação. Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata" (grifos nossos).

Na passagem de **Marxismo e Filosofia da Linguagem** transcrita acima fica clara a orientação social da enunciação. Bakhtin acentua que são as condições de produção de um dado enunciado que determinam sua forma de enunciação. Segundo o autor, o percurso que vai da elaboração mental do conteúdo a ser expresso à objetivação externa desse conteúdo - a enunciação -, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos. Não há, portanto, uma elaboração discursiva *a priori*, uma construção

imane do discurso, mas sua formulação está intrinsecamente relacionada às condições de produção e às direções proposicionais que engendra num determinado contexto.

É justamente o fato de o discurso se organizar em função do outro que estrutura e define seu caráter dialógico. A orientação voltada para o outro tem, na interlocução, um fator específico para a dialogização do discurso, pois "toda enunciação depende 'bivocalmente' do locutor e do alocutário".

Como afirma Bakhtin (1929:113)

"toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro."

Desta forma, Bakhtin instaura o **dialogismo** como princípio constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso. E, não só a concepção de linguagem de Bakhtin é dialógica, mas suas idéias sobre o homem e a vida são também marcadas pelo princípio dialógico. Em **Problemas da Poética de Dostoiévski**, ele escreve:

"A idéia não vive na consciência individual isolada de um homem: mantendo-se apenas nessa consciência, ela degenera e morre. Somente quando contrai relações dialógicas essenciais com as idéias dos outros é que a idéia começa a ter vida, isto é, a formar-se, desenvolver-se, a encontrar e renovar sua expressão verbal, a gerar novas idéias. O pensamento humano só se torna pensamento autêntico, isto é, idéia, sob as condições de um contato vivo com o pensamento dos outros, materializado na voz dos outros, ou seja, na consciência dos outros expressa na palavra. É no ponto desse contato entre vozes-consciências que nasce e vive e idéia. A idéia é interdividual e intersubjetiva, a esfera da sua existência não é a consciência individual mas a comunicação dialogada entre as consciências. A idéia é um acontecimento vivo, que irrompe no ponto de contato dialogado entre duas ou várias consciências. Neste sentido a idéia é semelhante à palavra, com a qual forma uma unidade dialética. Como a palavra, a idéia quer ser ouvida, entendida e "respondida" por outras vozes e de outras posições. Como a

palavra, a idéia é por natureza dialógica, ao passo que o monólogo é apenas uma forma convencional de composição de sua expressão" (Bakhtin, 1963: 73).

Para Bakhtin, a alteridade define o ser humano, sendo impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro, pois só o outro dispõe do que ele chama de "excedente de visão", sendo essa a condição de possibilidade de consciência de si próprio. De acordo com Bakhtin, tudo o que concerne ao eu chega à consciência vindo do mundo exterior, através das palavras dos outros. O ato mais pessoal, como a tomada da consciência de si, implica sempre a existência de um interlocutor. As coisas e as pessoas não se dão a conhecer como substâncias absolutas, mas como limites, pólos da relação do homem com o que lhe é supostamente externo.

"Não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo". (Bakhtin, 1979: 35-36).

Bakhtin afirma que as influências extratextuais têm uma importância muito especial nas primeiras etapas de desenvolvimento do homem. Segundo ele (1979:406),

"essas influências se desenvolvem na palavra (ou noutros signos), e tal palavra é a dos outros, e, acima de tudo, da mãe. Depois disso, a "palavra do outro" se transforma, dialogicamente, para tornar-se "palavra-pessoal-alheia" com a ajuda de outras "palavras do outro", e depois palavra pessoal (com, poder-se-ia dizer, a perda das aspas). A palavra já tem, então, um caráter criativo. Papel do encontro, da visão, da "iluminação", da "revelação", etc".

No processo de apropriação que Bakhtin (1979:406) delineia, há um esquecimento paulatino dos depositários da palavra do outro:

"A palavra do outro torna-se anônima, familiar, em uma forma reestruturada: a consciência se monologiza. Esquece-se completamente a relação dialógica original com a palavra do outro: esta

relação parece incorporar-se, assimilar-se, à palavra do outro tornada familiar (tendo passado pela fase da palavra "pessoal alheia").

Mas, para ele, essa monologização é relativa, pois o discurso do indivíduo nunca deixa de estar impregnado das vozes de que foi originariamente constituído e nunca deixa de interagir com outros discursos com os quais tem alguma ligação, mesmo que não evidente ou explícita. Assim, a monologização seria um processo de transformação do carácter dialógico da enunciação: a princípio, a linguagem é orientada para o outro de forma concreta, e, em seguida, continua orientada para o outro, mas esse outro no monólogo toma uma nova dimensão. Bakhtin (1979:313/314) enfatiza a permanência e a intensidade do carácter dialógico da fala, mesmo quando monologizada.

"a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de assimilação, mais ou menos criativo, das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), está repleta de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos."

Vale lembrar que falar em dialogismo não significa dizer que qualquer enunciado seja um diálogo, uma conversa face a face entre as pessoas. Não se deve confundir diálogo e dialogismo. O diálogo é apenas uma das formas da interação verbal, assim como o monólogo é apenas uma forma convencional de expressão da idéia. Mas pode-se também (cf. Bakhtin, 1979) compreender a palavra diálogo num sentido amplo, isto é, não apenas como comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face-a-face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. Bakhtin (1979:355) distingue a relação dialógica (o diálogo em sentido amplo) da fala dialógica (o diálogo em sentido restrito):

"A relação dialógica tem uma amplitude maior que a fala dialógica numa acepção estrita. Mesmo entre produções verbais profundamente monológicas, observa-se sempre uma relação dialógica."

Segundo o autor (1929:113), mesmo o discurso interior preserva um caráter dialógico, pois,

"o mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc."

O conceito amplo que Bakhtin (1979:356) estabelece para a dialogia decorre de seu entendimento de que faz parte da natureza da palavra querer ser ouvida, buscar a compreensão responsiva ilimitada, e esclarece: "Para a palavra (e, por conseguinte, para o homem) nada é mais terrível que a irresponsividade (a falta de resposta)". Por conseguinte, a compreensão é a forma de ação fundadora da interlocução, como ele mesmo declara (1979:358):

"Vivo no universo das palavras do outro. E toda a minha vida consiste em conduzir-me nesse universo, em reagir às palavras do outro (as reações podem variar infinitamente), a começar pela minha assimilação delas (durante o andamento do processo do domínio original da fala), para terminar pela assimilação das riquezas da cultura humana (verbal ou outra). A palavra do outro impõe ao homem a tarefa de compreender esta palavra (tarefa esta que não existe quando se trata da palavra própria, ou então existe numa acepção muito diferente)."

Todo discurso busca ser compreendido, portanto, seja ele formulado em linguagem oral ou escrita, em forma de ficção ou de artigo científico, seu objetivo é estabelecer um elo na cadeia dialógica das relações sócio-históricas.

"A língua constitui um processo de evolução ininterrupto que se realiza através da interação verbal social dos locutores." (Bakhtin-Voloshinov, 1929: 127)

Bakhtin refere-se a enunciações constitutivas do universo social de forma historicamente estabelecida, como é o caso dos textos editados, impressos e postos em circulação: os livros e artigos científicos. Nessas reflexões, elabora o que seria o funcionamento dialógico do texto escrito, que mantém as principais propriedades da réplica do diálogo verbal argumentativo, pois, estando inserido numa malha sócio-histórica de discursos de várias ordens, estabelece com esses discursos uma articulação intrínseca.

No exemplo abaixo, vemos como essa articulação dialógica entre um discurso primeiro e um discurso segundo opera na seção "cartas à redação".

[Folha 183]- A Folha de 31/5, em matéria do sr. Carlos Eduardo Alves, estampa na pág. 1-4 a manchete 'PT tenta convencer CUT a acabar com a paralisação'. Segue-se na linha de baixo a inverdade 'Partido quer volta ao trabalho ou articulação de um acordo no Congresso', em que já coloca sua primeira afirmação como alternativa ('ou') ao acordo no Congresso, para terminar desmentindo-se na abertura da matéria, quando diz que 'os principais líderes do PT apresentaram ontem etc'. Como secretário de comunicação da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, cabe-me desmentir o sr. Carlos. A Folha não ignora que um partido ('PT tenta, PT quer') não é um ente imaterial. Um partido são suas instâncias, no caso a Comissão Executiva Nacional, que tendo se reunido na segunda-feira (29/5), como é do conhecimento do sr. Carlos, não decidiu 'tentar convencer a CUT' nem 'quer voltar ao trabalho'. A Comissão Executiva Nacional decidiu, isto sim, reafirmar sua solidariedade aos grevistas e envidar esforços para abrir um canal de negociação, no qual, naturalmente, os parlamentares e o Congresso têm um papel. Esclarecidos os leitores da

Folha, esclarecemos ao sr. Carlos, que, por razões de ofício, direta ou indiretamente, conversa com diferentes dirigentes, que o dever da informação correta não autoriza a identificar o que se considere 'a cúpula' ou 'os principais líderes', como sendo 'o partido'. Em especial quando esse partido reúne sua executiva, ouve diferentes opiniões e termina não decidindo o que o sr. Carlos informou erradamente aos leitores da Folha. Markus Sokol, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (São Paulo, SP)

Resposta do jornalista Carlos Eduardo Alves- As duas propostas alternativas apresentadas pela cúpula do PT à CUT pressupõem a volta ao trabalho como passo inicial da negociação, como o texto da reportagem deixa claro. Foram discutidas com Vicente Paulo da Silva em reunião com os principais líderes do partido, sem a presença do sr. Sokol. O sr. Sokol está entre as várias fontes ouvidas pela Folha para confirmar a posição de Luiz Inácio Lula da Silva favorável ao encerramento da greve, a fim de permitir o início de negociações entre petroleiros e governo.

Na carta [183], o senhor Markus Sokol, secretário de comunicação da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, reclama do conteúdo da matéria publicada pela FSP, em 31/05/95, sob a assinatura do jornalista Carlos Eduardo Alves. A matéria de Carlos Eduardo Alves (a qual, infelizmente, não conseguimos recuperar) relata uma das reuniões do Partido dos Trabalhadores (PT) a respeito da greve dos petroleiros de 1995.

Conforme a carta de Markus Sokol, Carlos Eduardo Alves abre a matéria com a seguinte manchete: "PT tenta convencer a CUT a acabar com a paralisação". De acordo com o secretário de comunicação do PT, esta afirmação seria uma "inverdade", pois, durante a referida reunião, o partido não teria sugerido à CUT acabar com a greve; teria, segundo ele, reafirmado sua solidariedade aos

grevistas e sugerido à CUT reunir esforços para abrir um canal de negociação com o governo. Na opinião de Sokol, ao colocar como manchete da matéria a frase "PT tenta convencer a CUT a acabar com a paralisação" e, logo em seguida, abrir a reportagem dizendo que "os principais líderes do PT apresentaram ontem etc ...", o jornalista cometeu um erro grave, pois não deveria identificar "a cúpula" ou "os principais líderes" do PT como sendo "o partido".

Vale notar que no enunciado "A Folha de 31/5, em matéria do sr. Carlos Eduardo Alves, **estampa** (grifos nossos) na pág. 1-4 a manchete ...", o sr. Sokol usou o verbo "estampar" para descrever a maneira como a Folha noticiou a reunião do PT. Ele poderia ter usado outro verbo, como por exemplo "anunciar" ("A Folha de 31/5 ... anuncia na pág 1-4 a manchete"). Uma análise de "estampar" mostraria que ele vê, na **FSP**, uma atitude alarmista ao noticiar o possível fato de o PT está sugerindo à CUT que ponha fim à paralisação dos petroleiros.

Em resposta ao sr. Sokol, o jornalista Carlos Eduardo Alves afirma que "as duas propostas alternativas apresentadas pela cúpula do PT à CUT **pressupõem** (grifos nossos) a volta ao trabalho como passo inicial da negociação". Para amenizar o fato de que a informação a respeito da volta ao trabalho estaria pressuposta na matéria, ele logo acrescenta o seguinte comentário metadiscursivo "como o texto da reportagem deixa claro". Além disso, Carlos Eduardo Alves enfatiza o fato do sr. Sokol não ter estado presente à reunião em que Vicente Paulo da Silva discutiu com os principais líderes do PT as propostas de condução da greve. Tal informação atua no sentido de desqualificar a fala do secretário de comunicação da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Estas duas cartas são um bom exemplo do que Bakhtin chama de "fios dialógicos vivos". Um discurso primeiro (a matéria da **FSP**) provocou uma réplica (a carta do sr. Sokol), que provocou uma tréplica (a resposta do jornalista).

Bakhtin aponta justamente para o fato de o texto ser visto como um "tecido de muitas vozes", ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, se respondem uns aos outros ou polemizam entre si. Daí insistir, em diversos momentos de seus escritos, na definição de enunciado como "um elo na cadeia da comunicação verbal", inseparável dos elos que o determinam interna e externamente e que nele provocam reações-respostas imediatas, numa "ressonância dialógica".

"Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica..." (Bakhtin, 1975: 100).

Esses "fios dialógicos vivos" são os "outros discursos" ou o discurso do outro que, colocados como constitutivos do tecido de todo discurso, têm lugar não ao lado, mas no interior do discurso. Segundo Bakhtin, toda palavra é "pluriacentuada"; acentos contraditórios cruzam-se no seu interior, e o sentido se constitui nesse e por esse entrecruzamento.

Bakhtin mostra que a dialogicidade interna do discurso não se esgota no fato de que todo discurso se depara com o já-dito, com o discurso alheio já proferido sobre o objeto de enunciação. Ela também se relaciona com o futuro discursivo.

"O discurso vivo e corrente está imediatamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele provoca esta resposta, presente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do "já-dito", o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado" (Bakhtin, 1975:89).

Fica evidente que, para Bakhtin, uma lingüística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do seu objeto. Segundo ele, é necessário conceber as práticas cotidianas de linguagem, apesar de inscritas no interior de uma mesma língua, como sendo socialmente

diversificadas e até mesmo contrárias. Ou seja, sempre de uma perspectiva dialógica, ele mostra que apesar de utilizarem um mesmo sistema lingüístico, classes sociais diferentes criam, a partir do uso discursivo, choques e contradições no interior da própria língua. Isto porque, "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (1929:14). O signo torna-se, portanto, a arena onde se desenvolve a luta de classes e se confrontam valores sociais diversos, e é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir.

Essa orientação da palavra, em função do interlocutor e da cadeia dialógica sócio-histórica, exige um desdobramento conceitual ao qual Bakhtin não se recusa: a questão do destinatário. Essa figura está sempre presente em suas formulações e tem tanto a função de quem recebe como também a de quem permite ao locutor perceber seu próprio enunciado. Nas palavras de Bakhtin (1979:320),

"os outros, para os quais o meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como para ir ao encontro dessa resposta. O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário".

A busca da compreensão, a necessidade de ser compreendido e o caráter dialógico intrínseco ao enunciado fazem com que o sujeito que enuncia constitua para si um possível destinatário e, de certa forma, se constitua também, transitoriamente, como esse possível destinatário, num processo dinâmico e complexo de inserção na rede comunicativa que se estabelece no sistema social. Na opinião de Garcez (1998:61),

"essa é uma das construções teóricas de Bakhtin mais esclarecedoras para a compreensão do fenômeno da escrita: não há apenas um destinatário real, concreto, identificável; nem apenas mais um destinatário virtual, secundário, possível, ideal; mas também há um destinatário terceiro que sobrepõe

o próprio diálogo e é formado por um conjunto ideológico ao qual o autor pertence e ao qual quer satisfazer, responder, refutar, contradizer".

Bakhtin mostra que a orientação da palavra em função de um interlocutor tem uma importância fundamental nos estudos de linguagem, pois falar para um sujeito que pertence ao nosso mesmo grupo social não é a mesma coisa que falar para um de classe inferior ou superior. Da mesma forma, um relacionamento pessoal mais próximo ou mais distante entre os interlocutores acarreta variações na maneira de falar. Assim, a palavra pode sofrer mudanças em função de um interlocutor concreto. O interlocutor é constitutivo do próprio ato de produção de linguagem, de certa forma, ele é co-autor do texto e não um mero decodificador de mensagens. O interlocutor desempenha um papel fundamental na constituição do significado e produção de sentidos. Portanto, um enunciado deve ser analisado levando-se em conta sua orientação para o outro.

Parece claro, então, que falar não é um ato monológico. Nenhum enunciado pode ser atribuído apenas ao locutor, ele é produto da interação dos interlocutores. Ao enunciar algo, o locutor instaura um diálogo com o discurso do interlocutor na medida em que o concebe como um elemento ativo na interação e na construção do sentido, atribuindo-lhe, inclusive, um contra-discurso. Ou seja, um locutor constrói seu enunciado em função das hipóteses que tem sobre a capacidade interpretativa do interlocutor. Quando falamos, não estamos agindo sós, todo locutor deve incluir em seu projeto de ação uma previsão possível de seu interlocutor e adaptar constantemente seus meios às reações percebidas do outro. O trabalho de antecipação, o emprego de determinadas estratégias visando a regular as respostas do outro e contrabalançar a argumentação não é uma dimensão acessória mas constitutiva do discurso.

A partir dos estudos de Bakhtin, passa-se da concepção de signo lingüístico inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico, monfônico a uma outra compreensão do

fenômeno: à de signo dialético, vivo, dinâmico. Para Bakhtin, a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade lingüística, e o discurso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia, pois, retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes, pontos de vista daqueles que a empregam.

Para Bakhtin, a palavra não é monológica, mas plurivalente, e o dialogismo é, no quadro de sua teoria, uma condição constitutiva do sentido. Baseado nesses pressupostos, Bakhtin elabora a sua teoria da **polifonia**.

O conceito de polifonia é resultado dos trabalhos desenvolvidos por Bakhtin sobre a natureza do discurso literário (1963). Ao analisar a obra de Dostoiévski e uma série de textos da literatura popular, Bakhtin percebe que este autor investe suas personagens de uma série de "máscaras" diferentes. Uma vez que essas "máscaras" representam várias vozes a falarem simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras, Bakhtin qualifica o texto de Dostoiévski de polifônico. Esclarece também que há uma outra categoria de textos (os da literatura clássica, como os de Gogol, ou da dogmática) em que, numa fala monológica, uma só voz se faz ouvir, em que as várias consciências presentes na obra são objetos do narrador. Na abordagem monológica (sob sua forma extrema ou pura), o outro permanece inteira e unicamente objeto da consciência, não formando uma consciência outra. O monólogo é completamente surdo à resposta do outro, não a espera e não reconhece nela força decisiva. O monólogo pretende ser sempre a última palavra.

No romance monofônico, apesar de várias personagens em cena, elas exprimem uma única visão de mundo, muito próxima à do autor. Na monofonia, as diferentes vozes se fundem numa verdade impessoal, una. Os textos monofônicos escondem os diálogos que os constituem. Já no romance polifônico, cada personagem fala com a sua própria voz, distanciando-se da voz do autor.

Cada personagem é autônoma, possui uma postura ideológica e uma visão de mundo próprias. A polifonia surge quando um único texto reúne idéias e concepções de mundo que na própria realidade podem ser dispersas e surdas umas em relação às outras, proporcionando o cruzamento das várias vozes sociais, que se complementam ou polemizam entre si no espaço textual. Bakhtin afirma que é desse cruzamento de vozes que podem surgir mudanças, podem surgir novas combinações de idéias dentro do diálogo universal.

Embora dialogismo e polifonia sejam termos algumas vezes utilizados como sinônimos nos escritos de Bakhtin, alguns autores, como Barros (1994), distinguem claramente um do outro. Barros reserva o termo "dialogismo" para o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo o discurso e emprega a palavra "polifonia" para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem. Neste caso, **monofonia e polifonia são tomadas como efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos** que se manifestam no texto. Assim, mesmo sendo o dialogismo a condição fundamental da linguagem e do discurso, **há textos predominantemente polifônicos ou monofônicos**, dependendo das estratégias discursivas acionadas. Nos textos polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver ou entrever; nos textos monofônicos eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz.

Para os analistas do discurso, interessa estudar a relação entre dialogismo e polifonia. Interessa examinar como de dá o mascaramento - ou não - do dialogismo discursivo no plano textual. Como em todo texto são percebidas vozes que ecoam de maneira diferente no discurso, para se estabelecer o(s) sentido(s) de um texto, tem-se, pois que levar em conta como as diferentes vozes sociais se fazem presentes na superfície textual.

O que as análises das cartas do nosso *corpus* permitem postular é que, de certa forma, a voz do outro, o outro discurso, acaba perpassando tanto a estrutura de textos monofônicos quanto de textos polifônicos, obviamente, de formas distintas. Na maioria das vezes, o que se tem é a convivência, em um mesmo texto, de mais de um ponto de vista, mesmo que eles apareçam de maneira desproporcional e não explicitada pelo enunciador na superfície textual. Vejamos estes exemplos:

[JB 008]- A greve dos petroleiros já dura 30 dias e é inevitável a falta de derivados em alguns pontos do país. Os petroleiros vêm buscando uma saída política para o impasse. O presidente intransigente contraria sua formação de sociólogo e se esquece da sua condição de exilado político, humilha os trabalhadores e contribui para denegrir a imagem da Petrobrás. Alega não poder alterar a sentença do TST, cabendo apenas aos petroleiros o seu cumprimento imediato. É cômoda e equívoca esta posição.

Classificamos esta carta como predominantemente monofônica. No entanto, não nos passa despercebido o fato de aflorar, na superfície textual, um outro ponto de vista, diferente ao do autor da carta. Isto é, mesmo colocando-se a favor da greve dos petroleiros, o autor da carta [008] explicita textualmente um ponto negativo do movimento grevista ("A greve dos petroleiros já dura 30 dias e é inevitável a falta de derivados em alguns pontos do país"). Ao dizer isto, o autor levanta um *topos* discursivo contrário à greve, o prejuízo da população. Mais adiante, vai levantar ainda um outro, a ilegalidade do movimento. Apesar de não usar as palavras "ilegalidade" ou "ilegal", o autor da carta fala que o governo alegava "não poder alterar a sentença do TST, cabendo apenas aos petroleiros o seu cumprimento imediato". Tal enunciado deixa subentendido que os petroleiros haviam sido julgados pelo TST. De certo, fazia parte da parte da memória discursiva sobre o tema o fato de o movimento

grevista ter sido considerado ilegal pela Justiça. A ilegalidade é um dos *topoi* discursivos mais utilizados nas cartas dos leitores no sentido de condenar a greve dos petroleiros (como se verá mais detalhadamente no capítulo 4).

Antes de prosseguir na análise, gostaríamos de rememorar a configuração política do momento em que esta carta foi escrita. Com o movimento grevista, os petroleiros almejavam, além da reposição salarial, protestar contra os planos de privatização do governo FHC. No entanto, por considerar a greve ilegal, o presidente negava-se a negociar com os petroleiros enquanto eles permanecessem em greve. Para o autor da carta, tal posição do presidente era "cômoda e equívoca". Em outras cartas é lembrado, inclusive, o fato de o governo ter alterado outras decisões do TST, como por exemplo, o caso do senador Humberto Lucena.

Segundo o autor da carta [008], ao "exigir" que os trabalhadores voltassem ao trabalho antes de terem as suas reivindicações atendidas, o presidente estava sendo "intransigente". "Exigir" é um verbo com forte carga ilocucionária, denota poder, pois, quem exige não está muito disposto ao diálogo, mas em fazer valer a sua autoridade.

É válido acrescentar que, à época da greve, a palavra "intransigente" estava em foco, tendo sido primeiramente empregada pelo discurso contrário à greve para desqualificar a atitude dos petroleiros. Os petroleiros foram acusados de intransigência por não terem sentado à mesa para negociar com o Governo antes de deflagrar o movimento grevista e por terem persistido na greve por muito tempo, não reconhecendo a decisão do Tribunal de Justiça que julgou ilegal o movimento.

Como no exemplo [008] a palavra "intransigente" não vem marcada entre aspas ou em itálico, o que nos permite descobrir que ela pertence a um outro discurso; é a memória discursiva sobre o assunto (sobre o conceito de memória discursiva ver capítulo 4). Como na carta [008], "intransigente"

aparece desqualificando a postura do presidente, e não mais a dos petroleiros, afirmamos que há um redimensionamento discursivo da palavra, devido às mudanças nas condições de produção do discurso.

Passemos à carta [085]:

[OESP 085]- Até que enfim se toma uma atitude contra esse câncer chamado Petrobrás. Essa excrescência satânica já devia ter sido extinta há anos. É ineficiente, vende a pior gasolina do mundo pelo preço mais alto, repassa o álcool, que não é derivado do petróleo, embutindo um ganho de 40% só para "administrar" o combustível e, mais que isso, pesa aos cofres públicos, ou seja, ao povo. Fora com ela!

O principal objetivo da carta [085] é depreciar a Petrobrás. O "até que enfim" deixa subentendido que, há muito tempo, esperava-se a extinção da Petrobrás. Criam-se metáforas com valor claramente negativo no discurso: "esse câncer chamado Petrobrás", "Essa excrescência satânica". "Câncer" e "Satã" representam males que parecem não acabar nunca, por mais que a medicina e os fiéis lutem contra eles. A escolha de adjetivos como "ineficiente" e "pior" (em "É **ineficiente**" e "vende a **pior** gasolina do mundo pelo preço mais alto") também mostra que quem escreve tem um discurso fortemente contrário a Petrobrás.

As aspas colocadas na palavra "administrar", em "repassa o álcool, que não é derivado do petróleo, embutindo um ganho de 40% só para "administrar" o combustível" sugerem que se leia a palavra "administrar" como uma recategorização semântica de "repassar". No entanto, o autor não quer fazer equivaler estas palavras, ao contrário, quer justamente chamar atenção para o fato de que se tratam de coisas distintas. Entre "repassar" e "administrar" vai uma diferença de sentido significativa;

"repassar" seria tarefa simples, "administrar", tarefa das mais complicadas. Ao usar a palavra "administrar" entre aspas, é como se o autor dissesse "os defensores da Petrobrás podem alegar que **administram** o petróleo para justificar o quanto ganham, mas a tarefa que desempenham é muito simples, apenas **repassam** o produto". As aspas conferem, portanto, um efeito de sentido irônico ao enunciado. Para o autor da carta, ganhar 40% para "repassar" o álcool é uma tarefa bastante lucrativa. Ironia acentuada pelo uso do operador "só".

A expressão "mais que isso" serve para introduzir o argumento final, de maior valor no discurso: "a Petrobrás pesa aos cofres públicos, ou seja, ao povo". No encerramento da carta, o autor usa uma expressão de valor interjeitivo que funciona como uma palavra de ordem: "Fora com ela, Fora com a Petrobrás!".

A exemplo da carta [008], a carta [085] foi classificada como predominantemente monofônica. Já a carta [182], abaixo, constitui um exemplo de efeito de polifonia no discurso. Nela, os vários pontos de vista aparecem de maneira articulada e com o mesmo peso no discurso, de maneira efetivamente heterogênea. A carta põe em cena quais os discursos correntes sobre a greve, o que se falava e o que se ouvia a respeito, mostrando as contradições e as diferenças das diferentes formações discursivas sobre o assunto. O discurso vai ganhando corpo na polêmica. Vale frisar que, a multiplicidade de posições enunciativas levantadas não é uma questão puramente informacional, mas discursiva. A própria seleção das informações citadas já caracteriza uma tomada de posição do produtor do discurso. O exemplo e a análise:

[JB 182]- O governo quis usar a greve dos petroleiros para facilitar a votação do fim do monopólio; os petroleiros fizeram greve por razões salariais, e os sindicatos revestiram a greve com um posicionamento político, colocando-se contra os planos de privatização. O resultado

está na pesquisa realizada pelo governo e trazida a público na Coluna do Castello de 3/6, que aponta para uma exata divisão da opinião pública na avaliação do comportamento das duas partes. Errou o governo, que demonstrou habilidade política, mas foi irresponsável na sua tarefa de administrador; falhou o sindicato, que subestimou o adversário e caiu na armadilha do governo; perderam a população e os grevistas. Ainda está em tempo de tornar positivo o saldo da greve. Ao presidente, de passado brilhante, cabe tornar mais transparentes e submeter à discussão pública os seus planos de privatização (em passant, poderia rever o seu círculo de aliados). Os sindicatos, que tiveram importante atuação durante a ditadura, e a quem devemos em parte o restabelecimento da democracia, precisam aperfeiçoar seus instrumentos de luta, adaptando-se à nova realidade. E finalmente à Justiça do Trabalho, que foi omissa na sua função de mediadora, cabe no mínimo um exame de consciência.

A primeira questão que o autor desta carta levanta diz respeito aos motivos da greve. Segundo ele, "os petroleiros fizeram greve por razões salariais". É verdade que os petroleiros estavam em greve exigindo o cumprimento de um acordo salarial assinado no governo anterior pelo presidente Itamar Franco. Mas sabemos que a greve não era apenas salarial, também tinha motivações de caráter político. Os sindicatos usaram a greve para protestar contra o projeto de privatização do governo Fernando Henrique e se colocar em defesa do monopólio das estatais ("os sindicatos revestiram a greve com um posicionamento político colocando-se contra os planos de privatização"). Por sua vez, o governo aproveitou a insatisfação da população com a falta de gás e combustível decorrente da greve, no sentido de acelerar as privatizações ("O governo quis usar a greve dos petroleiros para facilitar a votação do fim do monopólio. Reaparece, portanto, aí a eterna briga entre os que defendem o monopólio estatal (sindicato, grevistas, parte da população) e os que querem a privatização (governo, presidente, outra parte da população).

Ao mesmo tempo em que elogia o presidente, o autor da carta também o critica (Ao presidente, de passado brilhante, cabe tornar mais transparentes e submeter à discussão pública os seus planos de privatização, em passant, poderia rever o seu círculo de aliados"). Faz o mesmo com os sindicatos: "Os sindicatos, que tiveram importante atuação durante a ditadura, e a quem devemos em parte o restabelecimento da democracia, precisam aperfeiçoar seus instrumentos de luta, adaptando-se à nova realidade". Esta carta mostra como o autor sabe jogar com os argumentos pro e contra a greve.

A análise das cartas que integram o nosso *corpus* revela que o discurso do "outro" aparece mais claramente, mais explicitamente, nas cartas favoráveis à greve dos petroleiros do que naquelas que se opõem a ela. Ou seja, em algumas das cartas favoráveis à greve, embora o autor defenda o movimento grevista, ele expõe alguma consequência negativa do movimento (como foi destacado no exemplo [008]). Isto é, ele levanta, ainda que de maneira mal articulada, um aspecto negativo da greve. Não podemos dizer que estes casos constituam, por excelência, exemplos de polifonia, pois, ao defender claramente no texto uma posição "x", o autor dá maior destaque aos argumentos em prol do discurso "x". Contudo, mesmo não assumindo uma discussão de pontos de vista ou discursos divergentes, o argumento contrário à greve se faz presente, e é colocado em cena pelo próprio autor da carta.

De forma diversa, nas cartas contrárias ao movimento grevista, o sujeito que escreve tem o cuidado de eliminar, ao menos explicitamente, qualquer argumento em favor da greve ou do monopólio. O discurso a favor do movimento grevista ou a favor do monopólio só aparece nesse conjunto de cartas através da ironia, da paródia, etc.

CAPÍTULO 3

A LÍNGUA COMO DISCURSO

No capítulo anterior, expusemos as concepções bakhtiniana e saussuriana de língua. Observamos que entre Saussure e Bakhtin há uma diferença na compreensão que se tem do fenômeno da linguagem. A lingüística saussuriana restringe o estudo da língua a uma rede de propriedades formais. Toda produção de linguagem que postule um sujeito inscrito em conjunturas históricas determinadas, atuando em contextos de fala específicos, está fora da lingüística de inspiração saussuriana. O que importa é a estrutura interna da língua.

O conceito bakhtiniano de língua como interação social reintroduz, nos estudos da linguagem, a reflexão sobre a noção de sujeito e, a partir dela, a de ideologia. Deixa-se de lado o conceito de língua como sistema ideologicamente neutro e passa-se a ver a língua como o lugar privilegiado de manifestação de posições enunciativas, como arena da luta de classes.

Sabemos que, para se objetivar, a ideologia precisa de uma materialidade; do ponto de vista lingüístico, esta materialidade é o discurso. Hoje, toda produção de linguagem pode ser considerada discurso, e a disciplina encarregada de seu estudo é a Análise do Discurso (AD).

Ao se preocupar com o caráter ideológico da língua, a AD aproxima seu interesse ao de outras áreas das ciências humanas, como a história, a sociologia e a psicologia. No entanto, ao se apoiar sobre os conceitos e métodos da lingüística, a AD ganha especificidade em relação a estas ciências no que diz respeito às metodologias de tratamento do discurso (cf. Orlandi, 1986: 110).

Por outro lado, na medida em que o discurso instala-se em um quadro teórico específico - o da AD -, a noção de língua já não é a mesma da lingüística de origem saussuriana, assim como a noção de ideologia não é a mesma da sociologia. Como afirma Courtine (1982), em AD, o discurso

deve ser pensado em sua especificidade, evitando-se reduzi-lo à análise imanente da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre a ideologia como "representação".

O fato de o discurso ser também objeto de interesse de historiadores, sociólogos e psicólogos leva Maingueneau (1987:17) a afirmar que inserir a AD no campo da lingüística, é resultado de uma opção epistemológica, pois acredita-se que os processos discursivos poderão ser apreendidos com maior eficácia dentro desta perspectiva. No entanto, isto não implica que o texto, materialidade lingüística dos discursos, não possa ser objeto de abordagens com propósitos diversos. Inúmeras disciplinas, como a poética, a crítica literária, a hermenêutica, debruçam-se sobre o texto e, por isso, têm o mesmo objeto empírico da AD. No entanto, esta não se confunde com aquelas, pois elas têm distintos objetos reais. Segundo Orlandi (1986), ao contrário da hermenêutica, a AD não busca "o" sentido verdadeiro do texto, nem "o" sentido oculto, nem "a" interpretação nova e inédita destinada a derrubar todas as outras interpretações e todos os outros sentidos". Diferentemente da análise clássica de conteúdo, a AD pára na materialidade da linguagem, não a atravessa como algo transparente (e sem historicidade) em busca de um conteúdo mais além. A AD tem sua especificidade, que diz respeito a objetos ao mesmo tempo integralmente lingüísticos e integralmente históricos.

Uma vez afirmada a inscrição da AD na lingüística, é preciso explicitar de que forma se estabelece a relação entre as duas, já que a AD nasce dessa relação com a lingüística, mas dela se afasta. O fato de a AD fazer intervir na língua conceitos exteriores ao domínio da lingüística imanente leva Courtine (1982) a afirmar que, em AD, "é preciso ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo". Segundo Courtine, por um lado, a discursividade define "uma ordem própria, diversa da materialidade da língua" e, por outro, esta ordem "se realiza na língua". Enquanto o objeto da Lingüística é a língua (sistema autônomo); o objeto da AD é o discurso, que supõe uma autonomia apenas relativa do lingüístico, já que ele postula que a linguagem tem uma relação necessária com a exterioridade, e a

possibilidade de encontrar regularidades no discurso se vincula ao fato de referi-lo às suas condições de produção. Assim, cabe à AD explicar como o texto diz o que diz e por que o texto diz o que diz. Ela deve explicar um conjunto de regularidades que preside à constituição do sentido. Como afirma Orlandi (1994), enquanto do ponto de vista de sua estruturação em língua, uma análise de uma seqüência lingüística faz dela um enunciado, um texto, o estudo das condições de produção desse texto faz dele um discurso.

"A lingüística procura dar conta dos mecanismos que tornam possíveis todas as frases da língua e a AD trata do que faz com que um discurso seja uma seqüência real única. O repetível na lingüística é formal (número finito de regras produzindo todas as frases da língua) e o repetível na AD é histórico (o efeito do já-dito que sustenta toda possibilidade de dizer)" (Orlandi, 1994:297).

O discurso, portanto, é um objeto histórico cuja materialidade específica é lingüística. Enquanto a língua constitui a condição de possibilidade do discurso, os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso. É neste ponto que se estabelece a relação complexa entre o lingüístico e o discursivo, entre a língua e o discurso, entre a lingüística e a análise do discurso.

Hoje, não só o termo discurso, mas também seu correlato análise do discurso se aplicam a vários campos teóricos de estudo da linguagem. Um levantamento feito por Hoey e Escorcia (1984, apud Possenti, 1988) revela que só em 1981 foram publicados cerca de 5.000 artigos e 200 livros sobre discurso. Muito provavelmente, como afirma Possenti, estes diferentes trabalhos não tratam dos mesmos problemas.

Maingueneau (1987) esclarece que o conceito de discurso modifica-se em função das disciplinas nas quais se apóia; portanto, vão existir diferentes análises do discurso dependendo das referências que se faz à psicologia, à sociologia, à antropologia, à história, à lógica, etc, e, no interior destes campos, a uma determinada escola. Por exemplo, uma análise do discurso pode ter a psicologia

como disciplina auxiliar, mas tomará uma configuração particular segundo se trate de psicologia cognitiva ou de psicanálise. Esta situação fica ainda mais complicada quando se examinam as relações que cada uma dessas análises do discurso estabelece com a lingüística, que por sua vez, também se divide em uma multiplicidade de ramos e escolas. Neste momento, cabe lembrar o que já dizia Saussure (1916): "o ponto de vista cria o objeto".

É compreensível, portanto, que a noção de análise do discurso se torne, como define Maingueneau (1987:12), uma espécie de "coringa" para um conjunto indeterminado de quadros teóricos. Dentro desta mesma perspectiva, Possenti (1988:1) afirmava que, "o termo discurso transformou-se numa espécie de lixeira para onde se recolhem os restos da lingüística, sejam os restos que sobram de uma gramática ou estrutura, sejam os restos que sobram de sentenças, sejam os que decorrem da oposição *type-token*."

É verdade que o fato de a palavra "discurso" ter distintas acepções nas diversas teorias torna-se um complicador. No entanto, quaisquer que sejam as divergências entre as diferentes correntes de estudo que tratam do discurso, todas têm um ponto em comum: recusam-se a ver a língua como um simples suporte para a transmissão de informações. O que unifica todas as correntes da linguagem que se preocupam com discurso (a pragmática, a teoria da enunciação, a análise da conversação, a semântica argumentativa e a análise do discurso) é o fato de a língua ser vista concomitantemente como um sistema formal e como uma instituição social na qual o sujeito se inscreve. No entanto, estas correntes se distanciam quanto às noções que têm de "sujeito" e de "exterior".

Embora todas as correntes de linguagem descritas acima considerem como constitutiva a relação entre linguagem e exterioridade, as de linha sociointeracionista conceituam 'exterior' como sendo o contexto imediato de fala, enquanto a análise do discurso conceitua 'exterior' como sendo as condições histórico-sociais de produção do discurso. Isto implica diferentes concepções de sujeito.

Para a Análise do Discurso (ao menos para a escola francesa da AD), a posição que o sujeito ocupa na esfera social condiciona a produção linguageira, o que ele vai falar ou deixar de falar; por isso, se diz que o sujeito é falado, é assujeitado. Já o sujeito da pragmática é considerado competente para adequar a sua fala às várias situações comunicativas. Nessa perspectiva, os falantes seriam multilíngues e usariam variedades funcionais dentro de uma língua, de acordo com suas experiências, propósitos, necessidades e intenções.

Isso tudo nos leva, mais uma vez, a constatar a existência de uma multiplicidade de análises do discurso, cada uma delas mobilizando uma prática e um jogo de remissões teóricas diferentes.⁷

A abordagem da denominada análise do discurso francesa tem merecido destaque em nosso trabalho, pois é nela que encontramos desenvolvidas, entre outras, as noções de "condições de produção", "formação ideológica", "formação discursiva", "memória discursiva", "interdiscursividade" e "heterogeneidade" fundamentais para as análises aqui realizadas.

A seguir, comentaremos mais detalhadamente as características da denominada escola da Análise do Discurso Francesa (ADF)⁸ suas origens, principais pensadores e pressupostos teóricos. O capítulo consiste, essencialmente, de resenhas das principais obras/autores que compõem a história da análise do discurso francesa. Em alguns momentos inserimos exemplos ilustrativos para facilitar a compreensão dos fenômenos descritos.

⁷ D.Schiffrin, em seu livro **Approaches to discourse** (1994), cita nove diferentes correntes de estudo do discurso e, entre essas nove, não situa a AD.

⁸ A partir de agora, usaremos a abreviatura ADF para designar a escola de Análise do Discurso Francesa, embora saibamos que esta não seja uma prática comum entre os autores, que muitas vezes usam simplesmente o termo AD para designar a abordagem francesa da análise do discurso. Fique claro, no entanto, que não há só uma ADF, como bem expõe Maingueneau, na revista *Langages* n. 117, de março de 1995, sobre "Les analyses du discours en France".

3.1. A ABORDAGEM DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Diante do quadro de diversidade de disciplinas preocupadas com o discurso, descrito anteriormente, a escola da Análise do Discurso Francesa (ADF) buscou, logo de início, definir-se como sendo o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado. Além disso, procurou também delimitar o seu campo de atuação à análise de um *corpus* tipologicamente marcado.

Inicialmente, a preocupação da ADF voltou-se de maneira privilegiada para o discurso político, especialmente para os textos escritos. Conforme Maingueneau (1987) isto se deu porque a chamada escola francesa de análise do discurso filia-se tanto a uma certa tradição intelectual francesa acostumada a unir a reflexão sobre o texto à história, bem como à prática escolar da "explicação de texto", presente sob múltiplas formas em todo aparelho de ensino francês.

Tendo em vista esse procedimento metodológico, a ADF tem sido acusada de ser excessivamente restritiva na escolha do *corpus*, privilegiando o ponto de vista histórico do discurso e a pesquisa de arquivo em detrimento do ponto de vista sociológico. Segundo Maingueneau (1987:15), esta acusação é legítima. No entanto, para ele, se fosse adotado um ponto de vista sociolingüístico, aí sim, a análise do discurso assumiria o aspecto de uma prática particularmente redutora. Isto porque, para a ADF, se a relação entre língua e exterior for mediatizada por uma perspectiva psico-sociológica, apagam-se as determinações propriamente históricas e o destaque passam a ser as características individuais de cada locutor ou as relações interindividuais que se manifestam no seio de um grupo. Nesta concepção, o plano psico-sociológico dominaria o plano histórico, e não é isso que pretende a ADF.

Ao postular uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, colocando a exterioridade como marca fundamental do discurso, a ADF passa a estudar a língua não só

em relação ao seu sistema interno (enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica), mas também, enquanto formação ideológica, que se manifesta através de discursos.

É preciso lembrar que nos anos 60, época em que surge a ADF, o marxismo, a psicanálise e o estruturalismo constituíam três fortes correntes de pensamento presentes na Europa. A ADF vai articular estas três correntes de maneira particular.

Em seu artigo "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas", Pêcheux e Fuchs (1975:163) explicitam o quadro epistemológico geral da ADF, que engloba três regiões do conhecimento:

- o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias
- a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e, ao mesmo tempo, dos processos de enunciação
- a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Esses três campos do conhecimento, cujos conceitos básicos - de difícil articulação - são os de formação social, língua e discurso, são ainda perpassados por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica. Expomos, a seguir, o dispositivo operacional da ADF.

3.1.1. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Tomando por base o materialismo histórico althusseriano, Pêcheux (1969) formula sua teoria do discurso e propõe uma teoria não-subjetivista da enunciação que permita fundar uma teoria (materialista) dos processos discursivos. Pêcheux expõe a necessidade de reordenar o conceito de

Condições de Produção de um discurso (CP), objetivando romper com a concepção psico-social, entendida como circunstâncias de um ato de comunicação. Pêcheux (1969) vê nos protagonistas do discurso não a presença física dos indivíduos, "mas a representação de "lugares" determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia".

Segundo Pêcheux, as relações entre esses lugares de fala e o conjunto de traços objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de "formações imaginárias" que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o locutor pode antecipar as representações do interlocutor e, de acordo com essa antevisão do "imaginário" do outro, elaborar o seu discurso. Em outras palavras, ao falar ou escrever, levamos em consideração as possíveis respostas e contra-argumentos do outro. A ADF chama esse procedimento de **antecipações**. Todo processo discursivo supõe, por parte do falante, uma antecipação das representações do ouvinte, sobre a qual se elabora previamente o discurso. Como se trata, por hipótese, de antecipações, deve-se observar que esses valores precedem as eventuais respostas do interlocutor, condicionando as decisões antecipadoras do produtor do discurso.

Portanto, as noções que constituem as condições de produção, enquanto formações imaginárias, levam em conta a imagem que o locutor tem de seu lugar, do lugar do outro, do referente do discurso; a imagem que o ouvinte tem de seu lugar etc. Estas imagens não são quaisquer umas, mas condicionadas (e não determinadas, vale frisar) pelo estado histórico das formações sociais. Resta observar, como diz Pêcheux (1969), que, pelas formações imaginárias, o que funciona no discurso não são os lugares enquanto feixes de traços objetivos, pois eles não estão aí presentes, mas representados, isto é, transformados. O que leva este autor a dizer que existem, nos mecanismos de toda formação

social, regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

Como exemplo do que a ADF chama de antecipações, vejamos a carta [167] a respeito da greve dos petroleiros, em que o autor se coloca na posição de quem está respondendo a um possível contra-argumento de seus adversários:

[Globo 167]- Reconheço: sou um traidor da pátria. Mas, antes de condenar a mim mesmo pelo crime hediondo de ser contra os monopólios estatais e sentenciar minha pena, gostaria que os verdadeiros patriotas, defensores das riquezas e soberania nacionais, me explicassem algumas coisas. Pelo menos, eu morreria feliz. Por que a Alemanha e o Japão, que não têm petróleo e foram ocupados por várias décadas por estes terríveis imperialistas, são hoje superdesenvolvidos e a maior ameaça aos EUA? Por que a Alemanha Oriental, libertada pelos generosos soviéticos e dirigida pelos socialistas (comunistas hoje é feio) faliu? Como nós vamos viver sem esse vício burguês do telefone? Como viveremos sem este terrível agente químico: o gás de cozinha? Como vamos viver sem gasolina, sem diesel, sem carros? Eu sei, isso é um vício burguês. Só não vale dizer que tudo isso não tem importância diante da resistência histórica e da possibilidade de dizermos para nossos filhos e netos: “Nós somos pobres, mas somos nobres. E essa riqueza toda inexplorada pertence a ti e a todos os brasileiros.”

Colocando-se na posição de quem está respondendo a questões postas por um interlocutor situado numa formação discursiva (FD) contrária à sua, o autor desta carta traz o discurso do outro para o interior de seu próprio discurso, referindo-se à fala de seu adversário por enunciados ambigüamente alusivos aos supostos questionamentos do interlocutor ("Reconheço: sou um traidor da

pátria. Mas, antes de condenar a mim mesmo pelo crime hediondo de ser contra os monopólios estatais e sentenciar minha pena...").

A escolha do verbo "reconhecer" sinaliza uma aparente aceitação das divergências existentes entre locutor e interlocutor. Entretanto, logo em seguida, o locutor usa o operador argumentativo "mas", no sentido de introduzir uma série de questões que mostram o desacordo entre os dois, deixando claro que eles falam de formações discursivas distintas.

Os verbos "condenar" e "sentenciar", a palavra "pena" e a expressão "crime hediondo" relacionam-se a um universo de fundo jurídico, no qual o autor se coloca aparentemente na posição de réu.

O enunciado "gostaria que os verdadeiros patriotas, defensores das riquezas e soberania nacionais, me explicassem algumas coisas" traz a suposição de que quem escreve não é patriota, e coloca em evidência um argumento comumente utilizado por aqueles que defendem o monopólio do petróleo: o de que acabar com o monopólio é entregar as riquezas nacionais a grupos estrangeiros. Fica evidenciada a velha dicotomia que separa os "bons brasileiros" (a favor da tese nacionalista) dos "maus brasileiros", "inimigos da nação" (contra a tese nacionalista e a favor das privatizações). Esta dicotomização não permite uma terceira posição: só se pode ser "a favor" ou "contra" e o discurso, elegendo um dos pólos, procura coagir o outro a se posicionar do seu lado.

O autor da carta retoma conceitos estereotipados quando classifica os americanos de "terríveis imperialistas" e os soviéticos de "generosos". É interessante notar que essas escolhas, essas adjetivações não condizem com a formação discursiva (FD) do sujeito enunciativo, mas com a de um outro. Ou seja, nesses momentos, quem fala é o discurso de um outro. O autor diz preferir usar a palavra "socialista" no lugar de "comunista", justificando-se: "hoje é feio". Esta operação metadiscursiva mostra que o autor da carta tem consciência de que o discurso sobre os americanos e

soviéticos mudou, "modernizou-se". Ao mesmo tempo em que faz isso, buscando agradar o outro, argumenta que essa mudança ficou apenas no discurso, porque os soviéticos, os comunistas, os socialistas continuam presos a valores antigos, assim como aqueles que defendem os monopólios.

Ao propor uma série de questões aos seus opositores, o locutor usa a ironia como estratégia discursiva para ridicularizar o discurso do outro: busca ridicularizá-los pela obviedade dos argumentos. Ele procura mostrar que a realidade mudou, mas os monopolistas continuam com o mesmo "velho discurso". Em consequência, valoriza o seu próprio discurso (a favor da privatização).

Percebe-se que, por debaixo desse discurso orientado para a alteridade interlocutiva, há uma "avesso" tecido por um contra-discurso. A conversa se transforma em um simulacro do diálogo na medida em que há uma falsa orientação do discurso em direção ao outro. Quando o locutor traz a fala do outro para o interior de sua fala, é justamente para melhor demarcar as fronteiras entre a sua FD e a do outro. Essa demarcação se faz por um mecanismo de qualificação/desqualificação em que o discurso do locutor se enche de positividade e o do outro, de negatividade axiológicas. O sujeito da enunciação, na realidade, manipula o discurso do outro no interior de sua FD, pois, sabendo "o que pode e deve ser dito", articula seu discurso de modo a fazer prevalecer sua fala. Simula-se uma disputa pela verdade, em que, na realidade, o que se quer é impor uma verdade. Através de uma aparente aceitação das divergências, o fim visado é convencer o(s) outro(s) de que o melhor para o país é o fim do monopólio. A meta final é a adesão do(s) outro(s) ao discurso pró- privatização da Petrobrás.

3.1.2. O ASSUJEITAMENTO IDEOLÓGICO

Baseado em Althusser (1970), Pêcheux (1969) entende que, o funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção leva à interpelação do sujeito, ou

seja, ao seu assujeitamento ideológico. A interpelação ideológica do sujeito consiste em fazer com que cada indivíduo tenha a impressão que é livre e exerce a sua vontade, quando na verdade está sendo conduzido a ocupar um determinado lugar em um dos grupos ou classes de uma formação social e, este lugar determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito num processo de enunciação. Assim, na hora de dizer algo ele dirá de uma certa maneira e não de outra, não porque os enunciados "a" e "b" se contradizem, mas porque a posição social que ele ocupa condiciona suas ações e seu discurso.

Pêcheux (1969) explica que, para ser reproduzida entre as classes sociais, a ideologia necessita de uma materialidade específica que está articulada com a materialidade econômica. O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, é o ponto de articulação entre linguagem e ideologia.

Assim, como expõem Pêcheux e Fuchs (1975), as formações ideológicas ganham existência através das formações discursivas. Os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas, que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes correspondem. As formações ideológicas impõem o que pensar e as formações discursivas impõem o que dizer. É através da formação discursiva que o sujeito constrói seus discursos e (re)produz a realidade. Ou seja, ao produzir a linguagem, o sujeito também está se reproduzindo nela, pois a sua apropriação não é individual, é social. Por isso, Althusser (1970) afirma que a constituição do sujeito deve ser buscada no bojo da ideologia. A identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o domina constitui o que Pêcheux chama de "forma-sujeito". A forma-sujeito é, portanto, o sujeito que passa pela interpelação ideológica ou, em outros termos, o sujeito afetado pela ideologia.

Para melhor explicar como se dá o assujeitamento ideológico do sujeito, Pêcheux e Fuchs (1975: 176-177) afirmam que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento: o esquecimento nº1 e esquecimento nº2.

Pêcheux e Fuchs chamam atenção para o fato de que o esquecimento nº 2, ao qual denominam de efeito de ocultamento parcial, está próximo dos níveis de consciência, fazendo com que o sujeito indique com precisão "o que queria dizer" e "o que não queria dizer".

"... o sujeito pode penetrar conscientemente na zona de esquecimento nº 2 e que ele o faz em realidade conscientemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar "o que pensa" e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que essa zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento pré-consciente/ consciente" (Pêcheux e Fuchs, 1975:177).

Nesta passagem de Pêcheux e Fuchs, percebe-se que, na medida em que o sujeito retoma o seu discurso para se corrigir, para explicar o que diz, para aprofundar o que pensa e formulá-lo mais adequadamente, ele deixa de ser apenas um vetor por onde passa o discurso. Vejamos o seguinte exemplo:

[JB 188]- A propósito da matéria 'Negros e homossexuais disputam Zumbi' (19/05), cumpre esclarecer que as opiniões e atitudes do antropólogo Luiz Mott não podem ser atribuídas à comunidade homossexual, **a qual preferimos chamar de gay e lésbica**, nem a seus grupos organizados, pois ambos se caracterizam por grande diversidade de visões e posicionamentos... Miriam Martinho, secretária-geral da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. (grifos nossos)⁹.

⁹ Este mesmo exemplo é analisado mais detalhadamente no cap. 5

O exemplo anterior deixa claro o efeito de ocultamento parcial do sujeito. Ao expor textualmente na carta sua preferência em chamar a comunidade homossexual de "gay e lésbica", a autora realiza uma operação metalingüística, mostrando-se "consciente" de que as palavras, mesmo quando são consideradas sinônimos, têm efeitos de sentido diferenciados no discurso.

Vale frisar que a carta [188] leva a assinatura da secretária-geral da Associação Brasileira de Gays , Lésbicas e Travestis. Portanto, a autoria cabe a um sujeito engajado na luta contra o preconceito que os homossexuais sofrem na sociedade. A preferência pelo designativo "gay e lésbica" encontra sua razão de ser dentro do movimento politicamente correto que, com relação à linguagem, busca propor/impôr novas formas lingüísticas, menos discriminatórias, para tratamento e referência a grupos étnicos, aos homossexuais, à mulher etc (ver capítulo 5).

Conforme Souza (1997), há mais de duas décadas, no mundo inteiro, os homossexuais adotaram o termo gay para se autoidentificar, preferindo-o a "homossexual", que consideram uma imposição da medicina. Segundo este autor, o termo "homossexual" foi usado pela 1ª vez em 1869, cunhado pelo escritor uranista Benkert, sendo imediatamente apropriado pelo saber médico como designativo científico em substituição ao antigo "sodomita". A palavra "homossexualidade", portanto, tem uma história que localiza seu aparecimento no domínio da medicina, na qual seus sentidos estão associados à idéia de doença. Além disso, conforme a investigação de Nestor Perlongher (1987), o termo "homossexual" entra num modelo classificatório de nomenclaturas que expressam modelos de relações hierárquicas (homossexual/heterossexual), (bicha/macho), enquanto "gay" entra num modelo classificatório igualitário (gay/gay). Daí a preferência dos homossexuais pelo termo "gay".

Voltemos ao que Pêcheux e Fuchs (1975) falam do esquecimento nº 2. Eles explicam que, a posição enunciativa que o sujeito ocupa condiciona o que pode e deve ser dito no discurso. Pêcheux e Fuchs também lembram que, ao eleger algumas formas e seqüências lingüísticas, o sujeito

acaba esquecendo ou ocultando outras que se encontram em relação de paráfrase no interior da formação discursiva que o domina. E, mesmo colocada fora do jogo da enunciação, a família de seqüências parafrásticas tem um papel importante no discurso, pois evidencia quem é o sujeito da linguagem por aquilo que ele deixa de dizer, ou seja, por aquilo que ele cala. A enunciação equivale a colocar fronteiras entre o que é rejeitado e o que é selecionado e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o "universo do discurso").

O esquecimento nº 2, portanto, daria ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que ele tem da realidade, dá a impressão que ele tem pleno controle da fala, o que não é verdade.

Além de tornar explícito o enunciado, o processo de enunciação deixa entrever um espaço vazio constituído por tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer, mas que ele efetivamente não diz, e o campo de tudo aquilo que é proibido ao sujeito dizer, devido à posição social que ele ocupa. Ou seja, toda FD, no universo do gramaticalmente dizível, circunscreve a zona do dizível legítimo, definindo o conjunto de enunciados possíveis de serem atualizados em uma dada enunciação a partir de um lugar determinado. Ao fazer isso, ela circunscreve também uma zona do não-dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo; delimita, dessa forma, o território do outro que lhe é incompatível, excluindo-o do seu dizer.

Já o que Pêcheux e Fuchs denominam como esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível (inconsciente) ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Em outras palavras, o sujeito-falante se apropria de uma ou mais formações discursivas que estão inscritas na formação ideológica da qual é parte integrante e as reproduz de forma inconsciente - visto a ideologia ser constitutivamente inconsciente de si mesma.

Pelo esquecimento nº1, o sujeito se coloca como a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido do seu discurso. Por esse esquecimento o sujeito rejeita, apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva. Nesse processo de apagamento, o sujeito tem a ilusão de que é ele o criador absoluto do seu discurso.

É preciso não perder de vista que o recalque que caracteriza o esquecimento nº1 regula a relação entre dito e não-dito no esquecimento nº2, onde se estrutura a seqüência discursiva. De natureza inconsciente e ideológica o esquecimento nº1 é o ponto de articulação da linguagem com a teoria da ideologia. Já o esquecimento nº2 constitui o ponto de articulação da lingüística com a teoria do discurso.

O assujeitamento ideológico caracteriza a chamada 1ª fase da AD. Nesta fase, o objeto de interesse da análise do discurso eram as formações discursivas (FDs) nas quais os sujeitos estavam inscritos. O procedimento utilizado para revelar a identidade de uma FD consistia na construção de núcleos de invariância em torno de alguns elementos privilegiados do discurso, como os termos pivô (cf. Maingueneau, 1987:133).

Por exemplo, em relação ao nosso *corpus*, as palavras "corporativismo" e "baderna" são consideradas termos pivô da formação discursiva contrária à greve dos petroleiros; enquanto a palavra "entreguismo" caracteriza a formação discursiva a favor da greve. Já as expressões "homossexualidade" e "prática homossexual" são usadas como sinônimos de homossexualismo nas cartas que aceitam a tese da possível homossexualidade de Zumbi; nas cartas contrárias à tese da homossexualidade, são usadas as expressões "amor que não ousa dizer o nome", "preferência sexual degenerada", "pecado nefando", "agressão total à natureza humana" e "hábitos imundos".

O assujeitamento ideológico do sujeito é uma das teses mais caras da ADF, pois, ao mesmo tempo em que é interpelado pela ideologia, o sujeito ocupa, na relação entre a formação

discursiva que o determina e sua história particular, um lugar que é especificamente seu. O próprio Pêcheux afirma que "cada sujeito é assujeitado no universal como singular 'instituível'". O assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia (interna) e da determinação (externa). Ou seja, se de um lado, o sujeito falante é o suporte individual das enunciações lingüísticas, de outro, ele é uma forma-sujeito, produto das formações ideológicas que se imbricam com formações discursivas. Podemos afirmar que há uma contradição no interior do sujeito da ADF: ele não é totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movendo-se entre o espaço discursivo do um e do outro; entre a "incompletude" e o "desejo de ser completo"; entre a "dispersão do sujeito" e a "vocalização totalizante" do locutor em busca da unidade e coerência textuais; entre o caráter polifônico da linguagem e a estratégia monofonizante de um locutor marcado pela ilusão do sujeito como fonte e origem do sentido, o espaço de sua constituição é tenso.

Abriremos um parêntese na exposição que vínhamos fazendo sobre os principais conceitos da ADF para apresentar uma crítica à concepção de sujeito assujeitado e definir, ao nosso ver, qual o papel do sujeito no/do discurso.

3.1.3. O PAPEL DO SUJEITO NO/ DO DISCURSO

O estruturalismo, o materialismo histórico e a psicanálise ameaçam a sobrevivência do sujeito da linguagem. No estruturalismo, a idéia básica é de que há sempre uma estrutura que antecede o sujeito e que o constitui. Por detrás dessa estrutura, não estariam os falantes e suas motivações, mas outras estruturas. Como já vimos, Saussure diz que a língua é um sistema auto-suficiente e, por isso, tem um funcionamento que independe do sujeito, independe do indivíduo. É, portanto, um sistema que

não permite liberdade ao sujeito. Isto é, ao se preocupar essencialmente com a estrutura da língua, a lingüística de origem saussuriana provoca a expulsão do sujeito dos estudos da linguagem.

A ADF reintroduz este sujeito dentro dos estudos lingüísticos. No entanto, para a ADF, o sujeito, embora fundamental, porque não existe discurso sem sujeito, perde sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados, dos textos, cujas condições de possibilidade estão articuladas sobre formações ideológicas. Descentrado, o sujeito divide-se, cinde-se, torna-se um efeito de linguagem.

De um lado, o materialismo histórico sustenta a tese de que a consciência é um efeito das relações entre os indivíduos; não se trata de negar a consciência, apesar dos efeitos criadores de ilusão da ideologia, mas de considerar a consciência um efeito decorrente das relações concretas em que os indivíduos vivem, antes de considerá-la o critério a partir do qual estas relações se estabelecem. Do outro, a descoberta de Freud de que o sujeito é "fendido" mostra que grande parte das ações humanas é promovida não pela decisão consciente do sujeito, mas por injunções do desejo, obediente às pulsões do inconsciente. A consciência seria, no máximo, um dos elementos constitutivos do sujeito, mas não o fator mais relevante, mesmo que se aceite, em certos casos, que haja momentos de consciência.

As três correntes de pensamento descritas acima - estruturalismo, marxismo e psicanálise - constituem, em conjunto, o suporte teórico da ADF, para quem o sujeito é assujeitado. O sujeito é assujeitado à estrutura da língua, à ideologia, ao inconsciente. Apesar de tomarmos como parâmetro fundamental de análise os conceitos desenvolvidos pela ADF, postulamos uma concepção de sujeito ativo, que trabalha, produz conexões e não é meramente afetado pelo discurso.

Conforme Possenti (1996b), como a língua joga com fatores que lhe são externos, estes fatores devem ser levados em conta no momento da produção e da interpretação de um enunciado.

Baseando-se em Franchi (1977), Possenti (1996b) concebe o sujeito como algo mais que um lugar por onde o discurso passa, vindo das estruturas. Segundo ele, como os usuários da língua estão sempre tendo que decidir o que levar ou não em consideração a cada ato de fala, o funcionamento da linguagem exige dos interlocutores uma atividade, um trabalho. Ele defende a idéia de que o sujeito não é meramente afetado pela língua e pelo discurso, mas que ele é ativo, trabalha e produz conexões.

Ao afirmar que "as condições de produção condicionam (isto é, não determinam) e que é pela explicação do papel ativo do sujeito que se poderá explicar porque as coisas foram como foram", Possenti (1993) reflete a preocupação de Foucault (1969) para quem o problema da AD é saber por que, em meio a vários enunciados que podem aparecer num lugar "x", apenas um deles aparece, excluindo os outros. A pergunta central que está aqui por trás é saber em que condições, a partir de que representações, com que efeitos e finalidades surge um enunciado.

Possenti afirma que, ao olhar o processo de enunciação como um discurso determinado dirigido a um interlocutor num contexto determinado, é relevante observar que os fatores que condicionam a utilização de certos elementos envolvem problemas sintáticos, semânticos e relativos às imagens mútuas que de si fazem os interlocutores. Ou seja, a constituição alternativa de um discurso resulta numa representação do locutor, do interlocutor, e implica efeitos de sentido muito diversos, mas depreensíveis na instância pragmática da enunciação. Ao se dizer A e não B, o efeito de sentido não é o mesmo, porque o jogo de imagens do locutor fica explicitado na escolha que faz, trata-se de um ajustamento.

Ao tentar incorporar problemas da pragmática à ADF, Possenti coloca-se no meio de um terreno problemático, pois, para a ADF, tanto os elementos lingüísticos (em especial o sentido), quanto as condições de produção são concebidas como se fossem inacessíveis ao sujeito. Para essa perspectiva teórica, não seria relevante levar em consideração o contexto de fala, pois evoca a

possibilidade de os interlocutores manipularem livremente as condições externas ao discurso. Já na perspectiva da pragmática, o sujeito tem intenções, sabe escolher entre as formas lingüísticas a mais adequada para obter os efeitos de sentido que deseja. Por outro lado, ele sabe como selecionar, dentre os fatores do contexto, aqueles que são relevantes para interpretar adequadamente uma seqüência lingüística. Seguindo orientação de Possenti, defendemos que a questão de apreensão do sentido deve levar em conta tanto a posição ideológica do sujeito como o processo de interação.

Ao postular uma atividade para o sujeito da linguagem, Possenti chama a atenção para o fato de que, mesmo tendo suas leis específicas, as línguas naturais são o que são em decorrência do trabalho dos falantes, que nunca se dá no vácuo. Por isso, as línguas podem dispensar-se de ser sistemas autosuficientes ou coerentes, podem dispensar-se de ser estruturas.

"a língua não é uma estrutura (porque é indeterminada), e é uma atividade (porque é histórica).
(...) Assim, o discurso é integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura"
(Possenti, 1988: 42).

Além dos fatores externos, a própria estrutura interna da língua é um sistema sintático e semântico passível de jogo. Isto prova que a língua não é estrutura ou, pelo menos, não é uma estrutura rígida. O ambíguo, o ambivalente, o irregular, a exceção, a vaguidade, o não-normatizado entram no jogo da-na língua e constituem fatos incontornáveis. O deslize, a falha e a ambigüidade são fenômenos lingüísticos constitutivos da língua que põem em questão a idéia de estrutura, ou que, ao menos, mostram que a estrutura tem furos. Por isso, é possível afirmar que todo gesto de tomada de palavra se encontra intrinsecamente exposto ao equívoco, que vem à tona sob diferentes marcas sintáticas. O modo de materializar-se pode ser pela falta, o excesso, o repetido, o parecido, o absurdo, o *non-sense* etc. O que há de comum em todas essas formas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos.

As marcas significantes da língua são passíveis de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos. Por exemplo, através da metáfora, da homofonia, da homonímia, dos lapsos de língua, dos deslizamentos sêmicos, dos jogos de palavras e da dupla interpretação de efeitos discursivos, todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente de seu sentido. Por isso se diz que a língua é, por natureza, indeterminada, conseqüentemente, ela não é uma estrutura rígida.

Quando afirma que "é no seu interior que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro", Barthes (1978: 17) coloca em evidência o fato de podermos jogar com a sintaxe da língua, com seu material significante.

Afirmar que não se pode dar conta do sentido de modo absoluto significa levar em consideração que a língua, muitas vezes, foge ao controle, surpreende, embaraça, tem suas resistências. Ela não costuma emitir certificado de garantia que a torne imune a mal-entendidos, incompreensões e equívocos. Por isso, ao falar e ao escrever, estamos sempre expostos ao perigo e correndo algum risco: o de não sermos (ou sermos!) bem compreendidos.

A carta abaixo coloca em evidência esta possibilidade de jogar com a língua, criando outros sentidos para o enunciado:

[OESP 109]- Srs. Petroleiros, o que servirão às suas famílias na refeição: lula à doré, lula à provençal ou risoto de Lula?

A autora da carta vale-se do duplo sentido da palavra "lula" para dar um tom irônico ao seu texto. No caso, "lula" refere-se não só ao animal marinho que pode ir à mesa como alimento, mas também à figura de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores. Como a greve

vinha provocando falta de gás de cozinha, era difícil preparar alimentos, refeições. Diante de tal situação, a autora formula uma pergunta retórica e indaga aos petroleiros o que eles servirão às suas famílias? Como possibilidades de refeição surgem os seguintes pratos: "lula à doré, lula à provençal ou risoto de Lula" (os dois primeiros "lula" com "l" minúsculo e o último com "L" maiúsculo). É lógico que a escolha de variações em torno do prato "lula" não é acidental, mas possibilita trazer à tona o nome de Lula, presidente do PT e figura politicamente ativa durante o movimento. Na visão da autora da carta, Lula é responsabilizado pela greve, é um símbolo da greve. Para a autora, do mesmo jeito que a greve trazia prejuízos à população, também prejudicava o partido dos trabalhadores, pois, contribuía para o desgaste político de Lula. Diante de tanta insatisfação causada pela greve, a população estaria querendo "almoçar Lula".

3.1.4. A QUESTÃO DO SENTIDO

Para Pêcheux (1969), a concepção transacional da linguagem, que a reduz a um instrumento de comunicação de informações, é ideológica, porque mascara as relações sociais e apaga as diferenças entre os agentes do sistema de produção. Por outro lado, ele nega o sentido reducionista da língua à relação de classe, como queriam alguns lingüistas marxistas. Para Pêcheux (1988:91), a língua é um sistema relativamente autônomo, pois, "é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Não é verdade, porém, que a língua falada ora por um como por outro signifique o mesmo discurso. A língua aparece aí como a base comum de processos discursivos diferenciados".

Pêcheux e Fuchs (1975) explicam que é o conceito de formação discursiva que possibilita o fato de sujeitos falantes, tomados em uma conjuntura histórica determinada, poderem

concordar ou se afrontar sobre o sentido das palavras. Segundo eles, "o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe a seqüência como pertencente a uma determinada formação discursiva". Ou seja, "o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões, proposições, são produzidas (isto é, reproduzidas)". Se uma palavra, expressão ou proposição, puder pertencer a mais de uma formação discursiva poderá ter mais de um sentido, não por questões de ambigüidade gramatical (esta só existe formalmente na enunciação), mas porque as condições de produção determinam e limitam o sentido de um enunciado. As mesmas palavras, os mesmos argumentos podem ser usados por diferentes discursos, mas, dependendo de quantas forem as formações discursivas existentes, as mesmas palavras, os mesmos argumentos não falam as mesmas coisas. Dependendo de onde "socialmente" se fala, ou se ouve, o mesmo discurso pode ter implicações e conseqüências distintas. Daí, por exemplo, o discurso de um partido político poder conter enunciados usados por outros partidos. No entanto, na medida em que retiramos de um discurso fragmentos que inserimos em outro, mudamos, com essa transposição, as condições de produção. Mudadas as condições de produção, a significação desses fragmentos ganha nova configuração semântica (ver mais adiante a análise do enunciado "o petróleo é nosso"). A formação discursiva é, portanto, a perspectiva pela qual se produzem e se interpretam os enunciados.

É também a noção de formação discursiva que vai explicar escolhas lexicais tão diferenciadas ao se nomear os mesmos fatos e pessoas. Por exemplo, durante a paralisação dos petroleiros, em 1995, os funcionários em greve foram classificados de maneiras distintas e opostas pelos leitores que escreveram cartas à redação. Nas cartas favoráveis à greve, a referência aos petroleiros e à greve é positiva; nas cartas contrárias a referência é negativa. Vejamos, nos quadros a

seguir, como se deu o processo de referência aos petroleiros em greve e ao movimento grevista nas duas FDs:

Quadro 02 - Expressões utilizadas para referenciar os petroleiros em greve

Referência aos petroleiros	
<i>FD à favor da greve</i>	<i>FD contrária à greve</i>
Petroleiros	Petroleiros em greve
Grevistas	Bando de grevistas
Grevistas insatisfeitos	Grupos baderneiros travestidos de sindicalistas
Trabalhadores	Baderneiros e sabotadores do plano real
Trabalhadores da Petrobrás	Petrobaderneiros
Trabalhadores organizados que lutam pelos seus direitos	Casta de trabalhadores estatais
Empregados da Petrobrás	Parasitas sociais
	Marajás que mamam no fundo de pensão da Petrobrás
	Ufanistas contemporâneos
	Petroleiros irresponsáveis e egoístas
	Radicais, prepotentes e presunçosos arrogantes membros dos diversos sindicatos vinculados à CUT
	Grupos corporativistas
	Sindicalistas irresponsáveis
	Alucinados travestidos de trabalhadores

Quadro 03 - Expressões utilizadas para referenciar a greve dos petroleiros

Referência à greve	
<i>FD à favor da greve</i>	<i>FD contrária à greve</i>
Greve dos petroleiros	Baderna
Crise dos petroleiros	Infantil baderna
Pleito dos petroleiros	Badernocracia
Greve dos serviços públicos	Insólita greve dos petroleiros
	Greve geral
	Greve imbecil
	Greve inconstitucional, moral e abusiva
	Greve ilegal, abusiva e facista
	Ação revolucionária
	Molecagem corporativista e retrógrada

É interessante notar que dentro da mesma FD - seja ela favorável ou contrária à greve - surgiu uma espécie de sinonímia entre palavras que, em condições normais, não se equivaleriam. É justamente a noção de formação discursiva que autoriza esta relação parafrástica de substituição. Determinadas expressões, que no dia a dia não são usadas como equivalentes, são tomadas como sinônimas dentro de uma mesma formação discursiva. Fica claro, portanto, que certas equivalências só valem no interior de uma mesma formação discursiva. Por exemplo, não é em qualquer discurso que "parasitas sociais" será equivalente a "petroleiros em greve"; que "ufanistas contemporâneos" seja o mesmo de "petrobaderneiros", e que "greve geral" equivala a "molecagem corporativista e retrógrada". No entanto, como em AD os fenômenos não são referidos num mundo extra-lingüístico, mas objetos do

discurso, essas recategorizações tornam-se verdadeiras, especialmente em se tratando de um discurso contrário à greve dos petroleiros que objetiva desqualificar o movimento e seus participantes.

Pêcheux e Fuchs (1975:169) dizem ainda que a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrases entre sequências possíveis de serem ditas pelo sujeito numa situação enunciativa, de forma que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a "matriz de sentido". Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido. Isto os leva a afirmar que, uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade.

Uma vez que as palavras só adquirem sentido dentro de uma formação discursiva, concebe-se o sentido como algo produzido historicamente pelo uso, e o discurso como o efeito de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas. Assim, o processo de enunciação, na perspectiva discursiva, vincula a linguagem ao seu contexto e o centro organizador da expressão deve ser buscado no exterior, na ideologia.

Pêcheux insiste na idéia de que o sujeito não é origem do enunciado, não é fonte do sentido. Aceitar a idéia de que o sujeito é a origem do seu enunciado, que é a garantia de seu sentido, implicaria aceitar que a língua está à disposição dos indivíduos que a utilizariam como se ela não tivesse história.

Na perspectiva da ADF, sujeito e sentido são noções determinadas historicamente. Nada é dado *a priori*: nem o sujeito, nem o sentido; ambos são constituídos simultaneamente no discurso através da interpelação ideológica. O sujeito não é o centro da interlocução e o sentido não é algo transparente; sujeito e sentido devem ser pensados em seus processos de constituição, ou seja, em sua materialidade, que é o discurso.

Pêcheux e Fuchs afirmam ainda que toda formação discursiva também se associa, de maneira geral, a uma **memória discursiva**. É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscorso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história. É a noção de memória discursiva que discutiremos a seguir.

3.1.5. A MEMÓRIA DISCURSIVA

A memória discursiva diz respeito a recorrência de enunciados no discurso, ela separa e elege, dentre os elementos de uma determinada contigência histórica, aquilo que deve ser rejeitado e o que pode emergir e ser atualizado num novo contexto, produzindo determinados efeitos. A noção de memória discursiva exerce, portanto, uma função ambígua no discurso, na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera.

A censura, por exemplo, visa a eliminar qualquer incoerência ou perigo que possa surgir do interdiscurso, pois, os elementos contraditórios podem entrar em choque e minar o sistema ideológico que domina uma formação discursiva. Algumas vezes, essa censura é inconsciente, ainda assim, preside o agenciamento discursivo, objetivando a manutenção de uma hegemonia ideológica. Ou seja, dentro de cada formação ideológica, há toda uma série de elementos que não podem aflorar na superfície discursiva porque representam perigo, são fatores de desequilíbrio, de desestabilização de uma FD. Por exemplo, a questão do entreguismo desaparece das cartas favoráveis à privatização da

Petrobrás, assim como a questão do corporativismo é censurada nas cartas a favor da greve dos petroleiros.

A censura e o silêncio constituem eficientes estratégias ideológicas. Silenciar pode ser uma prática totalitária na medida em que leva à perda da memória, desfaz os laços que prendem o presente ao passado, apaga as raízes históricas. Nesse sentido, pode estar a serviço das pretensões hegemônicas de poder, tornando-se uma prática conveniente a interesses de grupos. A ideologia pode derivar, nessa instância, para a sua função de dominação e de deformação.

No pólo oposto do silenciamento está a repetição, que também se reveste de um caráter essencialmente ideológico. Quanto mais se está distante no tempo do momento da origem de um evento fundador, mais a memória se enfraquece, se esvazia, se torna mecânica. Segundo Courtine e Marandin (1981), para neutralizar esse efeito, o grupo social cria "rituais discursivos de continuidade". Courtine (1982) cita como exemplo, os "rituais verbais de comemoração que produzem um corte do tempo ligando o tempo da enunciação ao domínio da memória em uma anulação imaginária do processo histórico, em sua duração e suas contradições"(p.123). Courtine (1982) afirma que, com isso, a memória discursiva constrói a ficção de uma história imóvel que se eterniza e perpetua a cada comemoração. Isto é, através da repetição do evento fundador, a memória discursiva cristaliza, congela o tempo histórico em que se constitui a discursividade.

Ainda de acordo com Courtine (1982), é a repetição do ato fundador que vai justificar ideologicamente a manutenção e coesão do grupo social. Será ela que estará reavivando continuamente a razão de ser do grupo. Trata-se de uma ideologia justificadora cujo papel de mediadora da integração social vai fornecer ao grupo uma imagem de si mesmo e lhe dar identidade.

Por exemplo, é importante lembrar e festejar o dia da morte de Zumbi, no sentido de rememorar a sua luta pela libertação dos escravos. A figura de Zumbi e o dia de sua morte passam a ser

símbolos da luta dos negros contra o preconceito que ainda hoje sofrem na sociedade. Da mesma forma, é importante explicar aos mais jovens todo o sentimento nacionalista embutido na frase "o petróleo é nosso", no sentido de captar a adesão de um público que não viveu a luta da campanha pró-petróleo no Brasil dos anos 50; é importante revigorar as motivações iniciais que permitiram a criação deste slogan, (re)fabricando um entusiasmo coletivo em torno desta causa. Assim, também é importante festejar o dia dedicado à Nossa Senhora Aparecida como maneira de reafirmar o culto dos católicos à mãe de Jesus.

A **repetição** configura-se, assim, como um dos procedimentos básicos de recuperação do passado e constitui uma noção fundamental para a Análise do Discurso. De acordo com Foucault (1969), a repetição é um elemento que se inscreve no interior mesmo da ordem discursiva. De fato, os discursos se repetem tanto "sincronicamente" no fio do seu desenrolar, na superfície lingüística, quanto "diacronicamente" no fio do tempo, fazendo com que os mesmos temas, as mesmas formulações, as mesmas figuras voltem, reapareçam (como foi o caso da polêmica em torno do monopólio do petróleo que resurgiu durante a greve dos petroleiros de 1995). Dessa forma, ao tomarmos a palavra, retomamos em nossa fala o que ignoramos pertencer ao já-dito (pré-construído). Repetimos discursos que por sua vez serão também repetidos.

Nesse processo de repetição ao infinito, concretizado através de inúmeras falas, os discursos se dispersam em enunciados que, por serem repetições, não constituem nem retomadas literais, nem formulações criadas ao acaso. Mesmo que os enunciados sejam retomados palavra por palavra, ocorre um deslizamento do mesmo para o outro. Pois, a noção de repetição envolve a idéia do retorno do mesmo mas que, pelo fato de voltar em outro lugar e em outro tempo, é outro. Assim, um enunciado, ainda que seja retomado em todas as suas letras, nunca poderá ter o mesmo sentido da formulação original uma vez que o contexto histórico de que ele passa a fazer parte passa a ser outro.

Em relação a um discurso efetivamente pronunciado aqui e agora, há também uma dupla modalidade de repetição quando se reformula um enunciado:

a) uma repetição de elementos em extensão: esta repetição se daria ao nível intradiscursivo e constituiria uma repetição horizontal, pois é um acontecimento que se dá ao nível da superfície lingüística onde recuperamos elementos considerados um fragmento de seqüência discursiva. Esta repetição corresponderia à repetição "sincrônica" apontada anteriormente e seria determinada pelo próprio enunciado e, portanto, interior a ele;

b) uma repetição vertical: esta repetição se daria ao nível interdiscursivo e constituiria uma determinação externa ao interior da FD e da reformulação. Não seria como na repetição horizontal, uma repetição da série das formulações que constituem o enunciado, mas uma repetição "diacrônica", formada por "um não-sabido, um não-reconhecido deslocado e se deslocando no enunciado" (Courtine e Marandin, 1981).

A repetição vertical teria, assim, como objeto, os enunciados; enunciados que se localizariam no "tempo longo de uma memória" e, enquanto material disponível para uma atualização, constituiriam uma possibilidade discursiva. A repetição horizontal, por outro lado, teria como objeto as enunciações cujas "formulações" se dariam no "tempo curto da atualidade".

Esse jogo vertical/horizontal nos leva de à distinção clássica para a ADF entre enunciado e enunciação (cf. Foucault, 1969). Enquanto a enunciação se marca pela singularidade, pois jamais se repete, o enunciado pode ser repetido. Hipoteticamente, enunciações diferentes podem encerrar o mesmo enunciado. No entanto, como a repetição de um enunciado depende de sua materialidade, isto é, depende de sua localização em um campo institucional, jamais uma frase dita numa conversação cotidiana, por exemplo, será o mesmo enunciado se inserida num texto jornalístico, pois em cada um

desses espaços, possui uma função enunciativa diferente. Daí se afirmar que a enunciação em diferentes formas de jogos enunciativos singulariza o discurso e o enunciado.

Nos termos de Foucault (1969:27), a singularidade enunciativa "deixa, entretanto, um certo número de constantes: gramaticais, semânticas, lógicas, pelas quais se podem, neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam, reconhecer a forma geral de uma frase, de uma significação, de uma proposição. O tempo e o lugar da enunciação, o suporte material que ela utiliza tornam-se, então, indiferentes pelo menos em grande parte, e o que se destaca é uma forma (que é) indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas". Essa forma, impossível de ser reduzida à enunciação pelo seu caráter repetível, com sua materialidade própria, constituiria o enunciado. Assim é que se pode afirmar que uma mesma frase pronunciada por duas pessoas em situações um pouco diferentes, embora remetam a enunciações diferentes, constituiriam apenas um enunciado.

A noção de enunciado assim concebida por Foucault é bifronte na medida em que mostra um enunciado demasiado repetível, suscetível de ser inserido em diferentes contextos e, portanto, pouco solidário das coordenadas espaço-temporais de seu nascimento e, ao mesmo tempo, demasiado ligado ao que envolve e o suporta para ser tão livre quanto uma forma pura. É essa dupla condição que lhe confere um caráter modificável e, simultaneamente, constante, possibilitando utilizações diversas e uma permanência temporal.

O enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece como um estatuto, entra em redes, coloca-se em campos de utilização, oferece-se a transferências e a modificações possíveis, integra-se em operações e em estratégias em que sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é

dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.

O enunciado "o petróleo é nosso", por exemplo, foi objeto dessa luta. No passado ele era usado em defesa do monopólio do petróleo. Na greve dos petroleiros em 1995, passou a ser utilizado contra o monopólio (ver análise adiante). Este fato ilustra bem a tese da AD, segundo a qual os sentidos dos enunciados são consequência dos discursos a que pertencem.

Foucault (1969) esclarece ainda a noção de campo de estabilização que abrange os esquemas de utilização dos enunciados, suas regras de emprego, suas virtualidades estratégicas, as redes de relações em que podem desempenhar um papel determinado. É esse campo que permite, de um lado, apesar das diferenças de enunciação, a repetição dos enunciados em sua identidade e, de outro, apesar das identidades semânticas, gramaticais ou formais, a definição de um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo necessário reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. O campo de utilização define as possibilidades de investimento de um enunciado, "a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas".

3.1.6. A DISPERSÃO DO SUJEITO E A INTERDISCURSIVIDADE

Como já dissemos, a busca da identidade dos discursos foi o fato que marcou a chamada 1ª fase da AD, a fase do assujeitamento. Nesta fase, acreditava-se que um discurso se compunha de um conjunto de enunciados que o tornariam idêntico a si mesmo e diferente de outros. O que estivesse contido num discurso estaria excluído de outro. Imaginava-se que, identificando-se os elementos

constitutivos de um discurso, seria possível dizer com certeza que tipos de enunciados um locutor diria, ou não, conforme sua ideologia.

Foucault (1969) inaugura a 2ª fase da AD, a fase do interdiscurso. Ao analisar diversos tipos de discursos distintos, ele descobre que um discurso uniforme oriundo de uma única fonte não existe; percebe que não há uma unidade interna nos discursos. Segundo Foucault, o discurso é uma realidade internamente irregular, contendo enunciados provindos de várias instâncias e relativos a mais de um referente ou referencial.

Para Foucault, "as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeter à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão" (Foucault, 1969:69). Essa dispersão reflete a descontinuidade dos planos de onde fala o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos. Esses planos "estão ligados por um sistema de relações, o qual não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência indêntica a si, muda ou prévia a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva" (1969:70).

A carta [182], analisada no capítulo 2, constitui um excelente exemplo de dispersão do sujeito. Nela, os vários pontos de vista a respeito da greve dos petroleiros aparecem de maneira articulada e com o mesmo peso no discurso, de maneira efetivamente heterogênea. A carta põe em cena quais os discursos correntes sobre a greve, o que se falava e o que se ouvia a respeito, mostrando as variações, as contradições e as diferenças.

Segundo Foucault, para descrever essa dispersão dos discursos, é necessário estabelecer "regras de formação" desses mesmos discursos. Tais regras possibilitariam perceber quais elementos compõem o discurso, determinando o surgimento de uma "formação discursiva" e permitindo a passagem da dispersão para a regularidade.

A busca dessa regularidade se dá através da análise dos discursos que, por sua vez, se efetua pelos enunciados. Assim, analisar um discurso é descrever os "sistemas de dispersão" dos enunciados que o compõem, através das suas "regras de formação". Se eles apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade, pode-se dizer que eles pertencem a uma mesma formação discursiva. A análise de uma formação discursiva deve ser feita, portanto, pela descrição dos enunciados que a compõem.

A partir dos trabalhos de Foucault, uma FD deixou de ser vista como a expressão cristalizada da visão de mundo de um grupo social, passando a ser um domínio aberto e consciente, uma realidade heterogênea por si mesma. Sobre isso, Maingueneau (1987:120) escreve que,

" um enunciado de uma formação discursiva pode, pois, ser lido em seu direito e em seu avesso: em uma face, significa que pertence a seu próprio discurso, na outra, marca a distância constitutiva que o separa de uma ou várias formações discursivas"

De acordo com Maingueneau (1987), cabe ao analista do discurso decifrar os enunciados não só no seu "direito", relacionando-os à sua própria formação discursiva, mas também no seu "avesso", perscrutando aquela face oculta em que se mascara a rejeição do discurso de seu outro. O que equivale a dizer que ao analista cabe interpretar não só uma formação discursiva mas também a interação entre formações discursivas, uma vez que a identidade discursiva se constrói na relação com um outro presente lingüisticamente ou não no intradiscurso.

"o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado uma vez por todas separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica". (Maingueneau, 1987:112)

Ainda segundo Maingueneau (1987), "a unidade de análise pertinente da AD não é o discurso, mas o **interdiscurso**, o espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos." Assim, o estudo da especificidade de um discurso se faz colocando-o em relação com outros discursos

e, o interdiscurso passaria a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Esses discursos teriam a sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação.

Courtine e Marandin (1981) também afirmam que a noção de FD implica a relação com o interdiscurso, a partir do qual ela se define. Segundo eles, uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo por aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina.

"O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida (...) a incorporar elementos preconstruídos produzidos no exterior dela própria: a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar, igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação". (Courtine e Marandin, 1981:87)

Como consequência dessa heterogeneidade própria a toda FD, Courtine e Marandin a caracterizam como uma unidade dividida, que tem como princípio constitutivo a contradição, tomando como apoio a afirmação de Foucault (1969:186):

"Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere enfim sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge, é ao mesmo tempo para traduzi-la e para superá-la que ele se põe a falar (...), é porque ela está sempre aquém dele e ele jamais pode contorná-la inteiramente, que ele muda, que ele se metamorfoseia, que ele escapa por si mesmo à sua própria continuidade. A contradição funciona, então, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade."

Foucault (1969:187) afirma que "analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições; é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhe uma fugidia aparência". É nesse sentido, ainda, que ele vê uma FD como "um espaço

de dissensões múltiplas" em que atuam oposições (a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade) cujos níveis e papéis devem ser descritos não com o objetivo de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais de pensamento, mas de demarcar "o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam" (p.192).

Portanto, embora condicione o que deve e pode ser dito buscando uma homogeneidade discursiva, a FD é uma realidade heterogênea; os efeitos das contradições ideológicas são recuperáveis no interior mesmo da "unidade" dos conjuntos de discurso. Isso leva a constatar que uma FD não é "uma única linguagem para todos" ou "para cada um sua linguagem", mas que numa FD o que se tem é "várias linguagens em uma única". Uma FD é atravessada por várias FDs, e as condições de possibilidades semânticas se concretizam num espaço de trocas, mas jamais enquanto identidade fechada.

Courtine e Marandin (1981) questionam os trabalhos que acabam por escamotear este caráter heterogêneo do discurso. São trabalhos que buscam a "apreensão do idêntico" na tentativa de eliminar sistematicamente toda forma de heterogeneidade através de procedimentos de homogeneização, que procuram apagar as contradições e os múltiplos sentidos do discurso. Para eles, uma reflexão sobre a identidade do discurso não pode deixar de priorizar uma característica que lhe é fundamental: a sua heterogeneidade. Heterogeneidade que liga de maneira constitutiva o mesmo do discurso com o seu outro, ou, em outros termos, que permite a inscrição do discurso naquilo que se costuma chamar de seu "exterior".

Ainda na mesma obra, Courtine e Marandin defendem a idéia de que, em vez de realizar um trabalho de homogeneização do discurso, buscando a "apreensão do idêntico", a AD deve desenvolver um trabalho que faça aflorar as contradições, o diferente que subjaz a todo discurso, não

excluindo a noção de heterogeneidade como elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam em um certo estado de luta ideológica e política, no seio de uma formação social em uma conjuntura histórica determinada". Assim, mais do que estudar uma formação discursiva única, exclusiva e fechada, interessa ao analista analisar a interação dialógica entre formações discursivas, ou seja, o interdiscurso.

É bem verdade que, ao nível da superfície discursiva, as formações discursivas pertinentes a um espaço discursivo podem apresentar poucos elementos indiciadores da relação que as constitui. É natural toda formação discursiva dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso. Ou seja, embora a heterogeneidade seja constitutiva do próprio discurso, ela é trabalhada pelo locutor de tal forma que, impulsionado por uma "vocaçã totalizante", faz com que o texto adquira, na forma de um concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, quer "apagando" as vozes discordantes.

3.1.7. A HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

A chamada 3^a fase da Análise do Discurso caracteriza-se pela tese da heterogeneidade discursiva. Jacqueline Authier-Revuz, uma das autoras mais produtivas deste período, foi quem primeiro estabeleceu uma distinção para o fenômeno da heterogeneidade. Ela propôs que a modalização heterogênea da enunciação funciona sob a articulação de dois planos: o da heterogeneidade mostrada e o da heterogeneidade constitutiva (Authier-Revuz, 1982).

Para definir a heterogeneidade constitutiva do discurso, Authier-Revuz (1982) apoia-se, de um lado, na problemática do dialogismo bakhtiniano e, de outro, na releitura lacaniana de Freud.

De Bakhtin, Authier-Revuz (1982) considera o postulado segundo o qual a lei constitutiva de todo discurso se define pela interação com o discurso de outros. Do campo da psicanálise, Authier- Revuz retira pressupostos que valem não só para a fala analítica, mas como lei de toda fala. No capítulo 2, comentamos bastante a concepção de língua de Bakhtin e a ênfase que ele dá ao outro, a alteridade. Agora, falaremos, brevemente, a respeito da influência da psicanálise nos estudos sobre o fenômeno da heterogeneidade discursiva.

Como se sabe, a psicanálise busca as formas de constituição do sujeito não no interior de uma fala homogênea, que seria conseqüência de um sujeito pleno, mas na diversidade de uma fala heterogênea, conseqüência de um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. A psicanálise tenta fazer aparecer ao sujeito, em sua própria fala, o que se diz, à sua revelia, de seu desejo. Para a psicanálise, o discurso não se reduz a um dizer explícito, ele traz consigo o peso do "outro" de nós mesmos, aquilo que ignoramos e recusamos.

A tarefa do analista consiste, pois, em prestar atenção à fala do sujeito, aos significantes efetivamente produzidos no discurso. É um trabalho de escuta, de decupagem, de pontuação, que se efetua pela materialidade da língua. Para a psicanálise, os jogos de linguagem que aparecem no discurso, como os lapsos, os atos falhos, os chistes, a homonímia, a polissemia e o trocadilho, antes de serem taxados de arbitrários, devem ser compreendidos pela sua coerência subjacente, ou seja, como efeito do inconsciente que se faz ver através da cadeia de significantes que se repete e insiste em interferir no discurso que é falado, provocando surpresas, choques e rupturas. Desta forma, o analista deve estar atento aos "diversos discursos que se dizem" no desenrolar de uma única cadeia verbal.

"... que sob nossas palavras, 'outras palavras' se dizem, atrás da linearidade conforme à 'emissão por uma só voz' se faz ouvir uma 'polifonia' e que 'todo discurso quer se alinhar sobre os vários

alcances de uma partição', que o discurso é constitutivamente atravessado pelo 'discurso do Outro' " (Authier-Revuz,1982:140-1).

Como podemos observar, a maior influência da psicanálise nos trabalhos desenvolvidos no campo da AD recai sobre a noção de sujeito. A descoberta do inconsciente por Freud provoca o **descentramento do sujeito**. O "eu" perde a sua centralidade. A idéia principal é a de que o sujeito não é uno, mas dividido, clivado, cindido e, como tal, exprime essa clivagem no discurso. O sujeito é o resultado de uma estrutura complexa que não se reduz à dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano. Inconsciente que, concebido como linguagem do desejo (censurado), é o elemento de subversão que provoca a cisão do eu.

"O sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à língua, que lhe serviria para 'traduzir' em palavras um sentido do qual seria a fonte consciente" (Authier-Revuz, 1982: 136)

Segundo Authier, se para Lacan, "a linguagem é a condição do inconsciente" e "o inconsciente é o discurso do Outro", o sujeito é compreendido como um efeito de linguagem, visto como uma representação que depende "das formas da linguagem que ele enuncia e que na realidade o enunciam; o sujeito não é senão da ordem da linguagem na qual ele tem sido aculturado".

Diante de tudo isso, Authier-Revuz postula que a palavra do outro - que compreende o "outro" de nós mesmos - não pode ser apreendida por uma aproximação lingüística *stricto sensu*. A heterogeneidade discursiva, portanto, deve ser percebida independentemente de qualquer forma de alteridade marcada. A orientação dialógica não está limitada aos enunciados que trazem a marca da citação, da alusão, etc., nem a um outro redutível a uma figura de interlocutor. Entende-se melhor esta questão na medida em que se concebe esse "outro" não como uma presença que se manifesta quer

explícita quer implicitamente, mas como uma ausência, como uma falta, como o interdito do discurso. Isto é. o outro não é nem um fragmento localizável, não é necessário que ele seja atestável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele é o que sistematicamente falta num discurso e lhe permite fechar-se em um todo. Ele é esta parte do sentido que foi preciso que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade.

Ao afirmar que a heterogeneidade existe independente de qualquer forma de alteridade marcada, Authier propõe a existência de dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. Enquanto a heterogeneidade constitutiva não deixa marcas visíveis no discurso, a heterogeneidade mostrada é explicitada na própria superfície textual pelo locutor, que inscreve as palavras do outro na cadeia discursiva, através de marcas lingüísticas explícitas e recuperáveis, a partir de uma diversidade de fontes de enunciação. A heterogeneidade mostrada diz respeito às formas lingüisticamente descritíveis de não-coincidência entre a palavra, seus sentidos e o sujeito que a menciona. São os casos em que o sujeito toma distância em relação a um ponto de seu discurso e delimita a alteridade discursiva de forma clara.

Sublinhando que a heterogeneidade constitutiva é uma "realidade incontornável", Authier-Revuz explica que "as formas de heterogeneidade mostrada (...) são elementos de representação - fantasmática - que o locutor se dá de sua enunciação (1982: 142)".

Estas representações da enunciação mantêm para o sujeito falante a ilusão de que ele é fonte e garantia do sentido, de que o discurso é uma realidade homogênea. De certa forma, estas representações são também "constitutivas": além do "eu" que se coloca como sujeito de seu discurso, as formas marcadas de heterogeneidade mostrada reforçam esse "eu", por uma especificação de identidade, dando corpo ao discurso e forma ao sujeito enunciador.

"Com efeito, se o eu preenche para o sujeito uma função real, essencial, que é uma função de desconhecimento, trata-se para o lingüista de reconhecer, na ordem do discurso, a realidade das formas pelas quais o sujeito se representa como centro de sua enunciação, sem para tanto deixar-se tomar ele mesmo por esta representação ilusória." (Authier-Revuz, 1982:104)

Não há, portanto, centro para o sujeito, fora da ilusão e do fantasma. Esta ilusão, designada por Freud como a "função do desconhecimento do eu" é uma tendência necessária e normal para ao sujeito. Em outros termos, é próprio da constituição do sujeito a função que o "eu" assume de manter a ilusão de um centro. O que importa é procurar conhecer a realidade desta ilusão: "não tomar os enganos construídos pelo sujeito pela realidade que mascaram; como também não ignorar estes enganos como ilusórios desconhecendo seu caráter real" (Authier-Revuz, 1982: 139).

Authier-Revuz (1982) afirma que heterogeneidade mostrada e constitutiva representam duas ordens de realidade, a saber, a dos processos reais de constituição de um discurso (constitutiva) e a dos processos - não menos reais - de representação, num discurso, de sua constituição (mostrada). Na compreensão da autora uma coisa é a pertinência e a realidade dos fatos analisáveis em termos de distância, que é lingüística. Outra é fazer desses fenômenos lingüísticos de marcação de distanciamento "a realidade da enunciação". Com isso, ela quer sublinhar que a realidade da enunciação é distinta das modalidades de distância do locutor em relação a seu discurso.

Authier-Revuz (1982) afirma que é indispensável compreender a relação que se estabelece entre heterogeneidade mostrada e constitutiva. Esclarecendo que a heterogeneidade mostrada não é o reflexo fiel, o espelho, ou a manifestação direta da heterogeneidade constitutiva, a autora afirma que a primeira corresponde, isto sim, a uma forma de negociação obrigatória do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso. Ambas são "irredutíveis mas articuláveis e até mesmo, necessariamente, solidárias" (Authier-Revuz, 1982: 33).

Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o falante, ao explicitar a presença do outro através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa, no fundo, seu desejo de dominância. Isto é, movido pela ilusão do centro, o falante localiza, delimita e pontua o discurso do outro numa tentativa de "circunscrever e afirmar o um".

A heterogeneidade mostrada caracteriza-se, assim, como uma forma de desconhecimento da heterogeneidade constitutiva, pois opera sobre o modo da denegação: uma espécie de concessão e reconhecimento do heterogêneo para melhor negar sua onipresença. Onipresença manifestada justamente nos lugares que tentam encobri-la. Neste esforço em encobrir a presença do outro no discurso, opera-se um retorno à segurança, um reforço do domínio do sujeito, da autonomia do discurso.

"... em conflito solidário com a heterogeneidade constitutiva, estas formas (heterogeneidade mostrada) são, em relação àquelas ao mesmo tempo um sintoma e uma defesa; justamente onde o lapso, emergência bruta, produz "buraco" no discurso, elas dão a imagem de um espaço, de uma sutura sublinhada pela costura que o anula." (Authier-Revuz, 1982: 34)

Ao circunscrever um ponto de heterogeneidade, opondo-o, por diferença ao resto da cadeia do discurso, Authier-Revuz assinala que o sujeito falante toma suas palavras como apropriadas, adequadas, transparentes, por oposição às vindas de fora. O fragmento marcado remete a um exterior explicitamente especificado ou dado a especificar, determinando, pela diferença, um interior. Através de cada marca de distância, opera-se uma constituição de identidades para o discurso, uma exterior e outra interior, podendo-se dizer que em relação a estas identidades é o exterior que define o interior, de dentro do interior.

Authier-Revuz (1982) ressalta também que, ao mesmo tempo em que as formas marcadas de heterogeneidade mostrada colocam um exterior em relação ao qual se constituem, também

postulam uma outra exterioridade, aquela do enunciador capaz de se colocar distante de sua língua e de seu discurso, ocupando-se deles como objeto, numa posição de observador, comentador, juiz de seu próprio dizer. Assim, "uma dupla designação é operada pelas formas de heterogeneidade mostrada: a de um lugar para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e de uma alteridade a que o fragmento remete". (Authier-Revuz, 1982: 30).

O discurso nasce, portanto, como fruto de uma tensão permanente: face a uma heterogeneidade radical, desconhecida, não localizável e não representável (aquela do outro discurso) e opõe-se à representação da enunciação no discurso (através das diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior de alguma forma marcadas) pela qual o um se delimita na pluralidade dos outros.

Authier- Revuz alerta que é legítimo aos analistas circunscreverem seu trabalho a um dos dois planos (da heterogeneidade constitutiva ou da heterogeneidade mostrada), mas que colocar esse plano escolhido como um todo autônomo e fechado é fonte de engano e mutilação da natureza do discurso

A heterogeneidade do tipo mostrada se manifesta, por excelência, através das três formas gramaticais de discurso reportado (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre). Também há formas de negociação da heterogeneidade constitutiva com as formas não-marcadas de heterogeneidade mostrada (discurso indireto livre, ironia, metáforas, antífrase, alusão, imitação, jogos de palavra etc). Nestes casos, joga-se com o outro discurso não mais no nível da transparência, do explicitamente mostrado ou dito, mas no espaço do implícito, do semidesvelado, do sugerido. Aqui não há uma fronteira lingüística nítida entre a fala do autor e a do outro; as vozes se imiscuem nos limites de uma única construção lingüística. Sujeito e discurso são expostos de uma forma mais arriscada, que joga com a diluição do outro no um, onde este pode ser enfaticamente confirmado, mas também onde pode se perder. Vejamos o exemplo a seguir:

[OESP 075]- Obrigado aos petroleiros por nos mostrarem quanto é nefasto o monopólio. Obrigado por nos mostrarem quão mentirosa e hipócrita é a vinculação da soberania ao monopólio. Obrigado por nos mostrarem que o monopólio, por razões estratégicas de fornecimento, é falso, pois quando eles querem acaba o fornecimento. Obrigado por nos mostrarem como o corporativismo exacerbado de uma categoria pode fazer reféns um povo e um governo fraco. Obrigado por nos mostrarem que, se tivéssemos dez empresas no setor, poderíamos estar às voltas com a greve de três - sem gasolina A, compra-se a B. Obrigado por nos mostrarem que, por razões extremas de segurança, o monopólio deve acabar. Obrigado por nos mostrarem quão inconsequentes eles são: a greve, que era contra as reformas, de repente se transforma em greve por salário. Pior a emenda que o soneto. E nós, o povo, que não temos os privilégios de salários amplos de benefícios, seus fundos de pensão milionários, engordados à nossa custa - que propiciam aposentadorias nabalescas e ainda se dão ao luxo de financiar shoppings, que especulam em bolsas de valores... Que tal financiar a construção de hospitais, casas populares, escolas?

Em diversos momentos, o autor da carta [075] coloca-se contra o monopólio do petróleo. Ele argumenta que tudo o que os petroleiros fizeram durante a greve, tanto em defesa do monopólio do petróleo como no sentido de conseguir reposição salarial para categoria, terminou sendo usado contra os próprios petroleiros. Em função disso, agradece todas as ações dos petroleiros, que terminaram beneficiando o discurso a favor da privatização da Petrobrás ("Obrigado aos petroleiros por nos mostrarem quanto é nefasto o monopólio", "Obrigado por nos mostrarem quão mentirosa e hipócrita é a vinculação da soberania ao monopólio", "Obrigado por nos mostrarem que o monopólio, por razões estratégicas de fornecimento, é falso", "Obrigado por nos mostrarem que, se tivéssemos dez empresas no setor, poderíamos estar às voltas com a greve de três - sem gasolina A, compra-se a B", "Obrigado

por nos mostrarem que por razões extremas de segurança, o monopólio deve acabar"). No ponto de vista do autor da carta, o monopólio só serviria para manter "o corporativismo exarcebado de uma categoria que pode fazer reféns um povo e um governo fraco".

Fica claro o uso da repetição como estratégia argumentativa. Falamos não só de uma repetição intradiscursiva (a palavra "obrigado" repetida sete vezes no texto e a palavra "monopólio", repetida quatro vezes), mas também de uma repetição interdiscursiva (a tematização da questão do monopólio do petróleo).

No nosso *corpus*, a heterogeneidade mostrada do tipo marcado está pouco presente nas cartas a respeito da greve dos petroleiros. Já nas cartas sobre Zumbi e sobre o chute na santa, a heterogeneidade mostrada de tipo marcado aparece de maneira significativa nos textos¹⁰, especialmente através do emprego das aspas.

Authier-Revuz (1980) apresenta dois modos de definir a função das aspas no interior de um texto. Numa primeira acepção, a colocação das aspas indica que o enunciador faz "menção" e não "uso" da palavra. Vejamos os exemplos:

[OESP 190]- Lendo o jornal, deparo-me com notícias como: "Zumbi era homossexual" e "Lampião era homossexual".

[OESP 211]- Os assim autodenominados "evagólicos da Igreja Universal do Reino de Deus" ficam devendo ao cidadão minimamente inteligente um esclarecimento...

¹⁰ Nas conclusões analisamos por que isso ocorre.

No exemplo [190], o enunciador faz menção a um outro ato de enunciação, citando as palavras às quais se reporta através do discurso direto. O enunciado relatado é posto entre aspas, justamente para marcar sua alteridade; esta última, ainda é claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso citante e o discurso citado. O discurso direto oferece, portanto, um estatuto autonímico à sua citação. Segundo Authier-Revuz (mimeo), o modo semiótico de funcionamento do discurso direto (DD) é heterogêneo: *standard* no sintagma introdutório e autonímico na parte citada. Já no discurso indireto (DI), o enunciador reformula e insere as palavras do outro no seu discurso, sem que haja interrupção do fio discursivo. Por esse motivo, Authier afirma que o modo de funcionamento semiótico do DI é homogêneo. O emprego autonímico de uma palavra se diferencia, portanto, sintática e semanticamente, do seu emprego *standard*. Na forma *standard*, a estrutura semiótica do signo é simples, ou seja, o seu estatuto semântico-referencial aponta para um elemento do mundo. Na autonomia, a estrutura semiótica é complexa, na medida em que o sistema de referência é a própria linguagem.

No exemplo [211], a palavra colocada entre aspas tem um estatuto autonímico, ela está sendo mencionada. Podemos dizer que usar uma palavra na forma autonímica significa fazer menção a ela, enquanto empregá-la na forma *standard*, significa usá-la.

Um outro modo de conceber a função das aspas dá-se, segundo Authier-Revuz (1982), pelo uso das palavras com conotação de menção. A autora distingue, por um lado, a justaposição das cadeias do uso e da menção, e, por outro, o uso simultaneamente duplicado, acompanhado de menção. Esta última função combina, nos termos de Authier-Revuz, duas estruturas - a da conotação e a da autonomia, na medida em que pode operar sob dois modos - discurso indireto livre e marcação pelas aspas. A esta configuração complexa, Authier-Revuz chama de modalização autonímica, que pode se realizar por um simples sinal tipográfico (aspas ou itálico), uma entonação específica ou um

comentário explícito. Authier-Revuz (1992) conceitua modalidade autonímica como um modo de dizer pelo qual a enunciação de um elemento X qualquer de uma cadeia é desdobrado, isto é, comporta sua própria representação, reflexiva e opacificante.

Vejamos o exemplo seguinte:

[Globo 236]- "Muito oportuno o editorial da primeira página da edição do Globo do dia 15/10. Resta saber, sobre o episódio, se o cidadão Sérgio von Helder seria capaz de chutar um despacho, desses que se encontram em encruzilhadas, com galinha, farofa, cachaça, flores etc... Refiro-me a um **"trabalho"** autêntico e não uma montagem para fins jornalísticos."

Ao colocar as aspas na palavra "trabalho", ressalta-se o seu estatuto autonímico. Segundo Authier-Revuz, "o elemento autonímico constitui, no enunciado em que aparece, um corpo estranho, um objeto 'mostrado' ao receptor; neste sentido, pode-se considerar as palavras entre aspas como 'tomadas à distância'". Por esse efeito de distanciamento, o locutor afasta de si a responsabilidade pela palavra mencionada. As palavras entre aspas são atribuídas a um outro espaço enunciativo, cuja responsabilidade o locutor não quer assumir. Tal suspensão da responsabilidade produz um vácuo a ser preenchido, reclama uma interpretação, ou, ao menos, uma glosa: eu digo esta palavra, mas não como eu digo as outras, porque eu a digo do modo como X diz. Para todos os efeitos, é o caráter de adequação da palavra que está em jogo no espaço discursivo em que aparece.

Portanto, cabe perguntar que sentido se dá ao termo trabalho no exemplo em questão. A palavra "trabalho" não está sendo usada aqui na sua acepção comum, como ocupação profissional. O autor da carta procura dar-lhe um sentido específico, fazendo-a equivaler a "despacho", tanto é que utiliza a expressão "trabalho" autêntico. (... "o cidadão Sérgio von Helder seria capaz de chutar um

despacho, desses que se encontram em encruzilhadas, com galinha, farofa, cachaça, flores etc... Refiro-me a um "trabalho" autêntico"...). Ou seja, aqui, "trabalho" refere-se a uma prática religiosa particular. O emprego das aspas, que mantêm a palavra à distância, nos faz supor que esta prática religiosa não é familiar ao autor da carta, pois, usualmente, só se mantêm à distância aquilo que se coloca fora do seu próprio espaço de enunciação. A expressão aspeada encontra-se, assim, "deslocada", "fora do lugar", pertence a outro discurso. As aspas designam a linha de demarcação entre uma formação discursiva, a do autor, e o que lhe é exterior. As aspas, portanto, operam uma modalização autonímica, pois, ao mesmo tempo em que é inscrita na continuidade sintática do discurso, também é remetida ao exterior pelas aspas. A palavra aspeada acumula, assim, duas funções no discurso: uso e menção.

Vale ressaltar também que, ao mesmo tempo que afasta de si a responsabilidade pela palavra entre aspas, o autor da carta constrói, no curso da enunciação, um lugar em que pode exercer um controle, um domínio, sobre as palavras. Ou seja, por um lado, ele se mostra responsável pelas palavras ditas sem aspas e, por outro, sinaliza que sabe qual o domínio pertinente à palavra colocada em suspenso. Na concepção de Authier-Revuz, isso se explica pelo fato de que as aspas põem a palavra sob vigilância, funcionam como marcas de uma atividade de controle-regular do processo de comunicação. Por exemplo, ao usar as aspas na palavra "trabalho", o autor da carta revela a vontade, o desejo, de regular o sentido de sua fala.

Authier-Revuz chama ainda atenção para o fato de que, se, por um lado, o locutor exibe um domínio da heterogeneidade, ou seja, "sabe" da complexidade das palavras, tem o que se poderia chamar de consciência da interdiscursividade, por outro, ao manifestar tal consciência em relação a algumas palavras, trata as outras como se fossem isentas de uma história idêntica e, como é sabido, mesmo não sendo possível verificar a heterogeneidade na superfície discursiva, todas as palavras são atravessadas por muitos discursos.

A idéia da heterogeneidade discursiva demonstra que o papel do outro é crucial no discurso, que o sujeito nem sempre tem consciência do que ocorre, que ele não detém o controle do sentido. Agora, como lembra Possenti (1993, 19996a, 1996b), é necessário interrogar-se se a descoberta do inconsciente exclui radicalmente qualquer manobra consciente dos sujeitos e, se a existência das condições sócio-históricas, que atuam sob os indivíduos, anula qualquer opção ou ação de sujeitos.

Quanto a isso, no mesmo artigo, Possenti afirma que falar em discurso do outro é insistir na existência e relevância do outro, é insistir na idéia de que o eu não é origem, é efeito, é mostrar que o outro é constitutivo, que o sujeito não é uno, é dividido, mas isso não significa apagar a presença do eu, não autoriza fazer equivaler enunciados como "o sujeito é dividido" e o "sujeito não existe"; o pressuposto da existência do eu continua em vigor. Contudo, para muitos, a defesa do eu no discurso significa o retorno do sujeito dono de si, dono do sentido e, a negação do inconsciente, do histórico, do social. Contra essa suposição, Possenti argumenta que a heterogeneidade se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto, seria má lógica, segundo ele, deixar ao outro todo o lugar e todos os papéis do discurso, pois, isto nos faria voltar à simplificação de antes, apenas invertida. O próprio Pêcheux (1983:316-7) questiona se a heterogeneidade representa o ...

"discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro... insistência de um "além" interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do "ego-eu", enunciador estratégico que coloca em cena sua seqüência, estruturar esta encenação... ()... como separar, nisso que continuamos a chamar o "sujeito da enunciação", o registro funcional do "ego-eu" estrategistas assujeitado (...) e a emergência de uma posição de sujeito?... O sujeito seria aquele que surge por instantes lá onde o "ego-eu" vacila?".

Para encerrar, vejamos o seguinte exemplo:

[047]- Nossos governantes andam tão empolgados com as emendas, que resolveram emendar até provérbio latino. Ao desconsiderarem o acordo feito no ano passado entre petroleiros e Governo Federal, transformaram o antigo *verba volant, scripta manent* (as palavras vão, os escritos ficam) em **verba volant, scripta idem (as palavras vão, os escritos também).**

No exemplo, a autora da carta intervém no provérbio latino *verba volant scripta manent* (as palavras vão, os escritos ficam) produzindo um novo texto *verba volant, scripta idem* (as palavras vão, os escritos também), que não é um provérbio, mas é enunciado como se o fosse. Esta alteração produzida no provérbio põe em foco o sujeito da linguagem. Mesmo tendo o seu sentido bastante sedimentado, o provérbio também pode sofrer deslocamentos discursivos. É claro que o provérbio citado numa situação de enunciação específica deixa de ser provérbio, isto é, deixa de constituir uma verdade geral para tornar-se uma verdade particular, na medida em que passa a referir-se com exclusividade a seres presentes no universo de uma enunciação única. Com esse recurso, o locutor busca validar sua exposição ou argumentação, não pela citação de uma verdade geral irrefutável, mas por uma adaptação em que, ao passar do genérico para o particular, conserva a fôrma do esteriótipo alterando-lhe o conteúdo por meio da substituição de alguns elementos lexicais.

II PARTE

OS FATOS DISCURSIVOS

"Para mim, tudo se reduz à linguagem, e esses homens não só têm dificuldade de se expressar, mas também de encontrar as palavras adequadas. Não têm costume de articular seus afetos. É preciso saber dizer o que se deseja dizer. O sentido depende de como é dito. Mas temos de dizê-lo. A linguagem é salvadora. É um ato de generosidade poder dizer as coisas que se sente."

Richard Ford

Revista Bravo (setembro de 1998)

CAPÍTULO 4

A GREVE DOS PETROLEIROS

4.1. O FATO

Levando adiante o plano de privatização do presidente Fernando Collor de Mello, o governo de Fernando Henrique Cardoso lutou para aprovar no Congresso Nacional a quebra dos monopólios estatais, dentre os quais, o do monopólio do petróleo.

Falar na quebra do monopólio do petróleo sempre provocou reações divergentes em todo o mundo, estremecia uns e alegrava outros, e, no Brasil, nunca foi diferente. Antes de ver aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de lei que tinha por objetivo abrir a atividade de exploração de petróleo no país (monopólio da Petrobrás desde a década de 50), o Governo Fernando Henrique teve que enfrentar grandes debates.

Um deles aconteceu logo no início do primeiro governo FHC. O projeto de lei que previa a quebra do monopólio do petróleo foi enviado ao Congresso Nacional aproximadamente em maio de 1995. Este projeto fez voltar à cena o antigo debate entre privatistas e não-privatistas, ou seja, fez voltar à cena dois discursos distintos e opostos, com história longa e ramificações políticas, econômicas e filosóficas.

Nesta mesma época, em maio de 1995, os petroleiros entraram em greve reivindicando o cumprimento de um acordo de reposição salarial assinado pelo governo Itamar Franco, de quem Fernando Henrique fora Ministro da Fazenda. O fato de a greve ter sido deflagrada justamente no momento em que o governo FHC enviava ao Congresso Nacional o projeto de privatização da Petrobrás fez com que ela adquirisse, além do seu caráter salarial, um caráter político. Os petroleiros

falavam não só em defesa de seus salários, mas também em defesa do monopólio do petróleo e contra a política de privatização do governo.

A greve dos petroleiros durou mais de um mês e atingiu o abastecimento de gás de cozinha e de combustível em todo o país. A falta desses produtos no mercado provocou o descontentamento da população, que se sentia prejudicada por ter que enfrentar grandes filas para conseguir gás e gasolina. O governo tirava partido dessa situação no sentido de acelerar as privatizações. Alegava que, se houvesse mais empresas trabalhando nas atividades de exploração, refino e distribuição do petróleo no país, a população não seria prejudicada pela greve de uma companhia, pois haveria sempre outras em funcionamento para atender ao consumidor. O projeto de privatização proposto por Fernando Henrique foi aprovado e, hoje, qualquer empresa pode exercer atividades de extração, refino e comercialização de petróleo no Brasil.

Como vemos, a greve dos petroleiros e a quebra do monopólio do petróleo estavam fortemente imbricadas uma na outra. De um lado, o governo lutava pela privatização da Petrobrás, mas era acusado pelos defensores do monopólio de entregar o petróleo ao capital estrangeiro; de outro, os petroleiros lutavam por reposição salarial e contra a quebra de monopólio da Petrobrás, mas eram acusados de corporativismo e de lutar em prol de seus privilégios por uma parte da população e por segmentos organizados que apoiavam a política do governo.

4.2. A REPERCUSSÃO DO FATO

À época da greve, os jornais receberam inúmeras cartas reclamando dos transtornos causados pelo movimento grevista. Além de protestarem contra a paralisação dos petroleiros, os

leitores, muitas vezes, colocavam-se a favor do plano de privatização da Petrobrás. Os jornais também receberam inúmeras cartas em defesa do movimento grevista e a favor do monopólio do petróleo.

As cartas dos leitores enviadas às redações dos jornais **O Globo**, **JB**, **OESP** e **FSP** a respeito da greve dos petroleiros constitui um dos objetos de estudo desta pesquisa, como já ficou dito.

Do momento da deflagração da greve ao final dos três meses subseqüentes, período escolhido para a pesquisa das cartas nos jornais, reunimos um *corpus* de 184 cartas publicadas a respeito desse assunto. Desse total, 36,4% foram de apoio ao movimento grevista, 62% lhe foram contrárias e 1,6%, neutras. A diferença em favor do discurso condenando a greve foi significativa, quase o dobro de cartas. Dos quatro jornais pesquisados o que mais cartas publicou sobre a greve foi **OESP**, 35,9%, seguido da **FSP**, 25,5%, **O Globo**, 28,8% e **JB**, 9,8%. Na **FSP** e no **JB**, foi maior o percentual de cartas favoráveis à paralisação dos petroleiros; no **Globo** e no **OESP**, a relação se inverteu, sendo mais alto o índice de cartas contrárias à greve. Isto indica que a **FSP** e o **JB** têm um discurso mais liberal se comparados ao **Globo** e ao **OESP**.

Tabela nº 01 - Direcionamento argumentativo das cartas sobre a greve em cada um dos jornais.

	FSP	OESP	JB	GLOBO
Favoráveis	57,5%	12,1%	61,2%	39,62%
Contrárias	38,3%	87,8%	33,3%	60,4%
Neutras	4,2%	0%	5,5%	0%

4.3. OS PRINCIPAIS *TOPOI* DISCURSIVOS

Uma primeira análise das cartas a respeito da greve dos petroleiros mostrou que determinados *topoi* discursivos se repetiam de maneira sistemática nos textos. De início, agrupamos as cartas levando em consideração os *topoi* presentes. Posteriormente, verificamos de que maneira eram feitas as tematizações. No quadro a seguir, apresentamos quais foram esses *topoi* e seu grau de tematização nas cartas. No restante deste capítulo são feitas observações sobre a natureza dessas tematizações.

Quadro 04 - Principais *topoi* discursivos sobre a greve e grau de tematização

<i>Topos</i> discursivo	Cartas a favor da greve	Cartas contra a greve
Corporativismo	Apagamento total	Fortemente tematizado
Entreguismo	Fortemente tematizado	Apagamento tototal
Monopólio da Petrobrás	Tematizado	Tematizado
Ilegalidade da greve	Apagamento parcial	Fortemente tematizado
Acordo Itamar/petroleiros	Tematizado	Apagamento parcial
Prejuízo da população	Apagamento parcial	Tematizado
Privatização	Tematizado	Tematizado

Chama atenção o fato de os *topoi* "corporativismo" ou "entreguismo" serem não apenas "tematizados" nas cartas, mas "fortemente tematizados" (com ênfase no "fortemente"). Além disso, quando um deles aparece num dos conjuntos (a favor ou contra a greve) é automaticamente omitido do outro. É fácil entender porque. Como já foi dito, a deflagração da greve ocorreu justamente no momento em que o governo FHC iniciava os debates em torno da privatização da Petrobrás. Em

conseqüência, (re)colocou-se em pauta a polêmica em torno do monopólio do petróleo. No entanto, embora tenha sido tematizada tanto pela formação discursiva favorável a sua manutenção quanto pela que lhe é contrária, a questão do monopólio foi (re)tomada, (re)produzida e (re)configurada de maneira bastante diferenciada em cada um dos conjuntos de carta em análise.

Nas cartas a favor da greve, o monopólio estatal foi tematizado basicamente pela perspectiva do entreguismo. Os leitores argumentavam que, caso o governo viesse a privatizar a Petrobrás estaria entregando aos estrangeiros, em especial ao americanos, um importante patrimônio natural do país, o petróleo. Em prol desse discurso, evocavam-se sentimentos de patriotismo em defesa do "nosso petróleo de boa qualidade e estrategicamente bem situado", criando-se uma disputa entre "nós" (brasileiros) e "eles" (estrangeiros)¹¹.

Nas cartas contrárias à greve, a questão do entreguismo é totalmente silenciada e surge uma outra: o corporativismo dos funcionários da Petrobrás, que não aparece nas cartas a favor da greve. Como se verá mais adiante, através da análise do enunciado "O petróleo é nosso", para aqueles que se colocavam a favor da privatização da Petrobrás, o monopólio nacional do petróleo seria uma questão velha, ultrapassada. Provavelmente, a lógica por trás desse raciocínio é a de que, em tempos de globalização, não há porque se falar, e muito menos se preocupar ou temer, o "domínio estrangeiro", "o cartel internacional", "o grande capital", "os interesses multinacionais". Os que se colocavam contra o monopólio argumentavam que, na verdade, a preocupação deveria recair sobre os grupos corporativos que, ao defenderem os monopólios estatais, estariam defendendo seus interesses pessoais e não os da nação. Por sua vez, os grevistas negavam possíveis interesses corporativos com a greve. Contudo vale ressaltar que, mesmo que os petroleiros tivessem interesses corporativos, como justificariam a defesa

¹¹ Mais adiante, em "O Percurso Discursivo do Enunciado 'O Petróleo é Nosso'", faremos uma análise detalhada desta questão.

de interesses particulares quando a questão do monopólio diz respeito a uma causa política e pública. Por isso, e não por ser falsa, a questão do corporativismo não aparece nas cartas a favor do movimento grevista.

Instalou-se, assim, um processo de rejeição em que a presença de um determinado elemento invalidava o surgimento de um segundo. Isto se deu porque, as formações discursivas aqui analisadas (contra e a favor da greve) são incompatíveis, contraditórias e sua coexistência num mesmo espaço discursivo é impossível.

Todos os outros *topoi*, "ilegalidade da greve", "acordo Itamar/petroleiros", "prejuízo da população" e "privatização da Petrobrás"¹², aparecem em ambos os conjuntos de cartas sobre a greve, ainda que em graus de presença diferentes. A seguir, comentaremos cada um dos *topoi* descritos ilustrando-os com alguns exemplos retirados do *corpus* ampliado. Como já mencionamos, os exemplos selecionados são fruto de uma análise prévia das cartas e neles foram destacadas palavras ou enunciados chaves que justificam a sua presença no tópico.

4.3.1. A QUESTÃO DO MONOPÓLIO: ENTREGUISMO X CORPORATIVISMO

Nos exemplos abaixo, encontra-se tematizada a questão do entreguismo. Observamos que, no lugar de "entreguismo", surgem também as equivalências parafrásticas: "entrega do petróleo brasileiro ao domínio estrangeiro" "entregar a Petrobrás aos interesses multinacionais", "continuar favorecendo aos poderosos grupos econômicos internacionais". Observamos que, nos exemplos [055], [061], [045], [062], [043], o próprio governo brasileiro estaria tomando a iniciativa de entregar o

¹² O *topos* "privatização da Petrobrás" não será analisado individualmente, como são os demais. Quando ele aparece nos exemplos, associado a outro *topos*, fazemos os devidos comentários.

petróleo aos estrangeiros. Já no exemplo [049], seriam os americanos que estariam compelindo o governo brasileiro a abrir o monopólio constitucional para que eles (os americanos) pudessem se apossar de nosso petróleo. No lugar de "empresas internacionais", aparecem também as seguintes expressões: "domínio estrangeiro", "interesses multinacionais", "poderosos grupos (...) internacionais interessados nos negócios petrolíferos", "americanos", "cartel internacional", "grande capital", "o capital". Essas expressões deixam subentendida a idéia de que as empresas internacionais interessadas no petróleo do Brasil não agem sozinhas, mas em grupo, formam um cartel. Além disso, elas teriam, por conta do seu poder econômico ("o capital", "o grande capital"), força para compelir o governo brasileiro a quebrar o monopólio do petróleo. Vejamos os exemplos:

[Globo 055]- O Governo quer denegrir a nossa Petrobrás para justificar a **entrega do petróleo brasileiro ao domínio estrangeiro.**

[Globo 061]- Quem garante que a greve dos petroleiros não foi arquitetada pelo Governo, com a conivência da FUP para viabilizar a quebra do monopólio e **entregar a Petrobrás aos interesses multinacionais?**

[Folha 045]- Sai o monopólio da Petrobrás, entra o oligopólio das Sete Irmãs. Só falta o Senado aprovar o nome do deputado federal Roberto 'Jari' Campos para presidente da Petrobrás. Aí o **entreguismo** ficará, finalmente, consubstanciado¹³

¹³ O nome do deputado Roberto Campos sempre esteve ligado ao discurso contra os monopólios da União, em especial contra o monopólio do petróleo.

[Globo 062]- A Petrobrás não deve ter medo da concorrência. Ela deve temer é o Governo brasileiro, seu acionista majoritário. Se para aprovar a quebra dos monopólios o Governo fez o que fez, concedendo favores com dinheiro que não tinha a ruralistas e a deputados, o que não fará para **continuar favorecendo aos poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais interessados nos negócios petrolíferos e de comunicações no Brasil?**

[Globo 049]- Na verdade o **Governo brasileiro está sendo compelido pelos americanos a abrir o monopólio constitucional**, para que eles possam “democraticamente” se apossar da nossa tecnologia, do nosso patrimônio, do nosso mercado, do nosso petróleo de boa qualidade barato e estrategicamente bem situado, através da atuação perniciosa de um **cartel internacional**.

[Globo 063]- A quase totalidade da grande imprensa, patrocinada pelo **grande capital**, está se esforçando para passar à opinião pública a idéia de que o petróleo não é mais questão de soberania do país.

[Folha 043]- Depois da avalanche de desinformação sobre a greve dos petroleiros e da conseqüente ‘vitória’ privatista do governo FHC-ACM, soam altivas e dignas as palavras de Barbosa Lima Sobrinho: ‘Os eleitores dos próximos deputados e senadores estarão conscientes de que acabar com o monopólio foi uma desvantagem para o Brasil’. Como se vê (e se verá), **se o capital não tem pátria, alguns cidadãos têm**.

Enquanto nas cartas a favor da greve o monopólio é visto pela perspectiva do entreguismo, nas cartas contrárias ressalta-se que os petroleiros estavam sendo corporativos com o

único objetivo de manter seus privilégios e altos salários ("a única coisa que interessa aos sindicatos é a contribuição sindical", "algumas categorias profissionais insistem em ter vantagens e prejudicar outras", "petroleiros irresponsáveis e egoístas que colocam os seus interesses políticos acima das necessidades do povo", "manter a base de privilegiados e a capitalização política", "manter privilégios", "defesa de privilégios", "quadrilha de petromarajás", "marajás que mamam no fundo de pensão da Petros", "oportunistas de ganhos fáceis", "monopolistas privilegiados").

A atitude dos petroleiros de permanecer em greve é considerada egoísta e prejudicial ao povo, que, sem gás de cozinha e combustível, passou a ser refém do monopólio da Petrobrás ("domínio das corporações e a ditadura dos sindicatos", "corporativismo xenófobo", "sindicalismo chauvinista"). Abaixo, algumas cartas que ressaltam o tema do corporativismo:

[JB 069]- Não podemos mais permitir que 130 milhões de brasileiros continuem sendo reféns nas mãos de 50 mil **petroleiros irresponsáveis e egoístas que colocam, em primeiro lugar, os seus interesses políticos acima das necessidades do povo.** É preciso acabar com este tipo de **sindicalismo chauvinista** que corrói as entranhas do Brasil. Só há uma saída: privatização. Só assim esses parasitas sociais vão aprender a trabalhar de verdade.

[OESP 080]- É necessário ponderar o que é mais perigoso: uma quadrilha de ladões que procura assegurar o monopólio da cocaína e mantém uma família inteira como refém para conseguir saída com garantias de vida, ou uma **quadrilha de petromarajás** que procura assegurar o monopólio do petróleo e mantém uma nação inteira como refém para conseguir uma "saída honrosa".

[OESP 106]- Só espero que o presidente tenha a mesma firmeza não fazendo nenhum tipo de concessão a esses baderneiros da CUT/PT e demita todos os grevistas anunciados e os que assinaram a tal lista de demissão coletiva. É assim que se defendem os interesses da sociedade brasileira, refém de **monopolistas privilegiados**.

[Folha 144]- Vivemos sob o **domínio das corporações e a ditadura dos sindicatos**. Essa é uma excelente oportunidade para acabarmos com os monopólios.

[OESP 099]- Essas greves têm cheiro de "quanto pior melhor" ou de " se melhorar, estraga", que possibilita **manter a base dos privilegiados e a capitalização política**.

[GLOBO 169]- Obrigado por tudo o que eles têm feito em prol da conscientização do povo que acordou quanto à realização dos malefícios radicais e do **corporativismo xenófobo** desses alucinados travestidos de trabalhadores.

[OESP 076]- Acabem com essa **molecagem corporativista e retrógada** e reconheçam que a maioria dos brasileiros quer as reformas constitucionais. **Marajás** que mamam no fundo de pensão da Petros e nos adicionais de periculosidade recebidos no conforto do Centro Administrativo da Petrobrás: chega de folga e vamos voltar ao batente!

[OESP 114]- O País está caminhando para a modernidade. É notório o grande salto que estamos dando rumo a uma economia estável e próspera. No entanto, **algumas categorias profissionais insistem em ter vantagens e prejudicar outras**. Como se já não bastassem

os **privilégios** que funcionários públicos do Metrô, da Petrobrás, gozam, eles resolveram deturpar a estabilidade social e econômica do País...Chegou a hora de abrir os olhos dos trabalhadores: **a única coisa que interessa aos sindicatos é a contribuição sindical...**

[Folha 149]- Antônio Carlos Spis, com sua ameaça "Quero ver o que eles dirão com a votação sobre o petróleo e a gente trazer o pessoal em peso para lotar o plenário"(Folha, 26/5), confessa que a greve dos petroleiros é política - em **defesa de privilégios** (deles)- e mascarada de econômica.

[Globo 152]- O presidente Fernando Henrique Cardoso deve agradecer à CUT a oportunidade que lhe está dando para isolar os segmentos radicais de direita e esquerda e os **oportunistas dos ganhos fáceis**, efetuando as reformas de que o país necessita. A crise serviu para identificar os personagens que se apóiam nos monopólios para chantagear o Governo com o sofrimento imposto ao povo. Quer queiram ou não esses radicais, o Brasil tem pressa e as reformas passarão por cima deles, como um trator dirigido por brasileiros indignados.

[Globo 177]- Para **manter privilégios** estão ocorrendo movimentos grevistas no setor público, liderados principalmente pela CUT, representada por funcionários de estatais que se encontram ociosos, à disposição dos sindicatos, com ônus para o Tesouro e garantia de emprego.

4.3.2 O ACORDO ITAMAR/ PETROLEIROS

O tema mais recorrente nas cartas em apoio à greve foi o acordo anteriormente assinado entre o governo Itamar Franco e os petroleiros. Segundo os leitores que defendiam o movimento grevista, o não cumprimento desse acordo pelo governo Fernando Henrique é que teria deflagrado a greve. Os petroleiros reivindicavam que o acordo fosse legalmente reconhecido pelo TST e que fosse concedida a reposição salarial prevista.

A proeminência que o acordo Itamar/petroleiros tomou durante a greve sugere que havia um tópico subjacente por trás desta questão dando-lhe sustentação, a saber, o discurso em defesa da ética. Na visão dos petroleiros em greve e daqueles que se colocaram favoráveis ao movimento grevista, seria antiético descumprir um acordo, especialmente se esse acordo foi assinado pela pessoa que ocupa o cargo de Presidente da República. Ou seja, embora os presidentes mudem, a função permanece e o presidente que assume tem por obrigação honrar e cumprir os contratos, os acordos feitos pelo governo anterior.

[GLOBO 057]- A greve é salarial e pelo **cumprimento de um acordo coletivo** selado pela mais alta autoridade da Nação de então, Itamar Franco, que continua, até por escrito, confirmando tal fato.

[FSP 026]- A greve só aconteceu devido à intransigência do governo FHC e da direção da Petrobrás, que **se recusaram a cumprir o acordo coletivo** referendado pelo ex-presidente Itamar Franco e assinado pela direção da empresa.

[GLOBO 054]- Não se pode ignorar que o TST errou ao afirmar que o protocolo assinado entre a categoria e o então presidente Itamar Franco não tem valor legal, e que os petroleiros foram inocentes ao acreditar no acordo.

[OESP 015]- Gostaria de saber com base em que o TST julgou o movimento abusivo, já que não foi cumprido o que o ex-presidente Itamar e os ex-ministros **Ciro Gomes e Marcelo Pimentel assinaram** em benefício da classe.

[OESP 017]- Afinal, o governo fez um acordo com os petroleiros, não cumpriu e, segundo o TST, ele é que está certo?

[GLOBO 052]- Cabe perguntar para que serve a Justiça do Trabalho. Uma instituição que se tornou subalterno menor do Executivo. Qualquer movimento reivindicatório é considerado abusivo ao arrepio dos fatos que comprovam a legitimidade do movimento; **desconsidera um acordo juridicamente perfeito** e leva as partes ao confronto...

Nas cartas contra o movimento grevista, o acordo Itamar/petroleiros é parcialmente apagado. Quando surge é no sentido de negar ou questionar-se sua legalidade. Os exemplos:

[FSP 136]- Mesmo tendo sido decretada a abusividade da greve, os petroleiros continuam parados esperando que se cumpra **acordo que a empresa não assinou...**

[FSP 148]- Pensam que podem fazer justiça com suas próprias mãos, usurpando o poder jurisdicional de dizer, de forma definitiva, **se um acordo vale ou não vale.**

4.3.3. A ILEGALIDADE

O principal argumento utilizado pelos leitores contra a greve dos petroleiros foi sua alegada **ilegalidade**, o desrespeito às leis, pois o movimento havia sido considerado ilegal, abusivo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Nas cartas que tematizam a questão da ilegalidade, os petroleiros são acusados de "darem as costas à população, às leis, à ordem e à democracia", de "se julgarem um superpoder acima da lei", de "estarem afrontando a justiça", "desafiando a autoridade judiciária", "desacatando a ordem judicial", "deixando de cumprir decisões do Poder Judiciário", "desrespeitando a decisão da justiça e, desta forma, afrontando a própria democracia". Ressaltamos também o fato de os leitores reivindicarem uma ação do Governo FHC contra os grevistas. Vejamos os exemplos:

[OESP 092]- Finalmente, o presidente FH tomou as providências que nós, que o elegemos, tanto desejávamos: colocar o Exército a trabalhar para o povo. **É um absurdo o que os petroleiros estão fazendo, ilegalmente**, como ameaçar fechar poços de petróleo, que não pertencem a eles, mas a todos os brasileiros, que tanto sofrem para pagar seus salários altíssimos. No Brasil não temos quarto poder, **os petroleiros devem cumprir a lei.**

[Folha 133]- Prepotentes, **os petroleiros desafiam a lei e a decisão da Justiça** causando danos à economia e à nação, não hesitando em defender desta forma abusiva seus privilégios.

[JB 071]- A CUT quer ser um superpoder, acima da lei. É hora da autoridade mostrar o peso da lei. É hora de punir seriamente esses alucinados. E, acima de tudo, acabar com o monopólio do petróleo, na verdade, monopólio da Petrobrás.

[Folha 135]- Depois de confirmada **abusiva** a greve dos petroleiros pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), os dirigentes sindicais da Federação Única dos Petroleiros, ligada à CUT, demonstraram toda sua truculência e intransigência ao **darem, literalmente, as costas à população, às leis, à ordem e à democracia.** Que o presidente Fernando Henrique continue a defender a população, e que não ceda e nem faça concessões a essa privilegiada classe.

[Globo 155]- É triplamente revoltante a greve dos petroleiros. Primeiro, por **desrespeitar decisão da Justiça e, desta forma, afrontar a própria democracia.** Segundo, por tomar toda a sociedade como refém, para forçar a manutenção dos privilégios corporativistas. E agora, com atos de sabotagem contra o patrimônio público, tomando a situação caso de polícia. Que o presidente da República utilize todo o rigor da lei contra os bademeiros e sabotadores do Plano Real, e acelere as privatizações, derrotando esta casta de trabalhadores estatais, que traem os ideais da Nação.

Como nos exemplos [135] e [155] acima, em muitas das cartas que tematizam a questão da ilegalidade também aparece, no discurso, uma referência clara à questão da democracia. Os que escrevem a respeito da ilegalidade alegam que, num país onde não se cumprem as leis, não pode haver democracia, mas uma "badernocracia". Vejamos outros exemplos:

[Globo 173]- A democracia só pode existir se houver respeito pela sociedade que a constitui e obediência às leis que regem a todos, indiscriminadamente. Não há democracia se prevalecem interesses cartoriais, corporativistas e onde a lei é obedecida apenas quando serve aos interesses daqueles que a invocam. Digo isso a propósito da greve dos petroleiros, quando assistimos, revoltados, aos políticos tentarem negociar uma saída para a ilegal greve, tal como foi avaliada pela Justiça. É uma ditadura das categoriais mais fortes.

[OESP 113]- Excelente o artigo de Saulo Ramos "Greve e crimes graves" (25/5). É preciso que o sr. Presidente da República faça valer sua autoridade e acabe com essa greve ilegal, nem que tenha de demitir todos os grevistas e contra eles promover a "instauração de inquéritos policiais e ações penais". O que não pode é o País ficar inerte, encurralado, à mercê de chantagistas, senão **o que aqui teremos será, não uma democracia, mas uma badernocracia.**

[Folha 136]- Repudiamos a greve geral decretada pela CUT, desafiando o Congresso Nacional e a vida democrática do país. Isso porque, sem uma pauta de reivindicações definida, com posicionamentos fortemente hostis às reformas propostas pelo governo, a CUT está protestando por protestar, como se vivêssemos numa república sindicalista.

[Folha 137]- O Brasil caminhará rapidamente para a tomada do poder pelos sindicatos se o Governo Federal e as Forças Armadas não se aperceberem do **desvio de rumos que tomou a nossa democracia**. Liberdade sem limites e desrespeito às leis e aos direitos do povo - é como ela se apresenta.

4.3.4. O PREJUÍZO DA POPULAÇÃO

Outro *topos* bastante freqüente nas cartas contra a greve foi o prejuízo que o movimento grevista estaria causando à população, que tinha que enfrentar filas gigantescas para conseguir gás de cozinha e combustível.

No que diz respeito à relação povo/Petrobrás, Brandão (1988) observa que, nas primeiras propagandas institucionais da Petrobrás, existia uma aliança entre o povo e a instituição pela qual se lutou e que foi criada, mas que, posteriormente, houve um afastamento entre esse povo e essa mesma instituição. A autora afirma que, num primeiro momento, o povo é a personagem principal dos acontecimentos, a alavanca que impulsiona a luta; ele é posto como quem constrói a história e agencia o discurso, já que quem enuncia assume-se como uma parte desse povo, do qual se faz porta-voz. Num segundo momento, o povo passa a referente, a elemento referido pelo relato ("Quem criou a Petrobrás foi o povo brasileiro") ou o elemento comentado do comentário ("A Petrobrás só existe porque o povo é teimoso"). A autora afirma que de elemento ativo, construtor da história pátria, o povo passa a ser constituído como uma lembrança, relegado a um "monumento" histórico a ser reativado, reatualizado pela memória discursiva.

No nosso *corpus*, as palavras "povo", "povão", "população", "público", "usuário", aparecem com bastante frequência no discurso contrário à greve e indicam um distanciamento entre a instituição e o povo, que estaria sendo prejudicado pela greve dos petroleiros. É interessante notar que estas palavras ora são usadas como sinônimas, ora são usadas para marcar alguma diferença entre si.

Segundo Pierucci (1996), os modos de semantizar o termo "povo" têm se mostrado um bom discriminante de diferenças de mentalidades. Após uma pesquisa realizada com os padres brasileiros, este autor verificou que na linguagem do clero o vocábulo "povo" tende a excluir as elites, que são identificadas ora com o poder político (o Estado, o governo, as seitas governamentais), ora com o poder econômico (os ricos, os plutocratas), ora como as minorias secularizadas e cultas. Após um trabalho de codificação das respostas dos padres, se chegou as seguintes categorias para o termo "povo" (Pierucci, 1996: 43-44):

- 1) os pobres, os marginalizados, os necessitados, os carentes, os deserdados, os empobrecidos
- 2) os simples, os sem-cultura, os menos cultos, o "zé-povinho", a massa inculta,
- 3) todos os brasileiros, a população brasileira, todos os que vivem no Brasil,
- 4) as classes dominadas, a classe trabalhadora, as classes exploradas,
- 5) a parte organizada, os conscientizados, os conscientes...

Aproveitando esta classificação de Pierucci, verificamos os seguintes usos para os termos "povo", "população", "povão" nas cartas a respeito da greve:

a) as classes dominadas, a classe trabalhadora, as classes exploradas. Exemplos:

[Globo 160]- No Título T da Magna Carta brasileira, parágrafo único, encontra-se estabelecido que “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.... Mas e o resto do povo? Permanecerá sempre sujeito às greves que prejudicam toda a Nação?

[JB 071]- Vicentinho, presidente da CUT disse que os petroleiros não podem ser humilhados. Mas o povo pode sofrer restrições, impostas pela greve.

[OESP 098]- Atitudes de determinados expoentes da comunidade que dizem trabalhar para o povo possuem caráter de autopromoção, visando cargos eletivos, e não buscar um caminho de conciliação e equilíbrio, a fim de que o segmento sofrido da população não pereça, ainda mais em filas. Deve-se dar cheques a quem realmente precisa, e não apagar a “fogueira” com gasolina, produto raro hoje.

[Globo 175]- Os petroleiros cometeram um gravíssimo erro: causaram enormes prejuízos às indústrias, às empresas de transportes, aos postos de distribuição de combustível, à classe média, a um sem-fim de atividades econômicas e ao povo, pois há gente que está passando oito a dez horas em uma fila para comprar um bujão de gás de cozinha. Agora o povo sentiu na carne como é ruim para o país um monopólio; porque é melhor termos dez ou mais empresas extraindo, refinando e distribuindo os derivados do petróleo

[OESP 077]- ... a população de baixa renda, que é quem mais sofre pois é obrigada a ficar horas na fila ou pagar ágio para adquirir um botijão de gás.

[OESP 098]- ... a fim de que o segmento sofrido da população não pereça, ainda mais em filas. Deve-se dar cheques a quem realmente precisa, e não apagar a "fogueira" com gasolina, produto raro hoje.

b) a parte organizada, os conscientizados, os conscientes...

[OESP 102]- O povo brasileiro nunca aceitou a opressão e a dominação e não pode aceitar que meia dúzia de sindicalistas e um dos partidos políticos ponham a perder tantos anos de luta pela liberdade - liberdade perdida por movimentos políticos como estes que vemos hoje. Que se cumpram as leis e exercitem a autoridade, punindo os que abusam de seus direitos.

[Folha 140]- Acho que as pessoas adquiriram o 'AGP' e o 'DGP', antes e depois da greve dos petroleiros. Finda a greve, o mínimo que nós, população agredida, deveríamos fazer era reivindicar ao sindicato dos 'monopolizadores' pelo menos um ano de terapia e um ano de ioga inteiramente pagos pelo sindicato.

c) todos os brasileiros, a população brasileira, todos os que vivem no Brasil,

[OESP 115]- O sr. Vicentinho teme pela humilhação dos petroleiros ao voltarem ao trabalho, sem conseguirem o que querem. O que dizer da humilhação da **população**, sem gás de cozinha e sem transporte?

[JB 072]- Extremamente lúcido (...) o editorial "Provocação insensata" de 11/05. A sociedade não pode ficar refém do corporativismo dos funcionários das estatais, que se julgam acima da lei e do resto do **povo brasileiro**.

4.4. A CADEIA ARGUMENTATIVA

Embora tenhamos utilizado como estratégia metodológica de análise uma divisão das cartas por *topoi*, vale lembrar que a maior parte delas não usa apenas um argumento para atacar ou para defender a greve. O mais comum é haver um cruzamento desses argumentos no texto, que aparecem em conjunto, formando uma cadeia argumentativa. Esta cadeia argumentativa deixa entrever o interdiscurso, a polifonia. Destacamos a seguir o que seria o resumo dos discurso contra e a favor da greve nas cartas dos petroleiros.

No caso do discurso contrário à greve dos petroleiros, a lógica da cadeia discursiva parece inatacável. Vejamos então,

Por ser considerada **ilegal**, a greve põe em risco a própria **democracia** do país. Além disso, **prejudica** milhões de brasileiros que permanecem horas nas filas para conseguir gás de cozinha. É necessário, portanto, que o **governo acabe** com a "**baderna**" e ponha ordem na casa. E, paralelamente, é preciso levar adiante o plano de **privatização** da Petrobrás. Afinal de contas, o **monopólio** serve apenas para assegurar **privilégios corporativistas** dos petroleiros, que mantêm como refém toda a Nação, que sofre com a **ditadura sindical** imposta pela categoria.

No discurso dos que se colocavam a favor da greve, a cadeia argumentativa é a seguinte:

Ao julgar a greve **ilegal** e cobrar dos petroleiros que mantivessem as refinarias funcionando, a Justiça não reconhecia que a greve em curso era pelo **cumprimento do acordo**, assinado pelo então presidente Itamar Franco, que previa reposição salarial para a categoria. Ao se negar a dialogar com os petroleiros e, em paralelo, renegociar com os **ruralistas** dívidas antigas, o Governo mostrava uma atitude essencialmente **política**, em função de seu plano de **privatização**. Ao tentar acabar com o **monopólio** da Petrobrás, o governo estaria agindo contra a própria Nação, **entregando a empresa ao capital estrangeiro**.

Estas podem ser consideradas cartas-modelo representativas do discurso contra e pró greve. Embora fictícias, resumem, cada uma sob o seu ponto de vista, o que foi dito sobre o movimento e como foi dito.

4.5. O PERCURSO DISCURSIVO DO ENUNCIADO "O PETRÓLEO É NOSSO"

A partir de agora, analisaremos como se deu a reconfiguração discursiva do enunciado "o petróleo é nosso" durante a greve dos petroleiros de 1995. Isto é, perseguiremos, na superfície do *corpus*, as formas de emergência de um passado, verificando como na relação vertical do espaço interdiscursivo, as formas de um discurso primeiro, fundador se cruzam com o discurso da atualidade, se presentificam e se redimensionam ao sequencializarem-se na superfície discursiva, ao fundirem-se à dimensão horizontal do intradiscursivo. Veremos ainda os efeitos de sentido que esse cruzamento provoca na constituição de um discurso da atualidade. Esses efeitos de memória tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação quanto de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito (cf. Foucault, 1969).

Ao analisar a propaganda institucional da Petrobrás do final da década de 70, Helena Brandão (1988) indaga onde está a força da repetibilidade desta seqüência, ou melhor, quais os elementos constitutivos que a tornam sempre reatualizável.

Do ponto de vista lingüístico, Brandão mostra que a cópula *é*, em "o petróleo é nosso", faz equivaler duas palavras igualmente explosivas para as circunstâncias históricas vividas na época em que o slogan surgiu, a saber, "petróleo" e "nosso".

Como afirma Brandão, após a segunda grande guerra, o petróleo representava a questão chave da economia política mundial, constituindo-se em riqueza indispensável aos países que quisessem se industrializar e conquistar sua independência.

Por sua vez, o fragmento "nosso", bem como toda a fórmula "o petróleo é nosso", possuía (e ainda possui) um forte impacto emocional no discurso pró-nacionalismo, despertando no

destinatário o sentimento de patriotismo. O dêitico "nosso" - característico do discurso político e de todo discurso de caráter nacionalista, nunca teve uma história tão rica quanto a referente à sua presença no discurso sobre o petróleo. "Nosso" representava a pátria, o país, o Brasil, os brasileiros, fazendo com que o indivíduo se identificasse e se solidarizasse com a coletividade. Portanto, no lugar de "o petróleo é nosso" também poderiam figurar as paráfrases **"o petróleo é do Brasil"**, **"o petróleo é dos brasileiros"**, **"o petróleo é do povo brasileiro"**.

Apelando para um sentimento nacionalista, o slogan agrupava os indivíduos sob o signo da "brasilidade", ignorando o fato de que poderia haver pessoas, grupos e partidos que se opusessem ao monopólio. O slogan apagava possíveis diferenças, unindo a todos, ou seja, mesmo servindo a uma determinada ideologia, a uma determinada causa política, fazia um apelo aos interesses coletivos da nação.

Segundo Olivier Reboul (1975), o traço característico de todo slogan é justamente esse, fazer as pessoas "irem na onda", fazê-las agir sem que possam discernir a força que as impele. Ele lembra que o slogan, apesar de ser da mesma natureza da ideologia, dela se diferencia, como a parte do todo, como o atual do virtual, representa uma das materialidades lingüísticas da ideologia.

"... a palavra éclat, com todos os seus sentidos possíveis, é a que melhor caracteriza o slogan no seu relacionamento com a ideologia. Éclat no sentido de produto de uma explosão; mas também o próprio ato de explodir, mesmo o de produzir uma explosão; no sentido de fragmento de um corpo duro (lasca), que foi a mais primitiva das armas de corte; no sentido de intensidade de um clarão, mais ofuscante do que iluminadora; no sentido de brilhante... o slogan é um éclat de ideologia" (Reboul, 1975: 123).

De acordo com Reboul, o slogan engana, repete (e é repetível), assedia, cega, extingue o pensamento, destrói as condições de verdade do enunciado. E, "se a palavra "slogan" é pejorativa é porque aquilo que ela designa é necessariamente uma fórmula sumária, polêmica e autodissimuladora".

"Linguagem necessariamente sumária: o que não significa que ela minta sempre; mas refere-se frequentemente a realidades que escapam a todo controle; resiste portanto à análise e à verificação. Linguagem polêmica, porque a ideologia, sendo partidária, está em geral em conflito com outras; daí sua lógica dicotômica e seu moralismo maniqueísta. Linguagem dissimuladora, que oculta seu destinador sob a aparência de um SE universal, seu apelo às paixões sob a aparência de um discurso objetivo" (Reboul, 1975:122).

De fato, através de uma formulação simples e marcante, a seqüência "o petróleo é nosso" sintetiza o ideal da campanha pró-petróleo, canalizando e expressando o anseio popular por uma determinada causa. É uma forma que se apresenta como se fosse irrefutável, incisiva e categórica, capaz de instaurar uma relação dicotômica sugerida por elementos extra-lingüísticos situados no contexto político em que, de um lado estamos "nós", os brasileiros, e, do outro, "eles", os estrangeiros, o truste internacional. Propaga-se: "o petróleo é nosso" para obter a conclusão contrária: o petróleo não é deles, tematizando-se, assim, a questão do entreguismo, tão recorrente e fundamental no discurso pró-petróleo. Vale destacar que, na década de 50, o sentimento nacionalista se fazia muito presente no Brasil.

Além de fazer aderir, prender a atenção e sintetizar uma idéia, Reboul mostra ainda que o slogan é essencialmente perlocutório. O que conta mesmo não é o seu sentido, mas o que se produz por meio do que se diz, o efeito da fala sobre o interlocutor. Seja qual for a sua função aparente, a função real do slogan não está no seu sentido, mas no seu impacto, não está no que ele diz, mas no que ele quer fazer.

Ainda do ponto de vista lingüístico, Brandão diz que a forma verbal "é" - no presente - é intemporal; ela transcende as limitações temporais e imprime à seqüência um caráter de permanência. A força da seqüência "O petróleo é nosso" está justamente no fato de constituir o nódulo para o qual

converge todo um feixe de enunciações produzidas sobre o tema no passado, reatualizados no presente e a serem formuladas no futuro.

Tanto é assim que, em 1995, durante a greve dos petroleiros, o enunciado continuava válido, embora inserido em um novo contexto sócio-histórico. Proclamava-se: "o petróleo é nosso". Restava saber de quem. Ou seja, restava saber quem ocupava a posição de enunciador, quem era esse "nós" do discurso. Veremos que pelo menos duas interpretações serão dadas a esse "nós": 1) os brasileiros, a nação brasileira, 2) os grevistas da Petrobrás.

Como já dissemos, "nosso" é um dêitico e, para interpretá-lo, é necessário verificar para onde ele aponta, levar em consideração quem está falando, quem se encontra na posição de enunciador, buscar a identidade do produtor do discurso. Quem é esse "nós" que fala? O povo brasileiro, o governo, os membros dos partidos de esquerda, os defensores do monopólio do petróleo, etc?

Na década de 50, a interpretação semântico-pragmática do slogan "o petróleo é nosso" convergia para um só ponto, em que "nosso" pretendia representar a nação, o povo brasileiro. Durante a greve dos petroleiros de 95, a análise do *corpus* mostra que não houve mais essa unanimidade de leitura, "nosso" passou a ter pelo menos duas interpretações distintas: 1) continuou sendo empregado com o sentido de nação, 2) passou a remeter os petroleiros em greve.

Nas cartas a favor da greve, o dêitico "nosso" manteve o seu sentido nacionalista e genérico. Os leitores outorgavam-se o direito de falar em nome de todos os brasileiros, usando o pronome "nosso" para representar a voz dessa coletividade, da nação, da pátria:

[GLOBO 049]- ... o Governo brasileiro está sendo compelido pelos americanos a abrir o monopólio constitucional, para que eles possam "democraticamente" se apossar da **nostra** tecnologia, do **nosso** patrimônio, do **nosso** mercado, do **nosso** petróleo de boa qualidade

barato e estrategicamente bem situado, através da atuação perniciososa de um cartel internacional.

Neste exemplo, tematiza-se a questão do entreguismo, *topos* que, como vimos, sempre surge nas cartas a favor da greve quando é mencionada a palavra "monopólio". Aqui, a exploração do petróleo é vista como uma atividade de soberania nacional e, acabar com o monopólio equivaleria a "entregar o petróleo brasileiro ao domínio estrangeiro", "entregar a Petrobrás aos interesses multinacionais", "favorecer poderosos grupos econômicos internacionais interessados nos negócios petrolíferos do Brasil".

Outro tema que merece destaque nas cartas a favor da greve, quando o assunto é monopólio, é o valor que a Petrobrás tem para o país. Um exemplo:

[FSP 030]- É inconcebível que um governo que não se aprofundou em recuperar a **história da Petrobrás**, nem tampouco procurou entender o exato valor e os feitos da Vale do Rio Doce, tente apressar a privatização ou venda de um patrimônio absolutamente diferenciado de nosso subsolo.

Nas cartas contrárias à greve, a clássica oposição nosso X deles (nós X eles), sugerida no enunciado "o petróleo é nosso", adquire um novo direcionamento discursivo. O pronome "deles" (e "eles"), que anteriormente designava os estrangeiros, o truste internacional, passa a referir os trabalhadores em greve da Petrobrás, denominados "os donos do petróleo". Como já dissemos, a tematização do entreguismo é eliminada do discurso contra o monopólio. Em contrapartida, surge um novo tema, o corporativismo dos funcionários da Petrobrás. Para os que atacavam a greve, o monopólio não existiria para manter a soberania nacional, mas para manter os privilégios dos petroleiros. Este

argumento é recorrente neste conjunto de cartas. O dêitico "nosso" deixou de referir a nação e passou a significar o grupo de grevistas da Petrobrás. O povo brasileiro foi retirado da posição de enunciador e, em seu lugar, foram colocados os petroleiros em greve. O petróleo não era mais da nação, mas dos petroleiros em greve. Vejamos alguns exemplos:

[OESP 087]- O petróleo é nosso! Mas a Petrobrás é **deles e da CUT**. Até quando o Brasil vai ser refém de privilegiados funcionários das estatais? Privatização já!

[FSP 149]- Antônio Carlos Spis (...) confessa que a greve dos petroleiros é política - em defesa de privilégios (**deles**) e mascarada de econômica.

[GLOBO 169]- Com tão providencial ajuda, foi possível a esmagadora votação de flexibilização do monopólio específico, haja vista que agora, verdadeiramente, podemos dizer que a Petrobrás e o petróleo não são somente **deles**, mas sim, de todos os brasileiros.

[OESP 101]-... o monopólio é da União, não de uma empresa, menos ainda de seus funcionários marajás. E, se **os donos do petróleo** se negam a produzi-lo, poderemos nos contrapor, economizando-o.

[]- Será que esse corporativismo retrógrado da Petrobrás não consegue entender que o **petróleo não é deles**, e sim da Nação?

[GLOBO 174]- ... **O petróleo não é mais nosso**. Somos reféns, não só dos monopólios, mas também de alguns radicais, que colocam a emoção acima da razão.

[OESP 119]-... a Petrobrás não é propriedade da CUT nem do PT. A Petrobrás é propriedade de todos os brasileiros.

Diferentemente do que se poderia esperar, o enunciado "o petróleo é nosso" não surgiu em carta alguma a favor da greve. Este enunciado só veio aparecer no discurso contra o monopólio. No entanto, se, por um lado, o enunciado "o petróleo é nosso" era incorporado ao discurso contra a greve e o monopólio, por outro, os leitores procuravam indicar, por meio de estratégias lingüísticas, que esta seqüência estava "deslocada" nas cartas, pertencia a um outro discurso, ao discurso dos monopolistas. Para tanto, marcavam a alteridade discursiva pelo uso das aspas ou pelo emprego do discurso direto. Nos exemplos a seguir, esse mesmo recurso foi usado para indicar que as expressões "coisa nossa", "propriedade do povo", "patrimônio do povo", e as palavras de ordem "viva a nossa petrobrás" e "ordem e progresso", também pertenciam a um discurso outro.

Inúmeras vezes, logo após a expressão aspeada, os leitores acrescentavam uma glosa ou um comentário, no sentido de tornar ainda mais explícitas as críticas ao discurso estatizante. Esses comentários são adjetivados negativamente ("ridículo!", "as resistências derrotadas de origem espúria", "uma insólita greve", "manutenção demagógica", "falácias muito mais adequadas às repúblicas de bananas") para ressaltar que tanto a greve quanto o monopólio trazem prejuízos à nação, como vemos nos exemplos:

[GLOBO 169]- Nossos agradecimentos à Federação Única dos Petroleiros (FUP), à CUT e demais agregados pela greve de 30 dias, pelo radicalismo, pelo desrespeito à Justiça do Trabalho e pela palavra de ordem **"o petróleo é nosso"**.

[JB 069]- Durante muitos anos fiz parte da legião de defensores do lema “**o petróleo é nosso**” e “**viva a nossa Petrobrás**”. Ridículo! Agora vejo claramente os riscos terríveis deste insólito monopólio.

[OESP 074]- Superada a tese e não havendo mais razão para que persista o lema “**o petróleo é nosso**”, com o sentido de exclusividade monopolística, é de admirar que ainda remanesçam as resistências derrotadas de origem espúria!

[GLOBO 161]- Na década de 40 um movimento popular empolgou as massas : **o petróleo é nosso**. (...) Ninguém poderia imaginar àquela época que algum dia uma insólita greve de petroleiros viesse a prejudicar o povo.

[FSP 147]- Na década de 50, “**o petróleo é nosso**” era uma grande receita. Os barbudos de Cuba davam ibope, assim como o trio “Los Panchos”, que cantando boleros estavam em primeiro lugar. “O petróleo é nosso”. Viva o trio “Los Panchos”! Abaixo a concorrência, a organização, o trabalho, a democracia! Vamos produzir greves políticas pois é fácil: nada se perde e acaba em pizza.

[GLOBO 178]- Graças ao despertar da consciência, a manutenção demagógica de frases como “**O petróleo é nosso**” e “**Propriedade do povo**”, que não passam de falácias muito mais adequadas às “repúblicas de bananas”...

[]- Não está na hora de levarmos a sério o que ocorria com a Companhia Siderúrgica Nacional, também cognominada “**patrimônio do povo**”?

Estes exemplos deixam entrever que um importante argumento utilizado pelos que querem a privatização é o de que o discurso nacionalista, em favor do monopólio, é um discurso velho, retrógrado, ultrapassado, que deve ser deixado para trás, caso contrário não se conseguirá o desenvolvimento. Este argumento fica ainda mais explícito nos exemplos abaixo:

[OESP 074]- ... onde se insere "ordem e progresso", com superposição daquele lema, que poderia ser mais completo: "**o petróleo é nosso porque também somos fossilizados**". Afinal, por terem sua proviniência no estado fóssil, não se sentiriam mais à vontade como retrógados e inimigos do progresso - o que seria, porém, uma contradição com os dizeres da bandeira?

[FSP 145]- A greve dos petroleiros mostra a necessidade urgente de duas providências: privatizar a **Petrossauro** e 'arrumar' um trabalho para Lula e Vicentinho.

[OESP 104]- Estamos em plena vigência da onda de greves do cutismo estatal. estão paradas a **Petrossauro**, a **Eletrossauro**, a **Telessauro** e outras **gigantes estatais** prometem cruzar os braços em defesa de suas mordomias. Se o preço que a sociedade - que votou pela modernização do País - tem de pagar para nos livrarmos desses **mastodontes pré-históricos** é ficar alguns dias sem gás, combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, é muito baixo e devemos pagá-lo com galhardia.

A análise feita aqui com o enunciado "o petróleo é nosso" mostra que as palavras estão vivas produzindo sentidos que, longe de estarem cristalizados, acompanham o momento histórico e cada grupo produz e interpreta os sentidos dentro dessas condições histórico-sociais. Há sempre uma possibilidade de movimento, de transformação do sentido, inclusive para formas lingüísticas muito rígidas como o slogan.

CAPÍTULO 5

A TESE SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE DE ZUMBI

Inserida entre os movimentos sociais urbanos das minorias, a luta dos homossexuais difere da luta de deficientes físicos, índios, negros, mulheres, ou de qualquer outro grupo socialmente excluído. O que torna o desafio dos militantes homossexuais particular é o fato de eles tratarem como política e pública uma questão tradicionalmente relegada à esfera do pessoal e do privado: a sexualidade. A causa que os homossexuais defendem é árdua. Trata-se de tomar as práticas sexuais como algo possível de inscrever no espaço público, trata-se de tornar pública uma instância individual e colocá-la como fato político. Além de reivindicar que a exposição de casais gays no espaço público seja vista como um fato normal, a comunidade homossexual busca ainda tornar enunciável uma prática sexual diferente ao dizer-se sujeito dela. Como diz Foucault (1969:10):

" ... o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar".

Desta forma, para aquele que "se assume" publicamente, ser enunciator de sua própria sexualidade é um dos seus maiores desejos. O discurso da afirmação homossexual tem, portanto, uma grande importância no movimento de liberação sexual e a militância homossexual luta para que seja quebrado o complô do silêncio sobre a homossexualidade.

Neste sentido, passou a ser uma estratégia bastante usada pelo movimento gay em todo o mundo revelar a homossexualidade, real ou imaginária, de personalidades, no intuito de engajar vozes e

experiências à política pela liberação sexual. Essa forma de ativismo político, que busca dar visibilidade à homossexualidade de figuras de vulto, tomou corpo especialmente nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, o nome do antropólogo Luiz Mott destaca-se entre o grupo de pessoas que se alinham com este movimento.

Em maio de 1995, aproveitando a data de comemoração dos 300 anos do fim do Quilombo dos Palmares, Mott, que na época ocupava o cargo de presidente do Grupo Gay da Bahia, resolveu publicar, em jornais de Salvador e São Paulo, um artigo intitulado "Era Zumbi homossexual?". A tese de Mott sobre a homossexualidade de Zumbi já havia sido divulgada cinco anos antes, sem repercursão alguma. Ao relaná-la em mídia nacional justamente no momento em que se comemoravam os 300 anos da morte de Zumbi, Mott foi acusado de estar sendo oportunista, de estar "pegando carona" nas festas comemorativas dos negros. Em entrevista à revista *Veja*, publicada em 31/05/95, Mott responde a essas acusações dizendo que os negros reivindicam a negritude de Machado de Assis e de Mário de Andrade exatamente quando se lembra alguma efeméride dessas personalidades. Na opinião do antropólogo, nada mais justo que também os homossexuais aproveitassem essas ocasiões para chamar a atenção sobre a sexualidade de suas celebridades. De acordo com Mott, no mundo inteiro os movimentos das minorias fazem pesquisas para descobrir os seus heróis e assim diminuir o preconceito. "Precisamos de ídolos, de modelos positivos a nos inspirar. Falar da sexualidade de Zumbi, de Santos Dumont ou da imperatriz Leopoldina é uma tentativa de chamar a atenção da sociedade para as figuras de vulto que são homossexuais.(...) Quanto mais *zumbis*, *santos dumonts*, quanto mais cantores e cantoras baianas se assumirem, menos jovens irão parar nos consultórios psiquiátricos ou se matar com o ego dessintonizado do desejo mais profundo. Eles precisam de modelos positivos para assumir o próprio homossexualismo", declarou Mott.

Nesta mesma entrevista à *Veja*, Mott afirmou que no Brasil existem 15 milhões de homossexuais e, desses, 95% seriam enrustidos. Mott alegava que os homossexuais enrustidos, que ocupam destaque na mídia, poderiam ter um papel importantíssimo para diminuir a discriminação contra a comunidade gay, e aproveitou para citar nomes de vários artistas que seriam homossexuais. Tal atitude foi recriminada pelo público leitor da revista (ver trecho de carta analisado adiante).

O problema de Mott foi justamente fazer do espaço público o lugar de exibição da privacidade de várias personalidades, contemporâneas e do passado. O pressuposto é que o povo não perdoa a "hiperexposição" de atitudes só admissíveis em âmbito estritamente privado, como também não tolera que terceiros "difamem" pessoas públicas, alegando que elas são homossexuais, como fica claro na carta abaixo¹⁴ (grifos nossos):

[Veja]- Não há crime algum em cada um ser o que quer que seja, o que não se pode é deixar de reconhecer a contribuição que cada um dos nomes citados pelo entrevistado nos deu, seja em relação às artes, aos inventos, à cultura etc. (...) O que é inaceitável, é que se exponha a imagem de um Estado e de pessoas que significam muito para muitos brasileiros de forma tão vulgar. O problema não é o que eles são ou deixam de ser, a questão é o que eles representam para todos nós brasileiros. (...) Não vejo defeitos nas pessoas que, por qualquer motivo, seja homossexual, bissexual, heterossexual ou o raio que o parta; pederastia, frescura, vulgaridade é que não combinam com nada. Vergonha tem quem aos outros não envergonha.

¹⁴ Mesmo não fazendo parte do *corpus* inicial da pesquisa, esta carta publicada na revista *Veja* já foi citada e analisada no capítulo 1.

A repercussão do artigo de Mott a respeito da homossexualidade de Zumbi é um dos fatos discursivos em análise neste trabalho. Observamos que, durante os três meses estipulados para pesquisa nos jornais, o número de cartas publicadas na **FSP**, **OESP**, **JB** e **O GLOBO** sobre o assunto foi pequeno, um total de 15 cartas (lembramos que sobre a greve dos petroleiros, num período equivalente, foram publicadas 184 cartas). No entanto, mesmo sem termos quantificado, é importante mencionar que, o número de artigos veiculados nos jornais a respeito do tema foi bastante significativo. Como comemoravam-se os 300 anos da morte de Zumbi, alguns veículos chegaram a publicar cadernos especiais sobre o líder negro, em que falavam a respeito de sua possível homossexualidade. Esse material ficou de fora da análise, tendo em vista o nosso *corpus* se constituir, exclusivamente, de cartas à redação.

Verificamos que o caso "Zumbi" despertou interesse especial em intelectuais, acadêmicos e membros de associações homossexuais. Das 15 cartas escritas sobre o assunto, 40% são assinadas por professores de história, filosofia, antropologia ou membros de associações homossexuais. Nas cartas que levam a assinatura dessas "autoridades", é unânime o posicionamento favorável à hipótese levantada por Mott. Embora as pessoas não concordem explicitamente com a tese do antropólogo, afirmam ser possível a homossexualidade de Zumbi, ou seja, mostram-se abertas a discutir a questão. Já o cidadão comum parece não ter sentido tanta necessidade de se pronunciar sobre a polêmica em torno da homossexualidade de Zumbi. Isso significa que falaram mais especialistas e menos anônimos, provavelmente porque questões da natureza da que estava em debate não têm efeito direto no dia a dia das pessoas. Descobrir quais eram as verdadeiras preferências sexuais de Zumbi não iria alterar o cotidiano da população. Já com relação à greve dos petroleiros, por exemplo, a situação era bem diferente. A paralisação dos trabalhadores da Petrobrás afetou diretamente a vida do cidadão, que, muitas vezes, resolveu manifestar publicamente suas queixas através das cartas à redação.

Vale frisar também que, diferentemente da postura do grupo intitulado acima de "pessoas autorizadas", quando o cidadão comum decidiu escrever sobre Zumbi, foi para colocar-se contra a tese de Mott e contra a prática homossexual. Como mostram os exemplos:

[JB 187]- Aproveito para cobrar das pessoas que fazem campanha contra a discriminação dos homossexuais um pouco de coerência. Afinal, **a homossexualidade é um desvio de conduta e deve ser combatida**. Sempre nas horas de perigo a Igreja teve de guiar o seu rebanho. O papa João Paulo II sempre foi coerente em suas idéias e declarações sobre homossexualismo, aborto, eutanásia, experiências com concepção genética, celibato dos padres, etc.

[OESP 190]- Lendo o jornal, deparo-me com notícias como "Zumbi era homossexual" e "Lampião era homossexual". Os grupos gays sempre protestam contra preconceito, porém, com teses bombásticas desse tipo, só vêm acirrá-lo. **Não posso admitir que minorias, sem nenhuma comprovação, lancem dúvidas sobre a orientação sexual de personagens históricos.**

A estratégia de Mott de rememorar a tese sobre a homossexualidade de Zumbi justamente no momento em que o movimento negro comemorava os 300 anos da morte do herói dos Quilombos funcionou muito bem. Ele conseguiu chamar atenção para o preconceito que os homossexuais sofrem no país e, mais do que isso, gerou uma polêmica que ninguém esperava: deu início a uma disputa acirrada entre homossexuais e militantes do movimento negro, cada grupo

reivindicando para si a imagem do líder africano. O antropólogo chegou, inclusive, a ter sua casa e carro pichados por membros de entidades negras da Bahia, como já foi dito mais acima.

A disputa criada em torno da figura de Zumbi foi tão forte que alguns leitores parecem ter ficado bem mais sensibilizados por ela do que propriamente pela novidade proposta por Luiz Mott. Das 15 cartas escritas comentando a tese sobre a homossexualidade de Zumbi, 40% condenam a reação da comunidade negra contra a tese de Mott. Este é o ato de fala básico presente nas cartas. Espantava os leitores o fato de os negros, que também são vítimas de discriminação, repudiarem a possibilidade de Zumbi ser gay, mostrando claro preconceito contra os homossexuais. Alguns exemplos:

[FSP 195]- O comportamento dos grupos de consciência negra, agressivo, ameaçando Luiz Mott, deixou bem claro que a **homofobia** está presente nas classes marginalizadas. Parabéns Luiz Mott.

[FSP 192]- Essa discussão serve para colocar em cheque **quem é mais discriminado: o homossexual ou o negro?**

Os outros atos de fala presentes nas cartas foram os seguintes: **lembrar que a liberdade de expressão é um direito de todos** e que deve ser garantida (presente em 20% das cartas), **condenar a prática homossexual** (13,33% das cartas), **condenar a tese de Mott** (6,66%), **desmentir a tese de Mott** (6,66%), **responder ao articulista Nei Lopes**, que criticou a tese de Mott e, em paralelo, **reafirmar a tese da homossexualidade de Zumbi** (13,33% das cartas). Vejamos os exemplos:

[FSP 191]- Antes de mais nada, a **liberdade de pesquisa deve ser respeitada**. Se o antropólogo Luiz Mott está certo ou não na sua hipótese de que o líder Zumbi dos Palmares

era homossexual é um tema para ser discutido. Outra coisa, no entanto, é boquear os canais do denate e colocar-se na via única da barbárie.

[JB 187]- Aproveito para cobrar das pessoas que fazem campanha contra a discriminação dos homossexuais um pouco de coerência. Afinal, **a homossexualidade é um desvio de conduta e deve ser combatida.**

[OESP 190]- Lendo o jornal, deparo-me com notícias como "Zumbi era homossexual" e "Lampião era homossexual". Os grupos gays sempre protestam contra preconceito, porém, com teses bombásticas desse tipo, só vem acirrá-lo. **Não posso admitir que minorias, sem nenhuma comprovação, lancem dúvidas sobre a orientação sexual de personagens históricos.**

[FSP 193]- Venho desmentir, como africano que sou e oriundo da tribo dos jagas, a mesma da qual Zumbi é descendente, **as calúnias e difamações infundadas, que estão sendo atribuídas contra Zumbi.**

[Globo 197]- Na reportagem "Antropólogo: Zumbi era gay" (O Globo, 29/04) listei cinco pistas sugerindo que Zumbi era homossexual. Em carta de 3/5, Nei Lopes tratou-me rudemente, qualificando de leviana e sensacionalista minha declaração (...) Se fui leviano e sensacionalista ao dar crédito a essa insuspeita fonte local, a emenda do senhor assessor é bem pior que meu soneto, e o mínimo que posso qualificá-la é de dogmática e racista sexual, pois não tira valor algum de Zumbi o fato de ter sido cocho e ter a mesma preferência homoerótica do maior guerreiro da antiguidade Alexandre Magno.

Nas cartas a seguir, destacam-se os predicados valorativos atribuídos a Luiz Mott (em negrito), ressaltando a sua condição social de professor universitário, homem da ciência e do saber, pesquisador e estudioso ("professor doutor Luiz Mott", "o antropólogo Luiz Mott", "o professor Luiz Mott"). Essa caracterização discursivo-referencial de Luiz Mott tem um efeito positivo no discurso daqueles que se colocam favoráveis à hipótese levantada pelo antropólogo. Explica-se: se quem fala é uma pessoa séria, seu discurso também é sério, merece crédito. A maneira escolhida, nestas cartas, para se referir a Mott exclui naturalmente muitas outras características do antropólogo, que poderiam ter aparecido no discurso, mas que foram "esquecidas", "postas de lado", propositadamente ou não. Por exemplo, poder-se-ia se ter definido Mott como pai de família ou homossexual. Com exceção da carta [198], que faz referência ao fato de Mott ser membro de um movimento de homossexuais, em nenhuma outra a homossexualidade de Mott é mencionada. Isto indica que quem escreve é indiferente, não dá muito relevância ao tema. Provavelmente, os autores destas cartas pertencem a uma formação discursiva que não vê a homossexualidade como problema, isto é, não são preconceituosos em relação ao assunto.

[JB 185]- Fiquei surpreso e decepcionado com a irritação e homofobia com que algumas pessoas se manifestaram a respeito da tese do **professor doutor Luiz Mott** sobre Zumbi. Minha surpresa é com o fato de se achar que "desmoraliza" ou macula a imagem de Zumbi a sugestão de homossexualidade. Em que ser homossexual seria ruim para Zumbi ou qualquer outra pessoa? Imbuídos de uma cultura machista branca, judaica e cristã, personalidades negras beijaram a mão do algoz cultural ao tomarem posição com tanto preconceito. É preciso que se saiba que em outras culturas, e na africana também, há muita indulgência com a prática homossexual.

[FSP 191] Antes de mais nada, a liberdade de pesquisa deve ser respeitada. Se o **antropólogo Luiz Mott** está certo ou não na sua hipótese de que o líder Zumbi dos Palmares era homossexual, é um tema para ser discutido. Outra coisa, no entanto, é bloquear os canais do debate e colocar-se na via única da barbárie. O episódio abre a oportunidade de esclarecer melhor a questão: não se Zumbi era neguinho ou neguinha, mas como estão vivos, aqui e agora, o preconceito e o seu braço direito - a violência.

[GLOBO 198] Quando celebramos os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e sedimentamos o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, cabe ressaltar que independentemente de qualquer orientação sexual, Zumbi vale para todos nós -homossexuais ou heterossexuais, negros ou não-negros - pelo seu ideal de libertação. O **professor Luiz Mott**, militante do Movimento de Homossexuais, busca apontar para a sociedade pessoas de grande contribuição histórica, visando a demonstrar que ser homossexual não é impeditivo para o exercício pleno de um papel social. Assim, como mulher negra e feminista, ao analisar a vida de Zumbi dos Palmares e a causa pela qual foi assassinado, fico à vontade para considerar que Zumbi foi, além de negro, mulher, favelado, deficiente físico, enfim, síntese de todos os excluídos inconformados com a exclusão social.

Nas cartas aqui analisadas, a menção da palavra "homossexualidade" e/ou seus sinônimos, como também termos correlatos transformou-se numa estratégia enunciativa que deixa transparecer a formação discursiva à qual pertence o autor da carta. Neste sentido, foi interessante observar os modos particulares de ocorrência dos termos listados no quadro a seguir. Notamos que alguns utilizam certos termos mais abertamente, o que provavelmente significa que não consideram o que é designado como problemático. Os que usam muitos eufemismos, de certa maneira, consideram a

homossexualidade um problema. A utilização de certos termos demasiadamente escolhidos denunciaria, exatamente pelo cuidado excessivo, atitudes preconceituosas. O cuidado acaba, assim, por afirmar que escolhas não usuais podem ser consideradas sintoma de preconceito ("amor que não ousa dizer o nome", "pecado nefando", "preferência sexual degenerada"). Vejamos o quadro na página seguinte:

Quadro 05 - Variações terminológicas de palavras-chave sobre o caso "Zumbi"

Termos referenciados	<i>FD a favor dos homossexuais</i>	<i>FD contra os homossexuais</i>
- Homossexualismo	- Homossexualidade - Prática homossexual	- Amor que não ousa dizer o nome - Preferência sexual degenerada - Pecado nefando - Agressão total à natureza humana - Hábitos imundos
- Homossexual (ais)	- Comunidade homossexual - Gay e lésbica - Grupo gay	
- Heterossexuais	- polígamos declarados	
- Heterossexualidade		- Costume obrigatório o homem ter esposa como companheira e não outro homem
- Sexualidade	- Orientação sexual - Preferências sexuais	
- Preconceito	- Homofobia - Discriminação	

5.1. A QUESTÃO DA IDENTIDADE SOCIAL: NEGROS X HOMOSSEXUAIS

Do que foi exposto, fica claro que a discussão criada entre negros e homossexuais em torno da imagem de Zumbi mostrou-se essencialmente simbólica. Isto é, a tese de Mott abriu aos homossexuais a possibilidade de também elegerem o líder negro como símbolo da luta contra o preconceito que sofrem na sociedade. Estava em jogo a identidade social de Zumbi. O centro da questão era "descobrir" a que grupo social pertencia Zumbi: ao dos negros, com o qual estava tradicionalmente associado, ao dos homossexuais, ou a ambos? Mesmo possuindo, ao menos supostamente, as duas características, ser negro e homossexual, para os negros, apenas uma dessas características deveria aparecer como representação de sua imagem para o público.

Este fato caracteriza bem a idéia defendida por Maura Penna (1997) de que a identidade social é uma construção simbólica. Para esta autora, a identidade social não é algo dado, algo inerente, isto é, a essência de um grupo ou indivíduo - como muitas vezes o senso comum acredita ser. Penna afirma que as identidades não são algo peculiar a um grupo porque ele é naturalmente assim, mas, ao contrário, as construções são sempre realizadas como um trabalho simbólico do grupo, em sua cultura e com a sua cultura.

Penna não estabelece uma relação direta entre condições de identidade e o real. Em seu modelo, existe uma mediação, constituída pelos processos de apreensão e elaboração simbólica do mundo social. Se esses processos, por um lado, vinculam-se claramente à própria condição (ao ser social), na medida em que essa apreensão está sujeita a diretrizes de natureza social e cultural, por outro lado envolvem a elaboração pessoal (por exemplo através da reapropriação pessoal do esquema de classificação dominante), que embora não seja completamente livre, não deixa por isso de ser altamente significativa.

Segundo Geertz, esses processos de apreensão podem ser analisados em distintos níveis:

"O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidade, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, essas classes não são dadas pela natureza das coisas - elas são construídas historicamente, mantidas socialmente e aplicadas individualmente." (Geertz, 1978: 228-229, apud Penna, 1997).

Desta forma, a compreensão das atribuições de identidade não se esgota numa avaliação de suas relações com a "realidade" do mundo, porque (cf. Penna, 1997) "o mundo é de tantas maneiras quantas ele possa ser corretamente descrito, visto, retratado etc. e não existe uma coisa tal como o modo ou a maneira como o mundo é"- podendo-se considerar "corretamente" em função da possibilidade de apresentar evidências adequadas. Estas evidências, portanto, não devem ser consideradas em termos de "verdade", mas enquanto uma interpretação possível.

"A identidade não está na condição de (...), mas sim no modo como estas condições são apreendidas e organizadas simbolicamente. As marcas de identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas sejam dele selecionadas. Estão em pauta, portanto, os processos de apreensão do mundo social: esta apreensão dá-se, sempre, através de atos de pensamento e linguagem, cujas coordenadas são geradas social e culturalmente." (Penna, 1992: 167)

Assim sendo, Penna (1997) afirma que as identidades sociais podem ser tratadas como uma forma de classificação que delimita grupos. Os esquemas classificatórios orientam a percepção do mundo social, tendo o poder de "fazer ver e crer" (na expressão de Bourdieu, 1979:559). Em termos de identidade, o elemento tanto de coesão (que estabelece o Nós) quanto de diferenciação (a demarcação dos limites do grupo, em contraposição a Eles) é construído: é a classificação que dá o recorte, promovendo tanto um ordenamento (a delimitação de classes e sua relação) quanto uma qualificação

(os atributos de cada classe e sua valoração). Concebe-se a possibilidade de múltiplas identidades sociais, construídas sobre diferentes referenciais disponíveis - ou em outros termos, sobre distintos recortes. Por exemplo, Zumbi pode ser classificado como homem, africano, negro, homossexual, etc.

A identidade social é, assim, uma construção simbólica e redutora, pois resulta de processos de simplificação e focalização. No caso descrito no nosso *corpus*, os negros focalizam apenas o aspecto étnico de Zumbi, enquanto alguns homossexuais passaram a focalizar a orientação de seu comportamento sexual.

Conforme Penna, as lutas por classificações relativas a identidades são lutas por formas de reconhecimento, em torno não apenas do critério de incorporação a uma classe, mas também do valor a ela atribuído, do conteúdo que lhe é dado. São lutas em nível da significação e da organização do mundo, pois as representações de identidade contribuem para fazer e desfazer os grupos, ao mesmo tempo em que dependem, por outro lado, das relações de força que se estabelecem entre eles, nas práticas que cotidianamente os põem em contato e os confrontam. No jogo de reconhecimento, portanto, está em disputa o poder simbólico de estabelecer as divisões legítimas do mundo social.

O jogo de reconhecimento se dá em duas direções, nem sempre coincidentes, que se articulam dinamicamente: a) a auto-atribuição de identidade, o auto-reconhecimento; b) a alter-atribuição, a identidade que é atribuída pelo outro. Assim, a identidade do ator social é resultado de duas definições - a externa e a interna.

Penna explica que as representações de identidade cumprem funções organizacionais no grupo: demarcam seus limites (nós/eles), estabelecem uma comunhão por sobre possíveis elementos de ruptura, criando simbolicamente uma unidade em torno de interesses (materiais e/ou simbólicos) ou mesmo de um projeto comum.

Como as atribuições de identidade estabelecem uma demarcação social e, por conseguinte, espaços de atuação, comportamentos e atitudes legítimas, em suma, as diretrizes que norteiam as interações e as próprias relações sociais, Penna defende que os enunciados que atribuem identidade sejam considerados como um ato ilocucionário, caracterizado pela "realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato de dizer algo" (Austin, 1990:89), pois, tais enunciados fazem uma demarcação, delimitam grupos, incluindo ou excluindo/discriminando, estabelecendo os pares e os "outros" (por vezes "inimigos"), etc. No mínimo, classificam uma ação na medida em que uma categorização, sempre dependente do critério escolhido, organiza significativamente o mundo - através de um ordenamento e uma qualificação - e não apenas reflete uma ordem preexistente.

Enfim, negros e homossexuais lutam contra os valores dominantes que os constituem como grupos estigmatizados na sociedade. Para tanto, buscam dar novos conteúdos à classificação dominante, ou seja, as características étnicas ou de gênero não são negadas, mas são reapropriadas com nova valorização. Dentro do movimento desses grupos, o ato ilocucionário de (auto-) atribuição de uma identidade coletiva reflete a busca de autonomia na definição do mundo social e revela a luta pela "reapropriação coletiva" do poder simbólico "sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria identidade" (Bourdieu, 1989: 125).

5.2. A PREOCUPAÇÃO COM O DISCURSO "POLITICAMENTE CORRETO"

A reapropriação coletiva de construção e valorização de identidade, mencionada anteriormente, é também a meta do movimento "politicamente correto". O movimento por um comportamento politicamente correto vem crescendo no mundo inteiro. Para alguns, ele é resultado da

organização das minorias, para outros, é fruto da crise do racionalismo. O movimento inclui, em especial, o combate ao racismo e ao machismo. Lingüisticamente, tenta tornar não marcado o vocabulário relativo a qualquer grupo discriminado, isto porque, acredita-se, legitimamente, que determinadas formas lingüísticas reproduzem uma ideologia que segrega em termos de classe, sexo, raça e outras características físicas e sociais que podem ser objeto de discriminação (cf. Possenti, 1995a). Ou seja, sob o ponto de vista da linguagem, o movimento busca propor/impor novas formas lingüísticas, menos discriminatórias para o tratamento e referência a grupos étnicos, à mulher, aos homossexuais etc., o que inclui novas formas de categorização e classificação. Enfim, trata-se de uma luta pelo sentido das palavras, luta-se para que alguns sentidos sejam vitoriosos e outros sejam eliminados, através da supressão de certas palavras e sua substituição por outras. Segundo Possenti (1995a), o movimento em defesa do uso politicamente correto da linguagem já produziu fatos discursivos importantes em favor de teses clássicas da AD e, em especial, da afirmação de Bakhtin (1929) segundo a qual o signo não reflete, mas refrata a realidade, tornando-se, por consequência, a arena da luta de classes. Sob o ponto de vista lingüístico, o movimento politicamente correto é um exemplo vivo de que a significação só pode ser explicada através de uma história entendida como resultado da disputa entre grupos.

Em algumas das cartas a respeito de Zumbi aparece a preocupação dos leitores em usar uma linguagem politicamente correta quando se referem aos negros ou aos homossexuais. Vejamos os exemplos:

[JB 186]- Considero que o ano de 1995, consagrado pelo **povo afro-brasileiro** às celebrações dos 300 anos do Quilombo dos Palmares, deve ser marcado pelo espírito de igualdade, tolerância e fraternidade que fizeram da república palmarina, mais que um

simples ajuntamento de revoltados e fugitivos, a alternativa de uma sociedade mais justa para todos os excluídos e perseguidos pela sociedade colonial escravista.

[JB 188]- A propósito da matéria 'Negros e homossexuais disputam Zumbi' (19/05), cumpre esclarecer que as opiniões e atitudes do antropólogo Luiz Mott não podem ser atribuídas à comunidade homossexual, **a qual preferimos chamar de gay e lésbica.**

Como já dissemos, a linguagem politicamente correta busca combater o uso de termos correntes, ideologicamente marcados, propondo a substituição de tais termos por outros, que seriam "neutros" ou "objetivos", considerados não-marcados. Em [186], usa-se "afro-brasileiro" em vez de um termo mais marcado como "negro" e, em [188], afirma-se que é preferível usar "gay e lésbica" no lugar de "comunidade homossexual". Como cor e sexo são as razões da discriminação, a suposição é a de que as palavras escolhidas ("afro-brasileiro", "gay e lésbica") apenas descreveriam origens étnicas e opções sexuais, fazendo com que os discursos passassem a ser politicamente neutros.

Possenti (1995a) explica que a hipótese do movimento politicamente correto parece ser a de que a conotação negativa provém da própria palavra. A tese da Análise do Discurso é a de que a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente (um discurso machista, racista etc). Tal discurso só ocorre se a sociedade for de alguma forma machista, racista etc. Vale dizer, se houver suporte sociológico e histórico na formação social para que haja uma ideologia machista ou racista que se materialize num discurso que contenha marcas características dessas ideologias. Ou seja, o que a AD argumenta é que os sentidos das palavras e enunciados resultam de suas enunciações em discursos que não ocorrem no vácuo, em espaços neutros,

ideologicamente assépticos. Ou, de outra maneira, as palavras significam o que significam por causa de sua história discursiva e os falantes interpretam os textos considerando essas histórias.

Como os sentidos não são os mesmos para os diversos falantes situados em lugares sociais diferentes, teses clássicas da AD ficam confirmadas. Por outro lado, os locutores que usam termos marcados acabam sendo classificados como machistas, racistas, preconceituosos com base em sua prática discursiva, ou pelo menos através dela. Mesmo que não tenham a intenção, isto é, mesmo que eles não se dêem conta, seus discursos, por incluírem determinados termos marcados, produzem efeitos negativos. Além disso, há outro aspecto relevante: alguns falantes se dão conta e outros não, da carga negativa ou positiva de certos termos ou, alternativamente, alguns falantes se dão conta da carga negativa de certos termos apenas quando aplicados "inadequadamente". Foi o caso de Walmir França Santos, que na época da polêmica em torno de Zumbi ocupava o cargo de coordenador cultural do bloco ONG Olodum, da Bahia. Santos declarou que a afirmação de Mott "denegria" Zumbi, usando um verbo que, sob o ponto de vista do movimento negro, é terminantemente proibido por sua forte carga de preconceito.

Voltando a falar do discurso homossexual, Souza (1997) indaga como é possível enunciar uma subjetividade subsumindo-se à palavra do outro, já que discursivamente a construção de uma identidade homossexual está previamente definida pela medicina e pela psiquiatria, pelo direito penal e por domínios correlatos de saber. Conforme cada um desses domínios discursivos, o homossexual é percebido e objetivado como doente, imoral ou infrator. No campo discursivo da moral e dos costumes, encontram-se termos pejorativamente associados às expressões "homossexual" e "homossexualidade" com os quais se procura designar uma patologia-desvio sexual, pederastia, inversão. Muitas dessas palavras, por serem consideradas preconceituosas, depreciativas e até ofensivas, estão banidas do campo discursivo da afirmação homossexual ("bicha", "veado", "fresco",

"boneca", "afetado", "rapaz alegre"). Na expressão de Perlongher, "o multiformismo das condutas e das representações", fazendo pensar antes numa "carnavalização" à Bakhtin, do que numa "construção de identidade" da minoria desviante. Postula-se que ao falar de si, os homossexuais não teriam outra saída senão assujeitar-se ao discurso desse outro. Dir-se-ia que o homossexual não tem discurso, por isso tem de usar o discurso do médico, do jurista, do psiquiatra para se autoreferir.

No entanto, afirmar que discursivamente a identidade homossexual já está previamente definida pelos campos da medicina, da psicanálise e do direito não implica em dizer que os sentidos estão sendimentos, pois eles podem sofrer reconfigurações, resultando em mudanças.

CAPÍTULO 6

A AGRESSÃO À IMAGEM DE NOSSA SENHORA APARECIDA

No dia 12 de outubro de 1995, a televisão brasileira transmitiu, via Embratel, para todo o país, uma cena de agressão a um símbolo da Igreja Católica, cujos efeitos se estenderam por meses a fio, surpreendendo a opinião pública. Nesse dia, a Rede Record de televisão, adquirida quatro anos antes pela Igreja Universal do Reino de Deus, de propriedade do bispo Edir Macedo, exibiu o gesto do bispo Sérgio von Helde, também da Universal, chutando a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Durante sua pregação, von Helde se referia aos descaminhos da fé católica por adorar uma "imagem de barro". Para melhor ilustrar seu ponto de vista, negando qualquer valor sagrado à figura de Nossa Senhora, ele pôs-se a dar pontapés numa imagem que a representava. Tal gesto foi considerado um ato de profanação e ofensa aos católicos, provocando enorme indignação popular e mobilizando em defesa da Igreja Católica não apenas sua hierarquia como também figuras eminentes de praticamente todas as outras religiões.

Vale frisar que, no calendário católico, o dia 12 de outubro é dedicado a Nossa Senhora Aparecida. Desde sua entronização solene como Padroeira do Brasil, em 1931, as homenagens dos fiéis à Santa se repetem, a cada ano. Milhões de católicos de todo o país cumprem promessas e fazem romarias rumo a Aparecida do Norte. As comemorações e festejos recebem cobertura de toda a imprensa. Ao chutar a estátua de Nossa Senhora justo no seu dia, a atitude de von Helde foi considerada um insulto, recebendo a reprovação de toda a população.

De fato, todas as cartas aqui analisadas sobre o "chute na santa", como ficou conhecido o episódio, condenam a atitude de von Helde. Um aspecto interessante a ser ressaltado é a qualidade

ilocutória das palavras usadas pelos leitores para nomear o fato. Uma classificação grosseira mostra que algumas dessas palavras trazem em si a idéia de ação ("o ato", "a atitude", "o gesto"). Em outras, a força ilocucionária é bem maior, pois, as palavras veiculam a idéia de ação pelo uso da força, da violência ("a agressão", "o ataque"). Acreditamos que a escolha da palavra "cena", também presente nas cartas, tenha se dado em virtude do gesto de von Helde ter sido veiculado pela televisão. Arelada a cada uma dessas palavras-chave ("ato", "atitude", "gesto", "agressão", "ataque") sobressai ainda uma adjetivação com forte carga negativa (ver quadros adiante). Muitas vezes, esta adjetivação insinua que o bispo da Igreja Universal é uma pessoa mentalmente desequilibrada, como em: "cena de completo desvario", "ato tresloucado", "gesto tresloucado", "insana ação", "ato de selvageria típico de pessoas metalmente desequilibradas". Em outras, se sobressai o caráter violento do gesto de von Helde: "cena de selvageria inusitada", "cenas de vandalismo e impropérios", "ato de vandalismo", "ato de selvageria", "ato irresponsável, grosseiro", "gesto grosseiro", "monstruoso gesto", "os pontapés", "a violência", "o chute", "a trágica seqüência de acontecimentos". A seguir, expomos de maneira esquemática, isto é, agrupadas em torno de palavras-chave, todas as denominações encontradas nas cartas dos leitores a respeito do episódio "chute na santa":

Palavra chave "CENA"

- uma revoltante **cena**
 - uma **cena** de desrespeito barato a um símbolo de fé do povo brasileiro
 - **cena** de selvageria inusitada
 - **cenas** de vandalismo e impropérios
 - famigerada **cena** de completo desvario
-

Palavra chave "ATO"

- um **ato** inominável e digno de um anti-cristo a espalhar a discórdia
 - **ato** escabroso e escandalizante
 - **ato** de vandalismo
 - **ato** de intolerância
 - **ato** repulsivo e sacrílego
 - **ato** de selvageria típico de pessoas mentalmente desequilibradas
 - **ato** irresponsável, grosseiro e treloucado
 - **ato** antievangélico, anticristão e anti-social
 - **ato** pueril
-

Palavra chave "ATITUDE"

- a **atitude** estúpida do "bispo" que praticou ato pecaminoso chutando satanicamente ...
 - a lamentável **atitude** desse representante da Igreja Universal
 - **atitude** prepotente, despótica e fundamentalista
 - **atitude** que ofendeu a família católica do mundo inteiro
-

Palavra chave "GESTO"

- **gesto** grosseiro
 - **gesto** tresloucado
 - **gesto** mesquinho
 - tresloucado **gesto** do pastor von Helder
 - monstruoso **gesto** do pastor da Igreja Universal
-

Palavra chave "ATAQUE"

- o **ataque** a Nossa Senhora Aparecida
 - os **ataques** de certo "bispo" selfmade à devoção à Mãe de Jesus
-

Palavra chave "AGRESSÃO"

- a **agressão**
 - a **agressão** do iconoclasta tupiniquim
 - a **agressão** à imagem de Nossa Senhora Aparecida
 - a **agressão** à imagem da padroeira
 - a **agressão** à Nossa Senhora Aparecida
 - a **agressão** que a padroeira sofreu
 - a recente **agressão** de um pastor evangélico à religião católica
 - lamentável e grotesco episódio de **agressão** à imagem de Nossa Senhora Aparecida
-

OUTROS

- os **pontapés** de um membro na estátua de uma santa imaginária
 - a **violência** do sr. Sérgio von Helder
 - o **chute** na imagem da virgem, a **violência** do sr. Sérgio von Helder
 - a **trágica seqüência de acontecimentos**
 - a **insana ação** do pastor von Helder
 - o **revoltante episódio**
-

Como vemos, embora a maneira de nomear o episódio do chute na santa seja bastante variada, todas elas têm um ponto em comum, são avaliações negativas do acontecimento. Isso fica ainda mais evidente quando se leva em conta os atos de fala básicos presentes nas cartas: registrar indignação, lamentar, denunciar, reprovar, repudiar, protestar contra a atitude de von Helde. Os exemplos abaixo relacionados servem para ilustrar:

[Folha 219]- Como cidadão, **registro a minha surpresa e indignação** com a atitude prepotente, despótica e fundamentalista do bipo Sérgio von Helde ...

[Globo 283]- Não posso deixar de vir a público expressar meu repúdio ao ato repulsivo e sacrílego do pastor Sérgio von Helde...

[Globo 238]- Nós católicos não vamos nos calar diante desta violência sofrida por Nossa Senhora...

[Globo 260]- Os ex-alunos maristas, cuja educação foi plasmada à sombra de Maria, **lamentam** o ocorrido e afirmam sua inabalável fé nos princípios que um dia lhes foram transmitidos no colégio.

[Folha 223]- Como evangélico, **reprovo** a atitude do bispo Sérgio von Helder.

[Folha 229]- Nós, mulheres, milenarmente excluídas na cidade e nos templos católicos, budistas, judeus, umbandistas, mulçumanos, evangélicos, etc e sem religião, **repudiamos** a intolerância do pastor von Helde...

[Globo 272]- **Protesto** contra a Igreja Universal do Reino de Deus por sua responsabilidade objetiva no caso da Imagem de Nossa senhora protagonizado por um de seus bispos.

[Folha 234]- Externamos o nosso fervoroso **protesto** contra a atitude do "pastor" von Helder, da Igreja Universal.

Como esperado, tendo em vista o fato da atitude de von Helder ter sido avaliada negativamente pelos leitores, a referência ao bispo também lhe são desfavoráveis. Vejamos o quadro e os comentários que seguem:

Sérgio von Helde
- von Helder
- senhor von Helder
- senhor Sérgio von Helder
- senhor von Helder da Igreja Universal
- bispo von Helder
- "bispo" da Igreja Universal
- bispo da Igreja Universal
- "bispo" Sérgio von Helder
- bispo Sérgio von Helder
- bispo Macedo
- o celebrado "bispo" Sérgio von Helder
- certo "bispo" selfmade
- "bispo" que praticou esse ato pecaminoso
- esse pseudo bispo
- cidadão Sérgio von Helder
- esse cidadão da Igreja Universal
- o pastor von Helder
- pastor da Igreja Universal
- pastor Sérgio von Helder
- esse pastor evangélico
- um pastor evangélico

- esse "pastor"
- "pastor" von Helder da Igreja Universal
- o pastor que chutou a imagem da padroeira
- insensato pastor que vomitou impropérios na TV
- um pastor descontrolado
- insano pastor da Igreja Universal
- um líder que se diz religioso
- um funcionário de segundo escalão
- esse representante da Igreja Universal
- iconoclasta tupiniquim
- tresloucado homem
- esse embusteiro

Das 34 denominações encontradas nas cartas para von Helde apontadas acima, chamam atenção os pares contrastantes bispo/"bispo", pastor/"pastor". Diante da variação ausência/presença das aspas, cabe questionar o porquê da variação. Por que em alguns casos aparecem as aspas e em outros não? Explicamos com o exemplo abaixo:

[GLOBO 248]- O "bispo" Sérgio von Helder teve a ousadia de atacar com murros e chutes, como protesto, a santa imagem da padroeira do Brasil, maior nação católica do mundo. É uma afronta abominável que não pode ser perdoada ou esquecida, mas punida com a execração pública desse **"bispo"** e com o rigor da lei.

O autor da carta [248] classifica como uma afronta à maior nação católica do mundo a atitude de von Helde de ter chutado a imagem de Nossa Senhora, padroeira do Brasil. Na opinião desse autor, Sérgio von Helde deveria ser julgado publicamente, dentro dos rigores da lei, pela agressão que cometeu.

Guiando-nos por Authier-Revuz (1992), sabemos que as aspas no exemplo [248] estão sendo utilizadas no intuito de mostrar que o autor do enunciado, além de não se responsabilizar pelo uso da palavra, sugere que se trata, no caso, de um uso inadequado. Isto é, ao aspear a palavra "bispo" o autor estaria questionando se von Helde deveria ocupar o lugar de bispo, já que, ao chutar a imagem de Nossa Senhora Aparecida, teria demonstrado não ser merecedor do cargo que ocupa. Ao agir de tal forma, von Helde teria mostrado ser uma pessoa intolerante, que planta a discórdia entre as religiões. Certamente, não é este tipo de atitude que se espera de um líder religioso. As aspas teriam, portanto, como função questionar o título de bispo concedido pela Igreja Universal a von Helde. Deste ponto de vista, ao empregar este sinal, o enunciador estaria alertando o destinatário. As aspas funcionam como se ele dissesse ao interlocutor que sabe que esta palavra não convém, mas que ele a emprega assim mesmo. Em casos como esses, Authier-Revuz afirma que a forma de abordar o uso das aspas recai sobre uma dimensão negativa, em que o estatuto de não adequação de uma palavra colocada entre aspas pode ser o lugar marcado pela falta.

Ainda é interessante notar que, paralelamente ao emprego das aspas sob a palavra bispo, o autor diz também que a atitude de von Helde "é uma afronta abominável que não pode ser perdoada ou esquecida, mas punida com a execração pública ... com o **rigor da lei**". Se as aspas funcionam como uma tentativa de questionar o cargo que von Helde ocupa na hierarquia da Igreja Universal, destituí-lo (mesmo que apenas discursivamente) do cargo implica na perda de *status*, de poder. Sem os privilégios

institucionais do cargo, von Helde seria uma pessoa comum e, como pessoa comum é que ele seria julgado com o rigor da lei.

Observemos ainda os exemplos seguintes:

[Folha 230]- Acho que **esse cidadão** da Igreja Universal ultrajou não só a fé do povo brasileiro como também o Brasil, que tem nela sua padroeira. Acho que d. Paulo Evaristo Ams e d. Aloísio Lorscheider deixaram de tomar uma atitude condizente com os postos que ocupam, pois poderiam revidar a atitude **daquele cidadão**.

[Globo 236]- "Muito oportuno o editorial da primeira página da edição do Globo do dia 15/10. Resta saber, sobre o episódio, se **o cidadão Sérgio von Helder** seria capaz de chutar um despacho, desses que se encontram em encruzilhadas, com galinha, farofa, cachaça, flores etc... Refiro-me a um "trabalho" autêntico e não uma montagem para fins jornalísticos."

Com relação aos exemplos [230] e [236], é interessante notar que o autores das cartas referem-se a von Helder não como bispo/"bispo", pastor/"pastor", ou simplesmente "von Helder", mas como "o **cidadão** von Helder". O que merece breve comentário.

Roberto DaMatta (1936), discutindo a questão da cidadania no Brasil, afirma que a palavra "cidadão" é usada sempre em situações negativas, para marcar a posição de alguém que está em desvantagem ou mesmo inferioridade.

De acordo com DaMatta, existem sociedades onde os indivíduos são fundamentais, e sociedades onde as relações é que são fundamentais. Segundo ele, o Brasil está incluído nesse segundo grupo. Aqui, o cidadão é um sujeito sem voz, quase sempre maltratado pelas autoridades, que não resolvem e/ou dificultam a solução dos problemas dos indivíduos. Tal fato se evidencia no discurso,

através de enunciados corriqueiros como os que seguem: "o automóvel pertence àquele cidadão"; ou "o cidadão não tem todos os documentos em ordem" (exemplos do autor).

"No caso brasileiro, o cidadão é o sujeito por excelência das leis impessoais (e universais), bem como do poder brutal da polícia, que servem sistematicamente para diferenciá-lo e explorá-lo impiedosamente, tornando-o um igual para baixo, numa nítida perversão do ideário político liberal" (DaMatta, 1936: 72- grifos nossos).

DaMatta explica que, no Brasil, se o indivíduo (ou cidadão) não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade, ele é tratado como um inferior. Mas se ele tem uma ligação forte com o Estado (ou o governo), ele pode ser, então, tratado de maneira diferenciada, privilegiada. É a relação que explica a perversão e a variação do conceito de cidadania no Brasil, que envolve uma prática desigual e efetivamente hierarquizada em termos de sua proximidade do poder.

A velha expressão "sabe com quem está falando?", analisada por DaMatta (1936), revela bem esta realidade brasileira e aponta uma espécie de reverso lógico-social de tudo o que foi dito anteriormente sobre os papéis de "cidadão" e de "indivíduo". Segundo o autor, o que permite o uso desta expressão, bem como determina o seu sucesso ou fracasso, é a possibilidade de clamar e estabelecer uma relação. Explica-se: contra a lei universal, o indivíduo se defende e faz valer sua vontade e suas razões não utilizando para isso uma outra lei universal, mas uma relação pessoal que lhe permite dobrar ou romper a lei. Nestes casos, a lógica é a seguinte: a lei não está errada, mas não se aplica ao sujeito - ou seus protegidos, logo, a lei deve ser esquecida ou anestesiada e o caso particular ressaltado por meio de um relacionamento específico.

Seguindo esta linha de raciocínio, chamar von Helder de "cidadão" ou "senhor" equivaleria à destituí-lo do cargo de bispo, retirando-o da posição privilegiada que ocupa dentro da hierarquia da Igreja Universal e submetendo-o a um tratamento universalizante e impessoal,

funcionamento bastante semelhante ao emprego das aspas em "pastor" ou "bispo". Assim, na hora de julgar von Helde pela agressão que cometeu, não se levaria em conta suas gradações, suas singularidades, seu *status* social. Ele deixaria de ser um "supercidadão" e passaria a ser um "subcidadão", anônimo e desgarrado.

As expressões "bispo selfmade", "pseudo bispo", "esse líder que se diz religioso", "esse representante da Igreja Universal", "esse funcionário de segundo escalão", "esse insensato pastor que vomitou impropérios na TV", "pastor descontrolado", "pastor insano", "embusteiro", "comparsa", "tresloucado homem" procuram também desqualificar von Helde, chamando atenção para o fato de que o gesto praticado por ele não é digno de alguém que tem o título de bispo. Isso ainda aparece em alguns comentários explícitos, como em: "Muita gente está com a Bíblia na mão e não sabe entendê-la", "...ficou a dúvida quanto à sanidade mental desse "pastor", que nem mesmo compreendeu o significado do título religioso que carrega", "ato inominável e digno de um anti-cristo a espalhar a discórdia", "ato antievangélico, anticristão e anti-social".

Já descrevemos como os leitores nomearam von Helde e o episódio do chute na santa, apresentamos, a seguir, de maneira sucinta, como se deu a referência a Nossa Senhora, a Igreja Católica e a Igreja Universal.

Nossa Senhora Conceição Aparecida
- Nossa Senhora
- Nossa Senhora Aparecida
- Nossa Senhora padroeira
- padroeira do Brasil

- protetora do Brasil e mãe de todos os brasileiros
- símbolo de fé do povo brasileiro
- um dos símbolos de maior expressão da fé cristã brasileira
- imagem de Nossa Senhora Aparecida
- a virgem
- a mãe de Jesus
- mãe de Deus
- a mãe do filho de Deus
- a mãe do criador
- mãe de Jesus e mãe nossa
- mãe do céu
- Maria santíssima
- milagrosa santa
- Maria
- Aparecida

Pelo quadro acima, nota-se que, em relação a Nossa Senhora Aparecida, o destaque é para o fato de ela ser considerada a "padroeira", a "protetora do Brasil", ser um "símbolo de fé do povo brasileiro". Os leitores também a denominam como sendo "a mãe de Jesus", "a mãe do filho de Deus", "a mãe de Deus", "a mãe do criador", "mãe do céu". Nem todas estas expressões são, entre si, sinônimas. "Jesus" e "filho de Deus" se equívalem, mas não significam o mesmo que "Deus" ou "criador". Passemos aos quadros seguintes:

A Igreja Católica e os seus seguidores
- Igreja Católica
- Santa Igreja Católica Apostólica Romana
- coletividade católica universal
- a comunidade católica
- família católica
- verdadeiros cristãos

A Igreja Universal do Reino de Deus e os seus seguidores
- seita
- seita do Dr. Edir Macedo
- Igreja Universal
- essa Igreja Universal
- os evangélicos
- os autodenominados evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus
- esses fiéis
- fundamentalistas religiosos
- mercadores da fé

Da mesma forma que são positivas as avaliações feitas pelos leitores em relação a Nossa Senhora, são também positivas as avaliações a respeito da Igreja Católica e dos católicos. Destacamos o fato de os católicos serem considerados membros de uma "coletividade universal", de uma

"comunidade", de uma "família". Eles são considerados os "verdadeiros cristãos", enquanto os evangélicos são tidos como "fundamentalistas religiosos", "mercadores da fé". As avaliações dos leitores para a Igreja Universal e seus seguidores ou são neutras ("Igreja Universal", "os evangélicos") ou negativas (seita do Dr. Edir Macedo, os autodenominados evangélicos da Igreja Universal). Como se observa, não há avaliação favorável alguma.

6.1. OS OUTROS ATOS DE FALA

Como já falamos, a agressão de von Helde à imagem de Nossa Senhora Aparecida foi considerada um ato de profanação e ofensa aos católicos que provocou forte reação da população. Nas cartas dos leitores, essas reações equívalem a atos de fala. O principal deles, presente em todo o conjunto de cartas sobre o chute na santa, como também já foi dito, foi o repúdio à atitude praticada pelo bispo da Universal. Em 12,76% das cartas, além de se mostrarem indignados com o ocorrido, os leitores **pedem a punição** do pastor da Igreja Universal. De acordo com o que argumentam nas cartas, esta punição caberia à Justiça brasileira (exemplos [205],[233], [283],[116]), à própria Igreja Universal (exemplo [293]), ou à Igreja Católica (exemplos [217], [215], [238], [230]). Vejamos os trechos de algumas cartas que põem em evidência tal fato:

[OESP 205] - ... A Justiça brasileira tem, pelo menos, a oportunidade de , em curtíssimo prazo, pôr cobro à aquele que chutou a imagem da Santa e que na polícia firmou não estar nada arrependido.

[FSP 233]- ... Senti como se entrassem na minha casa e chutassem os retratos de meus pais. Que a lei dos homens o condenem. Se ninguém entrar com um processo judicial, eu o farei.

[Globo 283]- ... Sérgio von Helder ofendeu não só os católicos e os nossos foros de cidade civilizada, como feriu a Carta dos Direitos Universais do Homem, a nossa Constituição e as nossas leis penais. É necessário que seja processado e condenado pelas leis penais, pois o seu crime é de ordem pública, não estando ao arbítrio de nenhuma autoridade ignorá-lo e impedir o processo julgamento.

[FSP 218]- Agnóstico e adepto da república laica, me solidarizo com os que viram sua religião estupidamente agredida. É tempo de defendermos a diversidade com educação universal e o rigor da lei justa para os mercadores da fé.

[Folha 217]- ... Sugiro que a Igreja Católica processe criminalmente esse pseudobispo.

[Folha 215]- ... É preciso que as autoridades eclesiásticas tomem uma atitude contra esse gesto grosseiro, ateu, que ofende a família católica do mundo inteiro.

[Globo 238]- Nós católicos não vamos nos calar diante desta violência sofrida por Nossa Senhora, e queremos providências firmes e urgentes por parte de nossas lideranças.

[Folha 230]- Acho que esse cidadão da Igreja Universal ultrajou não só a fé do povo brasileiro como também o Brasil, que tem nela sua padroeira. Acho que d. Paulo Evaristo

Arns e d. Aloisio Lorscheider deixaram de tomar uma atitude condizente com os postos que ocupam, pois poderiam revidar a atitude daquele cidadão.

[Globo 293]- Levando em conta que nossa Senhora da Aparecida é a protetora do Brasil e mãe espiritual de todos os brasileiros, sou de parecer que o pastor Sérgio von Helder deverá ser punido pelo bispo Edir Macedo com a sua transferência para outro país onde existam filiais da Igreja que ele preside.

Aos atos de fala básicos já mencionados (condenar, lamentar, protestar), vão se agregar outros, como: **justificar** o culto à imagens (17,02%), **condenar** o culto a imagens (3,19%), **lembrar** que a liberdade de crença é lei (11,7%), **denunciar** o ataque da Igreja Universal contra os umbandistas (6%), **pedir o perdão** para von Helde (6,38), **comentar** a briga entre a TV Record e a TV Globo (4,25%), **protestar** contra as isenções fiscais que beneficiam instituições religiosas (4,25%), **falar mal** dos evangélicos (8,5%), **protestar** contra o feriado dedicado à Nossa Senhora (3,19%), **falar mal** dos católicos (2,12%), etc.

Comentaremos, a seguir, os contextos situacionais e históricos que permitiram o surgimento dos principais atos de fala.

6.1.1. O CULTO A IMAGENS

Os pentecostais apregoam que não se deve adorar imagens, deve-se adorar apenas a Deus, o "Cristo Salvador". Este é o ponto central do ataque dos pentecostais à religião católica. Este argumento está presente em 3, 19% das cartas sobre o chute na santa que condenam a adoração de imagens, como nos exemplos:

[Folha 223]- Como evangélico, reprovo a atitude do bispo Sérgio von Helder, mas verdade seja dita: "Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura nem algo semelhante do que há em cima nos céus, nem embaixo da terra nem nas águas debaixo da terra" (Êxodo, 20).

[FSP 221]- O peixe morre pela boca. Na sexta-feira d. Alúisio Lorscheider declara à Folha que os católicos fazem adoração à Nossa Senhora Aparecida. No Sábado, a CNBB diz que desde o início do cristianismo os católicos adoram somente a Deus e ao único salvador Jesus Cristo. A Bíblia não dá margem a dúvidas, é só conferir Êxodo 20: 1-6.

Nas duas cartas acima, os autores, apesar de condenarem a atitude de von Helder, colocam-se explicitamente contra o culto às imagens. Para dar suporte aos seus argumentos citam a Bíblia, especificamente a passagem do Êxodo 20:1-6: "Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura nem algo semelhante". A construção sintática da carta [222], abaixo, permite perguntar se o autor condena a adoração de esculturas ou a adoração de "horrendas esculturas", "caricaturas de mau gosto".

[Folha 222]- O chute na imagem da virgem desferido por um pastor descontrolado atingiu milhares de católicos. Mas a mãe do filho de Deus certamente não foi magoada, pois ela está muito acima desses atos pueris. O que certamente a deixa humilhada e triste é ver sua figura ser transformada em horrendas esculturas de gesso. Vendo essas caricaturas de mau gosto de norte a sul, explorando a ignorância do povo é que realmente a humilha. Longe de nós a intenção de defender o gesto inconsequente do pastor.

Enquanto os evangélicos condenavam o culto a imagens, os católicos, por sua vez, procuraram justificar o culto a imagens de santos, em especial, o culto a Maria (17,02% das cartas), argumentando que a questão estaria sendo mal colocada pelos evangélicos, que falavam em "caminhos idólatras da fé católica". Os católicos explicavam que, embora para os pentecostais as imagens dos santos sejam meros bonecos de madeira, na verdade são símbolos que, como todos os demais símbolos, têm que ser respeitados.

[Globo 260]- Vive-se um tempo de insanidade. **Numa demonstração de ignorância religiosa, se desconhece o sentido do que a imagem representa para o devoto.** Os ex-alunos maristas, cuja educação foi plasmada à sombra de Maria, lamentam o ocorrido e reafirmam sua inabalável fé nos princípios que um dia lhes foram transmitidos no colégio.

Em suas cartas, os católicos procuram mostrar a distinção que fazem entre "idolatria" e "culto" e entre "adorar", "venerar" e "reverenciar". Afirmam que os evangélicos, cometendo um equívoco grave, por ignorância e má fé, acusam-os de adoração de imagens. Os católicos negam que fazem adoração a imagens ou que atribuem poderes divinos a tais imagens. Os exemplos:

[Globo 253]- O artigo da sr^a. Sandra Cavalcanti (22/10) foi um libelo contra os detratores de nossos símbolos e de nossa fé. O que mais me agradou foram seus conceitos de **distinção entre o que nós, católicos, entendemos ser idolatria e culto.** Em seis oportunidades explicou essa distinção e acrescentou: "Para nós, quem opera curas e restaura as almas é Nosso Senhor Jesus Cristo, nosso Salvador".

[Globo 281]- Diante das agressões feitas à imagem de Nossa Senhora Aparecida, devemos lembrar os ensinamentos da Santa Igreja sobre a veneração de imagens sagradas. O Catecismo da Igreja Católica ensina que : "A honra prestada às santas imagens é **uma veneração respeitosa, e não uma adoração, que só compete a Deus**". "

[Globo 249]- O sr. von Helder, ao proferir o "sermão" televisionado dia 12, eivado de inconformismo religioso e até de desrespeito ao Código Penal, demonstrou uma crassa ignorância da doutrina católica, pois **os santos não são adorados, mas simplesmente reverenciados** como pessoas excepcionais, que durante a vida terrena se destacaram pelas suas virtudes.

[Globo 254]- Poderia dirigir-me diretamente a Sandra Cavalcanti, elogiando o seu belo artigo (O Globo, 22/10). Preferi, entretanto, fazê-lo publicamente ... Lá está a professora ensinando exaustivamente a diferença entre idolatria e culto, a todos aqueles que, **por ignorância ou má-fé acusam os católicos de serem adoradores de imagens**. Ninguém poderá dizer que ainda lhe resta alguma dúvida. Deixa claro, também, que a **nossa religião reconhece que só Deus opera milagres** e que, para obtê-los recorreremos muitas vezes à intercessão de Nossa Senhora e dos santos.

[Globo 256]- A divergência entre católicos e evangélicos está mal colocada no contexto. **A Igreja Católica condena a adoração de imagens como se estas fossem a própria santidade ou possuidora de emanções transcendentais**. O exagero é fruto da mística religiosidade popular. O cerne da questão, na verdade, é o culto aos santos. A reforma protestante (Lutero e Calvino) formulou que só Deus possui a plena consciência de quem são as almas santas. Os homens, por não terem acesso a esse descortínio, devem orar

apenas a Deus. A Igreja Católica admite e reconhece a santidade, tendo em Maria a sua expressão maior. Contudo, o atendimento das preces cabe apenas a Deus e sua santa e inefável trindade.

[Globo 258]- Vamos acabar de vez com esta lenga-lenga de que se adora um pedaço de madeira esculpido. É lógico que não se deve adorar imagens. O Velho Testamento o proíbe, porque os israelitas passaram a adorar a estátua de um bezerro em ouro. Mas quando o mesmo deus assumiu feições humanas, foi amado entre nós. Por que não lembrar suas feições e as da sua mãe? Os ortodoxos e os anglicanos têm imagens para veneração nas próprias igrejas. Os budistas também. Os israelitas respeitam e veneram a palavra de deus escrita nos rolos sagrados custodiados em cada sinagoga. Os mulçumanos veneram a pedra preta da Kaaba, em Meca. O pedaço de madeira em forma de cruz nas igrejas de von Helder também não é adorado? Na verdade, para ter prosélitos, os crentes têm que fazer alguma crítica à Igreja Católica.

[Globo 263]- Nossos amigos evangélicos equivocam-se gravemente num ponto: os católicos não cultuam imagens de santos. Se elas existem, é para dar ao fiel um testemunho de fé sobre suas vidas na Terra e para servirem de exemplo por seus belos atos.

[Globo 270]- ... Ora, ninguém adora imagens de santos só se adora Deus. Se na Bíblia encontramos passagens que condenam fazer imagens, quer de pessoa, quer de animais, (cf. Ex 20, 2-5ç Dt 4.16-24ç S1 96.7ç Is 44, 9-20), é explícito que a proibição de deus era de fazer imagens para adorá-las como deuses (cf. Ex 20, 5: "Não adorarás tais coisas"ç LV 26,1 "Não fareis ídolos (...) nem imagens de escultura (...) para adorares"). Tanto assim que encontramos também na Bíblia passagens em que Deus manda fazer imagens, como, por

exemplo, Ex 25, 18-22: "Farás também dois querubins de ouro batido etc". Que significa isso? Significa que deus proíbe a idolatria (inclusive a idolatria do dinheiro) e não as imagens em si. No Ocidente, já o Papa São Gregório Magno (590-604) tinha insistido no caráter didático das pinturas nas igrejas e acentuava que essa contemplação devia levar à adoração da única e onipotente Trindade Santíssima. Foi neste contexto, como disse o Papa João Paulo II, que se desenvolveu, de modo particular em Roma durante o século VIII, o culto das imagens dos santos, dando lugar a uma produção artística admirável.

[Globo 274]- Como já foi muito bem explicado pelo presidente em exercício da CNBB, dom Jayme Chemello, **nós, católicos, não adoramos imagens, apenas veneramos o que elas representam**, como fazemos com o retrato de nossa própria mãe e/ou de outros entes queridos

[Globo 282]- A Igreja Católica não adora ídolos, ela admite, por ser um hábito popular, o uso de imagens que induzem os fiéis a maior contrição e fervor no exercício da fé. O povo católico, intimamente, percebe esse sentido, não adora imagens, usa-as para, através delas, contritamente externar a Deus e aos Santos o sentimento que tem no coração. Isto é religiosidade.

6.1.2. A LIBERDADE DE CRENÇA

Um dos principais argumentos levantados pelos leitores condenando o chute do bispo à santa é a de que a liberdade de crença é universal e, inclusive, assegurada por lei. Este argumento aparece em 11,7% das cartas.

[FSP 229]- Nós, mulheres, milenarmente excluídas na cidade e nos campos, católicos, budistas, judeus, umbandistas, mulçumanos, evangélicos etc e sem religião, repudiamos a intolerância do pastor von Helder diante do **direito universal de ter ou não uma expressão religiosa.**

[FSP 231]- A Comissão Nacional de Direitos Humanos da B'nai B'rith do Brasil, entidade judaica que combate o preconceito, a discriminação e a intolerância, não poderia ficar calada diante de atitudes como a do pastor von Helder. Objetos de culto sagrados para determinada religião ou denominação religiosa, devem ser respeitados e protegidos. **A busca de deus é um direito do homem e a liberdade religiosa é uma das maiores conquistas do povo brasileiro garantida inclusive pela Constituição.**

[FSP 234]- Externamos o nosso fervoroso protesto contra a atitude do "pastor" von Helder, da Igreja Universal. **A liberdade religiosa deve ser preservada** contra atitudes de tão baixo nível como as praticadas por esse embusteiro que vive da exploração de pessoas ingênuas.

[Globo 287]- Que o pastor tenha protestado contra a existência de um feriado dedicado a um culto não reconhecido pelos seus seguidores é admissível, pois está dentro do seu **direito de liberdade de expressão, garantido pela Constituição brasileira.** Mas agredir uma imagem sagrada (não pela imagem em si, mas pelo que ela representa) é inaceitável, pois fere os sentimentos de milhões de católicos, o que **configura crime contra o sentimento religioso, previsto no Código Penal.**

[Globo 290]- Com referência ao acontecimento do dia 12 de outubro na TV Record, nós, abaixo assinados, vimos trazer os nossos protestos quanto às atitudes antidemocráticas

presenciadas com **total falta de respeito aos direitos garantidos pela Constituição de se professar a religião escolhida.**

[FSP 214]- Cenas de vandalismo e impropérios denotam o desrespeito de pessoas que se dizem encarregadas de tornar a Bíblia a trilha da vida. **Graças a Deus temos uma Constituição, que no seu art.5º, inciso VI, nos garante a liberdade de crença.** Sem ela, pelo visto, reinaria a barbárie.

[Globo 244]- A recente agressão de um pastor evangélico à religião católica é brincadeira de criança perto do que os pastores fazem em suas igrejas, longe das câmeras de TV. As pessoas que para lá vão em busca de apoio espiritual passam por um processo de lavagem cerebral para acreditarem que tudo que é diferente de sua religião é coisa do diabo. **O diabo está apenas nas cabeças dos intolerantes que não aceitam as opções individuais.**

[Globo 279]- O que praticou esse pastor evangélico na TV Record foi um ato de vandalismo, ferindo os nossos brios e os nossos sentimentos religiosos e **atentando contra a Constituição e a lei penal: vilipendiar, publicamente, ato ou objeto de culto religioso.**

[Globo 259]- A atitude do senhor Sérgio von helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, é **um atentado à liberdade de expressão religiosa assegurada na Constituição.** O que me parece é que ele queria chamar atenção ou mesmo promover-se às custas de Nossa senhora Aparecida.

6.1.3. O PERDÃO CATÓLICO

Em 6,38% das cartas, leitores-católicos pedem para que os seis irmãos de religião perdoem a atitude do bispo von Helde, demonstrando o verdadeiro espírito cristão.

[165]- Que se atenda ao Santo Padre, o Papa, neste lamentável e grotesco episódio da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida. Fuja-se da idéia de represálias. Não é sentimento cristão.

[166]- Quero pedir calma a todos os brasileiros pela agressão que Nossa Senhora padroeira sofreu. A vingança não faz parte do Reino de Deus, que, apesar de tudo, perdoa esses fiéis.

[167]- Como católico convicto de minha fé, expresso-lhe o desejo de 'perdoar setenta vezes sete' (Mateus 18,22) e de 'amar os inimigos, fazer o bem aos que amaldiçoam, orar pelos que caluniam ' (Lucas, 62, 7).

6.1.4. O ATAQUE AOS UMBANDISTAS

Os ataques dos pentecostais às demais religiões e cultos não são novidade. São até bastante conhecidos. Os pentecostais não rivalizam com os evangélicos tradicionais, como os batistas e os luteranos; voltam-se sobretudo contra os cultos afro-brasileiros, especialmente a umbanda, pela concorrência que esse tipo de religiosidade exerce entre o rebanho mais pobre. O bispo Edir Macedo vem mantendo uma espécie de guerra santa contra as linhas religiosas da umbanda e do candomblé.

Depois do advento do televangelismo, qualquer telespectador pode assistir em casa aos pastores fustigando outros cultos, que consideram demonolatria.

Por serem seus concorrentes diretos, a Umbanda, o Camdomblé e o Kardecismo são alvos constante de ataque da Igreja Universal. As cartas abaixo constituem uma tentativa de alguns leitores, declaradamente umbandistas, de denunciar os ataques verbais dos pastores da Igreja Universal contra sua religião. Nestas cartas, eles lamentam o fato de que só após a agressão do pastor von Helder a um símbolo da Igreja Católica é que as pessoas começaram a tomar conhecimento da maneira como os pentecostais agem em relação às outras religiões. Na avaliação desses leitores, a repercussão que o episódio do chute na santa obeteve mostra claramente o privilégio da religião católica sob as outras religiões no país e o descaso da sociedade e da imprensa com os problemas enfrentados pela Umbanda junto à Igreja Universal. Em suas cartas, eles procuram denunciar, acusar os evangélicos. Os exemplos:

[OESP 209]- Embora concorde plenamente com a indignação de toda a nação com o fato de o pastor von Helder ter chutado a imagem de Nossa Senhora, causa-me profunda tristeza ver reafirmada a tendência de "dois pesos, duas medidas" mostrada pela imprensa e sociedade. Digo isto pois sou umbandista e há muito **os umbandistas e todo o povo espírita sofrem diariamente ofensas gratuitas da Igreja Universal**, mas nunca se ouviu uma voz se levantar contra isto. Ou será que a Igreja Católica merece mais respeito que outras religiões? Penso que não.

[Globo 239]- Até quando, nós, umbandistas, teremos nossos centros invadidos e depredados por esses senhores e seus seguidores? Urge que sejam tomadas providências contra os diretores da igreja. Ou será que teremos que invadir os seus templos

e quebrar tudo, para que eles entendam que cada um tem o direito de acreditar no que quiser, seja católico, espírita, mulçumano, enfim, tenha a religião que tiver.

[Globo 241]- Em boa hora um pastor da Igreja Universal lembrou de agredir valores espirituais católicos. Vê-se a gritaria universal que provocou, não só entre católicos como também entre protestantes, judeus etc. **Todavia há anos que esse mesmo grupo de fanáticos agride os valores do povo da Umbanda** e em tempo algum se levantaram vozes em apoio à religião agredida.

[Globo 265]- Achamos inconcebível o comportamento do pastor Sérgio von Helder. **Mas há quanto tempo essa Igreja Universal vem agredindo a fé de milhões de brasileiros.** Há quanto tempo vem agredindo a dignidade e o direito à liberdade de religião de grande parcela de nossa sociedade? Resposta: desde sempre. Só que as religiões atingidas são as de origem africana. E essas religiões, embora congreguem um número imenso de seguidores, jamais mereceram das autoridades religiosas, do direito e da comunicação, qualquer menção de desagravo.

6.1.5. O ENVOLVIMENTO DAS TVS GLOBO E RECORD

A "guerra santa" brasileira de 1995 provocou uma controvérsia pública, ocupando grande espaço na imprensa por causa da diversidade de atores sociais envolvidos, que incluía, além das Igrejas Católica e Universal, as redes de televisão Globo e Record.

Após o chute na santa, a Igreja Católica mobilizou a opinião pública contra a Igreja Universal, pedindo ao governo que cancelasse a concessão da Rede Record. Do seu lado, a Rede Globo

de Televisão tornou-se agente importante no confronto entre católicos e pentecostais, porque não passava despercebido da Globo o crescimento da audiência da Rede Record, que já contabilizava um aumento significativo no seu número de emissoras, ameaçando um mercado até então dominado tranquilamente pela Globo.

O episódio do chute na santa foi incansavelmente divulgado pela Rede Globo de televisão, que retransmitiu as cenas várias vezes em horário considerado "nobre", inclusive pelo *Jornal Nacional*. Reportagens sobre os métodos de recrutamento dos pastores e da clientela da Igreja Universal foram exibidas pela Globo, além de uma série de vídeos fornecidos por um ex-pastor dissidente da Igreja, Carlos Magno de Miranda, em que se divulgavam cenas da intimidade do bispo Edir Macedo, chefe da Igreja Universal, em situações domésticas e em momento de lazer, em meio aos quais frases inescrupulosas sobre como "arrancar dinheiro dos fiéis" eram ditas em tom jocoso como "lições" dadas aos pastores sobre as formas de angariar recursos para a Igreja. O pastor dissidente não se limitaria, porém, a fornecer à emissora, para divulgação, esse material, mas continuaria a apresentar novas denúncias contra a Igreja Universal em outros veículos de comunicação, inclusive publicações de grupos do próprio meio evangélico.

As alegações, centradas sobretudo na compra da TV Record, envolviam desde conluios escusos com o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello e o tesoureiro de sua campanha eleitoral, Paulo César Farias, até ligações com o narcotráfico colombiano, que teria financiado parte da dívida do bispo Edir Macedo, contraída por ocasião da compra da emissora. Mais tarde, o envolvimento com políticos malufistas também viria à tona, ao lado de acusações de negociação de favores com o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta. A isso tudo se seguiria um inquérito da Polícia Federal para apuração das possíveis fraudes, inclusive financeiras, em que se encontraria envolvida a Igreja Universal, desencadeando-se a partir daí operações que contaram com a cobertura da

Procuradoria da República, de técnicos da Receita Federal e do Banco Central, além de uma ampla repercussão na mídia. Tudo isso representava um desdobramento (nem tão inesperado) das batalhas que se travavam entre a TV Globo e a TV Record já por alguns meses, em meio a uma verdadeira guerra de imagens que agora apenas recrudescia.

Em meados de 1995, a TV Globo transmitia a polêmica minissérie *Decadência*, cujo personagem principal era um pastor sem escrúpulos, interessado apenas em dinheiro. As comparações que a Globo fazia entre o personagem da minissérie e Edir Macedo eram evidentes, irritando os membros da Universal, como ilustra a carta abaixo:

[158]- Fiquei envergonhado, como leitor do Globo, de ver estampada na primeira página do jornal uma "santa" burrica, ao tentarem fazer paralelo entre a Constituição federal e um ídolo. Se acaso as santas escrituras dissessem o que está insinuando a charge do Aroeira, não resta a menor dúvida de que os evangélicos respeitariam, pois importa servir a deus e não aos homens. Mas a Bíblia sagrada recomenda obedecer às leis do país. **Agora, a TV Globo passou o ano todo atirando ofensas na Igreja evangélica na Escolinha do Professor Raimundo e na minissérie "Decadência", mas não aguenta a recíproca.**

A ira dos pastores da Igreja Universal contra Roberto Marinho ganha um peso ainda maior quando se sabe que o presidente das Organizações Globo mantém estreitas ligações com a ala conservadora da Igreja Católica, que vem perdendo fiéis para a Igreja de Edir Macedo e, por isso mesmo, não vê com bons olhos as iniciativas da Igreja Universal na televisão. O episódio do chute na santa só veio acirrar a briga entre a Globo e a Record e entre católicos e pentecostais. Após o chute na santa, o ataque direto da Globo à Igreja Universal, mediante a divulgação de suas práticas profanadoras e de seus negócios escusos, desencadearia não só a reação católica como também a reação defensiva

dos próprios evangélicos. Como se vê, a "guerra santa" brasileira tinha como pano de fundo um componente inteiramente profano, o conflito entre a Rede Globo e a Record. Os conflitos entre Igreja Católica, Igreja Universal, TV Globo e TV Record envolvem interesses religiosos e comerciais fortemente imbricados. As cartas abaixo selecionadas põem em destaque estas ligações:

[Globo 245]- A Rede Record não deveria ter tapado o sol com a peneira, pois todos sabemos que a Igreja Universal é dona de mais da metade da emissora. Sendo assim, põe no ar o que quer. Mas isso não lhe dá o direito de invadir nossas casas com insultos a qualquer que seja a religião nem acusar a **Rede Globo** de ser a principal causadora do problema.

[Globo 240]- Na capa da edição nacional 183 do jornal da **Igreja Universal**, "Folha Universal", constatamos afirmativa que vai contra os preceitos verdadeiramente cristãos, **quando a liderança daquela igreja se declara em guerra contra a Rede Globo.** Lembramos aos nossos irmãos evangélicos e católicos que a divulgação da nossa fé é sem guerra. Nem por força, nem por violência.

[Folha 226]- Foi monstruoso o gesto do pastor da **Igreja Universal**. Por quase nada, **os seguidores da Universal querem processar a Globo.** Já pensou se os milhões de católicos processarem a **Universal**?

Um outro problema levantado pelos leitores é a isenção fiscal concedida às TVs que, no caso, estaria beneficiando a Rede Record. No Brasil, a autoridade pública regula todo tipo de organização, instituição privada, sociedade de negócios, sociedade beneficente, sociedade sem fins

lucrativos etc. Somente as organizações religiosas, mais especificamente as igrejas, gozam de privilégios especiais no que tange à sua regulação pela autoridade pública.

À medida que o Estado se torna crescentemente controlador da sociedade, e todos experimentam isso sem ter como evitar, é natural que as isenções das igrejas se tornem altamente visíveis, e por isso mesmo, incomodativas (Robertson, 1981). Muitos perguntam se agentes econômicos não-religiosos, empresários operando p.ex. em certos tipos de serviço, não estariam usando o rótulo de "religiosas" ou "pastorais" em suas atividades apenas para tirar vantagem das mordomias concedidas às religiões. Parece estar-se tornando um problema sério esse diferencial entre a regulação estatal que incide sobre as organizações religiosas e a que atinge as não-religiosas.

Em outras palavras, estamos diante dos efeitos do "diferencial regulatório", de que fala Thomas Robbins (1988) e que ajuda a explicar por que boa parte das acusações e ações legais movidas contra a(s) igreja(s) por agentes não-religiosos são interpretadas pelos grupos religiosos, direta ou indiretamente implicados, como atos de perseguição religiosa.

Nas cartas transcritas abaixo, o leitores põem em evidência o problema das isenções fiscais das igrejas:

[OESP 203]- A história do chute na imagem da virgem é de deixar qualquer um com medo do que pode vir a acontecer ao Brasil. É preciso pôr fim a uma cretinice de guerra de religiões. Boa maneira é **acabar imediatamente com as isenções fiscais que beneficiam todas as agremiações religiosas**, motivo que inspirou o ex-fiscal fazendário Edir Macedo a abrir seu negócio. Existe hoje até "franchising" da Igreja Universal, com regras que estipulam o tipo de carro que o "bispo" deve usar. Abrir igreja também é excelente forma de lavar dinheiro, pois é quase impossível verificar quanto dinheiro realmente entra.

[154]- A Constituição Federal concede imunidade tributária a templos de qualquer culto (art. 150. VI b). O art. 5º, VI dispõe que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias. Há que se entender que um templo de culto não pode ser equiparado a um palco de teatro, onde um cidadão lê trechos do Velho Testamento e, levantando vivas a Jesus, interrompe a leitura para iniciar a coleta de donativos, pedindo a pessoas colocadas estrategicamente no auditório que contem "milagres" obtidos, após a doação realizada. Processa-se essa coleta de manhã, de tarde e de noite, sem parar, mudando apenas os leiloeiros, pois os participantes do culto são estimulados a fazer sua doação pelo lance mais elevado, geralmente R\$ 50 descendo até R\$1, deixando claro que quem não pagar o tributo não obterá "milagre". **Um templo com as características apontadas não pode gozar de imunidade tributária.**

O autor da carta [203] menciona que o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal e dono da TV Record, foi um ex-fazendário fiscal. Não deixa de ser curioso alguém se referir a um bispo lembrando o fato de ele já ter sido fiscal da Fazenda. No Brasil de tempos atrás, isso causaria ainda mais estranheza. Hoje, essa lembrança reflete o fato de as religiões estarem se privatizando.

Não é segredo para ninguém que as igrejas pentecostais são gerenciadas abertamente como empresas. O próprio recrutamento de clero obedece a um modelo empresarial de tipo *franchising*, uma vez que os pastores adquirem seus postos mediante contrato com a igreja, com cláusulas bem definidas de obrigações e direitos, e cuja rescisão pode até mesmo dar lugar a processos trabalhistas. Assim, a fé e os negócios demonstram poder sem dificuldade caminhar no mesmo sentido, coisa com a qual não se podia sonhar tempos atrás.

De acordo com a revista *Veja* (17/07/91), desde 1977, época em que foi fundada, até 1991, a Igreja Universal do Reino de Deus reunia um império de 850 templos espalhados pelo país, e sete no exterior, catorze emissoras de rádio, uma construtora no Rio de Janeiro, uma gráfica e a TV Record de São Paulo.

No Brasil, as seitas pentecostais continuam a se multiplicar e a se subdividir velozmente. Segundo a mesma reportagem da revista *Veja* referida acima, em 1941 elas representavam apenas 9,5% dos protestantes, em 1991 mais de 80% das denominações evangélicas eram pentecostais. Ainda de acordo com *Veja*, calcula-se que a Igreja fature, por ano, 150 milhões de dólares, suficiente para colocá-la entre as 300 maiores empresas privadas do país. Cada um dos 1,5 milhão de fiéis dispõe de um carnê do qual destaca o pagamento do mês, equivalente a 10% de sua renda líquida, o célebre dízimo da Bíblia.

Foi no pentecostalismo que se colocou mais decisivamente a questão do pagamento da religião. A Igreja Universal inova muito em matéria de comportamento religioso, especialmente quando concebe abertamente a igreja como empresa econômica e a religião como fonte de lucro e enriquecimento pessoal. Além do dízimo, em muitas igrejas, a maior parte do culto se realiza em torno de arrecadação de ofertas. Ricardo Mariano (1996) escreve que o neopentecostalismo tem como característica "pregar e difundir a teologia da prosperidade, defensora do polêmico e desvirtuado adágio franciscano 'é dando que se recebe' e da crença de que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos terrenos". No pentecostalismo original, a pobreza nunca foi considerada virtude, nem nunca se fizeram elogios à pobreza, nem lhes deram significado redentor. "Antes, ansiavam superá-la no paraíso, já que viam este mundo como um vale de tormentos e sofrimentos. (...) A teologia da prosperidade subverte radicalmente isto, prometendo prosperidade, redenção da pobreza nesta vida" (Mariano, 1996). A

prosperidade está aberta a todos, mas em troca é preciso que se dê o que se tem para a igreja. Quanto mais se dá para Deus, mais se recebe, e isso não é retórica. São inúmeras as estratégias e os jogos operados pelos pastores nos cultos para extração do dinheiro. O ato de dar o dinheiro, com a certeza de que ele vai voltar acrescido, é um gesto do investidor. Para os crentes de negócio, os pequenos empresários, os desejosos de se estabelecerem, a nova religião oferece possibilidades de progresso mais ambiciosas: é possível fazer de Deus um sócio nos negócios e prosperar sem limites, como avalia Mariano. Nas cartas abaixo, os leitores escrevem que consideram a Igreja Universal do Reino de Deus, na realidade, um negócio, uma empresa.

[OESP 204]- Estratégia diabolicamente bem bolada essa do bispo Edir Macedo, atraindo a atenção da mídia para sua **empresa**, por meio de um ato escabroso (...) Consegue assim mascarar-se com uma atitude de pseudo-humildade cristã que visa única e exclusivamente, atrair a simpatia do público em geral para sua **causa político econômica**, num momento em que, genialmente por ele manipulados, teve todos os órgãos de imprensa para si direcionados.

Talvez a grande mudança que essa religião promove entre seus fiéis esteja no convencimento de que todos deixarão realmente de ser pobres, o que inequivocamente quebra uma tradição de resignação muito arraigada e muito imobilizadora. Ainda que as explicações sejam pouco condizentes com o mundo moderno, e neste sentido tal ação é antipedagógica, ainda que ela promova uma subordinação à religião e uma dependência do crente ao pastor até mais grave que a exploração real a que está submetido pelo sistema de dízimo e ofertas sem-fim, o que pouco ou nada aproxima os crentes dos ideais de cidadania, é inegável que a religião consegue oferecer um mecanismo de administração da vida que parece promover melhorias na vida do crente.

CONCLUSÕES

Esta conclusão difere um pouco das tradicionais conclusões de teses porque não constitui uma retomada sistemática do que se fez em outras partes. Fruto de uma visão geral dos três *corpora*, ela aponta para fatos discursivos gerais que se manifestam nas cartas à redação quando se trata de assuntos da esfera pública ou da esfera privada.

Como vimos, a correspondência jornalística aqui estudada diz respeito a temas polêmicos, que apontam para situações de conflito entre grupos sociais distintos. Nas cartas, além de se definirem como pertencentes a determinado grupo, os leitores procuram legitimar o ponto de vista de seu grupo através de **atos de fala básicos**.

No caso da greve dos petroleiros, sabemos que a discussão dizia respeito não apenas a reivindicações salariais de classe, mas, em especial, à questão do monopólio do petróleo. Os principais atos de fala presentes nas cartas incluíam a defesa e o ataque ao monopólio. Criou-se, de imediato, uma disputa, um combate entre privatistas X não-privatistas. Enquanto os não-privatistas **defendiam** o monopólio do petróleo e **acusavam** os privatistas de entreguismo, estes últimos **lutavam** pela privatização da Petrobrás e **atacavam** os petroleiros, acusando-os de corporativismo e de estarem agindo em defesa de seus privilégios. Estabeleceu-se, assim, um jogo de interesses políticos entre esses dois grupos que passaram a discutir idéias divergentes entre si.

No "caso Zumbi", os leitores escreveram especialmente para **condenar** a reação da comunidade negra contra a tese de Mott e para **combater** o(s) preconceito(s) presente(s) na sociedade. Como vimos, a tese do antropólogo Luiz Mott sobre a possível homossexualidade de Zumbi dos Palmares deu início a uma disputa acirrada entre negros e homossexuais, cada grupo reivindicando para si a identidade social do líder negro. Estava em pauta um problema de identidade e de auto-afirmação

de grupos minoritários. Como negros e homossexuais são freqüentemente discriminados na e pela sociedade, buscam, cada vez mais, conquistar, manter e ampliar seu espaço social.

Já no caso do chute na santa, a atitude do bispo Sérgio von Helde provocou uma forte reação na comunidade católica de todo o país. Os leitores escreveram para **denunciar/condenar** a agressão de von Helde e, paralelamente, para **defender** suas crenças religiosas. A rivalidade envolvia católicos e evangélicos.

Cada um dos temas aqui analisados: a) greve dos petroleiros, b) a possível homossexualidade de Zumbi e c) o chute na santa diz respeito a um espaço discursivo distinto, respectivamente, política, sexualidade e religião. Política é um assunto tradicionalmente considerado do domínio da esfera pública, enquanto religião e sexualidade estão associadas, de maneira geral, ao domínio da esfera privada. No entanto, classificar determinado fato como público ou privado não é tarefa simples. Estas não são noções estanques, mas comportam escalas, subdivisões. Tomemos estes exemplos para ilustrar:

- 1- O caso do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton com a ex-estagiária Mônica Lewinsky é assunto de interesse público ou privado? É certo que o presidente é uma pessoa pública, mas qual a relevância, para os EUA, dos detalhes da relação íntima de Bill Clinton com sua estagiária?
- 2- Quando grupos religiosos incentivam o suicídio coletivo, alegando que o fim do mundo está próximo, o poder público, a fim de evitar uma tragédia, deve intervir no espaço das opções individuais do sujeito, isto é, na sua liberdade de crença?
- 3- Os segredos militares de governo que põem em risco a segurança da população, como por exemplo a escolha de locais para realização de testes nucleares, são assuntos da esfera pública ou privada?

Como se pode ver por exemplos como esses, as noções de público e privado são bastante complexas. Muitos fatos ou acontecimentos de caráter privado, íntimo, pessoal podem usualmente

ganhar publicidade. Da mesma forma, questões de interesse público podem ser tratadas como de interesse privado. São as noções de público e de privado, e suas subdivisões, que norteiam a análise feita aqui. Os quadros apresentados a seguir resumem cada uma das situações discursivas estudadas (greve dos petroleiros, homossexualidade de Zumbi, chute na santa) em categorias distintas, facilitando a visualização dos problemas:

Quadro 06 - Natureza do debate

Greve dos petroleiros	Homossexualidade de Zumbi	Chute na santa
Política	Sexualidade	Religião/Religiosidade
Esfera sócio-histórica	Esfera sócio-cultural	Esfera religiosa
Luta político-social de grupos políticos	Luta político-social de minorias	Luta sócio-cultural de grupos religiosos
Discussão pública de assunto público	Discussão pública de assunto privado, íntimo	Discussão pública de assunto pessoal
Público	Publicidade	Pessoalidade

Quadro 07 - Valores em discussão

Greve dos petroleiros	Homossexualidade de Zumbi	Chute na santa
Patrimônio público, interesse do cidadão	Preferências individuais	Fé
Ideais, ideologias, argumentos	Identidades	Crenças, valores
Busca a adesão, a persuasão, o convencimento	Busca a (auto)afirmação, a conquista de um lugar para o sujeito	Busca o respeito às crenças, à liberdade religiosa

Quadro 08 - Situações conflituosas criadas

Greve dos petroleiros	Homossexualidade de Zumbi	Chute na santa
Ação, Combate	Auto-afirmação	Ação X Reação, defesa
Defesa X Ataque	Afirmação X Identificação	Agressão X Denúncia

Quadro 09 - Representação do sujeito no discurso

Greve dos petroleiros	Homossexualidade de Zumbi	Chute na santa
Grupos políticos	Grupos minoritários	Seita, culto, religião
Privatistas x Não-privatistas	Negros x Homossexuais	Católicos X Evangélicos
Voz impessoal, da coletividade	Voz pessoal, do indivíduo	Voz pessoal, do grupo
Nós 1 X Nós 2	Eu	Eu

Pelos quadros acima, observamos que os jogos e as disputas estabelecidas entre os diferentes grupos envolviam a construção de uma imagem de si e do outro que incorpora representações sociais. A partir da análise dos lugares de fala ocupados pelos leitores nas cartas, isto é, das diferentes esferas de apresentação do "eu" - como eles se mostravam ou se escondiam -, pudemos verificar qual a imagem que cada um deles tinha de seu lugar e do lugar do outro, como percebiam-se como unidade diferenciada ao lado de outros com os quais partilhavam o mesmo espaço social de confrontos e coerções.

Identificamos importantes mecanismos lingüísticos e discursivos que cada grupo usou para definir sua identidade e a dos demais, e percebemos que existem, nas cartas à redação, algumas

diferenças, marcadas lingüística ou textualmente, quando se trata de assuntos da esfera pública ou da esfera privada.

No caso da greve, embora cada um dos dois grupos rivais tivesse interesses particulares na questão do monopólio, um querendo mantê-lo e o outro acabá-lo, nenhum deles assumia publicamente, de maneira clara, quais eram os **seus** interesses, a **sua** opinião, o **seu** ponto de vista. Falavam em nome de uma coletividade, do povo, da população. Diziam defender o que era o melhor para o país e, para isso precisavam do apoio do povo. Buscavam, portanto, a adesão do outro à sua causa. Supostamente, com argumentos objetivos.

Para conseguir este efeito de persuasão, usaram uma estratégia argumentativa que imaginavam eficaz, cujo efeito é de "objetividade": imprimiram ao texto um tom impessoal, esconderam-se atrás de uma suposta voz coletiva, dissimulando o caráter autoritário/pessoal do seu discurso, utilizando-se para isso de expressões como: "fala-se", "comenta-se", "todos dizem que", etc.

Uma consequência direta desta estratégia é que pouco aparecem, nas cartas a respeito da greve dos petroleiros, verbos em primeira pessoa e pronomes de primeira pessoa. Da mesma forma que a identidade de quem ocupa o papel de enunciador não é marcada de maneira clara nas cartas a respeito da greve, também não aparecem de maneira explícita na superfície textual os outros discursos - marcados como sendo outros. Daí, a heterogeneidade do tipo marcado não constituir uma característica desse conjunto de cartas. O discurso do outro termina aparecendo no texto devido a polifonia da linguagem.

Já com relação a assuntos da esfera privada, o debate não se centra na objetividade dos argumentos, não importa se a origem do debate é objetiva ou racional; busca-se, isto sim, a simpatia, a boa vontade do interlocutor. Assim, com relação aos temas religiosidade e sexualidade, as opções dos sujeitos não são consideradas mutáveis com base em argumentos: ou é fé ou é preferência.

Ao que parece, com relação aos temas homossexualidade de Zumbi e chute na santa, os leitores supõem não poder mudar a opinião do outro. Preocupam-se bem mais em marcar sua própria posição. Daí ter sido, nesses dois conjuntos de cartas, mais freqüente o emprego de pronomes e verbos em 1ª pessoa para marcar a subjetividade no discurso. Por outro lado, também foi nesses dois conjuntos que a heterogeneidade apareceu de maneira marcada no texto, especialmente através do uso das aspas.

Além disso, nas cartas sobre a homossexualidade de Zumbi e sobre o chute na santa, os leitores dão visibilidade não apenas ao discurso que defendem, mas também àqueles que lhes são contrários, procurando delimitar bem as fronteiras que separam um e outro para que não se confundam. Tanto a subjetividade quanto a heterogeneidade aparecerem explicitamente nestas cartas. Podemos visualizar melhor tudo isso que foi exposto no quadro abaixo:

Quadro 10- Efeito de subjetividade e heterogeneidade no discurso das cartas

	Greve petroleiros	Zumbi	Chute na santa
Pronomes e verbos em 1ª pessoa	menos freqüente	Mais freqüente	mais freqüente
Heterogen. Mostrada	não marcada	Pouco marcada	bem marcada

A análise discursiva das cartas de leitores nos leva a concluir que, em relação à representação ou não da subjetividade e da heterogeneidade, os discursos que abordam temas de caráter público têm características textuais próprias e diferenciam-se dos discursos que abordam temas de caráter privado que, por sua vez, apresentam outros tipos de marcas textuais de efeitos no discurso. Portanto, efeito ou não de subjetividade e de heterogeneidade podem (pelo menos hipoteticamente) ser considerados marcas enunciativas que caracterizam o domínio do público e do privado.

Ao final, cabe perguntar até que ponto um gênero determina características do aspecto discursivo da estrutura dialógica. Se ninguém ensina, nem mesmo a escola, como escrever uma carta à redação, como pessoas diferentes realizam da mesma forma este gênero discursivo? A pergunta mais geral é a seguinte: Como as pessoas sabem realizar os gêneros, isto é, como elas adquirem a capacidade de dominar os gêneros e, por outro lado, como e por que os gêneros se mantêm?

O fato de todos realizarem os gêneros da mesma forma prova que há uma estabilidade, mesmo que pequena, que permite que isso ocorra. Ou seja, há operações discursivas regulares, rotinas e estratégias sociais muito próximas que fazem com que as pessoas sigam essas regularidades. No caso do *corpus* em análise, observamos que há um modelo para o gênero cartas à redação. E, mais especificamente, há estruturas discursivas diferenciadas quando se trata de assuntos da esfera pública e privada nas cartas.

Seria talvez interessante a análise de outros *corpora* no sentido de verificar se as diferentes esferas ou domínios discursivos demarcam práticas discursivas com características lingüísticas próprias, à semelhança do que verificamos nas cartas à redação.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, il s'agit d'une analyse discursive des lettres à la rédaction. Nous étudions 293 lettres publiées dans les journaux **O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo**, **O Globo** et **Jornal do Brasil** où il est question de trois événements importants survenus au cours de l'année 1995: la grève des pétroliers, la possible homosexualité de Zumbi, l'agression à l'image de la Vierge Marie.

Chacun de ces sujets traite d'un espace discursif différent: politique, sexualité et religion. La politique est un champ considéré du domaine public; la religion et la sexualité sont associées à la sphère privée. Dans les lettres, nous constatons que l'effet ou non de subjectivité et de hétérogénéité peuvent être considérés des marques énonciatives qui caractérisent le champ public ou privé.

En ce qui concerne la grève, bien que chacun des groupes rivaux ait des intérêts particuliers liés au monopole du pétrole, aucun d'entre eux ne laisse voir ses vraies intentions. Ils parlent au nom du peuple cherchant à obtenir l'adhésion du lecteur. Afin d'arriver à cet effet de persuasion, ils appliquent au texte un ton impersonnel. Comme conséquence, apparaissent peu de verbes et de pronoms de première personne. De même, les autres discours ne sont pas marqués comme étant autres à la surface textuelle.

Quant à la religiosité et la sexualité, les choix des sujets ne sont pas considérés modifiables à partir d'arguments objectifs: c'est la foi ou la préférence. Les lecteurs qui écrivent sur Zumbi et sur le coup de pied à l'image de Marie croient qu'il est impossible de changer l'opinion de l'autre. Leur seul souci est celui de marquer leur position dans le texte. Dans ces deux ensembles de lettres, l'emploi de pronoms et de verbes de première personne est plus fréquent afin de marquer la

subjectivité du discours. L'hétérogénéité apparaît également de façon plus marquée sur la surface textuelle.

Mots-clés: genres du discours, hétérogénéité, effet de subjectivité, discours public et privé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. (1970). **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Trad: J.J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/ Martins Fontes. (1974).

AUSTIN, J.L. (1962). **Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas. (1990).

AUTHIER-REVUZ, J. (1982). "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". In: **DRLAV**, v.26. pp. 91-151.

AUTHIER-REVUZ, J. (1984). "Heterogeneidades(s) enunciativa(s)". Trad: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: **Cadernos de estudos lingüísticos**, 19. Campinas. IEL/Unicamp. pp. 25-42. (1990).

AUTHIER-REVUZ, J. (1992). **Les non-coïncidences du dire et leur représentation méta-énonciative**, Tese de Doutorado de Estado, Universidade de Paris VIII, 1992, 1.500p.

BAKHTIN, M. (Volochinov). (1929). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6ª. ed. Trad: Michel Lahud e Yara Frutreshi Vieira. São Paulo: Hucitec. (1992a).

BAKHTIN, M. (1975). **Questões de Literatura e de Estética (A Teoria do Romance)**. 3ª.ed. Trad: Aurora Faroni et al. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec. (1993).

BAKHTIN, M. (1979). **Estética da Criação Verbal**. Trad: Maria Ermantina Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes. (1992b).

BAKHTIN, M. (1963). "A idéia em Dostoiévski". Trad: Paulo Bezerra. In: **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. pp. 65-85. (1981)

BARROS, D. L. P. de. (1987). "Semiótica e discurso literário". In: A.C. Oliveira e L. Santaella (orgs.). In: **Semiótica literária**, São Paulo: EDUC.

BARROS, D. L. P. de. (1994). "Dialogismo, Polifonia e Enunciação". In: Barros, D. L. P. de & Fiorin, J. L. (orgs) In: **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**. São Paulo: EDUSP. pp. 01-27.

BARTHES, R. (1978). **Aula**. Trad: Leyla Perroni Moisés. São Paulo: Cultrix. 1985.

BORDIEU, P. (1979). **La Distinction: critique social du jugement**. Paris: Editions du Minuit.

BRANDÃO, H. M. (1988). **Dialogismo e Polifonia Enunciativa- Análise do Discurso da Propaganda**. Tese de Doutorado. PUC/SP.

COURTINE, J.J. (1982). "Définition d'orientations méthodologiques en Analyse de Discours". In: **Philosophiques**, vol.IX, n°2, Paris.

COURTINE, J.J; MARANDIN, J.M. (1981). "Quel objet pour l'Analyse du Discours?". In: **Matérialités Discursives**. Lille, Presses Universitaires de Lille.

CUNHA, D. A. (1992). "Uma leitura da abordagem bakhtiniana do discurso reportado". In: **Investigações**. Lingüística e Teoria Literária, vol 2, dez- 1992. Programa de Pós-Graduação em Lingüística- UFPE. pp 105-118.

DAMATTA, R. (1936). "Cidadania, a questão da cidadania num universo relacional". In: **A Casa & a Rua**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco. pp.65-98. (1997).

DOSSE, François. (1991). **História do estruturalismo- I. O campo do signo, 1945/1966**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas. (1993).

FIORIN, J. L. (1994). "Polifonia Textual e Discursiva". In: Barros, D. L. P. de & Fiorin, J. L. (orgs) **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, pp: 29-36

FOUCAULT, M. (1969). **Arqueologia do Saber**. Trad: L.F. Baeta Neves. Petrópolis: Ed.Vozes. (1971).

FOUCAULT, M. (1971). **A Ordem do Discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ªed. São Paulo Editorial. Loyola. (1996).

FRANCHI, C. (1977). "Linguagem - Atividade Constitutiva". In: **Almanaque 5: cadernos de literatura e ensaio**. São Paulo: Brasiliense. pp. 9-27.

GADET, François. (1989). "Le signe et le sens". In: **DRLAV**, Revue de Linguistique, nº 40.

GADET, F. e PECHEUX, M. (1981). **La Langue Introuvable**. Paris, François Maspero.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. (1998). **A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

GOMES, W. (1998) "Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas". In: Altonio Albino C. Rubim, Ione Maria G. Bentz, Milton José Pinto (orgs). In: **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, Compós. pp. 155-186.

GUARESHI, P. (1992). "Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais". In: Graresschi, P. e Jovchelovitch, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 191-228.

HYMES, Dell. (1974). **Foundations in Sociolinguistics**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

KOCH, I. G. V. (1987). **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez.

LEMOS, C. (1994). "A Função e o Destino da Palavra Alheia". In: Barros, D. L. P. de & Fiorin, J.L. **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade** (orgs). EDUSP. pp. 37-43.

MAINGUENEAU, D. (1982). **Dialogisme et analyse textuelle**. Documents Groupe de Recherches Sémio-linguistique. Paris, IV, 32.

MAINGUENEAU, D. (1986). **Elementos de Lingüística para o texto literário**. Trad: Maria Augusta Bastos de Matos. São Paulo: Martins Fontes. (1996b).

MAINGUENEAU, D. (1987). **Novas tendências em análise do discurso**. 2ª ed. Trad: Freda Indursky. Campinas, São Paulo: Pontes/ Editora da Unicamp. (1993).

MAINGUENEAU, D. (1990). **Pragmática para o discurso literário**. Trad: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes. (1996a).

MAINGUENEAU, D. (1995). "Les analyses du discours en France". In: **Langages**. n.117. Paris: Larousse.

MARCUSCHI, L. A. (1991). "A ação dos verbos introdutores de opinião". In: **Intercom. Revista Brasileira de Comunicação**. São paulo. Ano XIV, nº 64. Janeiro. pp. 74-93.

MARIANO, R. (1996). "Os neopentecostais e a teologia da prosperidade". In: **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 44, março. pp. 24-46.

OCHS, E. (1979). "Planned and unplanned discourse". In: Givón, T. ed. **Syntax and Semantics**. Vol 12. New York. Academic Press. pp- 51-80.

ORLANDI, E. (1986). "A Análise do Discurso. Algumas observações". In: **Delta**. vol. 2. nº 1. pp.

ORLANDI, E. (1987). **A Linguagem e seu funcionamento- as formas do discurso**. 2. ed. Campinas/ SP: Pontes.

ORLANDI, E. (1988). **Discurso e Leitura**. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp.

ORLANDI, E. (1994). "O Lugar das Sistematicidades Lingüísticas na Análise de Discurso". In: **Delta**. vol-10. nº 2, 1994. pp. 295-307.

ORLANDI, E. (1996). **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes.

PAREDES SILVA, V.L. (1988). *Cartas Cariocas. A variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado. UFRJ. 330pp.

PAREDES SILVA, V.L. (1995). *Em busca de uma tipologia de textos*. Relatório de Pós-Doutorado apresentado ao CNPq, jan/95.

PAREDES SILVA, V.L. (1997). "Variações tipológicas no gênero textual carta". In: KOCH, I.V. & KAZUE, S.M.B. *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal:EDUFRN. pp.118-126.

PÊCHEUX, M. (1969). "Análise Automática do Discurso (A AD-69). Trad: Eni Pulcinelli Orlandi. In: "Gadet, F. e Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp. pp.61-162. (1990)

PÊCHEUX, M. (1983). "A Análise de Discurso: Três Épocas". Trad: Jonas de A. Romualdo. In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp. pp. 311-318. (1990)

PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e Discurso- uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad: Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. (1975). "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". Trad. Péricles Cunha. In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp. pp. 163-252. (1990)

PENNA, M. (1997). **Identidade Social, linguagem e discurso**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Letras e Linguística. UFPE.

PERLONGHER, N. (1987). **O negócio do Michê, a prostituição viril em São Paulo**, São Paulo: Brasiliense.

PIERUCCI, A. F. (1996). "O povo visto do altar: democracia ou demagogia?". In: Antônio Flávio Pierucci & Reginaldo Prandi (orgs). In: **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec. pp-35-58.

POSSENTI, S. (1988). **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes.

POSSENTI, S. (1993). "Concepções de sujeito na linguagem". In: **Boletim da Abralín**, 13. São Paulo: USP/Abralín. pp-13-30.

POSSENTI, S. (1995a). "A linguagem politicamente correta e a análise de discurso". In: **Revista de Estudos da Linguagem**, 4(2). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 123-140.

POSSENTI, S. (1995b). "O eu no discurso do outro ou a subjetividade mostrada". In: **ALFA**, 39. São Paulo, Editora da UNESP. pp.45-55.

POSSENTI, S. (1996a). "O sujeito fora do arquivo" . In: **As Múltiplas Faces da Linguagem**. (org) M^a. Izabel Magalhães. pp: 37-48.

POSSENTI, S. (1996b). "Pragmática na Análise do Discurso". In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos** 30. Campinas, IEL, Unicamp. pp.71-84.

REBOUL, O. (1975). **O slogan**. Trad: Ignácio Assis Silva. São Paulo. Cultrix.

ROBBINS, T. (1988). "Cults, Converts and Charisma: the Sociology of News Religious Movements". In: **Current Sociology**, vol.36, n.1, spring.

ROBERTSON, R. (1981). "Considerations from within the American Context on the Significance of Church-State Tension". In: **Sociological Analysis**, vol.42, n.3. pp. 193-208.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). **Curso de Lingüística Geral**. Trad: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 20ed, 1995.

SCHIFFRIN, D. (1994). **Approaches to Discourse**. Cambridge: Oxford: Blackwell Publisher.

SOUZA, P. (1997). **Confidências da carne. O público e o privado na enunciação da sexualidade.** Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp.

TANNEN, D. (1985). "Relative focus on involvement in oral and written discourse". In: Olson, D. Torrance, N. & Hudyard, A. (eds) **Literacy, language and learning.** Cambridge: Cambridge University Press.

ANEXOS

Tema: **Greve dos Petroleiros**

Posicionamento argumentativo: Cartas à favor da greve

Jornal do Brasil

Minorias

JB 001- Se o governo quer que os trabalhadores em greve voltem ao trabalho para então negociar com eles, pergunta-se: por que não fez isto antes ou, então, por que não o faz agora, já que ao não cumprir um acordo assinado, é o primeiro responsável pelo desenrolar dos fatos e suas negativas conseqüências. Diante da principal finalidade de promover o bem-estar social, o governo adotou uma atitude diametralmente oposta, desrespeitando, subjugando, oprimindo e humilhando o trabalhador. Ainda por cima, tenta, através da imprensa, colocar a opinião pública contra os grevistas, evidenciando o natural desconforto que a greve acarreta sem - é claro - mostrar suas verdadeiras razões, que seriam facilmente compreendidas. Pedro Wladimir Chvidchenko- Rio de Janeiro.

JB 002- Analisando de modo objetivo, não existe greve política neste país por mais de 24 horas; qualquer greve superior a um dia é sempre salarial, pois só a falta de dinheiro motiva as pessoas a se arriscarem numa longa greve. O plano Real está causando perdas salariais jamais vistas no Brasil e as greves, certas ou não, justas ou não, são apenas a conseqüência da falta de dinheiro. Denis Laskier - Rio de Janeiro.

JB 003- Que credibilidade pode ter um presidente que desrespeita negociações patrocinadas pelo então presidente Itamar Franco - de quem FHC era ministro - e que levou ao fim a greve dos petroleiros, antes das eleições presidenciais do ano passado? E ainda se recusa a conversar com eles ! A greve é justa e esse governo não merece confiança. Alberto José Barros da Graça - Rio de Janeiro

JB 004- Como anuncia a televisão, foi também vitoriosa em segunda votação, a quebra do monopólio do petróleo: passamos a viver sob o império das leis - a de Gerson (temos que levar vantagem em tudo): a do escambo (só voto a favor do governo se ...). Embora o sr. FH declarasse repetidamente que não trocava cargos no governo por votos no Congresso, não tardou em desmentir, com atos, essas declarações - afinal sempre estão em pauta as dívidas da campanha eleitoral e, bom mesmo para confirmar esta verdade é comprar o Diário Oficial. Essas cortinas de fumaça não nos devem surpreender partindo do FH pós-eleição que bem poderia ser destituído por engano de pessoa - vota-se num democrata, elege-se um ditador. Enquanto o JB diz que FH "como filho de general está agora obediente" (referindo-se ao aumento da segurança), o mesmo jornal diz que "Cardoso está na contramão das idéias monopolistas de seu pai, o general Leonidas". E reproduz declaração do dr. Paulo Alberto, procurador público aposentado da CEF/RS que teme o poder das multinacionais do petróleo pois "elas criam problemas em todo o mundo, derrubam governos, fomentam revoluções, num cortejo de infelicidades". O presidente resolveu assumir as negociações pessoalmente diante da notícia de que os ruralistas dispunham de 140 votos e recebeu no Palácio do Planalto, pela segunda

vez, “esta bancada tão poderosa e gulosa (...) Segundo o governo, “o preço que se paga nesses acordos seria infinitamente menor do que os ganhos proporcionados aos país pela aprovação das reformas no Congresso”. E aos senadores, cabe-lhes a última palavra ou não? Helena Tolentino de Andrade - Niterói (RJ).

JB 005- O governo não negocia com petroleiro em greve, no que age muito bem. Negocia com ruralista inadimplente, que se recusa a pagar os empréstimos contraídos voluntariamente e sob as condições acordadas na oportunidade, no que age mal. Petroleiros e ruralistas causam prejuízos colossais à economia nacional. Para aqueles os rigores da lei, e para estes os favores da lei (...) O atual chefe do Executivo prometeu lutar contra os privilégios da minoria. No universo dos trabalhadores brasileiros os petroleiros são minoria e, no universo dos ruralistas, os que contrairam dívidas e não as honraram também são minoria. (...) Se os pobrezinhos dos grandes produtores rurais podem contrair empréstimos e ser liberados do pagamento, eu também posso! É provável que eu, assalariado, pague mais imposto de renda do que eles. O meu vem descontado na fonte e “eles têm prejuízo nas suas atividades”. Rui Xavier Assunção - Rio de Janeiro.

JB 006- O TST ratificou por 12x0 decisão anterior que julgou a greve dos petroleiros como abusiva. Apesar disso, por 10x0 aceitou parecer do relator do processo, ministro Hylo Gurgel, que reconheceu explicitamente o conteúdo moral do acordo de novembro/94 com o governo Itamar, a despeito do não reconhecimento jurídico. Os dois votos vencidos julgaram pela legalidade do acordo. Portanto, chamado a opinar o TST deu um basta em todas as correntes de opinião. Indicou que além do encerramento da greve, é necessário também o cumprimento do acordo para honrar a moral do governo, de quem se exige credibilidade infinita independente da mudança de seus mandatários. Cláudio Bertini - Rio de Janeiro.

Petroleiros

JB 007- Quero cumprimentar Moacir Werneck de Castro pelo seu artigo “Versões da greve”, publicado na página Opinião do JB de 3/6. Espantei-me com o ilustrado “colunista da corte (ainda me espanto) em seus arroubos - citado por Werneck - de “planfetário a favor”, falando em chicotadas, etc. Admitindo que em um estado democrático podemos nos posicionar de modo diverso quanto às flexibilizações e outros jargões, percebemos ter faltado aos nossos congressistas decoro e competência (se é que em algum momento tiveram tais dotes) para debater seriamente o tema. Era o mínimo que os eleitores esperavam. Mas preferiram barganhas e conchavos e, para garantir postos e carreiras, aceitam qualquer votação. Helio Brasil C. Da Silva - Rio de Janeiro.

JB 008- A greve dos petroleiros já dura 30 dias e é inevitável a falta de derivados em alguns pontos do país. Os petroleiros vêm buscando uma saída política para o impasse. O presidente intransigente contraria sua formação de sociólogo e se esquece da sua condição de exilado político, humilha os trabalhadores e contribui para denegrir a imagem da Petrobrás. Alega não poder alterar a sentença do TST, cabendo apenas aos petroleiros o seu cumprimento imediato. É cômoda e equívoca esta posição. Se sentença de Tribunal Superior não pudesse ser alterada o Congresso não teria anistiado o senador Humberto Lucena, condenado pelo TSE nas últimas eleições. Salomão Assayag- Macaé (RJ)

JB 009- Após o julgamento da ilegalidade da greve dos petroleiros pelo TST, governo e trabalhadores não conversam mais. Chegou-se a um impasse, e ao pior, à falta de derivados de petróleo, sobretudo o gás de cozinha que atinge a toda a população, até mesmos aos petroleiros. O governo e não só os grevistas são culpados pelo caos. Essa situação só interessa ao governo, pois faz parte de sua estratégia para forçar o Congresso, hoje dividido, a aprovar a emenda da quebra do monopólio do petróleo. Tanto assim que vem adiando sistematicamente sua votação. Agora eu pergunto: seriam os petroleiros tão insensíveis e irresponsáveis a ponto de levar a greve às últimas conseqüências? Parece-me estranho e lamentável que uma classe tão consciente do momento atual esteja se prestando ao papel de mero fantoche. (...) Salomão Assayag - Macaé (RJ).

JB 010- O governo articulou junto aos partidos que o apóiam, forças econômicas capazes de financiar uma estratégia de marketing de grande efeito no suporte às reformas constitucionais. Procurava-se coisa de gênio! Para isso foi contratado o melhor homem de marketing do país. Consultado sobre que acontecimento teria o poder de mobilizar definitivamente a população a favor da quebra do monopólio do petróleo, o respeitado especialista pensou, pensou e veio com essa: “o ideal mesmo seria uma greve dos petroleiros! Mas, evidentemente, não sei como se poderia conseguir isso” - disse meio em tom de galhofa. “Hum... Não sei... Tudo é possível” - respondeu seu interlocutor para espanto do marketeiro. E assim a mais ousada operação de marketing foi montada. Espero que esse diálogo não tenha ocorrido, mas que essa greve é um presente dos céus para apressar as reformas, não tenho a menor dúvida. Roberto P. D. Araújo - Rio de Janeiro.

Greve

JB 011- As greves que hoje espalham-se pelo Brasil não são fatos isolados, pois uma onda de greves atinge toda a América Latina, principalmente nos países que adotaram planos de ajuste econômico. Do Chile ao México os trabalhadores reivindicam reajuste salarial e protestam contra a deterioração de políticas sociais. Cerca de 50% dos 400 milhões de habitantes da região vivem em estado de miséria. Em geral os governantes reconhecem que as reivindicações são justas, mas dizem não ter recursos para atendê-las. Este é um reflexo do neoliberalismo, que aumenta a concentração de riqueza e piora a distribuição de renda. Clovis Fernando Dias Machado - Niterói (RJ).

O Estado de São Paulo

Petrobrás

OESP 012- Com relação à coluna de Alberto Tamer de 13/4, vale comentar: 1) É equivocado comparar duas empresas de atuação distinta, só porque exploram o mesmo ramo, 2) A Shell, empresa certamente eficiente, opera no mundo no ramo de distribuição e comercialização com muita intensidade, agregando altos resultados da venda por empregado - vende-se muito com poucas pessoas. Por exemplo, no faturamento da Shell mundo está o faturamento da Shell Brasil, em função de sua participação de 20% no mercado interno. Nesse caso, os mesmos 20% do mercado nacional que demandam poucos funcionários para cuidar representam, na Petrobrás, para pesquisar e produzir óleo, transportar, refinar, entregar às distribuidoras e cuidar do abastecimento nacional, realizar pesquisa tecnológica e conduzir os investimentos do País, mais que o número de pessoas de que uma distribuidora precisa para receber os produtos prontos das refinarias e entregá-los nas bases de

recebimento para outros empresários transportarem. Só por este lado, a crítica do caro jornalista estaria equivocada, comparando empregados nas duas empresas versus faturamento. Por outro lado, modelos distintos de terceirizações e automação, muito mais abrangentes em empresas do Primeiro Mundo, por trocarem cara mão-de-obra própria por custos de investimentos e de terceiros, alteram radicalmente o perfil na comparação. Não bastasse isso, a Petrobrás, como monopólio não escolhe produtos mais vantajosos para vender, nem que mercados atender, muito menos que melhores campos de petróleo deve pôr em operação. E ainda vende seus produtos na porta das refinarias por um preço entre 10% e 30% mais baixo. Essas comparações só aparecem nos textos dos críticos da Petrobrás. Por exemplo, a BR abastece até 100% de alguns Estados na Amazônia e as multinacionais concentram suas atividades no Sudeste. José Fantine, superintendente de Planejamento da Petrobrás, Rio de Janeiro.

Cortar o ponto

OESP 013- FH mandou cortar o ponto dos grevistas. E o ponto dos gazeteiros, quem corta? Ângelo Antônio Maglio, Cotia.

Exército

OESP 014- Quero sugerir ao presidente da República que use o Exército para cobrar aos reis do calote rural, bem como para patrulhar nossas fronteiras e evitar a entrada de armas, tóxicos etc e não para reprimir trabalhadores que estão reivindicando o mais justo de seus direitos. Deoclécio Osório (24/05), Niterói, RJ.

Greve dos petroleiros

OESP 015- O governo está conseguindo o que queria: jogar o povo contra os trabalhadores da Petrobrás. O povo é egoísta: enquanto não o afeta, tudo bem; não entende que, neste país, sem luta nada se consegue. Os trabalhadores estão lutando com as armas que têm para conseguir um salário digno. Eles podem até ganhar mais do que muitos trabalhadores de outras áreas, mas dizer que ganham bem é piada. Neste país, nenhum trabalhador ganha bem. Gostaria de saber com base em que o TST julgou o movimento abusivo, já que não foi cumprido o que ex-presidente Itamar e os ex-ministros Ciro Gomes e Marcelo Pimentel assinaram em benefício da classe. Quem está sendo abusivo, os trabalhadores ou o governo? Infelizmente, o povo brasileiro tem memória curta e é facilmente tapeado. David Cerpa, São Bernardo do Campo.

Valor da palavra dada

OESP 016- Mais que o transtorno causado pela greve dos petroleiros, o que revolta é a irresponsabilidade do presidente da República em não reconhecer como válido o acordo assinado pelo presidente Itamar Franco e pelos ministros Ciro Gomes e Marcelo Pimentel. Aliás, nem precisavam ter assinado, só a palavra de tais autoridades seria suficiente para selar qualquer acordo- isso num país de homens sérios, mas, como no Brasil tudo é possível, um presidente assina um acordo e seu sucessor diz que não tem valor, foi acordo de boteco, e o TST referenda e homologa o argumento. Enquanto os brasileiros não levarem a sério o seu voto, vão continuar assistindo a estas mazelas dos governantes e culpando parcelas de trabalhadores organizados, que lutam pelos seus direitos, pelos seus transtornos. Continuem firmes, petroleiros! Valdi Ferreira, Capital.

E o povão?

OESP 017- Afinal, o governo fez um acordo com os petroleiros, não cumpriu e, segundo o TST, ele é que está certo? Está aberta jurisprudência para não se honrar contratos daqui por diante e ainda sair com a razão - enquanto a parte lesada que se vire? E, porque o governo não cumpre sua parte, nós, o povão, é que pagamos o pato? Só queria entender, mas está difícil... Heloísa C. Pinheiro, São Vicente.

Greve política

OESP 018- Por incrível que possa parecer, atitudes como a do missivista sr. Van Motta (25/5), apelando ao sindicalista recém-tricotomizado para que tenha “compaixão dos bebês e dos pobres”, são constrangedoras e só servem para que o referido se sinta mais ainda na condição a que, eventualmente, já se reputa de taumaturgo de segunda ordem. Olival Oliveira dos Santos, Capital.

Petromarajás

OESP 019- FH pede à Justiça ação contra grevistas - manchete de 30/5. O presidente está com saudade da Lei de Segurança Nacional? Flávia de Castro Lima, São Carlos.

Folha de São Paulo

Blablablá

Folha 020- Marcos Augusto Golçalves criticou, em 7/5, artigos escritos por Aloízio Mercadante em 30/4. Gonçalves chama de blablablá as idéias de Mercadante. Blablabá é a retórica neoliberal que teima em nos receitar um modelo que, onde foi adotado, só causou desemprego, fome e desgraças. Blablabá é o irritante discurso segundo o qual a privatização é a solução para todos os males, ignorando os muitos exemplos que dizem o contrário. Gilberto Lima (São Caetano do Sul, SP)

Estopim

Folha 021- A vitória do governo foi de Pirro, pois mostrou-se à nação sua verdadeira face. A credibilidade dos meios de comunicação no regime militar era nula, assim como os da atual ditadura econômica vão ficar. O pleito dos petroleiros é justo, e uma boa parte da população se convenceu disso, apesar da espetacular manipulação da informação e de o governo ‘democrático’ não ceder. Vital Fernando Lopes de Souza (Rio de Janeiro, RJ).

Ainda os petroleiros

Folha 022- Após invalidar o acordo com os petroleiros, o TST e o presidente FHC anunciam: “Esqueçam também o que Itamar escreveu!”. René Silva Bizarro (São Paulo, SP).

Petróleo

Folha 023- No artigo ‘Petróleo: as reformas do PFL e o suicídio do PSDB’, do professor Luiz Pinguelli Rosa (21/6), aparece uma grave denúncia: ‘a Shell deixou de distribuir a quota de combustíveis dada a ela pela Petrobrás durante a greve’. Se nenhuma iniciativa for tomada para apurar a denúncia, vamos crer que esse ato criminoso só pode ter sido perpetrado pela conivência do governo. Vou torcer para que não seja verdade, pois aí impeachment seria prêmio; cadeia, disputada

colônia de férias. E Dom Fernando I, seríssimo candidato à canonização. Oswaldo Catan (São Paulo, SP)

Petroleiros

Folha 024- Está muito em voga os nossos políticos, juristas e principais jornais manifestarem-se a respeito da greve dos petroleiros, criticando os grevistas e suas lideranças, dizendo que as decisões da Justiça têm que ser respeitadas e não discutidas. Entretanto, permito-me recordar que tais indagações legais não ocorreram com tanto vigor quando o senador Humberto Lucena foi condenado em todas as instâncias legais a perder o mandato e, em vez de acatarem a decisão da Justiça, logo trataram de criar uma lei casuística e absurda para anular os efeitos da decisão judicial. E o presidente FHC, hoje tão acatador da lei, na época foi cúmplice da afronta que se fez à Justiça. Não que eu seja favorável à greve dos petroleiros, mas o fato ora relatado não está tendo a devida consideração pela grande imprensa e pela Folha em particular. Nicola Felice Granato Neto (Santos, SP).

Folha 025- O STF absolveu Collor e concedeu prisão especial a Bandeira. O TST invalidou acordo firmado entre Petrobrás, governo e petroleiros, declarou a greve abusiva e ainda condenou o sindicato que exercer direito de greve a pagar pesada multa. Em resumo, o Judiciário precisa ser repensado. Luiz A. Corona (Pato Branco, PR)

Folha 026- Quero manifestar meus protestos pela forma totalmente parcial com que o editorial da Folha do dia 16/5, sob o título 'Afrontando a lei', vem tratando a greve dos petroleiros. Em nenhum momento o editorial menciona que a greve só aconteceu devido à intransigência do governo FHC e da direção da Petrobrás, que se recusaram a cumprir o acordo coletivo referendado pelo ex-presidente Itamar Franco e assinado pela direção da empresa. João Batista de Araújo, deputado estadual pelo PT-PA (Belém, PA)

Folha 027- Como leitor assíduo deste conceituado jornal, não seria honesto, comigo, deixar passar em branco o meu total desacordo com a opinião expressa no editorial 'Afrontando a lei'. O desrespeito à decisão judicial que determinou a volta ao trabalho, bem como a própria greve, por acaso não procedem do desrespeito a um acordo firmado bem antes, entre um presidente da república e um ministro de Estado? José Luiz Rezende (Campinas, SP)

Folha 028- Se é para cumprir a lei, pergunto eu: por que, quando a decisão é favorável ao trabalhador, o governo e alguns empresários também não cumprem a lei? Paulo Erley Veiga Leal (Porto Alegre, RS)

Folha 029- Só há greve abusiva? Não haverá lucro abusivo, ação policial abusiva, especulação abusiva, exploração abusiva, concentração de renda abusiva, desemprego abusivo, impunidade abusiva, dilapidação dos bens públicos abusiva, uso do Fundo Social de Emergência abusivo? Com a palavra a Justiça, que tem abusado do direito de ausência. Salvo para as greves. Emir Sader (Rio de Janeiro, RJ)

Folha 030- Diante da grave conjuntura que o Brasil atravessa, em função da maneira pela qual o governo vem administrando a crise dos petroleiros, quero manifestar minha discordância pela incapacidade manifesta dos membros governamentais em abrir espaço para diálogos democráticos. É inconcebível que um governo que não se aprofundou em recuperar a história da Petrobrás, nem tampouco procurou entender o exato valor e os feitos da Vale do Rio Doce, intente apressar a privatização ou venda de um patrimônio absolutamente diferenciado de nosso subsolo. A intervenção

militar a refinarias, sob o argumento de garantir o ingresso de trabalhadores que queriam 'voltar' ao trabalho, é de todo lamentável. O uso de qualquer força ou violência implícita, substituindo o diálogo e as negociações, é uma afronta ao direito constitucional de greve. E também uma provocação pífida aos sindicatos livres e legítimos, assim como para a imagem futura de um governo democrático. Aziz Ab'Saber, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (São Paulo, SP)

Folha 031- É revoltante ver o presidente negociar juros abaixo do mercado para financiar ruralistas. É vergonhoso ver o governo FHC se recusar a negociar com trabalhadores que reivindicam aumento de salário. Beatriz Diniz (Campo Grande, MS)

Folha 032- Todos dizem que os petroleiros devem acabar a greve para depois haver negociação, mas ninguém diz que duas greves já foram interrompidas com a mesma promessa de negociação e que, após a desmobilização do movimento, os representantes do governo se negaram a negociar. Jorge Picanço de Figueiredo (Macaé, RJ)

Folha 033- Os problemas de abastecimento de gás de cozinha que a população atualmente vem enfrentando ilustram com grande força como é necessário que a Petrobrás entre na área de distribuição do gás que ela própria produz, e dão uma prévia do que seria a atuação das 'forças de mercado' em caso de ruptura do monopólio estatal do petróleo. Constatamos como os atravessadores imediatamente se prevalecem para açambarcar o produto a fim de revendê-los por preço bem mais alto, e como os mais ricos conseguem se safar bem enquanto os mais pobres é que saem realmente prejudicados. Elias de Andrade Pinto (São Paulo, SP)

Folha 034- Após assumir o governo, o PSDB mostra a verdadeira face ao ceder aos ruralistas inadimplentes, aos fisiológicos do PFL. Evita, porém, o PSDB, discussão com assalariados, preferindo a truculência dos tanques, como na China comunista. Murilo Jardelino da Costa (Cabedelo, PB)

Folha 035- Greve não é caso de polícia, muito menos do Exército. Ao ocupar refinarias com tropas militares, o Governo Federal está apostando no "quanto pior, melhor". Luiz Carlos da Silva, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Folha 036- Os fatos que estamos vivendo com as greves dos serviços públicos e a reação do governo demonstram que o Brasil na verdade não saiu da era colonial escravagista. Ligia Gerti F. da Silva (Porto Alegre, RS)

Folha 037- Intransigente é o governo, que fez um acordo com os petroleiros e não o cumpre. Intransigente é o TST, que julga politicamente a greve, não buscando o acordo entre as partes e não reconhecendo os acordos firmados anteriormente. Intransigentes são os setores da imprensa, parciais. Intransigente é o governo, que quer dar 200% de aumento aos deputados e ministros e não aceita negociar aquilo a que os petroleiros têm direito. Anastácio Pinto G. Filho (Salvador, BA).

Folha 038- O acordo dos petroleiros já tinha sido assinado, e o atual presidente simplesmente não quer fazer valer a assinatura do ex-presidente Itamar Franco, como se este fosse um qualquer. Vanuzia Bianbo Silva Santos (Santos, SP).

Folha 039- Os empregados da Petrobrás estão sendo injustamente acusados de desrespeito às instituições democráticas. Isto porque continuaram com a greve que foi julgada ilegal pelo Tribunal Superior do Trabalho. É, no mínimo, um exagero considerar que o descumprimento de uma mera obrigação contratual seja uma afronta às instituições. Júlio César Borges de Resende (Brasília, DF).

Greves

Folha 040- Como acionista da Petrobrás, atribuo ao governo a responsabilidade pelos prejuízos causados pela manutenção de uma diretoria que deixa vender a maioria das subsidiárias rentáveis por preços subavaliados, é acusada de envolvimento em escândalo sobre a concessão de privilégios relacionados ao fundo de pensão e se equilibra no poder alternando manifestações ora em defesa do monopólio, ora lutando pela sua abertura. Como confiar a maior empresa do país a alguém que exalta o relacionamento com os empregados como um dos fatores de qualidade e se mostra incapaz de evitar um número recorde de greves nos últimos 12 meses? Alcides José do Nascimento Júnior (Curitiba, PR)

Folha 041- A decisão supimpa do TST a respeito da greve dos petroleiros, nas declarações do ministro Almir Pazzianotto, demonstra o rabo preso com o governo. É ou não é uma instituição isenta? Apesar de não concordar com a greve, Janio de Freitas, no seu artigo de 11/5, mete o dedão na ferida: foi uma decisão política. Há muito tempo questionam-se esses tribunais. Vicentinho está certo. Fora TST! Jurcy Querido Moreira (Guaratinguetá, SP)

O petróleo é de quem?

Folha 042- Não se trata de ser contra ou a favor do monopólio, mas sim contra a forma como as mudanças na Constituição estão sendo conduzidas. O dono das estatais não só cortou investimentos como colocou-as numa camisa-de-força administrativa, em vez de dinamizá-las, e desencadeou uma campanha de difamação atingindo principalmente o pessoal técnico e administrativo, tachado de marajá e incompetente. Alguém já viu algum empresário fazer isso com a própria empresa? Jorge Moreira de Souza (Campinas, SP)

Folha 043- Depois da avalanche de desinformação sobre a greve dos petroleiros e da consequente 'vitória' privatista do governo FHC-ACM, soam altivas e dignas as palavras de Barbosa Lima Sobrinho: 'Os eleitores dos próximos deputados e senadores estarão conscientes de que acabar com o monopólio foi uma desvantagem para o Brasil'. Como se vê (e se verá), se o capital não tem pátria, alguns cidadãos têm, Antonio Barbosa Filho (Taubaté, SP).

CUT

Folha 044- A carta do professor Leôncio M. Rodrigues, publicada nesta coluna em 16/5, acrescenta mais equívocos e inverdades à sua entrevista publicada nesta Folha em 15/5. Para conhecer uma fábrica e seus processos de produção não bastam visitas, entrevistas com gerentes ou diretores esporadicamente. É preciso conhecer também a realidade dos que lá vivem e produzem com todo tipo de arbitrariedade, periculosidade e insalubridade, com os prejuízos físicos e mentais que suas atividades provocam. Continuo a exercer minha atividade na fábrica, assim como muito dos nossos dirigentes, a despeito de inúmeros compromissos que tenho enquanto presidente de uma das maiores centrais sindicais do mundo. Se o setor público hoje é obrigado a fazer greves, com certeza não é porque os trabalhadores acham essa atividade divertida, mas sim pelo descaso com que são tratados pelo governo. Quanto à crise no sindicalismo mundial e à proteção aos sindicatos existente na legislação do país, o estudioso omite a posição da CUT, desde sua fundação em 1983, pelo fim do imposto sindical, pela adoção das convenções da OIT sobre o tema. A CUT tem sucessivamente aumentado o seu índice de sindicalização voluntária, detendo hoje a marca de 30%, enquanto que a

média nacional não ultrapassa os 18%. Nossa trajetória tem sido a de lutar pela mais ampla democracia e liberdade de expressão. Por isso causa-nos estranheza ver um estudioso qualificar as legítimas manifestações de trabalhadores de fascistas ou stalinistas. Finalizando, gostaria de reafirmar o respeito que tenho, assim como toda a CUT, pelos estudiosos e pesquisadores que nos procuram e com os quais mantemos intensa colaboração. Vicente Paulo da Silva, presidente da Central Única dos Trabalhadores (São Paulo, SP)

Monopólio

Folha 045- Sai o monopólio da Petrobrás, entra o oligopólio das Sete Irmãs. Só falta o Senado aprovar o nome do deputado federal Roberto 'Jari' Campos para presidente da Petrobrás. Aí o entreguismo ficará, finalmente, consubstanciado. Jurcy Querido Moreira (Guaratinguetá, SP)

Assalto

Folha 046- FHC começou o programa 'educação' para a competitividade que vai financiar cursos nas empresas privadas anunciando gastos de R\$ 100 milhões. Ao mesmo tempo, quer livrar-se da Petrobrás, considerada uma das empresas mais avançadas do mundo do ponto de vista tecnológico e que sempre faz altos investimentos em formação e pesquisas estratégicas e essenciais para o país. É o privado assaltando o público, e o governo entregando a chave para o assaltante. Josué Leite Moura (São Paulo, SP)

O Globo

Direito de greve

Globo 047- Estou indignada com o artigo "Falsidade ideológica" (4/06), no qual o deputado Roberto Campos (PPR) declara que "a greve geral é uma arma máxima revolucionária e que está hoje obsoleta no resto do mundo". Se as greves parecem obsoletas no resto do mundo é porque nós nos posicionamos num incômodo 62. lugar (dentre 73 países) em distribuição de renda, sem falar das injustiças sociais e de um dos piores salários do mundo. Não pretendo defender os petroleiros, nem isentar o Governo da culpa nesta guerra de nervos que foi a greve da Petrobrás. Mas insinuar que o direito de greve geral ou parcial é anti-democrático é antagônico demais para qualquer gosto. Vânia Paixão Barthar (5/06), Rio.

Onde estava?

Globo 048- Pouco mais de 24 horas após o término da greve dos petroleiros, quando as refinarias ainda não haviam retomado sua produção normal, nem havia tempo hábil para que o gás tivesse chegado às distribuidoras para engarrafamento, vemos as cidades inundadas de caminhões carregados de botijões. Seria salutar que se perguntasse onde estava esse gás. O jornalismo cumpriria seu relevante papel se informasse isso à população. Renato Zanoni (Santos, SP)

Petróleo

Globo 049- O Petróleo já está valendo US\$ 20 por barril no mercado internacional com tendência a aumentar ainda mais de preço. Logo agora, o Governo brasileiro quer abrir o monopólio! A Petrobrás vende os 730 mil barris por dia que produz no país por US\$ 14 por barril, e com lucro. Por

acaso as empresas privadas que vissem a produzir petróleo no Brasil hoje iriam vendê-lo no mercado interno por esse preço? Na verdade o Governo brasileiro está sendo compelido pelos americanos a abrir o monopólio constitucional, para que eles possam “democraticamente” se apossar da nossa tecnologia, do nosso patrimônio, do nosso mercado, do nosso petróleo de boa qualidade barato e estrategicamente bem situado, através da atuação perniciosa de um cartel internacional. Ronaldo Aidos (5/05), Porto Alegre, RS.

Diferença

Globo 050- Com os ruralistas o Governo cedeu e está cumprindo acordo de governos anteriores. Por que com os petroleiros tem que ser diferente? Se a greve traz prejuízos à Nação, o calote também traz. Acho que a diferença está no lobby. Luiz Cláudio de Carvalho (27/05), São Lourenço, MG.

Greves

Globo 051- Já chega de tanta desorganização, quer da parte do Governo, que não está cumprindo o pactuado, principalmente com os petroleiros, quer dos grevistas insatisfeitos com o blefe. Estas greves vão acabar atingindo os próprios grevistas. América Valle Duarte Cruz (18/05), Rio.

Globo 052- Por que deixar a situação chegar ao ponto de confronto? Por que não ocupar o período entre dissídios, para que as partes cheguem nas suas respectivas datas-base com o acordo já acertado? Cabe perguntar para que serve a Justiça do Trabalho. Uma instituição que se tornou subalterno menor do Executivo. Qualquer movimento reivindicatório é considerado abusivo ao arrepio dos fatos que comprovam a legitimidade do movimento; desconsidera um acordo juridicamente perfeito e leva as partes ao confronto, agindo com parcialidade em prol do lado economicamente mais forte. Edilberto Teixeira Chaves (16/05), Campinas, SP.

Globo 053- Gostaria que o Governo Federal usasse contra os corruptos e sonegadores - desde empreiteiros a usineiros- da mesma inflexibilidade que está usando agora para com os trabalhadores grevistas da Petrobrás. Isto sim é que seria Governo firme. Eliane Velloso (17/05), Rio.

Globo 054- Considero absurdo o pouco caso com que o Governo Federal vem tratando a greve dos petroleiros. Não se pode ignorar que o TST errou ao afirmar que o protocolo assinado entre a categoria e o então presidente Itamar Franco não tem valor legal, e que os petroleiros foram inocentes ao acreditar no acordo. Maria Alice Rodrigues Martins (16/05), Rio.

Globo 055- O Governo e os políticos que o apóiam são os únicos responsáveis pela greve da Petrobrás e petroleiros. Não sou petroleiro nem sindicalista, falo defendendo o patrimônio da nossa Nação. O Governo quer denegrir a nossa Petrobrás para justificar a entrega do petróleo brasileiro ao domínio estrangeiro. Samuel José Franco (16/05), Rio.

Globo 056- Nossos governantes andam tão empolgados com as emendas, que resolveram emendar até provérbio latino. Ao desconsiderarem o acordo feito no ano passado entre petroleiros e Governo federal, transformaram o antigo verba volant, scripta manent (as palavras vão, os escritos ficam) em verba volant, scripta idem (as palavras vão, os escritos também). Gabriela A. Lima (17/05), Rio.

Globo 057- Li na edição de 17/05 o artigo “Quem não quer conversar”, que advoga que a greve dos petroleiros, sem citar centenas de outras que pipocam pelo país, é mais a propósito das mudanças na Constituição do que por salários. No entanto, afirmo que os petroleiros em momento algum colocaram reivindicações políticas na pauta de negociações. O Governo e os órgãos de imprensa que o apóiam tentaram, mas não conseguiram, por não ser verdade, caracterizar a greve como política. A

greve é salarial e pelo cumprimento de um acordo coletivo selado pela mais alta autoridade da Nação de então, Itamar Franco, que continua, até por escrito, confirmando tal fato. Francisco Soriano de Souza Nunes (17/05), Rio.

Globo 058- As greves que hoje se espalham pelo Brasil não são fatos isolados, pois uma onda de greves atinge toda a América Latina, principalmente nos países que adotaram planos de ajuste econômico. Do Chile ao México os trabalhadores reivindicam reajuste salarial e protestam contra a deterioração de políticas sociais. Cerca de 50% dos 400 milhões de habitantes da região vivem em estado de miséria. Em geral, os governantes reconhecem que as reivindicações são justas, mas dizem não ter recursos para atendê-las. Este é um reflexo do neoliberalismo, aumentando a concentração de riqueza e piorando a distribuição de renda. Clovis Fernando Dias Machado (12/05), Niterói, RJ.

Privatização

Globo 059- A idéia fixa do Governo de privatizar as empresas estatais que exploram os serviços públicos de gás, luz, telefone e petróleo esbarra no fantasma da inflação. Após a privatização, o Governo não mais poderá impedir o aumento do preço dos serviços para inibir o índice inflacionário como hoje faz, assim, de um lado sucateando as empresas e, de outro, subsidiando o fornecimento de energia elétrica para as multinacionais, como no caso de Tucuruí. Privatizadas as empresas e aumentados os preços dos respectivos serviços, tudo levará à desestabilização do Plano Real. Ao Governo cabe a decisão: privatização com inflação ou manutenção das estatais e controle de preços dos indispensáveis serviços públicos, sem inflação. Hariberto de Miranda Jordão Filho (5/06), Rio.

Globo 060- Se fazendo a privatização das estatais o país sofrerá mudanças para melhor, que seja feita o mais urgentemente possível, pois o Governo está matando aos poucos os empregados das estatais e suas famílias. O governo não desconhece o que se passa com milhares de empregados das estatais, porém, não cede em nada, nem mesmo nos direitos adquiridos. Paulo Romeu de Azevedo (2/06) Nova Iguaçu, RJ.

Petroleiros

Globo 061- A Procuradoria-geral da República recomenda a dissolução dos sindicatos dos petroleiros, alegando o prejuízo causado à população e o não atendimento aos serviços essenciais. Sugiro à Procuradoria que recomende a dissolução do Congresso por legislar em causa própria e chantagear o Executivo, causando irreparáveis prejuízos ao povo brasileiro; a dissolução do Judiciário pela incompetência e omissão no julgamento de milhares de processos que se arrastam por mais de dez anos, causando prejuízos irreparáveis ao povo brasileiro; a dissolução do Poder Executivo pela incompetência e omissão na defesa dos direitos do povo brasileiro (saúde, segurança, educação, etc) e na luta contra a corrupção. Quem garante que a greve dos petroleiros não foi arquitetada pelo Governo, com a conivência da FUP para viabilizar a quebra do monopólio e entregar a Petrobrás aos interesses multinacionais? Os trabalhadores, coitados são apenas massa de manobra, levados pela omissão e ignorância da causa pela qual lutam. Luiz Rossato Cruz (8/06), Rio.

Petrobrás

Globo 062- A Petrobrás não deve ter medo da concorrência. Ela deve temer é o Governo brasileiro, seu acionista majoritário. Se para aprovar a quebra dos monopólios o Governo fez o que fez, concedendo favores com dinheiro que não tinha a ruralistas e a deputados, o que não fará para

continuar favorecendo aos poderosos grupos econômicos nacionais e internacionais interessados nos negócios petrolíferos e de comunicações no Brasil? Ronaldo Aidos (14/06) Porto Alegre, RS.

Globo 063- A quase totalidade da grande imprensa, patrocinada pelo grande capital, está se esforçando para passar à opinião pública a idéia de que o petróleo não é mais questão de soberania do país. Todas as guerras em curso têm como motivo real o petróleo, combustível não renovável, ainda sem substituto pelas suas múltiplas aplicações e também matéria-prima para mais de 60 mil itens industriais. Nos EUA o setor petróleo não é monopólio estatal. No entanto, cresce a cada mês sua dependência externa do petróleo. Como vemos, até o paraíso de política petrolífera neoliberal o modelo proposto pelo Governo FHC fracassou. Francisco Soriano de Souza Nunes (14/06), Rio.

Globo 064- O sr. Roberto Campos se especializou em depreciar a Petrobrás e os petroleiros. Curiosamente, não tem se pronunciado sobre o sucesso da Petrobrás. É bom lembrar que as plataformas desenvolvidas pela Petrobrás, com engenharia brasileira, são três vezes mais baratas que as primeiras plataformas importadas. Numa área em que não há monopólio, o programa do álcool, a Petrobrás vendeu tecnologia para a China, tendo vencido uma concorrência internacional. Tem sido timidamente divulgado pela imprensa que a Petrobrás, sozinha, em apenas 40 anos, investiu no Brasil US\$ 80 bilhões, enquanto todas as multinacionais, em cem anos, investiram apenas US\$ 72 bilhões. O monopólio está sendo questionado num momento em que as estatísticas apontam que as reservas dos EUA não serão suficientes para os próximos dez anos, enquanto que as reservas brasileiras conhecidas apontam para mais de 30 anos. Renato Marcondes (9/06), Rio.

Globo 065- Segundo a Receita Federal, pessoas jurídicas brasileiras (empresas, indústrias, etc) pagam, em média, 490 de Imposto de Renda. É o equivalente ao que paga de Imposto de renda um cidadão solteiro que ganha pouco menos de R\$ 10 mil por mês. A imprensa divulgou a saída da Atlantic do Brasil. Investiu US\$ 6 milhões, recebeu lucros durante 71 anos e vendeu o seu mercado por US\$ 300 milhões. Ótimo negócio para a Atlantic, é claro. Em 1994, a Shell Brasil lucrou US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 60 milhões foram remetidos à matriz (em Londres); os outros US\$ 40 milhões, somente a empresa sabe a destinação. A Petrobrás é, talvez, a única empresa obrigada, por lei, a investir todo o seu lucro no Brasil. É por isso que, em 41 anos investiu US\$ 80 bilhões no país construindo um patrimônio de mais de US\$ 200 bilhões. Em pleno Plano Real, as petroquímicas e as siderúrgicas, indústrias privadas, comprando insumos da Petrobrás que foram reduzidos de preços duas vezes, durante o plano, inexplicavelmente aumentaram os preços dos seus produtos. A água mineral, produzida e engarrafada pela iniciativa privada, teve o preço aumentado em 40%. Atualmente, o litro de água mineral custa R\$ 1,40 enquanto o litro de gasolina, que requer uma tecnologia sofisticadíssima para ser produzida, custa R\$ 0,53. E ainda assim há uma minoria querendo quebrar o monopólio do petróleo e privatizar a Petrobrás. José Conrado de Souza diretor da Aepet Associação dos Engenheiros da Petrobrás (20/04), Rio.

Monopólio

Globo 066- Sai o monopólio da Petrobrás, entra o oligopólio das Sete Irmãs. Só falta o Senado aprovar o nome do deputado federal Roberto 'Jari' Campos para presidente da Petrobrás. Aí o entreguismo ficará, finalmente, consubstanciado. (Jurcy Querido Moreira, SP)

Greve

Globo 067- Só a greve abusiva? Não haverá lucro abusivo, ação policial abusiva, especulação abusiva, exploração abusiva, concentração de renda abusiva, desemprego abusivo, impunidade abusiva, dilapidação dos bares públicos abusiva, uso do Fundo Social de Emergência abusivo? Com a palavra a Justiça, que tem abusado do direito de ausência. Salvo para as greves. (Emir Sader, RJ).

Posicionamento argumentativo: Cartas contra a greve

Jornal do Brasil

Petroleiros

JB 068- Não há outro nome para a atual greve de petroleiros senão ação revolucionária. Que outro estado de espírito pode explicar a ação de sindicalistas que, no início da greve, assumiam abertamente que o objetivo era “barrar” as reformas constitucionais apresentadas ao Congresso pelo presidente, e que agora afrontam a lei e a Justiça, sem se importar com as dificuldades do povo? Tudo isso, porém, está coerente com o pensamento das lideranças do PT e do PDT: Lula já disse que entre o legal e o legítimo fica com a segunda opção, e Brizola apelou para um golpe militar. Felizmente o Brasil já está começando a deixar tudo isso para trás. Luís Cobo Pimentel - Rio de Janeiro.

JB 069- Durante muitos anos fiz parte da legião de defensores do lema “o petróleo é nosso” e “viva a nossa Petrobrás”. Ridículo! Agora vejo claramente os riscos terríveis deste insólito monopólio. Não podemos mais permitir que 130 milhões de brasileiros continuem sendo reféns nas mãos de 50 mil petroleiros irresponsáveis e egoístas que colocam, em primeiro lugar, os seus interesses políticos acima das necessidades do povo. É preciso acabar com este tipo de sindicalismo chauvinista que corrói as entranhas do Brasil. Só há uma saída: privatização. Só assim esses parasitas sociais vão aprender a trabalhar de verdade. Leandro Cunha - Rio de Janeiro.

JB 070- Espero que o governo seja duro; inflexível mesmo. Rever as demissões? Nunca. O povo brasileiro não pode continuar sendo refém da aliança estado-CUT-petista. O governo pode e deve jogar pesado. Quanto mais longa a greve mais impopular serão todos os monopólios e toda a mentalidade estatizante (ou estado-paralisante). Mauricio Basseres - Rio de Janeiro.

JB 071- Vicentinho, presidente da CUT disse que os petroleiros não podem ser humilhados. Mas o povo pode sofrer restrições, impostas pela greve. O país pode perder milhões de reais (...) A CUT quer ser um superpoder, acima da lei. É hora da autoridade mostrar o peso da lei. É hora de punir seriamente esses alucinados. E, acima de tudo, acabar com o monopólio do petróleo, na verdade, monopólio da Petrobrás. Grant Wall Barbosa de Carvalho - Rio de Janeiro.

Greves

JB 072- Extremamente lúcido (...) o editorial “Provocação insensata” de 11/05. A sociedade não pode ficar refém do corporativismo dos funcionários das estatais, que se julgam acima da lei e do resto do povo brasileiro. Atualmente fala-se muito em transparência. Gostaria de saber se vai haver “transparência” em relação ao pagamento, por parte dos sindicatos que não encerrarem a greve, da

multa diária imposta pelo TST. Além disso, os funcionários demitidos não deveriam ter a recuperação de seus empregos como objeto de futuras negociações. Foi deles a opção pelo risco; agora que assumam. Será um bom exemplo para aventuras futuras. Quanto a pedirem demissão em massa - devem fazê-lo. Aonde irão arranjar emprego com o salário que a Petrobrás paga além de outras vantagens? (...) Lilia Soares - Rio de Janeiro.

Grevista

JB 073- Ultimamente, estão ocorrendo diversos movimentos grevistas no setor público. Tais movimentos são liderados principalmente pela CUT, representada por funcionários de estatais que se encontram ociosos, à disposição dos sindicatos, com ônus para o Tesouro e garantia de emprego. Normalmente, havendo decisão judicial condenando as greves, as punições só atingiriam os empregados que estão em serviço, situação que se configura injusta, pois às vezes, por causa dos piquetes esses trabalhadores são impedidos de exercer o direito ao trabalho. Sugere-se que os primeiros a ser punidos, com desconto ou demissão, sejam exatamente aqueles que confortavelmente se encontram na direção e no comando das ações julgadas abusivas pela Justiça, levando-se em conta que, pela ilegalidade e pelo abuso, cessaria a garantia do item VIII do artigo 8. Da Constituição Federal por estar tal dirigente cometendo falta grave. (...) Jorge Ramos- Rio de Janeiro.

O Estado de São Paulo

Quebra de monopólio

OESP 074- Superada a tese e não havendo mais razão para que persista o lema “o petróleo é nosso”, com o sentido de exclusividade monopolística, é de admirar que ainda remanesçam as resistências derrotadas de origem espúria! Bem fazem esses inconformistas em exhibir a Bandeira do Brasil, onde se insere “ordem e progresso”, com a superposição daquele lema, que poderia ser mais completo: “O petróleo é nosso porque também somos_fossilizados”. Afinal, por terem sua proviniência no estado fóssil, não se sentiriam mais à vontade como retrógrados e inimigos do progresso - o que seria, porém, uma contradição com os dizeres da bandeira? (Augusto Queiroz Fonseca Machado, São Paulo)

Agradecimento

OESP 075- Obrigado aos petroleiros por nos mostrarem quanto é nefasto o monopólio. Obrigado por nos mostrarem quão mentirosa e hipócrita é a vinculação da soberania ao monopólio. Obrigado por nos mostrarem que o monopólio, por razões estratégicas de fornecimento, é falso, pois quando eles querem acaba o fornecimento. Obrigado por nos mostrarem como o corporativismo exacerbado de uma categoria pode fazer reféns um povo e um governo fraco. Obrigado por nos mostrarem que, se tivéssemos dez empresas no setor, poderíamos estar às voltas com a greve de três - sem gasolina A, compra-se a B. Obrigado por nos mostrarem que, por razões extremas de segurança, o monopólio deve acabar. Obrigado por nos mostrarem quão inconsequentes eles são: a greve, que era contra as reformas, de repente se transforma em greve por salário. Pior a emenda que o soneto. E nós, o povo, que não temos os privilégios de salários amplos de benefícios, seus fundos de pensão milionários, engordados à nossa custa - que propiciam aposentadorias nabalescas e ainda se dão ao luxo de financiar shoppings, que especulam em bolsas de valores... Que tal financiar a construção de

hospitais, casas populares, escolas? Como disse Castelo Branco, monopólio, se eficiente, não precisa; sendo ineficiente, não merece. (Wanderley F. Da Rocha, São Paulo)

Ao “batente”

OESP 076- Os petrobaderneiros precisam aprender que, numa sociedade democrática, onde impera o estado de direito, a decisão de um tribunal superior não se discute, cumpre-se! Acabem com essa molecagem corporativista e retrógada e reconheçam que a maioria dos brasileiros quer as reformas constitucionais. Marajás que mamam no fundo de pensão da Petros e nos adicionais de periculosidade recebidos no conforto do Centro Administrativo da Petrobrás: chega de folga e vamos voltar ao batente! (Flávio Calichman, São Paulo)

Vicentinho

OESP 077- Vicentinho está “careca” de saber que o governo não negocia enquanto os petroleiros não voltarem ao trabalho. Enquanto isso, a CUT e o PT se desgastam perante a opinião pública, especificamente a população de baixa renda, que é quem mais sofre, pois é obrigada a ficar horas na fila ou pagar ágio para adquirir um botijão de gás. Luiz Henrique Freire César Pestana, Capital.

OESP 078- Parabéns, Vicentinho! Torcemos para que o ilustre presidente da CUT mude a cabeça! Um bom sinal: Vicentinho raspou a cabeça. Independentemente de ter ou não feito aquilo que desejamos, valeu a intenção. André L. Reche, São Simão.

O petróleo é nosso

OESP 079- Será que esse corporativismo retrógrado da Petrobrás não consegue entender que o petróleo não é deles, e sim da Nação? Gil Carvalho, Capital.

Petromarajás

OESP 080- É necessário ponderar o que é mais perigoso: uma quadrilha de ladões que procura assegurar o monopólio da cocaína e mantém uma família inteira como refém para conseguir saída com garantias de vida, ou uma quadrilha de petromarajás que procura assegurar o monopólio do petróleo e mantém uma nação inteira como refém para conseguir uma “saída honrosa”. Ivan Thomas Halasz, Capital.

OESP 081- Já estou saturado de macarrão e sanduíches para economizar gás. Com o carro ando de casa para o trabalho e volto para casa. Mas se esse for o preço que temos que pagar para que o Congresso se conscientize do mal que fazem à Nação os monopólios em geral, e em particular o da Petrobrás, pago com prazer! Só espero que todo este sacrifício não seja em vão. Antônio Affonso Xavier de Serpa Pinto, Capital.

OESP 082- Vicentinho, greve é um direito. Greve “burra”, não! Evangelina Franceschini, Capital.

OESP 083- Perguntar não ofende: por que é que não substituem logo a sigla PT por PG (Partido dos Grevistas)? Francisco Scavone, Itatiba.

O país parou

OESP 084- Já há algum tempo eu ouço dizer que o Brasil vai ser um grande país, quer pela sua capacidade industrial, quer pela agricultura, já que sua área lhe dá condições de ser o supermercado do mundo. Muitos fatores internos peculiares ao povo brasileiro impediram que isso ocorresse, mas sempre tive esperança. O plano Real me deu a quase certeza de que, finalmente, chegaríamos lá. Mas agora vejo que minha esperança pode ser frustrada por uma greve imbecil de um setor essencial e monopolizado, que está prestes a parar o país sem que haja interferência dura do governo constituído. Pela primeira vez sou obrigado a concordar com o ex-agitador Leonel Brizola: somente as Forças Armadas darão um fim a esse desvario e colocarão o País na sua rota normal de crescimento. Maurício Lima, Capital.

OESP 085- Até que enfim se toma uma atitude contra esse câncer chamado Petrobrás. Essa excrescência satânica já devia ter sido extinta há anos. É ineficiente, vende a pior gasolina do mundo pelo preço mais alto, repassa o álcool, que não é derivado do petróleo, embutindo um ganho de 40% só para “administrar” o combustível e, mais que isso, pesa aos cofres públicos, ou seja, ao povo. Fora com ela! Paulo Tadeu França Danese, Capital.

OESP 086- Sou admirador de Fernando Henrique. Depois que demitiu um dos diretores da Petrobrás, mais ainda. Faz-me lembrar Rodrigo Cambará, personagem de Érico Veríssimo. “Buenos e me espalho. Nos pequenos dou de prancha e nos grande dou de talho”. E que talho! De aleijar. Avante, presidente! Não é possível que feudos estatais, Petrobrás & Cia, comandados por chefes insubordinados, descumpram ordens superiores. Manoel Albino Ramos, Capital.

OESP 087- O petróleo é nosso! Mas a Petrobrás é deles e da CUT. Até quando o Brasil vai ser refém de privilegiados funcionários das estatais? Privatização já! Lourenço Innocenti Neto, São Carlos.

OESP 088- Só faltou o pessoal pedir benefícios para os pais de ex-amantes e por perdas com o Plano Cavallo. De fato esse monopólio é problema de segurança nacional. Luiz C. Garcia Lopes, São Paulo.

Apelo a Vicentinho

OESP 089- As mães que têm bebês apelam ao sr. Vicentinho, presidente da CUT, para que deixe os funcionários da Petrobrás produzir gás de cozinha, para que elas possam esquentar as mamadeiras, de manhã cedo e à noite. O sr. Vicentinho deve continuar a greve nos setores de gasolina e óleo diesel - carros, motos, caminhões e ônibus podem parar que não matam ninguém de fome. Mas, compreenda, os bebês sofrem por causa da greve - e sofrem muito também os trabalhadores sem recursos. Sr. Vicentinho, tenha compaixão dos bebês e dos pobres que passam fome por falta de gás. Brigue com o governo, mas não deixe o pobre sofrer. Shimidt van Motta, Colina.

Greve dos petroleiros

OESP 090- A demissão de petroleiros por motivos de greve deve ser acompanhada de proibição de readmissão em qualquer empresa do grupo Petrobrás pelo período de dez anos. Assim, eles só poderiam trabalhar no ramo procurando emprego numa empresa privada, e passariam a torcer pela mudança da Constituição para permitir um competitivo. Iwan Thomas Halasz, Capital.

OESP 091- O artigo O privilégio da humilhação (10/5), do sr. Antônio Carlos Spis, da Federação Única dos Petroleiros, mistura coisas, deve ter comovido muita gente. Os petistas das estatais têm

razão em não querer as reformas e fazer greve por toda a parte: ser empregado do governo é muito melhor do que ter patrão de verdade. Pergunto: poderia o sr. Spis informar, sem blablablá sobre referências, etc..., a média do recebimento mensal dos petroleiros (o valor creditado no banco, que os computadores possam comprovar), desde operadores e engenheiros até gerentes, supervisores, etc? Aí ele provaria claramente que os trabalhadores da Petrobrás ganham menos que os outros. Oswaldo Chiquetto, Capital.

OESP 092- Finalmente, o presidente FH tomou as providências que nós, que o elegemos, tanto desejávamos: colocar o Exército a trabalhar para o povo. É um absurdo o que os petroleiros estão fazendo, ilegalmente, como ameaçar fechar poços de petróleo, que não pertencem a eles, mas a todos os brasileiros, que tanto sofrem para pagar seus salários altíssimos. No Brasil não temos quarto poder, os petroleiros devem cumprir a lei. Vicente G. Amatucci, Capital.

Trabalhar

OESP 093- A CUT, Vicentino & Cia, parecem não entender é que 35 milhões de brasileiros vencedores apóiam as reformas da Constituição. Nenhum país, em especial o Brasil neste momento, se pode dar ao luxo de parar por greves políticas. Se manquem. Ou melhor, trabalhem. Afinal, o partido não é dos trabalhadores? Aliás, parece mais associação do que partido, esse PT. Bob Sharp, Capital.

OESP 094- Sem nada concreto a médio e longo prazo que acuda aos interesses nacionais, resta aos dirigentes do PT e da CUT apoiar demagogicamente privilégios de grupos corporativistas. Essa leva de retrógrados obtusos serviria melhor à Pátria se fosse plantar cactus nos áridos do Nordeste. Assim, sem a infernal baderna criada por eles nas grandes metrópoles, os verdadeiros trabalhadores e o povo em geral alcançariam a paz. João Martins, Caraguatatuba.

Valentia

OESP 095- A CUT ameaça tornar o impasse com o governo um conflito sangrento. Isso é fácil num país como o nosso, onde não existe autoridade. Gostaria de ver a valentia do sr. Vicente Paulo da Silva em países como a China socialista ou Cingapura. No primeiro, seria fuzilado e sua família receberia a conta das balas gastas. No segundo, mais liberal, tomaria tantas chibatadas que aprenderia, rápido, o valor do silêncio. Sílvio de Barros Pinheiro, Santos.

Lições da greve

OESP 096- Se acham mesmo que a volta ao trabalho é um “recuo estratégico”, os grevistas não aproveitaram o ócio para refletir sobre o que o povo pensa do movimento deles. Max P. Cassius, Capital.

OESP 097- Nas Ilhas Galápagos sobrevivem seres ancestrais como o iguana, um enorme lagarto pré-histórico, careca e que costuma ficar com a linguinha para fora. Taí um bom lugar para Vicentino fixar residência. (Nelson Secaf Jr, São Paulo)

OESP 098- Atitudes de determinados expoentes da comunidade que dizem trabalhar para o povo possuem caráter de autopromoção, visando cargos eletivos, e não buscar um caminho de conciliação e equilíbrio, a fim de que o segmento sofrido da população não pereça, ainda mais em filas. Deve-se

dar cheques a quem realmente precisa, e não apagar a “fogueira” com gasolina, produto raro hoje. Walter Gomes Mota, Capital.

OESP 099- A greve na área estatal coordenada pela CUT, reivindicando reposição salarial, até aí tudo bem. Mas prejudicar a maioria por falta de serviços essenciais e reivindicar o fim das privatizações e a retirada de emendas da reforma constitucional é uma correia de transmissão de avacalhamento contra a modernização, a estabilização e o desenvolvimento do País. Essas greves têm cheiro de “quanto pior, melhor” ou de “se melhorar, estraga”, que possibilita manter a base dos privilegiados e a capitalização política Tetsuji Higa, Capital.

OESP 100- Quando você se sentir prejudicado com a greve dos petroleiros, eletricitários, telefônicos, previdenciários, metroviários e outros grupos corporativos, lembre-se: por trás de tudo isso estão a CUT e o PT, cuja única filosofia é o “quanto pior, melhor”. Não importando que, em sua sanha de política revanchista, atrapalhem quem precisa trabalhar. José Etuley Barbosa Gonçalves, Capital.

OESP 101- Excelente o editorial Outras batalhas virão (6/5). O Estado-Petrobrás não está na Constituição e o monopólio é da União, não de uma empresa, menos ainda de seus funcionários marajás. E se os “donos” do petróleo se negam a produzi-lo, poderemos nos contrapor, economizando-o. Oswaldo Chiquetto, Capital.

OESP 102- Está parecendo um movimento político reacionário, movido por interesse contrário às mudanças propostas e aprovadas nas urnas. Será que o objetivo é acabar com a democracia em nosso país? Será apagar o resultado das urnas e trazer de volta a intervenção que vigorou no tempo da ditadura? O povo brasileiro nunca aceitou a opressão e a dominação e não pode aceitar que meia dúzia de sindicalistas e um dos partidos políticos ponham a perder tantos anos de luta pela liberdade - liberdade perdida por movimentos políticos como estes que vemos hoje. Que se cumpram as leis e exercitem a autoridade, punindo os que abusam de seus direitos. Lênio Mônaco Neto, Santos.

OESP 103- O Estado traduziu literalmente minhas convicções a respeito do grevismo insoptável que grassa nos setores básicos da área social (Paga o contribuinte, 22/4). Urge que a sociedade force o advento de uma legislação que limite o exercício do direito de greve e delinheie seus legítimos objetivos. Do contrário, estamos condenados a sofrer as conseqüências altamente nocivas e contraproducentes de categorias profissionais que, travestidas de Pilatos, “lavam as mãos” e negligenciam seus princípios e deveres. Rodrigo Furtado de Castro, Capital.

OESP 104- Estamos em plena vigência da onda de greves do cutismo estatal. Estão paradas a Petrossauro, a Eletrossauro, a Telessauro, e outras gigantes estatais prometem cruzar os braços em defesa de suas mordomias. Se o preço que a sociedade - que votou pela modernização do País - tem de pagar para nos livrarmos desses mastodontes pré-históricos é ficar alguns dias sem gás, combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, é muito baixo e devemos pagá-lo com galhardia. Armando Taddei Júnior, Capital.

E o povão?

OESP 105- Greves nos transportes. Greves nas escolas. Greve no gás. Greve! Greve! Quem é que sofre? O povo, que paga todas as contas desmandos dos governos. Agostinho Thomaz Casale, Capital.

Greve política

OESP 106- O presidente FH está de parabéns pela demonstração de poder de decisão e de pulso na condução dos interesses da Nação ao determinar a ocupação das refinarias da Petrobrás pelo Exército. Só espero que o presidente tenha a mesma firmeza não fazendo nenhum tipo de concessão a esses baderneiros da CUT/PT e demita todos os grevistas anunciados e os que assinaram a tal lista de demissão coletiva. É assim que se defendem os interesses da sociedade brasileira, refêm de monopolistas privilegiados. Idésio Alves, Mococa.

OESP 107- Por que é que os srs. Suplicy e Vincentinho não compareceram também às portas das distribuidoras de gás para prestar “solidariedade aos companheiros” que enfrentam quilômetros de filas de quatro a cinco horas para adquirir um bujão de gás? J. Paschoal, Santo André.

OESP 108- Tenho direito ao gás de cozinha, assim como os petroleiros têm direito à greve! Desde que um não prejudique o outro. Quero gás! Paulo Cerukovic, Ribeirão Preto.

Rescaldo

OESP 109- Srs. Petroleiros, o que servirão às suas famílias na refeição: lula à doré, lula à provençal ou risoto de Lula? Sueli Ferreira, Capital.

OESP 110- Realmente, o País está com tudo para passar para o Primeiro Mundo! Em parte podemos agradecer ao PT. Depois de o PT, com a greve, dar uma grande ajuda para o Congresso acabar com o monopólio da Petrobrás, leio no Estado que o prefeito de Ribeirão Preto saiu na frente e privatizou o tratamento de esgoto na cidade. Finalmente, o esgoto é nosso, e o petróleo em breve será! Rubem Ribeiro Tibyriçá, Capital.

Demissão coletiva

OESP 111- A demissão coletiva dos petroleiros é sinal de que chegaram à conclusão de que não são tão necessários assim. Que bom que tomaram essa iniciativa. A Petrobrás precisa, urgentemente, de sangue novo, de gente nova. Quantos engenheiros e pais de família, que farão o serviço tão bem quanto eles, estão precisando de um bom emprego?! Perguntar não ofende: onde é que se faz a inscrição para conseguir emprego nas refinarias? Ana Lúcia Bernardoni, São Carlos.

Protesto

OESP 112- Ao ler o Estado de 18/5, me pergunto: em março de 1964 foi a marcha das mulheres; em maio de 95 será a marcha das mulheres com botijão de gás? Raul Maselli, São Bernardo do Campo.

Saulo Ramos

OESP 113- Excelente o artigo de Saulo Ramos Greve e crimes graves (25/5). É preciso que o sr. Presidente da República faça valer sua autoridade e acabe com essa greve ilegal, nem que tenha de demitir todos os grevistas e contra eles promover a “instauração de inquéritos policiais e ações penais”. O que não pode é o País ficar inerte, encurralado, à mercê de chantagistas, senão o que aqui teremos será, não uma democracia, mas uma badernocracia. Nelson Russo, Capital.

Quem paga a conta?

OESP 114- O País está caminhando para a modernidade. É notório o grande salto que estamos dando rumo a uma economia estável e próspera. No entanto, algumas categorias profissionais insistem em ter vantagens e prejudicar outras. Como se já não bastassem os privilégios que funcionários públicos do Metrô, da Petrobrás, gozam, eles resolveram deturpar a estabilidade social e econômica do País. Se todos os empresários que foram prejudicados pela greve dos metroviários, ou estão sendo pela dos petroleiros, entrarem na Justiça contra os sindicatos, talvez estes últimos acordem para a realidade de que estamos vivendo. A hora é de mudança. Demissão coletiva, sim. O Brasil está cheio de desempregados, pessoas capacitadas a assumir a posição desses presunçosos. Não devemos ter medo. Mandem embora, demitam, mas não voltem atrás. Acabem com o monopólio. Deixem existir uma disputa de mercado e se verá esses mesmos grevistas trabalhando com um sorriso estampado no rosto, pois lá na porta da empresa haverá pelo menos três candidatos preenchendo ficha para ocupar o seu lugar. Chegou a hora de abrir os olhos dos trabalhadores: a única coisa que interessa aos sindicatos é a contribuição sindical, com a qual a única coisa que o trabalhador ganha é ficar de braços cruzados na porta da fábrica ou assistir a esses defensores dos trabalhadores andando em carros importados ou galgando cargos públicos... Marcelo A. Soares, Capital.

Humilhação

OESP 115- O sr. Vicentinho teme pela humilhação dos petroleiros ao voltarem ao trabalho, sem conseguirem o que querem. O que dizer da humilhação da população, sem gás de cozinha e sem transporte? Eloísa Jones, Americana.

OESP 116- De quem é a humilhação? O sr. Vicentinho está preocupado com a humilhação dos grevistas. E o que ele diz da humilhação de toda a população que fica nas filas o dia inteiro, sem comer, sem beber, sem banheiro e sem poder trabalhar ou estudar? A CUT trata a população como se fosse um bando de vagabundos e desocupados. Recorte e guarde: não demora muito e teremos eleições!!! Rosa Cristinha Azevedo Souza Costa, Capital.

OESP 117- Para o trabalhador brasileiro não é humilhação voltar ao trabalho. Humilhação é servir de massa de manobra aos interesses dos sindicalistas. É ser obrigado a prejudicar amigos, parentes e a população. Os sindicalistas é que devem parar de humilhá-los e refletir sobre os efeitos de seus atos. Frima Sapiro, capital.

Alternativas.

OESP 118- A greve ilegal dos petroleiros é mais um estímulo para o desenvolvimento do transporte elétrico. Aliás, com a rede hidrográfica desta nação, é um absurdo o uso de gás para fins domésticos ou industriais. O. C. Serrano, capital.

Petrobrás

OESP 119- Parabéns, presidente FH. Não era mais possível continuar a assistir passivamente a tanto descaso para com o povo brasileiro, já tão sofrido. Afinal, a Petrobrás não é propriedade da CUT nem do PT. A Petrobrás é propriedade de todos os brasileiros. Glácio Avólio, Capital.

OESP 120- Ridícula a carta do leitor Valdi Ferreira (24/5), defendendo esta greve ilegal, abusiva e fascista. Além dos privilégios que outros trabalhadores não têm, a categoria dos petroleiros tem os

melhores salários do Brasil. Na realidade, não houve esse propalado acordo, por isso a decisão do TST tem de ser cumprida. Mário Lima Pereira da Silva, Capital.

OESP 121- Só faltou o pessoal pedir benefícios para os pais de ex-amantes e por perdas com o Plano Cavallo. De fato esse monopólio é problema de segurança nacional. Luiz C. Garcia Lopes, Capital.

Nova greve

OESP 122- No interior ainda falta gás (GLP). As filas são enormes. Enquanto isso, os petroleiros pensam em nova greve. Seria interessante que a Petrobrás recadastra-se petroleiros recém-aposentados, principalmente os que desenvolviam atividade especializada, para eventual contratação de emergência. É melhor prevenir que remediar. Habib Alane, Matão.

Monopólios

OESP 123- Aos demagogos que ainda procuram defender monopólios cabe lembrar que o mundo não parou de nos oferecer comparações entre regimes com eles e com livre competição. Até seis anos atrás, a pujança da Alemanha Ocidental, que a transformou na maior potência econômica da Europa, contrastou com a RDA monopolista, cuja população só tinha prateleiras vazias e imensa vontade de fugir. Hoje, a Coreia do Sul, com a competição acirrada de quatro empresas, é o segundo maior exportador de carros e eletrodomésticos da Ásia, perdendo só para o Japão, enquanto a Coreia do Norte continua, com seus monopólios, no mesmo atraso econômico em que os defensores dessa modalidade procuram segurar o Brasil. Iwan Thomas Halasz, Capital.

Flexibilização

OESP 124- Enquanto, em Brasília, emissários da CUT (PT) tentavam impedir a votação da flexibilização do monopólio do petróleo, promovendo destruição do patrimônio público e tumultuando a sessão da Câmara, aqui, em Ribeirão Preto, prefeito petista desafia o anacronismo do partido flexibilizando e privatizando empresas públicas, apontando para o desenvolvimento do município. “Competição é bom, pois quem ganha é o público”, afirma. (Estado, 15/6). Paulo de Souza Cavalcanti, Ribeirão Preto.

Quebra de monopólio

OESP 125- Os petroleiros conseguiram, involuntariamente, quebrar o monopólio do petróleo. Sua greve sacrificou a sociedade e humilhou o Poder Judiciário. Além da derrota, resta aos petroleiros o pior: pagar a conta. Habib Alane, Matão.

OESP 126- Gostaria que os srs. Lula e Brizola esclarecessem se eles realmente chefiaram os baderneiros que quebraram os vidros do Congresso nacional, ou se trata de montagem eletrônica nos computadores das redes de TV, que conseguiram exibir a cena com muita semelhança entre elas. Iwan Thomas Halasz, Capital.

OESP 127- Maria da Conceição Tavares chorou de alegria pelo Plano Cruzado. Deu no que deu. Agora, ela chorou de tristeza pelo fim do monopólio da Petrobrás. Assim, temos a certeza do sucesso dessa medida - ela sempre está do lado errado. Luiz Fernando Mattos, Capital.

Outro patrão

OESP 128- Privatização já! Greves, metroviários, eletricitários, petroleiros, professores. É o que se vê em todos os noticiários: insatisfação generalizada contra esse patrão, o governo. Se o setor público fosse bom, por que tanta greve? Com certeza a mensagem dos grevistas é: queremos outro patrão! Nós trabalhadores do setor privado, sugerimos que passem para o nosso lado, onde os bons sempre têm lugar. PS: O IPMF vem por sugestão de um sr. Doutor funcionário público, que deveria ser mais criativo. Minha avó já dizia que fazer esmola com dinheiro alheio é fácil. Maria Cecília Centurion, Capital.

Petrobrás

OESP 129- O colunista Alberto Tamer responde, de Paris: Curioso. Na caríssima campanha em defesa do monopólio movida pela Petrobrás em rádios, revistas, jornais e principalmente na televisão, a empresa sempre fez questão de se comparar às grandes no Exterior, para concluir que é também uma das mais eficientes e maiores em produção, metros de poços perfurados, etc. Agora, quando se trata de avaliar resultados, essa comparação não é válida. Tem distorção, afirma o sr. Fantine. Sei das limitações dos diferentes indicadores de eficiência e da dificuldade para comparar companhias do mesmo setor. Mas a diferença fantástica entre 105 mil empregados da Shell em todo o mundo faturando US\$ 14 bilhões anula qualquer distorção e argumento da empresa nacional. Outro exemplo edificante: em 1990 a YPF da Argentina tinha 50 mil empregados. Hoje, conta com apenas 5.800. O faturamento de empregado por ano, no período, passou de US\$ 350 mil por ano. Os números são irrefutáveis. Defender esta situação é ser a favor do corporativismo e contra a própria Petrobrás, que deve se reformular e competir com as demais empresas no Brasil sem precisar se enconder atrás do monopólio. Repetindo Castelo Branco: se a petrobrás é eficiente, não precisa do monopólio. Se não é, não o merece.

Decepção

OESP 130- Vicente Paulo da Silva vinha brilhando como orador, dos raros que hoje falam sem ler, expondo idéias claras e objetivas. Participou de uma mesa-redonda sobre indústria automobilística no Salão do Automóvel, em 1992, e foi aplaudido de pé (fiz até questão de cumprimentá-lo). Vinha sendo cada vez mais recebido por empresários e era reconhecido como líder. Mas jogou fora anos de desenvolvimento e ascensão pessoal. Quero crer que por infidelidade ao partido-associação de classe que é filiado. O que, em princípio, pode ser prova de seu bom caráter. Só que nenhum cidadão, principalmente de sua projeção, pode dizer publicamente que um tribunal “fez papel de moleque”, tampouco desafiar sua decisão. Que pena! Bob Sharp, Capital.

Luta do século

OESP 131- A luta do ‘seculo vai, finalmente, ocorrer. De um lado, empresários e trabalhadores. Trazem consigo o seguinte cartel: os primeiros vivendo sob a chibata de 63 impostos, taxas e emolumentos, enfrentando adversidades que a atividade privada vem tendo nos últimos 20 anos com uma política econômica digna de hospício de terceira categoria. Os trabalhadores, numa luta insana por uma oportunidade maior de vagas e salários dignos que só é dada pela atividade particular e esperando que se desenvolva para que possa usufruir uma vida mais decente. No outro corner, petroleiros, eletricitários, telefônicos, funcionários públicos e de estatais, que trazem cartel de fazer invenja: os salários mais bem pagos do País, com 14%, 15%, e 16%, previdência própria que se

transformou num novo poder econômico, horários de trabalho que nunca atingem as 40 horas semanais, adicionais de risco, periculosidade e insalubridade até para escriturários instalados em prédios com ar condicionado. Donos de monopólios e amparados por uma Carta Magna que foi manipulada. Um grupo traja calção verde com tarja amarela. O outro calção vermelho. Como juiz está o presidente da República e, como jurados o Congresso Nacional, O Executivo e o Judiciário. A luta está prevista para 12 assaltos e vale tudo, até golpes baixos. Como público está o Brasil. Por enquanto, o favoritismo é dos “estatais”. O evento recebe a cobertura de toda a imprensa, do rádio e da TV!. (Antônio Carlos Corrêa Netto, SP)

Folha de São Paulo

Greves

Folha 132- Deprimente a foto publicada pela Folha, em sua primeira página de 13/5, onde um bando de grevistas, desafiando a autoridade judiciária, em plenário, protesta utilizando-se, para tal, de vendas nos olhos, como ato deliberadamente provocativo. Não se alardeia, aqui, a volta do autoritarismo indiscriminado, mas sim que a baderna seja repelida, pois a população não pode mais ficar à mercê de grupos baderneiros (travestidos de sindicalistas) sofrendo diretamente todas as conseqüências dos atos praticados por aqueles. Gerson Rossi (Osasco, SP)

Folha 133- Prepotentes, os petroleiros desafiam a lei e a decisão da Justiça causando danos à economia e à nação, não hesitando em defender desta forma abusiva seus privilégios. Agora, mais do que nunca é preciso privatizar! Marialva de Castro Baccan (Belo Horizonte, MG)

Folha 134- Os sindicatos tomaram conta do país. A ditadura são eles. Antonio Simone Netto (Santos, SP)

Folha 135- Depois de confirmada abusiva a greve dos petroleiros pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), os dirigentes sindicais da Federação Única dos Petroleiros, ligada à CUT, demonstraram toda sua truculência e intransigência ao darem, literalmente, as costas à população, às leis, à ordem e à democracia. Que o presidente Fernando Henrique continue a defender a população, e que não ceda e nem faça concessões a essa privilegiada classe. Alexandro Cesario (Divinópolis, MG)

Folha 136- Repudiamos a greve geral decretada pela CUT, desafiando o Congresso Nacional e a vida democrática do país. Isso porque, sem uma pauta de reivindicações definida, com posicionamentos fortemente hostis às reformas propostas pelo governo, a CUT está protestando por protestar, como se vivêssemos numa república sindicalista. As greves da Petrobrás e dos metroviários de São Paulo são exemplos gritantes dessa sinistra conjugação de fatores que trabalham contra o Brasil. Mesmo tendo sido decretada a abusividade da greve, os petroleiros continuam parados esperando que se cumpra acordo que a empresa não assinou, além de outros posicionamentos descabidos que dão ao movimento uma conotação nitidamente contraditória, demonstrando o desprezo por decisões judiciais. Ricardo Izar, deputado federal pelo PPR-SP (Brasília, DF)

Estopim

Folha 137- Na década de 40 um movimento popular empolgou as massas : o petróleo é nosso. A sua frente estavam os generais Horta Barbosa e Leonidas Cardoso, este último pai do atual presidente da República. Getúlio Vargas, quando eleito presidente, assinou a lei do monopólio do petróleo e assim surgiu a Petrobrás, que envolve 110 empresas subsidiárias nos dias de hoje. Ninguém poderia imaginar àquela época que algum dia uma insólita greve de petroleiros viesse a prejudicar o povo. E essa greve recém-terminada pode ser o estopim para abrir caminho à República Sindicalista do Brasil. A greve geral está sendo preparada, e a desorganização econômico-social que virá irá promover o caos no país. O Brasil caminhará rapidamente para a tomada do poder pelos sindicatos se o Governo Federal e as Forças Armadas não se aperceberem do desvio de rumos que tomou a nossa democracia. Liberdade sem limites e desrespeito às leis e aos direitos do povo - é como ela se apresenta. Tito Lívio Fleury Martins (São Paulo, SP).

Greve

Folha 138- No exercício do meu direito democrático, optei por não participar da greve de Furnas, dia 3/05. Numa reação leviana e irresponsável, membros do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro e da Asef, usando instrumento sonoro de longo alcance, atribuíram à minha pessoa atos e atitudes que comprometem não só a minha carreira profissional como denigrem a minha pessoa. Não é este tipo de atitude, não-ética, que nós, trabalhadores esperamos de nosso sindicato. Maria Francisca de Almeida (18/05) Rio.

Petroleiros

Folha 139- Qualquer um de nós, ao desacatar uma decisão judicial, é preso e também lhe é cominada uma pena pecuniária quando a desobediência acarreta prejuízo a terceiros. No caso da greve dos petroleiros, o desacato à ordem judicial não prejudica os líderes sindicais, mas toda a população. Roberto Gomes Caldas Neto (São Paulo, SP)

Folha 140- Acho que as pessoas adquiriram o 'AGP' e o 'DGP', antes e depois da greve dos petroleiros. Finda a greve, o mínimo que nós, população agredida, deveríamos fazer era reivindicar ao sindicato dos 'monopolizadores' pelo menos um ano de terapia e um ano de ioga inteiramente pagos pelo sindicato. Sílvia Helena Mussolini de Oliveira (São Paulo, SP)

Folha 141- Que o presidente da República utilize todo o rigor da lei contra os baderneiros e sabotadores do Plano Real e acelere as privatizações, derrotando esta casta de trabalhadores estatais que traem os ideais da nação. Paulo Roberto Esteves de Barros Souza (São Paulo, SP)

Folha 142- Presidente Fernando Henrique, o senhor pode perder a batalha, mas já ganhou a guerra; em três semanas, o povo aprendeu que o monopólio estatal é intolerável. Hanns John Maier (Ubatuba, SP)

Folha 143- O PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) considera o direito de greve como um direito constitucional inerente ao Estado democrático. A greve, último recurso após esgotadas as possibilidades de diálogo, deve sempre ser exercida dentro dos parâmetros da lei. Neste grave momento em que os direitos de milhões de brasileiros estão sendo atingidos, fazem-se necessárias duas ações: a volta imediata dos petroleiros ao trabalho em estrito cumprimento à decisão do TST e o início concomitante de ampla negociação que resulte em um novo acordo. O PNBE faz um apelo aos dois lados para que busquem, pela negociação, a solução dos presentes conflitos. Pedro

de Camargo Neto, 1º coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (São Paulo, SP)

Folha 144- Vivemos sob o domínio das corporações e a ditadura dos sindicatos. Essa é uma excelente oportunidade para acabarmos com os monopólios. Gilberto M. da Silva (Curitiba, PR)

Petrossauro

Folha 145- A greve dos petroleiros mostra a necessidade urgente de duas providências: privatizar a 'Petrossauro' e 'arrumar' um trabalho para Lula e Vicentinho. Helio Motta Alves Peixoto (São Paulo, SP)

O petróleo é de quem?

Folha 146- Gostaria de parabenizar Gilberto Dimenstein pelo artigo 'Petróleo e empulhação' (8/6). Quase tudo o que os ufanistas contemporâneos defendem como 'coisa nossa' foram fardados conservadores que criaram no país. Luiz Flávio Fernandes (Belo Horizonte, MG)

Folha 147- Na década de 50, 'o petróleo é nosso' era uma grande receita. Os barbudos de Cuba davam ibope, assim como o trio 'Los Panchos', que cantando boleros estavam em primeiro lugar. O petróleo é nosso. Viva o trio 'Los Panchos'! Abaixo a concorrência, a organização, o trabalho, a democracia! Vamos produzir greves políticas pois é fácil: nada se perde e acaba em pizza. Darley Dalton Porto (São Paulo, SP)

Ainda os petroleiros

Folha 148- Os petroleiros em greve pretendem que o Governo Federal também aja à margem da lei. Ignoram uma sentença do TST e querem que o presidente Fernando Henrique faça o mesmo. Pensam que podem fazer justiça com suas próprias mãos, usurpando o poder jurisdicional de dizer, de forma cogente e definitiva, se um acordo vale ou não vale. Joel Samways Neto, Procurador Geral do Estado do Paraná (Curitiba, PR)

Folha 149- Antônio Carlos Spis, com sua ameaça "Quero ver o que eles dirão com a votação sobre o petróleo e a gente trazer o pessoal em peso para lotar o plenário"(Folha, 26/5), confessa que a greve dos petroleiros é política - em defesa de privilégios (deles)- e mascarada de econômica. Loreto Fella (Limeira, SP)

O Globo

O país parou

Globo 150- Já há algum tempo eu ouço dizer que o Brasil vai ser um grande país, ... Mas agora vejo que minha esperança pode ser frustrada por uma greve imbecil de um setor essencial e monopolizado.

Petrossauro

Globo 151- A greve dos petroleiros mostra a necessidade urgente de duas providências: privatizar a 'Petrossauro' e 'arrumar' um trabalho para Lula e Vicentinho. (Helio Motta Alves Peixoto, SP)

Radicais

Globo 152- O presidente Fernando Henrique Cardoso deve agradecer à CUT a oportunidade que lhe está dando para isolar os segmentos radicais de direita e esquerda e os oportunistas dos ganhos fáceis, efetuando as reformas de que o país necessita. A crise serviu para identificar os personagens que se apóiam nos monopólios para chantagear o Governo com o sofrimento imposto ao povo. Quer queiram ou não esses radicais, o Brasil tem pressa e as reformas passarão por cima deles, como um trator dirigido por brasileiros indignados. Waldeleu Brito (25/05), Niterói, RJ

Greves

Globo 153- Congratulamos o Tribunal Superior do Trabalho, em especial seu ministro Almir Pazzianotto, tendo em vista a decisão a respeito da greve da Petrobrás. Estamos vendo que agora o TST tomou uma nova postura frente às permanentes reivindicações dos empregados de estatais, os quais são os que mais batem às portas daquela Corte para obterem benesses. Ao longo dos anos, o povo vem observando que são sempre os empregados de estatais que obtêm as maiores vantagens junto aos TRTs e ao TST, vantagens estas custeadas pelas tarifas públicas monopolizadas e pelo Tesouro Nacional. Heitor Vianna P. Filho (15/05), Niterói, RJ.

Globo 154- Repletos de boas intenções (das quais anda o inferno cheio) e muito patrioticamente, os militares, em 1964, assumiram o controle do país com vistas a livrá-lo da praga do comunismo. O melhor meio encontrado foi justamente implantá-lo. Estatizou-se tudo. O Governo ficou sendo dono de tudo ou, pelo menos, de tudo o que realmente interessa. As empresas estatais ficaram sendo detentoras de meios eficazes de controlar praticamente todas as atividades nacionais. Uma companhia estatal é parte do tremendo poderio do Governo de formato comunista. Isoladamente e, pior ainda, em conjunto, fica mais poderosa do que o próprio Governo. Se entra em greve, chegamos ao absurdo de estar o Governo fazendo greve contra o Governo, para não falar da distorção absurda que existe entre nós, de categorias fazendo greve na qual, na maioria das vezes, o prejudicado é justamente aquele que paga e não tem para quem apelar, ou seja, o público ou o usuário de serviço monopólio da União. E não há mesmo para onde fugir; o monopólio impõe seu comando, inclusive em questões políticas se tal decidir. O controle do país fica assim, na mão de quem manobre os sindicatos: ou o Governo faz o que eu quero ou eu paro tudo; a autoridade sou eu. Só pode acontecer isso onde se esgote, por mais absurdo que seja, uma estrutura comunista dirigida por legislação democrática. Não tem como funcionar. É uma situação antagônica em si mesma. Emerge assim uma conclusão óbvia: ou o Estado continua a ser o dono de tudo, abre o jogo e declara-se um Estado comunista, prende e arrebenta e diz logo que, certo ou errado, quem manda aqui sou eu (e vai à falência no final como todos os outros), ou então declara-se e adota limpamente um regime democrático, democrático mesmo, sem ditaduras de qualquer espécie, inclusive do Congresso ou do Judiciário. José de Macêdo Correa Pinto (19/05), Rio.

Globo 155- É triplamente revoltante a greve dos petroleiros. Primeiro, por desrespeitar decisão da Justiça e, desta forma, afrontar a própria democracia. Segundo, por tomar toda a sociedade como refém, para forçar a manutenção dos privilégios corporativistas. E agora, com atos de sabotagem

contra o patrimônio público, tornando a situação caso de polícia. Que o presidente da República utilize todo o rigor da lei contra os baderneiros e sabotadores do Plano Real, e acelere as privatizações, derrotando esta casta de trabalhadores estatais, que traem os ideais da Nação. Paulo Roberto Esteves de Barros Souza (23/05), São Paulo, SP.

Globo 156- A CUT demonstra à Nação estarecida que o Executivo e o Judiciário são ou estão impotentes para enfrentar a organizada e revanchista liderança sindical brasileira-nordestina, amparada em infeliz legislação votada pelo Congresso Nacional. Olvidou, porém, que as greves em andamento em quase nada prejudicam a vida cotidiana dos bem-nascidos, mas aumenta a desventura e o infortúnio da maciça classe operária e trabalhadora, de um modo geral, a chamada legião dos excluídos, que sofre com a falta de gás engarrafado, com a ausência dos meios de transporte coletivo, etc. Raimundo Nonato Bezerra e Nóbrega (11/05), Rio.

Globo 157- Justamente quando a inflação está baixa e sob controle, quando caiu o índice de desemprego, e quando o povo, ainda que timidamente, começa a poder adquirir os bens há tempo sonhados, a quem pode interessar a greve agora? Com certeza, não é ao trabalhador. Quando se debatia sobre a eficácia do regime político da Alemanha Oriental, alguém encerrou a discussão com a histórica frase: “Se o regime fosse bom, não haveria necessidade de um muro para impedir as fugas.” Plagiemo-la: se a greve é justa e boa para o trabalhador, não há necessidade do ditatorial e truculento artifício do piquete. Nélio Marques da Silva (18/05), Rio.

Globo 158- Li a carta do sr. José Alberto Pinto, que indaga se inexistente alguma pena passível de ser aplicada aos arrogantes membros dos diversos sindicatos vinculados à CUT ou será mera omissão comodista de juizes e ministros do Judiciário. Os juizes e ministros do Judiciário só podem agir diante de um requerimento. Qualquer cidadão poderá mover uma ação popular para pedir daquele que causou prejuízo aos cofres públicos, ou de qualquer autarquia ou empresa pública. o ressarcimento desses danos. No caso dos petroleiros, é a federação única da classe, juntamente com os sindicatos regionais, a responsável por todos os prejuízos que estão sendo causados ao erário público. José Luiz A. Costa, presidente da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Vida e dos Direitos Civis (26/05), Rio

Globo 159- O jornalista Paulo Francis tem inteiro controle de como caminha a política interna no Brasil e seu artigo de 11/05 não deixa margem a dúvidas. Será que inexistente alguma pena passível de ser aplicada aos arrogantes membros dos diversos sindicatos vinculados à CUT ou será mera omissão comodista de juizes e ministros do Judiciário? José Alberto Pinto (12/05), Rio.

Globo 160- No Título T da Magna Carta brasileira, parágrafo único, encontra-se estabelecido que “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Talvez por isso as decisões provenientes do Poder Executivo e do Poder legislativo sejam contestadas por dirigentes sindicais que, além de não aceitarem as decisões das autoridades eleitas democraticamente, também deixam de cumprir decisões do Poder Judiciário. Talvez assim aconteça porque o poder pode ser exercido diretamente pelo povo - uma questão de hermenêutica. Tomemos como exemplo apenas dois casos: em primeiro lugar, o repúdio da CUT às propostas de emenda à Constituição que se encontram em exame no Congresso Nacional, remetidas como propostas pelo Poder Executivo. Outro exemplo é o não cumprimento de decisões do Poder Judiciário que decide que os petroleiros devem manter em funcionamento as refinarias até o breve julgamento da questão. Sei que a hermenêutica permite interpretações, de acordo com as conveniências de grupos corporativistas. Mas e o resto do povo? Permanecerá sempre sujeito às greves que prejudicam toda a Nação? M. Philigret (9/05), Rio.

Estopim

Globo 161- Na década de 40 um movimento popular empolgou as massas: o petróleo é nosso. À sua frente estavam os generais Horta Barbosa e Leonidas Cardoso, este último pai do atual presidente da República. Getúlio Vargas, quando eleito presidente, assinou a lei do monopólio do petróleo e assim surgiu a Petrobrás, que envolve 110 empresas subsidiárias nos dias de hoje. Ninguém poderia imaginar àquela época que algum dia uma insólita greve de petroleiros viesse a prejudicar o povo. E essa greve recém-terminada pode ser o estopim para abrir o caminho à 'República Sindicalista do Brasil'. A greve geral está sendo preparada, e a desorganização econômico-social que virá irá promover o caos no país. O Brasil caminhará rapidamente para a tomada do poder pelos sindicatos se o Governo Federal e as Forças Armadas não se aperceberem do desvio de rumos que tomou a nossa democracia. Liberdade sem limites e desrespeito às leis e aos direitos do povo - é como ela se apresenta. Tito Lívio Fleury Martins (São Paulo, SP)

Greve

Globo 162- A greve da Petrobrás chega ao fim. Tudo bem, tudo ótimo, porém quem arcará com os prejuízos que essa greve inconstitucional, imoral e abusiva acarretou? E a greve dos funcionários públicos, notadamente do Inss e do Inamps, que começou e findou sem dizer por que, trazendo prejuízos ao atendimento dos necessitados e carentes, também ficará impune? Rivaldo Bernardo de Oliveira (3/06), Rio.

Globo 163- Parabéns ao presidente Fernando Henrique Cardoso por sua firmeza de ação. Uma democracia se faz com respeito às leis, Chega desses sindicalistas irresponsáveis. Neuza Maria de Souza (2/06), Rio.

Globo 164- Onde está agora toda a arrogância dos petroleiros grevistas, que afrontaram acintosamente o Governo, a Justiça e a Petrobrás, pensando serem eles os donos do petróleo? Os petroleiros têm agora que arcar com todo o ônus do colossal prejuízo que causaram e ficar bem caladinhos. Diva Araújo (1/06), Rio.

Globo 165- No exercício do meu direito democrático, optei por não participar da greve de Furnas, dia 3/05. Numa reação leviana e irresponsável, membros do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro e da Asef, usando instrumento sonoro de longo alcance, atribuíram à minha pessoa atos e atitudes que comprometem não só a minha carreira profissional como denigrem a minha pessoa. Não é este tipo de atitude, não-ética, que nós, trabalhadores esperamos de nosso sindicato. Maria Francisca de Almeida (18/05), Rio.

Globo 166- O direito de greve é justo, mas a greve só deve ser deflagrada após esgotados os recursos legais. Portanto, faço a seguinte sugestão, já que o Congresso está revisando a Constituição: que sejam alterados os artigos que tratam do assunto proibindo a federalização dos sindicatos, os quais devem ficar restritos à sua localização. A razão é muito simples: a força dos sindicatos federalizados é maior que a do Governo. Como vimos recentemente, a Nação quase sofreu um colapso total simplesmente porque esse poder foi dado a um cidadão que não estava preparado para ter toda essa autoridade. Antônio Borges de Araújo (9/06), Rio.

Monopólio

Globo 167- Reconheço: sou um traidor da pátria. Mas, antes de condenar a mim mesmo pelo crime hediondo de ser contra os monopólios estatais e sentenciar minha pena, gostaria que os verdadeiros patriotas, defensores das riquezas e soberania nacionais, me explicassem algumas coisas. Pelo menos, eu morreria feliz. Por que a Alemanha e o Japão, que não têm petróleo e foram ocupados por várias décadas por estes terríveis imperialistas, são hoje superdesenvolvidos e a maior ameaça aos EUA? Por que a Alemanha Oriental, libertada pelos generosos soviéticos e dirigida pelos socialistas (comunistas hoje é feio) faliu? Como nós vamos viver sem esse vício burguês do telefone? Como viveremos sem este terrível agente químico: o gás de cozinha? Como vamos viver sem gasolina, sem diesel, sem carros? Eu sei, isso é um vício burguês. Só não vale dizer que tudo isso não tem importância diante da resistência histórica e da possibilidade de dizermos para nossos filhos e netos: “Nós somos pobres, mas somos nobres. E essa riqueza toda inexplorada pertence a ti e a todos os brasileiros.” Raimundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro (13/06), Rio

Globo 168- A diferença entre o consumo e a produção de petróleo não nos autoriza a previsão da auto-suficiência com o modelo do monopólio estatal. Os capitais próprios da petrobrás ou do Estado para investir no setor estão escassos e os custos, vultosos. Feitas essas considerações, tratemos da atual greve. Um número ínfimo de privilegiados, afrontando o povo e as instituições, arvora-se no direito de colocar-se acima de tudo e de todos. Eles reclamam quando o presidente da República, com tranqüilidade, mas com firmeza, os enfrenta. Relembrei minhas convicções do tempo de moço sobre ser o petróleo um bem estratégico. Continuo com a certeza de que é um bem estratégico; todavia, por ser estratégico, não pode ficar nas mãos de uma única empresa, ou menos duas, sejam estatais ou privadas. Mario Jorge da Fonseca Hermes (27/05, Niterói, RJ)

Globo 169- Nossos agradecimentos a federação Única dos Petroleiros (FUP), à CUT e demais agregados pela greve de 30 dias, pelo radicalismo, pelo desrespeito à Justiça do Trabalho e pela palavra de ordem “o petróleo é nosso”. Com tão providencial ajuda, foi possível a esmagadora votação de flexibilização do monopólio específico, haja vista que agora, verdadeiramente, podemos dizer que a Petrobrás e o petróleo não são somente deles, mas sim, de todos os brasileiros. Obrigado por tudo o que eles têm feito em prol da conscientização do povo que acordou quanto à realização dos malefícios radicais e do corporativismo xenófobo desses alucinados vestidos de trabalhadores. Alexandre Ney de O. Raed (9/06), Rio.

Globo 170- O tiro saiu pela culatra. É o que se pode concluir com o primeiro resultado da votação pela Câmara, que acaba com o monopólio do petróleo. O que o deputado Roberto Campos não conseguiu em 30 anos a CUT conseguiu em 30 dias. Mário Negreiros dos Anjos (7/06), Niterói, RJ.

Exemplo

Globo 171- Não houve vencedor na queda-de-braço entre o Governo e os grevistas da Petrobrás. Houve sim, dois perdedores: a Nação e o povo. Não está na hora de levarmos a sério o que ocorria com a Companhia Siderúrgica Nacional, também cognominada “patrimônio do povo”? Vocês se lembram? Greves, invasão de fábrica. Depois da privatização, tornou-se a CSN uma empresa solidária, ou seja, a que toma a iniciativa de conceder aos seus trabalhadores uma participação em sua gestão, seu capital e seus lucros, contribuindo, assim, para valorizar a expressão do trabalho humano. Por que não a Petrobrás? Nilton Garcia de Araújo (6/06) Niterói, RJ.

Corporativismo

Globo 172- Tendo um lapso de consciência, comecei a refletir e considerar as posições firmes de determinados grupos, no afã de manterem o controle de determinadas situações, ou mesmo pretendendo algum benefício futuro (sic) utilizam-se do marketing emocional para tentar influenciar a opinião pública. O interessante é que a maioria desses elementos não realizam atividades produtivas nos últimos anos e, se o fazem, ocorrem fora de nossas fronteiras. Ou seja, por trás de uma bandeira “nacionalista”, querem induzir esta decisão àqueles que se esforçam para o próprio bem-estar. Assim, esta bandeira, que não é nada menos que um estímulo à principal engrenagem defeituosa de quaisquer sistemas econômicos - o corporativismo - no meu entender, visa apenas à manutenção do status quo de um pequeno grupo, em detrimento da coletividade. Ora, se buscamos a evolução e o desenvolvimento, inserindo-nos no contexto global, não é concebível queremos viver como ostras, alheios ao progresso e aos anseios de bem-estar. Graças ao despertar da consciência, a manutenção demagógica de frases como “O petróleo é nosso” e “Propriedade do povo”, que não passam de falácias muito mais adequadas às “repúblicas de bananas”, onde certas manifestações tentam nos afastar de nossos sonhos desenvolvimentistas, começam a perder o efeito. Márcio Bamberg (8/06), Curitiba.

Globo 173- A democracia só pode existir se houver respeito pela sociedade que a constituiu e obediência às leis que regem a todos, indiscriminadamente. Não há democracia se prevalecerem interesses cartoriais, corporativistas e onde a lei é obedecida apenas quando serve aos interesses daqueles que a invocam. Digo isso a propósito da greve dos petroleiros, quando assistimos, revoltados, aos políticos tentarem negociar uma saída para a ilegal greve, tal como foi avaliada pela Justiça. Belo exemplo! Nunca assisti em minha vida a uma tal exarcebação do corporativismo como agora, aí incluindo a Justiça. É uma ditadura das categorias mais fortes. Num país que recebe salários de Terceiro Mundo, há bolsões que recebem salários superiores aos de Primeiro Mundo, que acumulam benesses e que são justamente os mais reivindicadores. Oswaldo Marques Lima (20/05), Belo Horizonte, MG

Petróleo

Globo 174- Em entrevista a Luiz Augusto Michelazzo (O Globo, 25/05), o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Averaldo Menezes, demonstrou ser um homem frio, insensato e calculista. Suas palavras, sempre ameaçadoras, levaram-me a uma triste conclusão: O petróleo não é mais nosso. Somos reféns, não só dos monopólios, mas também de alguns radicais, que colocam a emoção acima da razão. Não se pode delegar poderes a quem não possui o equilíbrio necessário para distinguir o certo do errado. São homens assim que conseguem mudar a trajetória das negociações. Esta greve não visa, somente, a garantia e à manutenção de acordos. E isso até seria justo. Por trás de movimentos intransigentes e irresponsáveis estão os perdedores da esquerda extremista, que não aceitaram a vitória expressiva de Fernando Henrique Cardoso. Mario Cisneiros (31/05), Rio.

Petroleiros

Globo 175- Os petroleiros cometeram um gravíssimo erro: causaram enormes prejuízos às indústrias, às empresas de transportes, aos postos de distribuição de combustível, à classe média, a um sem-fim de atividades econômicas e ao povão, pois há gente que está passando oito a dez horas em uma fila para comprar um bujão de gás de cozinha. Agora o povo sentiu na carne como é ruim para o país um monopólio; porque é melhor termos dez ou mais empresas extraindo, refinando e distribuindo os derivados do petróleo. Walter Furtado de Mendonça (31/05), Rio.

Globo 176- O presidente do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, em entrevista publicada em 25/05, deixou consignada nas entrelinhas a possibilidade de serem riscadas do mapa a refinaria e a cidade de Cubatão. Perguntado se realmente poderia haver uma explosão, ele respondeu: 'É isso aí'. Diante da insistência do repórter, ele acrescentou "... não vamos alimentar hipóteses. Depois que o Exército chegar, se chegar, a gente vê o que faz. Entregar a refinaria funcionando, só no último dos últimos casos, que ninguém é louco". O que está esperando a Petrobrás para demitir esse empregado e mandar prendê-lo por tais declarações? Certamente, a privatização. Nós também. Marialva Cerqueira dos Santos (26/05), Rio.

Grevismo

Globo 177- Para manter privilégios estão ocorrendo movimentos grevistas no setor público, liderados principalmente pela CUT, representada por funcionários de estatais que se encontram ociosos, à disposição dos sindicatos, com ônus para o Tesouro e garantia de emprego. Normalmente, havendo decisão judicial condenando as greves, as punições só atingiriam os empregados que estão em serviço, situação injusta, pois, às vezes, por causa de piquetes, os mesmos são impedidos de exercer o direito ao trabalho. Sugere-se uma alteração de forma que os primeiros a serem punidos, com desconto ou demissão, sejam aqueles que se encontram na direção e no comando das ações julgadas abusivas na Justiça, levando-se em conta que, pela ilegalidade e pelo abuso, cessaria a garantia do item VIII do artigo 8º da Constituição, por estar tal dirigente cometendo falta grave como prevê o inciso e o parágrafo 2º do artigo 9º. Jorge Ramos (10/05), Rio.

Privatização

Globo 178- Como assinante do Globo, venho manifestar minha concordância com relação à posição do ilustre ex-ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen, quando disse que "acelerar a privatização é a única maneira de o Governo resolver os seus problemas de natureza fiscal": concordo também em que o adiamento da reforma tributária trará grandes problemas com reflexos futuros para a consecução de meios aos problemas atuais, relacionados às contas públicas. Argüindo-me do parecer excelso do eminente professor Simonsen, há de se fazer emergir do Governo Federal, o mais óbvio possível, a necessidade de se privatizar as "brás". Solução ímpar a fazer impelir o país ao progresso. Paulo Cesar de Almeida Freitas (13/05), carmo, RJ.

Petrobrás

Globo 179- Com referência à nota publicada no Globo de 14/06/95, na coluna Swann, a Petrobrás reafirma que, das 104 demissões anunciadas durante a greve, 71 foram mantidas, conforme amplamente divulgado. Esclarecemos ainda que todas as demissões acima citadas foram decorrentes do último movimento grevista. As 27 demissões mencionadas na coluna Swann, entre as quais se inclui a do sr. Flávio Mattos de Oliveira, decorrem de ação gerencial da companhia, não relacionada com a greve. Esses 27 empregados, originalmente pertencentes aos quadros da Interbrás e Petromisa, empresas subsidiárias extintas pelo Governo Federal em 1992, foram dispensados, respeitando-se, naturalmente, todos os seus direitos trabalhistas, anteriores e posteriores. Vê-se, assim, que essas dispensas, por conveniência da empresa, em nada se assemelham aquelas demissões, por justa causa, motivadas pela greve. Carlos Pinto, assessor de imprensa.

Nota da Redação- O argumento de que os funcionários citados pela coluna não foram demitidos por justa causa - como os petroleiros grevistas - carece de comprovação. Até ontem, vencido o prazo

legal (artigo 477 da CLT), nenhum deles recebeu os direitos trabalhistas, como exigido nas rescisões contratuais comuns. Como a empresa não revelou os nomes dos punidos em consequência da greve, também não há como negar a presença, entre esses, de não-grevistas igualmente demitidos.

O petróleo é de quem?

Globo 180- Na década de 50, 'o petróleo é nosso' era uma grande receita. Os barbudos de Cuba davam ibope, assim como o trio 'Los Panchos', que cantando boleros estavam em primeiro lugar. O petróleo é nosso. Viva o trio 'Los Panchos'! Abaixo a concorrência, a organização, o trabalho, a democracia! Vamos produzir greves políticas pois é fácil: nada se perde e acaba em pizza." (Darley Dalton Porto, SP)

Globo 181- Gostaria de parabenizar Gilberto Dimenstein pelo artigo 'Petróleo e empulhação'(8/6). Quase tudo o que os ufanistas contemporâneos defendem como 'coisa nossa' foram os fardados conservadores que criaram no país. (Luiz Flávio Fernandes, Belo Horizonte)

Posicionamento argumentativo: Cartas neutras

Jornal do Brasil

Greve

JB 182- O governo quis usar a greve dos petroleiros para facilitar a votação do fim do monopólio; os petroleiros fizeram greve por razões salariais, e os sindicatos revestiram a greve com um posicionamento político, colocando-se contra os planos de privatização. O resultado está na pesquisa realizada pelo governo e trazida a público na Coluna do Castello de 3/6, que aponta para uma exata divisão da opinião pública na avaliação do comportamento das duas partes. Errou o governo, que demonstrou habilidade política, mas foi irresponsável na sua tarefa de administrador; falhou o sindicato, que subestimou o adversário e caiu na armadilha do governo; perderam a população e os grevistas. Ainda está em tempo de tornar positivo o saldo da greve. Ao presidente, de passado brilhante, cabe tornar mais transparentes e submeter à discussão pública os seus planos de privatização (em passant, poderia rever o seu círculo de aliados). Os sindicatos, que tiveram importante atuação durante a ditadura, e a quem devemos em parte o restabelecimento da democracia, precisam aperfeiçoar seus instrumentos de luta, adaptando-se à nova realidade. E finalmente à Justiça do Trabalho, que foi omissa na sua função de mediadora, cabe no mínimo um exame de consciência. Sérgio Miranda - Rio de Janeiro.

Folha de São Paulo

O PT e a greve

Folha 183- A Folha de 31/5, em matéria do sr. Carlos Eduardo Alves, estampa na pág. 1-4 a manchete 'PT tenta convencer CUT a acabar com a paralisação'. Segue-se na linha de baixo a inverdade 'Partido quer volta ao trabalho ou articulação de um acordo no Congresso', em que já coloca sua primeira afirmação como alternativa ('ou') ao acordo no Congresso, para terminar desmentindo-se na abertura da matéria, quando diz que 'os principais líderes do PT apresentaram ontem etc'. Como secretário de comunicação da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, cabe-me desmentir o sr. Carlos. A Folha não ignora que um partido ('PT tenta, PT quer') não é um ente imaterial. Um partido são suas instâncias, no caso a Comissão Executiva Nacional, que tendo se reunido na segunda-feira (29/5), como é do conhecimento do sr. Carlos, não decidiu 'tentar convencer a CUT' nem 'quer voltar ao trabalho'. A Comissão Executiva Nacional decidiu, isto sim, reafirmar sua solidariedade aos grevistas e envidar esforços para abrir um canal de negociação, no qual, naturalmente, os parlamentares e o Congresso têm um papel. Esclarecidos os leitores da Folha, esclarecemos ao sr. Carlos, que, por razões de ofício, direta ou indiretamente, conversa com diferentes dirigentes, que o dever da informação correta não autoriza a identificar o que se considere 'a cúpula' ou 'os principais líderes', como sendo 'o partido'. Em especial quando esse partido reúne sua executiva, ouve diferentes opiniões e termina não decidindo o que o sr. Carlos informou erradamente aos leitores da Folha. Markus Sokol, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (São Paulo, SP)

Resposta do jornalista Carlos Eduardo Alves- As duas propostas alternativas apresentadas pela cúpula do PT à CUT pressupõem a volta ao trabalho como passo inicial da negociação, como o texto da reportagem deixa claro. Foram discutidas com Vicente Paulo da Silva em reunião com os principais líderes do partido, sem a presença do sr. Sokol. O sr. Sokol está entre as várias fontes ouvidas pela Folha para confirmar a posição de Luiz Inácio Lula da Silva favorável ao encerramento da greve, a fim de permitir o início de negociações entre petroleiros e governo.

Entrevista polêmica

Folha 184- Comentando minha entrevista na Folha do dia 15/5, o presidente da CUT fez alguns comentários equivocados sobre ela. Diz ele que estudei sindicalismo mas nunca entrei numa brica. Não é verdade. Todas as vezes em que fiz Sociologia do Trabalho, tentei fazer, fui investigar os processos de produção. Aliás, se a contagem incluir todos os ramos industriais, talvez eu conheça mais fábricas do que o próprio Vicentinho e, com alta probabilidade, do que a maior parte da diretoria da CUT. Mas para estudar o sindicalismo, especialmente os diretores de sindicatos, o último lugar a que um pesquisador necessita ir seria a fábrica. Uma parte importante dos sindicatos não é de trabalhadores fabris. Se as pesquisas sobre a CUT devessem ser efetuadas nos locais de trabalho, o lugar mais apropriado talvez fossem as repartições públicas. 2) Vivo à custa da universidade. Posso ser um parasita dela, mas não do sindicalismo. Quem vive à custa do sindicato, ou das empresas que pagam as diretorias sindicais, não sou eu. 3) Qualquer pessoa minimamente informada sobre o que ocorre hoje no sindicalismo mundial sabe que ele vive uma situação muito difícil. A crise do sindicalismo, no Brasil, só não é maior porque o sindicato aqui é uma instituição altamente protegida pela legislação corporativa, com o monopólio da representação e fluxos de renda obtida sem esforço. 4) Vicentinho declara que filia, todos os meses, 15 novos sindicatos. Mas cerca de 40% dos sindicatos da CUT têm menos de 500 membros. São entidades desse porte que estão sendo filiadas?

5) Ainda não chegamos à situação em que o presidente da CUT tenha autoridade para desqualificar pesquisadores do movimento sindical que não dizem exatamente o que ele gostaria de escutar. Leôncio Martins Rodrigues, cientista político (São Paulo, SP)

Tema: **A homossexualidade de Zumbi**

Jornal do Brasil

Zumbi dos Palmares

JB 185- Fiquei surpreso e decepcionado com a irritação e homofobia com que algumas pessoas se manifestaram a respeito da tese do professor doutor Luís Mott sobre Zumbi. Minha surpresa é com o fato de se achar que “desmoraliza” ou macula a imagem de Zumbi a sugestão de homossexualidade. Em que ser homossexual seria ruim para Zumbi ou qualquer outra pessoa? Imbuídos de uma cultura machista branca, judaica e cristã, personalidades negras beijaram a mão do algoz cultural ao tomarem posição com tanto preconceito. É preciso que se saiba que em outras culturas, e na africana também, há muita indulgência com a prática homossexual. Ricardo Líper, professor de Filosofia da UFBA, Salvador.

JB 186- Considero que o ano de 1995, consagrado pelo povo afro-brasileiro às celebrações dos 300 anos do Quilombo dos Palmares, deve ser marcado pelo espírito de igualdade, tolerância e fraternidade que fizeram da república palmarina, mais que um simples ajuntamento de revoltados e fugitivos, a alternativa de uma sociedade mais justa para todos os excluídos e perseguidos pela sociedade colonial escravista. Lá eram recebidos índios, judeus, portugueses pobres. Por que não seriam bem recebidos os homossexuais? O professor Mott bem sabe que a sociedade escravista portuguesa dedicava às pessoas com essa orientação sexual o tratamento da Inquisição, esta, sim, impiedosa e intolerante com quem praticava o que ela denominava “pecado nefando”. Hoje se rememora Zumbi, não por suas preferências sexuais, mas pelo sacrifício de militante na defesa daquela experiência de liberdade. Em respeito à memória de Zumbi, que não se use o chicote. Ubiratan Castro de Araújo, coordenador de mestrado em História da UFBA, Salvador.

Discriminação

JB 187- Aproveito para cobrar das pessoas que fazem campanha contra a discriminação dos homossexuais um pouco de coerência. Afinal, a homossexualidade é um desvio de conduta e deve ser combatida. Sempre nas horas de perigo a Igreja teve de guiar o seu rebanho. O papa João Paulo II sempre foi coerente em suas idéias e declarações sobre homossexualismo, aborto, eutanásia, experiências com concepção genética, celibato dos padres, etc. Maria Gilka, Capital.

Zumbi

JB 188- A propósito da matéria ‘Negros e homossexuais disputam Zumbi’ (19/05), cumpre esclarecer que as opiniões e atitudes do antropólogo Luiz Mott não podem ser atribuídas à comunidade homossexual, a qual preferimos chamar de gay e lésbica, nem a seus grupos organizados, pois ambos se caracterizam por grande diversidade de visões e posicionamentos. De

qualquer forma, vale salientar que o direito de livre expressão do presidente do Grupo Gay da Bahia precisa ser garantido, válidas ou não suas argumentações em relação a sexualidade de Zumbi dos Palmares. Miriam Martinho, secretária-geral da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. São Paulo, SP.

O Estado de São Paulo

Discriminação

OESP 189- Aproveito para cobrar das pessoas que fazem campanha contra a discriminação dos homossexuais um pouco de coerência. Afinal, a homossexualidade é um desvio de conduta e deve ser combatida. Sempre nas horas de perigo a Igreja teve de guiar o seu rebanho. O papa João Paulo II sempre foi coerente em suas idéias e declarações sobre homossexualismo, aborto, eutanásia, experiências com concepção genética, celibato dos padres, etc. Maria Gilka, Capital.

OESP 190- Lendo o jornal, deparo-me com notícias como “Zumbi era homossexual” e “Lampião era homossexual”. Os grupos gays sempre protestam contra preconceito, porém, com teses bombásticas desse tipo, só vêm acirrá-lo. Não posso admitir que minorias, sem nenhuma comprovação, lancem dúvidas sobre a orientação sexual de personagens históricos. Pedro Rodrigues Nunes (25/05) São Gonçalo, RJ.

Folha de São Paulo

Zumbi

Folha 191- Antes de mais nada, a liberdade de pesquisa deve ser respeitada. Se o antropólogo Luiz Mott está certo ou não na sua hipótese de que o líder Zumbi dos Palmares era homossexual, é um tema para ser discutido. Outra coisa, no entanto, é bloquear os canais do debate e colocar-se na via única da barbárie. O episódio abre a oportunidade de esclarecer melhor a questão: não se Zumbi era neguinho ou neguinha, mas como estão vivos, aqui e agora, o preconceito e o seu braço direito - a violência. (Narciso Julio Freire Lobo, SP)

Folha 192- Essa discussão serve para colocar em cheque quem é mais discriminado: o homossexual ou o negro? Parabéns Luiz Mott. Marcelo Ferreira (Salvador, BA).

Folha 193- Venho desmentir, como africano que sou e oriundo da tribo dos jagas, a mesma da qual Zumbi é descendente, as calúnias e difamações infundadas, que estão sendo atiradas contra Zumbi, na medida em que tudo que se sabe sobre Palmares foi contado pela boca dos inimigos da liberdade.

Para se ter uma idéia da nobre origem de N'Zumbi Ganga, é preciso que saibam que os jagas, tribo banto que dominou o Centro Norte de Angola à época de Zumbi, que foi a maior resistência contra a escravatura, cujos líderes máximos foram o rei N'Gola Kiloanges Kassamba - que deu origem ao samba - e sua filha e sucessora rainha N'Zimanga Bandi, eram guerreiros por excelência, polígamos declarados. O homossexualismo não tinha nenhum sentido para eles e era visto como uma agressão total à natureza humana, já que na África se tem por costume obrigatório o homem ter esposa como companheira e não outro homem. Essa prática sexual degenerada entrou na África por meio da colonização européia decadente, que, junto com a escravização física e mental do povo africano, impôs às almas fracas seus hábitos imundos, não sendo porém aceitos pela maioria. Venho, assim, desafiar publicamente o antropólogo e gay baiano Luiz Mott a um debate público, para que ele apresente as provas concretas das acusações em pauta. Como ex-combatente pela libertação de Angola e representante ativo da cultura angolana, na qualidade de artista plástico, exijo desse aventureiro muita atenção e respeito pelo povo angolano, porque somos conscientes dos nossos direitos e sempre lutamos pela dignidade humana.”. Filipe Salvador, RJ.

Zumbi e Machado de Assis

Folha 194- Durante muito tempo foi omitida a origem ético-racial de personalidades negras brasileiras, como Machado de Assis. Até recentemente, ele era considerado como sendo branco. Nomeá-lo negro era mencionar um aspecto negativo de sua biografia. Os episódios envolvendo o artigo de Luiz Mott - as críticas iradas e o atentado sofrido - demonstram como é importante, sim, numa sociedade preconceituosa, nomear a preferência ou as possíveis preferências sexuais das pessoas. Maria Lucia de Barros Mott, historiadora (São Paulo, SP).

Folha 195- O comportamento dos grupos de consciência negra, agressivo, ameaçando Luiz Mott, deixou bem claro que a homofobia está presente nas classes marginalizadas. Parabéns, Luiz Mott. Vânia Galliciano, secretária de mulheres da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (Curitiba, PR).

O Globo

Zumbi

Globo 196- Antes de mais nada, a liberdade de pesquisa deve ser respeitada. Se o antropólogo Luiz Mott está certo ou não na sua hipótese de que o líder Zumbi dos Palmares era homossexual, é um tema para ser discutido. Outra coisa, no entanto, é bloquear os canais do debate e colocar-se na via única da barbárie. O episódio abre a oportunidade de esclarecer melhor a questão: não se Zumbi era neguinho ou neguinha, mas como estão vivos, aqui e agora, o preconceito e o seu braço direito - a violência. (Narciso Julio Freire Lobo, SP)

Globo 197- Na reportagem “Antropólogo: Zumbi era gay” (O Globo, 29/04), listei cinco pistas sugerindo que Zumbi era homossexual. Em carta de 3/5, Nei Lopes tratou-me rudemente, qualificando de leviana e sensacionalista minha declaração. Das cinco pistas sugestivas de que Zumbi era praticamente “do amor que não ousa dizer o nome”, consta que atendia pelo intrigante apelido de “Sueca”. Argumenta o assessor da presidência da Fundação Cultural Palmares que “sweka significa espírito que some e reaparece durante as batalhas”, escorando-se num dicionário quicongo-francês

editado em Bruxelas em 1964. Em casos de dúvida, ensina a epistimologia que devemos dar mais crédito a quem esteve mais perto no tempo e no espaço do personagem em questão. Minha pista baseia-se no dicionarista Antonio Moraes, que viveu logo no século seguinte a Zumbi e na mesma capitania onde nosso herói aprendeu a falar português. Assim sendo, sueca tinha o mesmo sentido que até hoje todos entendemos: feminino de sueco. Se fui leviano e sensacionalista ao dar crédito a essa insuspeita fonte local, a emenda do senhor assessor é bem pior que meu soneto, e o mínimo que posso qualificá-la é de dogmática e racista sexual, pois não tira valor algum de Zumbi o fato de ter sido cocho e ter a mesma preferência homoerótica do maior guerreiro da antiguidade Alexandre Magno. Luiz Mott (10/05) Salvador, BA.

Globo 198- Quando celebramos os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e sedimentamos o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, cabe ressaltar que independentemente de qualquer orientação sexual, Zumbi vale para todos nós - homossexuais ou heterossexuais, negros ou não-negros - pelo seu ideal de libertação. O professor Luiz Mott, militante do Movimento de Homossexuais, busca apontar para a sociedade pessoas de grande contribuição histórica, visando a demonstrar que ser homossexual não é impeditivo para o exercício pleno de um papel social. Assim, como mulher negra e feminista, ao analisar a vida de Zumbi dos Palmares e a causa pela qual foi assassinado, fico à vontade para considerar que Zumbi foi, além de negro, mulher, favelado, deficiente físico, enfim, síntese de todos os excluídos inconformados com a exclusão social. Isabel Cristina Fonseca da Cruz (25/05) Niterói, RJ.

Globo 199- Venho desmentir, como africano que sou e oriundo da tribo dos jagas, a mesma da qual Zumbi é descendente, as calúnias e difamações infundadas, que estão sendo atiradas contra Zumbi, na medida em que tudo que se sabe sobre Palmares foi contado pela boca dos inimigos da liberdade. Para se ter uma idéia da nobre origem de N'Zumbi Ganga, é preciso que saibam que os jagas, tribo banto que dominou o Centro Norte de Angola à época de Zumbi, que foi a maior resistência contra a escravidão, cujos líderes máximos foram o rei N'Gola Kiloanges Kassamba - que deu origem ao samba - e sua filha e sucessora rainha N'Zimba Bandi, eram guerreiros por excelência, polígamos declarados. O homossexualismo não tinha nenhum sentido para eles e era visto como uma agressão total à natureza humana, já que na África se tem por costume obrigatório o homem ter esposa como companheira e não outro homem. Essa prática sexual degenerada entrou na África por meio da colonização européia decadente, que, junto com a escravização física e mental do povo africano. Filipe Salvador (23/05) Rio.

Tema: Agressão à imagem de Nossa Senhora

O Estado de São Paulo

Agressão à Nossa Senhora

OESP 200- Merece repulsa de toda a comunidade católica o ataque a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, pelo insano pastor da Igreja Universal, von Helder. Mario Negreiros dos Anjos, Niterói (RJ).

OESP 201- Quero pedir calma a todos os brasileiros pela agressão que Nossa Senhora padroeira sofreu. A vingança não faz parte do Reino de Deus, que, apesar de tudo, perdoa esses fiéis. Maurício Leopoldo e Silvia Pereira Lima, Capital.

OESP 202- Lamentável a atitude desse representante da Igreja Universal. Ao ver aquela cena de desrespeito barato a um símbolo de fé do povo brasileiro, ficou a dúvida quanto à sanidade mental desse "pastor", que nem mesmo compreendeu o significado do título religioso que carrega. Claudinei Rolezel, Piracicaba.

Franchising da fé

OESP 203- A história do chute na imagem da virgem é de deixar qualquer um com medo do que pode vir a acontecer ao Brasil. É preciso por fim a uma cretinice de guerra de religiões. Boa maneira é acabar imediatamente com as isenções fiscais que beneficiam todas as agremiações religiosas, motivo que inspirou o ex-fiscal fazendário Edir Macedo a abrir seu negócio. Existe hoje até "franchising" da Igreja Universal, com regras que estipulam o tipo de carro que o "bispo" deve usar. Abrir igreja também é excelente forma de lavar dinheiro, pois é quase impossível verificar quanto dinheiro realmente entra. Geraldo Anhaia Mello, Capital.

Estratégia diabólica

OESP 204- Estratégia diabolicamente bem bolada essa do bispo Edir Macedo, atraindo a atenção da mídia para sua empresa, por meio de um ato escabroso e escandalizante praticado por um funcionário de segundo escalão - o que o exime de qualquer culpa (um ato inominável e digno de um anti cristo a espalhar a discórdia)- para depois vir a emitir um oportuno pedido de desculpas aos verdadeiros cristãos. Consegue assim mascarar-se com uma atitude de pseudo-humildade cristã que visa única e exclusivamente, atrair a simpatia do público em geral para sua causa político econômica, num momento em que, genialmente por ele manipulados, teve todos os órgãos de imprensa para si direcionados. Armando C. da Serra Negra, Capital.

Tempo de intolerância

OESP 205- Nossa sociedade precisa preparar-se para enfrentar os tais "fundamentalistas religiosos" e estancar seu perigoso avanço. Explico-me: o celerado "bispo" Sérgio von Helder, acompanhado por outros da seita, justificou seu ato de intolerância alegando convicção religiosa. Atitude irracional e traiçoeira também teve Yigal Amiri que barbaramente assassinou Yithaak Rabin, declarando que fez aquilo em nome de Deus. Confundem esses malucos o verdadeiro Deus da paz com os seus demônios e capetas, aparentemente confidentes seus de todas as horas. A Justiça brasileira tem, pelo menos, a oportunidade de , em curtíssimo prazo, pôr cobro à aquele que chutou a imagem da santa e que na polícia firmou não estar nada arrependido. Afanásio Jazadji, Capital.

Questão religiosa

OESP 206- A respeito do texto *Ofensa sem resposta*, do brilhante jornalista Cesar Giobbi (19-10) devo confessar minha estranheza ao ler a seguinte observação: "Acontece que o Brasil, assim como fez com os imigrantes de todas as raças, abriga, generosamente, todas as outras religiões, que são, portanto, hóspedes aqui". É evidente que o Brasil recebe e continua recebendo gente de todas as raças. Mas ... parece-me que abrigar as outras religiões não é propriamente uma questão de generosidade e sim uma obrigação de um Estado laico e democrático. Não vejo, portanto, pessoas de

outra religião que não da maioria como "hóspedes" mas como cidadãos em pleno gozo de seus direitos. Izidoro Blikstein, Capital.

OESP 207- Concordo com César Giobbi (Ofensa sem resposta, 19-10), no que concerne à necessidade de se evitar cenas desrespeitosas contra símbolos de fé. Lamento apenas que os "hóspedes de outras religiões" tenham aportado tardiamente aqui, não somente para usufruir da "generosidade", mas para contribuir para o desenvolvimento da Nação. Paulo Souza Cavalcanti, Ribeirão Preto.

Agressão à Nª Senhora

OESP 208- O bispo Edir Macedo desculpou-se pela atitude do sr. Sérgio von Helder. O sr. Didini, pastor da mesma igreja, apoiou o companheiro, mesmo contrariando o chefe. O jogo de marketing é perfeito. Queriam chamar a atenção no dia de Nossa senhora e conseguiram. Foi ridículo, mas conseguiram. Octávio Carmo Serrano, Capital.

OESP 209- Embora concorde plenamente com a indignação de toda a nação com o fato de o pastor von Helder ter chutado a imagem de Nossa Senhora, causa-me profunda tristeza ver reafirmada a tendência de "dois pesos, duas medidas" mostrada pela imprensa e sociedade. Digo isto pois sou umbandista e há muito os umbandistas e todo o povo espírita sofrem diariamente ofensas gratuitas da Igreja Universal, mas nunca se ouviu uma voz se levantar contra isto. Ou será que a Igreja Católica merece mais respeito que outras religiões? Penso que não. Wladimir Stern, Capital.

Culto a Maria

OESP 210- O culto dedicado a Nossa Senhora, conhecida tecnicamente por hiperdulia, tem total respaldo na Bíblia. Senão, vejamos: a própria oração ave-maria encontra-se no Evangelho (cf. Lc 1,28,42). Jesus, mais que ninguém, obervou o mandamento "honra tua mãe" (cf. Êxodo 20,12). No alto da cruz, agonizante, o Messias entrega Maria Santíssima à humanidade inteira, representada, naquele momento, pelo discípulo João (cf. Jo 19,20). Com efeito, desde os primórdios do Ministério Salcífio de Jesus, Maria aparece de Maria, os pastores e os reis encontraram Jesus (cf Lc 2, 11). Simeão e Ana a profetizam (cf Lc 2, 27). Também por intermédio de Maria se santificou João Batista (cf. Lc 1,44), creram os apóstolos (cf. Jo 2, 7) e, depois, foram cheios do Espírito Santo (cf. Atos, 1, 14). Quem não se lembra da efficacíssima intercessão de Maria pelos desajeitados noivos de Caná da Galiléia? Faltou vinho na festa. O pedido de Maria adiantou a hora dos milagres de Cristo. Edson Luiz sampel, Capital.

OESP 211- Os assim autodenominados "evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus ficam devendo ao cidadão minimamente inteligente um esclarecimento: quem (Jesus?) e onde na Bíblia estimula o ódio, a agressão, a ofensa do semelhante, apenas porque existem divergências quaisquer? Ao que consta, a mensagem é justamente o contrário, a favor da tolerância, do relacionamento construtivo, do amor entre os homens. Tudo isso a que assistimos nos faz pensar até onde pretendem ir alguns tresloucados líderes. Seriam capazes de detonar uma guerra santa? Quanto vale para eles o bem estar dos fiéis? Até que ponto resguardam a sociedade constituída e até onde lhes interessa uma ruptura grave de ordem? Qual é o lucro econômico que advém de um frenético conflito entre as regiões? Se a Iurd, porque detém um canal de televisão, deu início a uma pregação destrutiva de todos aqueles que dela divergem, que faria se tivesse armas mais pesadas que apenas palavras? Jorge João Burrinho, Capital.

OESP 212- "Muita gente está com a Bíblia na mão e não sabe entendê-la". Há tempos não se ouviam palavras tão oportunas como essa de dom Aluísio, em Aparecida. Em especial os ataques de certo "bispo" selfmade à devoção à Mãe de Jesus tem feito reviver debates seculares que já se julgavam mortos e sepultados. São disputas estéreis e, sobretudo, inoportunas. Cristãos, unamos nossas forças no combate à miséria e ao analfabetismo, na boa educação de nossos jovens e na construção de um Brasil novo. Oswaldo Chiqueto, capital.

Folha de São Paulo

Ataques a Nossa Senhora

Folha 213- A agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo bispo Sérgio von Helder é deprimente e degradante. São esses os métodos utilizados pelos evangélicos para angariar fiéis? Como católico, me sinto profundamente abalado por esse ato de selvageria típico de pessoas mentalmente desequilibradas. João Antônio Qualiotto (Laranjal Paulista, SP)

Folha 214- Cenas de vandalismo e impropérios denotam o desrespeito de pessoas que se dizem encarregadas de tornar a Bíblia a trilha da vida. Graças a Deus temos uma Constituição, que no seu art.5º, inciso VI, nos garante a liberdade de crença. Sem ela, pelo visto, reinaria a barbárie. Jurcy Querido Moreira (Guaratinguetá, SP).

Folha 215- Com referência à reportagem 'Imagem é chutada na TV', protesto contra a atitude estúpida do "bispo" que praticou esse ato pecaminoso contra Nossa Senhora Aparecida, chutando satanicamente, a sua imagem diante das câmeras de TV. É preciso que as autoridades eclesásticas tomem uma atitude contra esse gesto grosseiro, ateu, que ofende a família católica do mundo inteiro. Francisco Diorino Filho (Pindamonhangaba, SP)

Folha 216- O Evangelho nos convoca para a verdade, a paz e o amor ao próximo que se traduzem no respeito à dignidade das pessoas e as instituições. Esse tipo de ato é antievangélico, anticristão e anti-social. Não só a Igreja Católica, mas toda a sociedade brasileira deve lutar para que o pseudobispo Edir Macedo não transforme nosso Brasil em uma Irlanda. Valdiram Ferreira dos Santos. (São Paulo, SP).

Folha 217- Como a imensa maioria dos brasileiros, não assisti a Rede Record, porém não deixo de ler esta Folha. E foi por seu intermédio que fiquei sabendo das barbaridades que uma mente doentia é capaz de fazer. Estou perplexo e muito preocupado com a possível generalização desse tipo de prática ferindo frontalmente a liberdade individual de todo cidadão no seu direito de professar a crença que bem entender. Sugiro que a Igreja Católica processe criminalmente esse pseudobispo. André Leonardo Chevitaese (São Paulo, SP).

Agressão

Folha 218- Agnóstico e adepto da república laica, me solidarizo com os que viram sua religião estupidamente agredida. É tempo de defendermos a diversidade com educação universal e o rigor da lei justa para os mercadores da fé. Carlos A. Idoeta (São Paulo, SP).

Folha 219- Como cidadão, registro a minha surpresa e indignação com a atitude prepotente, despótica e fundamentalista do bispo Sérgio von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, pela sua elementar incapacidade de conviver numa sociedade democrática e pluralista, onde, no mínimo, as opiniões divergentes devem ser respeitadas. Como católico convicto de minha fé, expresso-lhe o desejo de 'perdoar setenta vezes sete' (Mateus 18,22) e de 'amar os inimigos, fazer o bem aos que amaldiçoam, orar pelos que caluniam' (Lucas, 62, 7). Munir Cury (São Paulo, SP).

Agressão à Santa

Folha 220- Ao ler na Folha o relato de um ato irresponsável, grosseiro e tresloucado fiquei chocada com as palavras de baixo nível ditas por um indivíduo em desespero de causa, tentando nivelar a Santa Igreja Católica Apostólica Romana à seita a que pertence. A religião que ele chama de "uma farsa" está atingindo dois milênios e continua imutável e cada vez mais viva! Maria Lourdes Almeida Contruca (Assis, SP).

Folha 221- O peixe morre pela boca. Na sexta-feira d. Aluísio Lorscheider declara à Folha que os católicos fazem adoração à Nossa Senhora Aparecida. No sábado a CNBB diz que desde o início do cristianismo os católicos adoram somente a Deus e ao único salvador Jesus Cristo. A Bíblia não dá margem a dúvidas, é só conferir Êxodo 20: 1-6. Antônio de Oliveira Faria (São Paulo, SP).

Folha 222- O chute na imagem da virgem desferido por um partor descontrolado atingiu milhares de católicos. Mas a mãe do filho de Deus certamente não foi magoada, pois ela está muito acima desses atos pueris. O que certamente a deixa humilhada e triste é ver sua figura ser transformada em horrendas esculturas de gesso. Vendo essas caricaturas de mau gosto de norte a sul, explorando a ignorância do povo é que realmente a humilha. Longe de nós a intenção de defender o gesto inconsequente do pastor. Mas também não se pode criticá-lo, pois aqueles que se dizem fiéis agridem-na com muito mais crueldade. Ela merece respeito também por parte dos evangélicos, mas muito mais por parte do clero, que a explora desavergonhadamente. Fernando Alberto Amaral (Cruzeiro do Oeste, PR).

Folha 223- Como evangélico, reprovo a atitude do bispo Sérgio von Helder, mas verdade seja dita: "Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura nem algo semelhante do que há em cima nos céus, nem embaixo da terra nem nas águas debaixo da terra. (Êxodo, 20) Afrânio Francisco de Paula Júnior (Varginha, MG).

Folha 224- O problema dos evangélicos e de várias outras religiões consiste unicamente na visão limitada que essas pessoas têm da vida. Para eles, só 'vai para o céu' quem estiver no mesmo grupo, quem seguir o mesmo caminho. Esse é o traço abominável que marca o estilo da escuridão e da ignorância em qualquer tempo. Deus, no alto de seu bom humor e tolerância, deve estar se arrepiando em uma hora dessas. Fernando Fabrini (Belo Horizonte, MG).

Folha 225- von Helder. Esse nome, o do bispo da Igreja Universal que chutou a imagem de Nossa senhora Aparecida, nos lembra um determinado país da Europa onde, na década de 30, um determinado movimento movido pelo nacionalismo e pela intolerância levou a humanidade à sua maior tragédia. José Elias Aiex Neto (Foz do Iguaçu, PR).

Ataque a Nossa Senhora

Folha 226- Foi monstruoso o gesto do pastor da Igreja Universal. Por quase nada, os seguidores da Universal querem processar a Globo. Já pensou se os milhões de católicos processarem a Universal? J. Carrera (Mamboré, PR).

Folha 227- O bispo Edir Macedo pediu perdão, humilde e publicamente, dos pontapés de um membro na estátua de uma santa imaginária, mas os católicos mostram o 'amor cristão', não só perdendo como ainda desejando o linchamento físico e espiritual do ofensor, trazendo à tona o ódio das catacumbas demoníacas do Santo Ofício. Gatom Guibu (Presidente Prudente, SP).

Agressão religiosa

Folha 228- O bispo Edir Macedo, ao pedir perdão pelo gesto mesquinho de seu comparsa, deve ter, na expressão mineira, engolido três imensos sapos: o de ter que apresentar retratação; o de reconhecer o fanatismo doentio de seus adeptos e, sobretudo, o de reconhecer que uma agressão à Nossa Senhora Aparecida atinge 'todo o povo brasileiro'. Amir Salomão Jacob (Sacramento, SP).

Folha 229- Nós, mulheres, milenarmente excluídas na cidade e nos campos, católicos, budistas, judeus, umbandistas, mulçumanos, evangélicos etc e sem religião, repudiamos a intolerância do pastor von Helder diante do direito universal de ter ou não uma expressão religiosa. Maria Aparecida de Louc, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina (São Paulo, SP).

Folha 230- Acho que esse cidadão da Igreja Universal ultrajou não só a fé do povo brasileiro como também o Brasil, que tem nela sua padroeira. Acho que d. Paulo Evaristo Arns e d. Aloísio Lorscheider deixaram de tomar uma atitude condizente com os postos que ocupam, pois poderiam revidar a atitude daquele cidadão. José Biatti (São Paulo, SP).

Ataques à Nossa Senhora

Folha 231- A Comissão Nacional de Direitos Humanos da B'nai B'rith do Brasil, entidade judaica que combate o preconceito, a discriminação e a intolerância, não poderia ficar calada diante de atitudes como a do pastor von Helder. Objetos de culto sagrados para determinada religião ou denominação religiosa, devem ser respeitados e protegidos. A busca de deus é um direito do homem e a liberdade religiosa é uma das maiores conquistas do povo brasileiro garantida inclusive pela Constituição. Edda Bergmann, coordenadora de direitos humanos da B'nai B'rith do Brasil (São Paulo, SP).

Folha 232- Pastor von Helder, com seu gesto tresloucado o sr. mostrou o amor que sente por Cristo. Ele deve estar muito contente vendo a imagem de sua mãe sendo ultrajada. Não gostaria de estar em sua pele quando for chamado ao céu para prestar conta. Alexandre Augusto de Almeida Aguiar (Ourinhos, SP).

Folha 233- Os católicos adoram somente a Deus, mas respeitam a mãe do Criador como nossa mãe. Por isso temos por ela amor e carinho. Senti como se entrassem na minha casa e chutassem os retratos de meus pais. Que a lei dos homens o condenem. Se ninguém entrar com um processo judicial, eu o farei. Maria José Pereira da Silva O'Neill. (São Paulo, SP).

Folha 234- Externamos o nosso fervoroso protesto contra a atitude do "pastor" von Helder, da Igreja Universal. A liberdade religiosa deve ser preservada contra atitudes de tão baixo nível como as praticadas por esse embusteiro que vive da exploração de pessoas ingênuas. Kátia Luiza de Fiori, seguem-se mais três assinaturas (São Paulo, SP).

Folha 235- Achei muito oportuno a visão de d. Eugênio Sales, afinal quem deu a concessão à TV Record foi realmente o Ministério das Comunicações, que ignorou a frase bíblica "Não lanceis as nossas pérolas aos porcos" Uébio Borges (São Paulo, SP).

O Globo

Ataque à padroeira

Globo 236- Muito oportuno o editorial da primeira página da edição do GLOBO do dia 15/10. Resta saber, sobre o episódio, se o cidadão Sérgio von Helder seria capaz de chutar um despacho, desses que se encontram em encruzilhadas, com galinha, farofa, cachaça, flores etc... Refiro-me a um "trabalho" autêntico e não uma montagem para fins jornalísticos. Carlos Alberto Raynsford de Oliveira (17/10), Rio.

Imagem sacra

Globo 237- Embora para o senhor von Helder, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, as imagens dos santos sejam meros bonecos de madeira, na verdade são símbolos que, como todos os demais símbolos, têm que ser respeitados. Os ícones são ícones. São emblemáticos e têm lugares significativos no concerto das sociedades. A atitude do referido senhor foi sobretudo sectária. Dentro do pensamento holístico que deverá governar o século XXI, esse tipo de procedimento é absolutamente retrógrado e obscurantista. Nelson Villaboim de O. Lima. (15/10), Rio.

Globo 238- Nós católicos não vamos nos calar diante desta violência sofrida por Nossa Senhora, e queremos providências firmes e urgentes por parte de nossas lideranças. Fatos dessa ordem nos levam a uma profunda reflexão sobre a liberdade religiosa. Basílio Manhães de Jesus (15/10), São Gonçalo, RJ.

Globo 239- Até quando, nós, umbandistas, teremos nossos centros invadidos e depredados por esses senhores e seus seguidores? Urge que sejam tomadas providências contra os diretores da igreja. Ou será que teremos que invadir os seus templos e quebrar tudo, para que eles entendam que cada um tem o direito de acreditar no que quiser, seja católico, espírita, mulçumano, enfim, tenha a religião que tiver. Adelino Henrique Duarte Martins, Rio .

Globo 240- Na capa da edição nacional 183 do jornal da Igreja Universal, "Folha Universal", constatamos afirmativa que vai contra os preceitos verdadeiramente cristãos, quando a liderança daquela igreja se declara em guerra contra a Rede Globo. Lembramos aos nossos irmãos evangélicos e católicos que a divulgação da nossa fé é sem guerra. Nem por força, nem por violência. Alexandre Marciano de Carvalho (17/10), Rio.

Globo 241- Em boa hora um pastor da Igreja Universal lembrou de agredir valores espirituais católicos. Vê-se a gritaria universal que provocou, não só entre católicos como também entre protestantes, judeus etc. Todavia há anos que esse mesmo grupo de fanáticos agride os valores do povo da Umbanda e em tempo algum se levantaram vozes em apoio à religião agredida. Nuno Souto Maior Centro Espírita Casa de Naná, Rio.

Globo 242- Esse revoltante episódio atinge as liberdades constitucionais, a liberdade de fé, crença e culto, a liberdade de pensamento e a liberdade individual de cada ser humano. Por isso cada brasileiro que se sentiu atingido em seu mais básico direito, o direito de ser livre, exige uma punição exemplar. Antônio Carlos Ribeiro (16/10), Rio.

Globo 243- Os sacerdotes católicos estudam a Bíblia por, no mínimo, oito anos o mesmo não ocorre com os pastores protestantes. Para a maioria destes, basta manter a Bíblia debaixo do braço, ir para a central do Brasil e abordar os que ali passam. Para os padres católicos não é suficiente apenas o conhecimento teológico. Eles são continuamente exortados a buscarem a perfeição ("como o Pai é perfeito"). Infelizmente, não se vê isto entre a maioria dos pastores protestantes. Paulo O. Figueira (17/10), Rio.

Agressão à santa

Globo 244- A recente agressão de um pastor evangélico à religião católica é brincadeira de criança perto do que os pastores fazem em suas igrejas, longe das câmeras de TV. As pessoas que para lá vão em busca de apoio espiritual passam por um processo de lavagem cerebral para acreditarem que tudo que é diferente de sua religião é coisa do diabo. O diabo está apenas nas cabeças dos intolerantes que não aceitam as opções individuais. Heloísa Lima Ferreira (17/10), Rio.

Globo 245- A Rede Record não deveria ter tapado o sol com a peneira, pois todos sabemos que a Igreja Universal é dona de mais da metade da emissora. Sendo assim, põe no ar o que quer. Mas isso não lhe dá o direito de invadir nossas casas com insultos a qualquer que seja a religião nem acusar a Rede Globo de ser a principal causadora do problema. Luís Sales Caldas (16/10), Brejo, MA.

Globo 246- A revoltante cena demonstra o grau de ignorância que medra na seita do sr. Edir Macedo. Não foi esse, porém, o único exemplo da obtusidade de tais pastores. No ano passado, outro pastor, falando sobre um órgão identificado pela capiciosa sigla CNPB, afirmou: "Deus é uma criatura poderosa". Ora, o Criador não é criatura. Thereza Maciel (21/10), Rio.

Globo 247- Talvez o "bispo" da Igreja Universal não tenha sido sutil ao expressar sua opinião que classifico de oportuna, legítima e corajosa. desde 1954 o país para totalmente para reverenciar uma santa. Levando-se em conta ser o Brasil um país democrático em todos os níveis, onde se pratica dezenas de religiões não deveria haver referência religiosa em seu calendário, quer seja nacional ou municipal. Evandro Ribeiro dos Reis (16/10), Rio.

Ataque à padroeira

Globo 248- O "bispo" Sérgio von Helder teve a ousadia de atacar com murros e chutes, como protesto, a santa imagem da padroeira do Brasil, maior nação católica do mundo. É uma afronta abominável que não pode ser perdoada ou esquecida, mas punida com a execração pública desse "bispo" e com o rigor da lei. Tasso de aquino (18/10), Rio.

Globo 249- O sr. von Helder, ao proferir o "sermão" televisionado dia 12, eivado de inconformismo religioso e até de desrespeito ao Código Penal, demonstrou uma crassa ignorância da doutrina católica, pois os santos não são adorados, mas simplesmente reverenciados como pessoas excepcionais, que durante a vida terrena se destacaram pelas suas virtudes. Lourdes Pacheco (18/10), Rio.

Globo 250- São lamentáveis o conceito e a prática externados por um integrante de alta hierarquia clerical católica romana no conflito com a Igreja Universal. Perdão cristão é aquele exemplificado por Jesus para com a mulher apanhada em adultério ou para com aqueles que o crucificaram. Perdão cristão é imediato, não depende de práticas futuras. Péricles Gomes (17/10), Rio.

Globo 251- Muito oportuno o editorial da primeira página da edição do GLOBO do dia 15/10. Resta saber, sobre o episódio, se o cidadão Sérgio von Helder seria capaz de chutar um despacho, desses que se encontram em encruzilhadas, com galinha, farofa, cachaça, flores etc... Refiro-me a um "trabalho" autêntico e não uma montagem para fins jornalísticos. Carlos Alberto Raynsford de Oliveira (17/10), Rio.

Globo 252- O que praticou esse pastor evangélico na TV Record foi um ato de vandalismo, ferindo os nossos brios e os nossos sentimentos religiosos e atentando contra a Constituição e a lei penal: vilipendiar, publicamente, ato ou objeto de culto religioso. Jackson Matos Braga (16/10), Brasília/DF.

Globo 253- O artigo da sr^a. Sandra Cavalcanti (22/10) foi um libelo contra os detratores de nossos símbolos e de nossa fé. O que mais me agradou foram seus conceitos de distinção entre o que nós, católicos, entendemos ser idolatria e culto. Em seis oportunidades explicou essa distinção e acrescentou: "Para nós, quem opera curas e restaura as almas é Nosso Senhor Jesus Cristo, nosso Salvador". Flávio de Mattos (23/10), Niterói, RJ.

Agressão à padroeira

Globo 254- Poderia dirigir-me diretamente a Sandra Cavalcanti, elogiando o seu belo artigo (O Globo, 22/10). Preferi, entretanto, fazê-lo publicamente para que as pessoas que ainda não o leram procurem conhecer seu texto primoroso. Estou certa de que ela falou por todos nós que nos sentimos atingidos pela agressão feita à imagem de Maria Santíssima, mãe de Jesus e mãe nossa. Lá está a professora ensinando exaustivamente a diferença entre idolatria e culto, a todos aqueles que, por ignorância ou má-fé acusam os católicos de serem adoradores de imagens. Ninguém poderá dizer que ainda lhe resta alguma dúvida. Deixa claro, também, que a nossa religião reconhece que só Deus opera milagres e que, para obtê-los recorreremos muitas vezes à intercessão de Nossa Senhora e dos santos. lembra, com muita oportunidade, o espírito de pobreza pregado por Cristo, que devemos seguir, despreendendo-nos dos bens terrenos. Valeu Sandra. É preciso alertar as pessoas contra certas mistificações que já estão passando dos limites peço a Deus que aquele gesto de violência e insensatez praticado no dia 12 de outubro, se transforme em instrumento de conversão para muitos. Lenita Soares Pereira (26/10), Rio.

Globo 255- Que se atenda ao Santo Padre, o Papa, neste lamentável e grotesco episódio da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida. Fuja-se da idéia de represálias. Não é sentimento cristão. Wanda D'Angelo (29/10), Rio.

Globo 256- A divergência entre católicos e evangélicos está mal colocada no contexto. A Igreja Católica condena a adoração de imagens como se estas fossem a própria santidade ou possuidora de emanções transcendentais. O exagero é fruto da mística religiosidade popular. O cerne da questão, na verdade, é o culto aos santos. A reforma protestante (Lutero e Calvino) formulou que só Deus possui a plena consciência de quem são as almas santas. Os homens, por não terem acesso a esse descortínio, devem orar apenas a Deus. A Igreja Católica admite e reconhece a santidade, tendo em Maria a sua expressão maior. Contudo, o atendimento das preces cabe apenas a Deus e sua santa e inefável trindade. Everton N. Jobim (26/10), Rio.

Globo 257- Maria cantou o poder e a misericórdia de Javé, que "derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes e sacia de bens os famintos e despeje os ricos sem nada". A devoção do povo, dos pobres do Brasil no século XVIII, assumida mais tarde pelo ministério da Igreja, sentiu o simbolismo da imagem enegrecida pelas águas do Paraíba assim Maria se identifica com os excluídos. A exclusão não tem cor, mas a maioria esmagadora dos excluídos tinha - e tem. Maria sabe que se faz a Jesus o que fazemos ao menor dos irmãos. Certamente hoje, na vida terrena, no meio de nós, haveríamos de vê-la com as mães de Acari, protestando serena a respeito de Carandirus, Corumbiaras, Vigários Gerais ouvi-la dizer que esta é a devoção que realmente quer o desagravo que efetivamente a alegra. Antonio Maria de Abreu. (23710), Rio.

Globo 258- Vamos acabar de vez com esta lenga-lenga de que se adora um pedaço de madeira esculpido. É lógico que não se deve adorar imagens. O Velho Testamento o proíbe, porque os israelitas passaram a adorar a estátua de um bezerro em ouro. Mas quando o mesmo deus assumiu feições humanas, foi amado entre nós. Por que não lembrar suas feições e as da sua mãe? Os ortodoxos e os anglicanos têm imagens para veneração nas próprias igrejas. Os budistas também. Os israelitas respeitam e veneram a palavra de deus escrita nos rolos sagrados custodiados em cada sinagoga. Os muçulmanos veneram a pedra preta da Kaaba, em meca. O pedaço de madeira em forma de cruz nas igrejas de von helder também não é adorado? Na verdade, para ter prosélitos, os crentes têm que fazer alguma crítica à Igreja Católica. Platro de Vita (16/10), Rio.

Globo 259- A atitude do senhor Sérgio von helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, é um atentado à liberdade de expressão religiosa assegurada na Constituição. O que me parece é que ele queria chamar atenção ou mesmo promover-se às custas de Nossa senhora Aparecida. Maria Angélica de Oliveira Gama mais 134 assinaturas (14/10), Resende, RJ.

Globo 260- Vive-se um tempo de insanidade. Numa demonstração de ignorância religiosa, se desconhece o sentido do que a imagem representa para o devoto. Os ex-alunos maristas, cuja educação foi plasmada à sombra de Maria, lamentam o ocorrido e reafirmam sua inabalável fé nos princípios que um dia lhes foram transmitidos no colégio. Gaetano Segreto, presidente da Confederação Brasileira dos Ex-alunos maristas (15/10), Rio.

Globo 261- O deprimente espetáculo desse digladiar religioso, que não é exclusivo na maior nação cristã do mundo (e já previsto para esta Era de Aquarius), em vez de radicalizar dogmáticas posições religiosas, abre um fértil caminho para o exercício da humildade, da fraternidade, da solidariedade e da harmonia imperativas no terceiro milênio. É o que o espírito está ensinando às tradições religiosas. Nehemias Marien, pastor do Bethesda Movimento Cristão (16/10), Rio.

Globo 262- A famigerada cena de completo desvario foi como uma tapa na cara daqueles, que como eu, crêem na milagrosa santa. Então, a agressão, na realidade, não foi para atingir a estátua, mas sim, aos católicos. Cália Destri (14710), Rio.

Globo 263- Nossos amigos evangélicos equivocam-se gravemente num ponto: os católicos não cultuam imagens de santos. Se elas existem, é para dar ao fiel um testemunho de fé sobre suas vidas na Terra e para servirem de exemplo por seus belos atos. Reinaldo José Gallo Júnior. (17/10), Rio.

Globo 264- Aparecida é uma criação, um dos símbolos de uma religião, da Igreja Católica. tendo em vista isso, não pode ser adotada como um quase-símbolo nacional pelo Governo, o que é inconstitucional. Todas as religiões têm o direito de exigir que entidades suas se tornem símbolos nacionais com feriado e tudo mais. Homero Richard de Farias (14/10) São Gonçalo, RJ.

Globo 265- Acharmos inconcebível o comportamento do pastor Sérgio von Helder. Mas há quanto tempo essa Igreja Universal vem agredindo a fé de milhões de brasileiros. Há quanto tempo vem agredindo a dignidade e o direito à liberdade de religião de grande parcela de nossa sociedade? Resposta: desde sempre. Só que as religiões atingidas são as de origem africana. E essas religiões, embora congreguem um número imenso de seguidores, jamais mereceram das autoridades religiosas, do direito e da comunicação, qualquer menção de desagravo. Osvaldo Neves, conselheiro do Instituto Palmares de Direitos Humanos (13/10), Rio.

Respeito às crenças

Globo 266- O mundo, na sua enorme abrangência, tem crentes e adoradores das formas mais singulares e inéditas. Há que respeitá-las, pois o respeito é a maior máxima de paz e de concórdia desta humanidade. Agredir com palavras e gestos um símbolo ou uma imagem de uma religião é crime de lesa-majestade. Não fere esse simbolismo que, inerte, esculpido e madeira ou barro, está insensível ao ato facínora, resultante de um feroz ataque de demência. fere, sim, milhões de almas que professam uma religião milenar, espalhada nas sete partidas do mundo e que, para tanto, viu crucificados seus apóstolos e fiéis seguidores. Lourdes, Aparecida, Fátima, nos seus majestosos templos, são reduto da fé, a mitigar a dor e o sofrimento dos necessitados fiéis à procura do pão de sua alma. Se outros procuram este alimento através de um touro, um elefante ou quaisquer outros símbolos, que Deus os abençoe e os faça felizes na sua convicção, mas os deixe pacíficos e bondosos. Carlos Anastácio (21/10), Rio.

Globo 267- Como evangélico, a agressão à imagem da padroeira causou-me grande tristeza, por ter ofendido o sentimento religioso dos católicos. Para que a paz possa reinar no povo de Deus, eu prego a união entre evangélicos e católicos numa só fé à Jesus Cristo, jogando por terra todas as diferenças doutrinárias, tradições e interesses pessoais. Vagner Souza Rosa. São Gonçalo, RJ.

Globo 268- O "bispo" von Helder, longe de combater a idolatria, em que Roma, ao meu ver, é campeã, acirrou ódios. Não é fácil pregar. O que é fácil é dar espetáculo quixotesco, que não leva a nada. Ivan Espínola de Ávila (19/10), Rio.

Globo 269- As cenas a que o Brasil, chocado assistiu no dia 12/10 só serviram para solidificar a convicção dos católicos. talvez a romaria a Aparecida onde milhões de fiéis rezavam e louvavam a padroeira do Brasil, tenha deixado esses pastores de seitas frustrados, levando-os ao desespero e àquela atitude inadmissível aos olhos cristãos. Flávio José de Almeida. (17/10), Rio.

O Culto das imagens

Globo 270- A família brasileira de raízes históricas cristãs e marianas, e os milhões de romeiros que foram a Aparecida do Norte sentem-se profundamente chocados com a violência do sr. Sérgio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus. Se a honra prestada a uma imagem, segundo toda a tradição católica, é dirigida não a imagem como tal (seria idolatria, adoração de imagem como se ela

fosse Deus), mas ao modelo original (no caso, a pessoa de maria santíssima), o contrário é também verdadeiro: a agressão do iconoclasta tupiniquim à imagem da Senhora Aparecida foi objetivamente dirigida não à imagem como tal, mas à pessoa da Mãe de Deus. Daí a gravidade do delito, com o agravante de ter sido veiculado na televisão. Os iconoclastas macedianos insistem, por ignorância, em acusar os católicos de idolatras por terem imagens. Ora, ninguém adora imagens de santos só se adora Deus. Se na Bíblia encontramos passagens que condenam fazer imagens, quer de pessoa, quer de animais, (cf. Ex 20, 2-5ç Dt 4.16-24ç Sl 96.7ç Is 44, 9-20), é explícito que a proibição de deus era de fazer imagens para adorá-las como deuses (cf. Ex 20, 5: "Não adorarás tais coisas" Lv 26,1 "Não fareis ídolos (...) nem imagens de escultura (...) para adorares"). Tanto assim que encontramos também na Bíblia passagens em que Deus manda fazer imagens, como, por exemplo, Ex 25, 18-22: "Farás também dois querubins de ouro batido etc". Que significa isso? Significa que deus proíbe a idolatria (inclusive a idolatria do dinheiro) e não as imagens em si. No Ocidente, já o Papa São Gregório Magno (590-604) tinha insistido no caráter didático das pinturas nas igrejas e acentuava que essa contemplação devia levar à adoração da única e onipotente Trindade Santíssima. Foi neste contexto, como disse o Papa João Paulo II, que se desenvolveu, de modo particular em Roma durante o século VIII, o culto das imagens dos santos, dando lugar a uma produção artística admirável. Paulo Rodrigues (26/10), Rio.

Globo 271- O prefeito de Aparecida do Norte, Antônio Márcio de Siqueira sancionou, no dia 22 de setembro, a Lei 2.649/95, que proíbe a construção de templos religiosos num raio de 6 Km em torno da basílica de Aparecida, abrangendo todo o centro da cidade. Será que ele não conhece a Constituição? O art. 5º, em seu inciso VI, dispõe que "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantido, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias". Portanto, a lei só pode proteger os locais de culto e não proibir a construção deles. Dilma de Freitas Barbosa (19710), Niterói, RJ.

Globo 272- Protesto contra a Igreja Universal do Reino de Deus por sua responsabilidade objetiva no caso da Imagem de Nossa senhora protagonizado por um de seus bispos. Não sou adepto da adoração de ídolos de barro, mas tenho consciência da importância simbólica que aquela escultura tem para a comunidade católica. Uns chegam a deus através de seu templo interior, outros precisam de cerimoniais, templos, imagens, mas todos, por força constitucional, têm a liberdade religiosa. Walter de Aguiar Amazonas Filho (20/10), Rio.

Globo 273- Solidarizo-me com o cardeal Eugênio Sales nas suas considerações. desculpas apenas não bastam. O pessoal do bispo macedo teria que mudar sua linguagem contra o clero e contra a Igreja católica, que são vilipendiados pelos seus meios de comunicação, sem o mínimo respeito pela coletividade católica nacional. Manoel de Paula Lopes. (26/10), Rio.

Globo 274- Como já foi muito bem explicado pelo presidente em exercício da CNBB, dom Jayme Chemello, nós, católicos, não adoramos imagens, apenas veneramos o que elas representam, como fazemos com o retrato de nossa própria mãe e/ou de outros entes queridos. Como pode ser "desgraçada" a mulher que Deus escolheu para ser a mãe de Seu filho? Que Deus, em Sua infinita misericórdia, tenha piedade do senhor Sérgio. Margarida Sant'Iago Moreira de Souza mais 25 assinaturas. (15/10), Rio.

Ofensas à padroeira

Globo 275- O cidadão brasileiro, religioso ou não, se choca com as cenas do tratamento desrespeitoso que um líder, que se diz religioso, dispensa à imagem da Mãe de Deus, procurando, dessa forma, divulgar sua opinião e difundir os conceitos de religiosidade contidos em sua crença. Que líder religioso é esse que usa sua posição de destaque para difamar e ofender os objetos de adoração de outra religião que defende idéias que não se assemelham às suas? Que religião é essa que usa de outros meios que não sejam a fraternidade, o entendimento e a bondade para expressar seus sentimentos? Josiel de Assis Silva (18/10), Rio.

Globo 276- O pastor Sérgio von Helder decidiu dar pontapés na imagem de Nossa Senhora Aparecida e proferir palavras ofensivas à padroeira do Brasil. Não poderia ter sido mais infeliz. Demonstrando a seus seguidores que não está preparado para realizar a missão a que se dedicou. Francisco Martins Moreno (19/10), Rio.

Globo 277- É com grande alegria que a comunidade católica recebeu o pedido de perdão de pastores da Igreja Universal do Reino de Deus e o concede aos que pediram de coração aberto. Alegria que nasce da esperança de que toda esta trágica seqüência de acontecimentos sirva de lição a todas as comunidades cristãs na busca do ecumenismo tão defendido pelo Santo padre, o Papa João Paulo II. Fernando Cunha Peixoto. (17/10), Niterói, RJ).

Globo 278- É inacreditável que uma seita que surgiu entre nós há apenas 19 anos tenha o desplante de injuriar e agredir uma igreja que tem quase 2.000 anos de existência. Comparem a empáfia do pastor que chutou a imagem da padroeira com a nota serena e cheia de nobreza do presidente em exercício da CNBB, falando da consternação geral dos católicos ante a profanação de um símbolo tão querido e refletindo em cada frase a "modéstia mansidão" de Cristo, que São Paulo recomenda em uma de suas cartas. Fábio Bezerra Lima (19/10), Três Rios, RJ.

Globo 279- O que praticou esse pastor evangélico foi um ato de vandalismo, ferindo nossos brios, nossos sentimentos religiosos e atentando contra a Constituição e o Código Penal: vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso. Jackson Matos Braga (16/10), Brasília, DF.

Imagens sacras

Globo 280- Assisti, com espanto e indignação, a uma cena de selvageria inusitada, apresentada pela TV Record onde um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus agrediu com socos e pontapés uma imagem de Nossa Senhora Aparecida que, para nós, é o retrato da nossa querida Mãe do Céu. Trata-se de um gesto isolado que, certamente, encheu de vergonha os próprios seguidores de sua religião. A nós, católicos, feriu profundamente, dando-nos, contudo, a impressão de estarmos diante de uma atitude de verdadeira insanidade mental. Resta-nos seguir o ensinamento de Cristo. "Pai, perdoai-o porque não sabe o que faz". Lenita Doares Pereira (14/10), Rio.

Globo 281- Diante das agressões feitas à imagem de Nossa Senhora Aparecida, devemos lembrar os ensinamentos da Santa Igreja sobre a veneração de imagens sagradas. O catecismo da Igreja Católica ensina que : "A honra prestada às santas imagens é uma veneração respeitosa, e não uma adoração, que só compete a deus". "A beleza e a cor das imagens estimulam a minha oração, é uma festa para os meus olhos, tanto quanto o espetáculo do campo estimula meu coração a dar glória a Deus", disse São João Damasceno. O culto da religião não se dirige às imagens em si como realidade, mas as

considera em seu aspecto próprio de imagens que nos conduzem ao Deus encarnado. A Igreja ensina que a verdadeira arte sacra estimula o homem á oração e à adoração. Luiz Eugênio Sanábio e Souza. (18/10), Juiz de Fora, MG.

Globo 282- A Igreja Católica não adora ídolos, ela admite, por ser um hábito popular, o uso de imagens que induzem os fiéis a maior contrição e fervor no exercício da fé. O povo católico, intimamente, percebe esse sentido, não adora imagens, usa-as para, através delas, contritamente externar a Deus e aos Santos o sentimento que tem no coração. Isto é religiosidade. Helio Grupilo (14/10), Rio.

Globo 283- Não posso deixar de vir a público expressar meu repúdio ao ato repulsivo e sacrílego do pastor Sergio von Helder da Igreja Universal do Reino de Deus, ofendendo com palavras e agredindo a pontapés a imagem de Nossa senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Ofendeu não só os católicos e os nossos foros de cidade civilizada, como feriu a Carta dos Direitos Universais do Homem, a nossa Constituição e as nossas leis penais. É necessário que seja processado e condenado pelas leis penais, pois o seu crime é de ordem pública, não estando ao arbítrio de nenhuma autoridade ignorá-lo e impedir o processo julgamento. Ernani martinho D'Oliveira (17/10), Rio.

Globo 284- O pedido de perdão dirigido pelo bispo Edir Macedo aos católicos não deixou dúvida alguma da sinceridade do sentimento que tomou conta da Igreja Universal do Reino de Deus repudiando o tresloucado gesto do pastor von Helder, que aos murros e pontapés agrediu um dos símbolos de maior expressão da fé cristã brasileira a imagem de Nossa senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Levar esse fato às últimas conseqüências como querem esses oportunistas é levar mais lenha à fogueira. Em vez disso, é hora de orarmos pela sanidade do tresloucado homem que se perdeu ao pensar que estava seguindo o caminho da salvação.

Globo 285- Sou espírita umbandista e, dentre os muitos preceitos que aprendi, um tem fundamental importância na minha vida: devemos amar todos e respeitar suas opiniões por mais estranhas ou estaparfúdias que estas possam parecer. A imagem de Nossa Senhora Aparecida não tem qualquer correlação com os orixás cultuados na Umbanda, mas nem por isso doeu menos o que presenciei. Imagino como sentiram os católicos de todo esse país, aqueles milhões de pessoas para quem, Nossa Senhora é mãe amada, a quem têm como, talvez, a única esperança de que tudo isso que está a nossa volta ainda possa melhorar. Nina Graça de Oliveira, Rio.

Globo 286- Classificar de crime a maneira com que o bispo da Igreja Universal se expressou é também cometer um crime contra a livre expressão, ou a chamada liberdade de imprensa. Nosso presidente infelizmente tomou partido achando que houve intolerância por parte do bispo. Será que dentro desse espírito de tolerância, os católicos recomendariam ao senhor presidente a retirada de nosso calendário de suas crenças pessoais. José Gomes S. de Almeida, Rio (O Globo)

Imagem agredida

Globo 287- Que o pastor tenha protestado contra a existência de um feriado dedicado a um culto não reconhecido pelos seus seguidores é admissível, pois está dentro do seu direito de liberdade de expressão, garantido pela Constituição brasileira. Mas agredir uma imagem sagrada (não pela imagem em si, mas pelo que ela representa) é inaceitável, pois fere os sentimentos de milhões de

católicos, o que configura crime contra o sentimento religioso, previsto no Código Penal. Victor José Machado Jr. (16/10), Petrópolis, RJ.

Globo 288- A atitude, a meu ver política, do bispo Macedo, longe de "limpar a barra" de sua seita, até a compromete mais, eis que não fez menção a qualquer espécie de punição ao desastrado e insensato pastor que vomitou impropérios na TV: Argésio Francisco Oliveira Villela (16/10), Rio.

Globo 289- A Constituição Federal concede imunidade tributária a templos de qualquer culto (art. 150. VI b). O art. 5º, VI dispõe que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias. Há que se entender que um templo de culto não pode ser equiparado a um palco de teatro, onde um cidadão lê trechos do Velho Testamento e, levantando vivas a Jesus, interrompe a leitura para iniciar a coleta de donativos, pedindo a pessoas colocadas estrategicamente no auditório que contem "milagres" obtidos, após a doação realizada. Processa-se essa coleta de manhã, de tarde e de noite, sem parar, mudando apenas os leiloeiros, pois os participantes do culto são estimulados a fazer sua doação pelo lance mais elevado, geralmente R\$ 50 descendo até R\$1, deixando claro que quem não pagar o tributo não obterá "milagre". Um templo com as características apontadas não pode gozar de imunidade tributária. Alberto Almada Rodrigues (17/10), Rio.

Globo 290- Com referência ao acontecimento do dia 12 de outubro na TV Record, nós, abaixo assinados, vimos trazer os nossos protestos quanto às atitudes antidemocráticas presenciadas com total falta de respeito aos direitos garantidos pela Constituição de se professar a religião escolhida. Maria Ignez de Moraes Louzada e mais 36 assinaturas (16/10), Rio.

Globo 291- Fiquei envergonhado, como leitor do Globo, de ver estampada na primeira página do jornal uma "santa" burrica, ao tentarem fazer paralelo entre a Constituição Federal e um ídolo. Se acaso as santas escrituras dissessem o que está insinuando a charge do Aroeira, não resta a menor dúvida de que os evangélicos respeitariam, pois importa servir a deus e não aos homens. Mas a Bíblia sagrada recomenda obedecer às leis do país. Agora, a TV Globo passou o ano todo atirando ofensas na Igreja evangélica na Escolinha do Professor Raimundo e na minissérie "decadência", mas não aguenta a recíproca. Edson Gomes da Silva (23/10), Nova Iguaçu, Rio.

Globo 292- Temos o consolo da solidariedade de nossos irmãos de várias outras religiões cristãs ou não, manifestarem-se a propósito da insana ação do pastor von Helder. Resta-nos a obrigação filial de desagravar Maria Santíssima, a obrigação cristã de rezar pelo agressor e pelos que o seguem. Avair Maciel (16/10), São Gonçalo, RJ.

Globo 293- Levando em conta que nossa Senhora da Aparecida é a protetora do Brasil e mãe espiritual de todos os brasileiros, sou de parecer que o pastor Sergio von Helder deverá ser punido pelo bispo Edir Macedo com a sua transferência para outro país onde existam filiais da Igreja que ele preside. Celia Bueno (17/10), Rio.